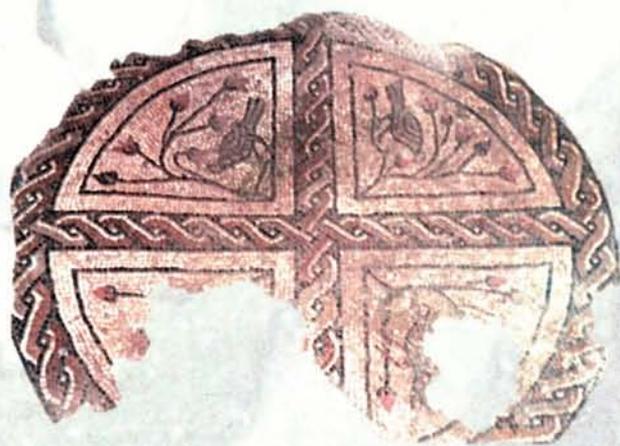
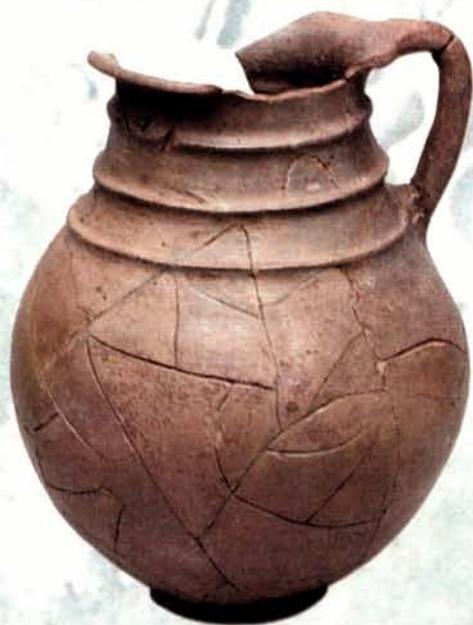


JOÃO LUÍS CARDOSO

SÍTIOS, PEDRAS E HOMENS

Trinta anos de Arqueologia em Oeiras



OEIRAS
2000



O AUTOR

Nasceu a 16 de Agosto de 1956 em Lisboa, passando a residir, dois anos depois, em Caxias, onde viveu a maior parte da sua vida. Em 1970, já definitivamente fascinado pela Arqueologia, iniciou as primeiras prospeções arqueológicas de terreno na região oirense, aproveitando todos os momentos livres, mais aqueles que obtinha faltando às aulas. Data de Outubro desse ano a primeira excursão ao local do povoado pré-histórico de Leceia, então ainda totalmente por escavar. Desde logo decidiu que aquele seria um dos locais a que se iria dedicar, logo que para tal tivesse possibilidades, dado o potencial arqueológico ali evidenciado. Entretanto, não descurou prospeções noutros locais, de que resultou a identificação de múltiplas ocupações humanas antigas, desde o Paleolítico Inferior. Com o início das escavações em Leceia, no ano de 1983, por si dirigidas, as quais se prolongaram até à actualidade – fazendo daquela estação uma das mais importantes, no seu género, do território peninsular – iniciou-se nova etapa das investigações arqueológicas no concelho. Os resultados ali obtidos justificaram a criação, em 1988, por proposta do Dr. Isaltino Afonso de Moraes, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Unidade Orgânica da Câmara Municipal de Oeiras, destinada a tratar de todos os assuntos que à Arqueologia dissessem respeito. Reuniram-se, assim, as condições para o Autor desenvolver em plenitude as tarefas de inventariação (através de prospeções de campo), investigação (escavações e estudo de materiais), publicação (com a criação de uma revista especializada, onde a presente obra se insere) e divulgação (incluindo a musealização do espaço arqueológico de Leceia e a criação de uma Sala de Arqueologia patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena) do património arqueológico concelhio. Estas múltiplas actividades encontram-se consubstanciadas em trezentos e quinze trabalhos de Arqueologia, publicados nas mais importantes revistas do País, e em prestigiadas revistas de Espanha, França, Itália e Inglaterra, abrangendo temas desde o Paleolítico Inferior à Arqueologia Industrial, para além de diversos livros, de que foi autor ou co-autor, muitas vezes no âmbito de Projectos de Investigação por si dirigidos desde 1983.

Tem integrado numerosas comissões científicas de reuniões nacionais e internacionais e integrado júris de provas académicas, de mestrado e de doutoramento, em Portugal e em Espanha, para além de grupos de trabalho, destacando-se os relativos ao empreendimento de fins múltiplos de Alqueva (1995), à arte paleolítica do vale do Côa (1995) e à Avaliação do Ensino Superior Universitário, tendo desempenhado as funções de Vogal da Sub-Comissão de Arqueologia (2000/2001).

Como professor universitário de Arqueologia, tem leccionado em diversas universidades, tanto ao nível de Licenciatura como de Mestrado. Obteve a Agregação em Pré-História no ano de 2000, pela Universidade Aberta, em provas públicas em que foi Aprovado por Unanimidade, depois do Doutoramento, em 1992, pela Universidade Nova de Lisboa, com Distinção e Louvor, também por Unanimidade.

O seu labor científico foi distinguido com o prémio Professor Carlos Teixeira, da Academia das Ciências de Lisboa (1993) conferido à sua dissertação de doutoramento, dedicada ao estudo das faunas paleolíticas de grandes mamíferos, recuperadas em estações arqueológicas – contribuindo, assim, para o conhecimento da alimentação pré-histórica – e com o prémio Dr. Possidónio Laranjo Coelho, da Academia Portuguesa da História (1998), atribuído à obra "O povoado pré-histórico de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo", editada conjuntamente pela Câmara Municipal de Oeiras e Museu Nacional de Arqueologia.

Foi agraciado pela Câmara Municipal de Oeiras com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal, em 1995, que desta forma reconheceu os méritos do seu labor.

Pertence a diversas associações científicas, entre elas a Academia Portuguesa da História, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, a Associação Profissional de Arqueólogos, o Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, o Centro de Arqueologia de Almada e a Associação Cultural de Cascais.

A OBRA

Trata-se de uma síntese dos conhecimentos, com base nos testemunhos considerados mais importantes ou significativos das antigas presenças humanas até ao presente identificadas na área ocupada pelo concelho de Oeiras, desde os mais remotos tempos até à Alta Idade Média, anterior à Nacionalidade. Fruto essencialmente de um trabalho pessoal, desenvolvido no decurso dos últimos 30 anos, neste ensaio se integraram, dentro do possível, elementos carreados por outros investigadores antecedentes que, desde o século XIX, se referiram à arqueologia da região. Naturalmente, umas épocas encontram-se pior representadas do que outras, em resultado de uma estratégia de ocupação do espaço mais discreta, que não promoveu a conservação de vestígios, ou mesmo de lacunas de povoamento, os quais são sempre de admitir.

Um dos objectivos mais importantes deste trabalho é o de apresentar informação actualizada sobre cada uma das grandes etapas culturais caracterizadas na área concelhia, de uma forma global, coerente e harmónica, viabilizada pela visão a um tempo de pormenor e de conjunto que o Autor possui da região, a começar pelas características naturais que, desde sempre determinaram a sua ocupação humana. A informação apresentada, servida por documentação iconográfica de qualidade, recorrendo muitas vezes a documentação antiga inédita que muito enriqueceu a obra, destina-se, essencialmente, àqueles que, possuidores de um nível de ensino médio ou superior, pretendam aumentar os seus conhecimentos da região onde nasceram ou que escolheram para viver, em particular os alunos do final do Ensino Secundário e do Ensino Superior. Naturalmente, a obra será lida com proveito também por outros investigadores, ou simplesmente interessados neste campo de estudos, e ainda por arqueólogos, até por constituir modelo que conviria ver mais frequentemente adoptado, em particular pelas autarquias, a quem cabe, em primeira instância, o patrocínio deste tipo de publicações, de marcado cunho local.

Enfim, esta publicação, que é a consequência imediata de muitos outros trabalhos do autor, constitui, mais do que um "ponto da situação" ou corolário do já realizado na matéria, uma chamada de atenção para a importância e diversidade do património arqueológico oeirense, cuja investigação, protecção e valorização, agora, mais do que nunca, se impõe, tendo presente a muita informação entretanto definitivamente perdida, face às profundas transformações operadas na ocupação humana da região em época recente. Como é sabido, a única forma de preservar e valorizar o património arqueológico, passa, forçosamente, pelo seu conhecimento, viabilizado por estudos particulares e de síntese, como este que agora se publica: assim ele possa, também neste difícil campo, cumprir os objectivos que presidiram à sua preparação.

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 9 • 2000



Sítios, pedras e homens: trinta anos de Arqueologia em Oeiras

por

João Luís Cardoso

Agregado em Pré-História, Universidade Aberta
e Academia Portuguesa da História. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2000

- COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo
os casos devidamente assinalados
FOTOGRAFIA – João Luís Cardoso, Guilherme Cardoso,
Bernardo Ferreira, Georges Zbyszewski e A. Santinho Cunha
CAPA – Bernardo Ferreira e João Luís Cardoso
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / Câmara Municipal de Oeiras
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho
de Oeiras / Câmara Municipal de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena - Edifício 31
Estrada das Fontainhas - Tercena - 2745-615 Barcarena

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauscherverkehr erwünscht

- ORIENTAÇÃO GRÁFICA
E REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO
E ACABAMENTO – Cabográfica, Lda. - Tel. 214 394 622
Massamá
DEPÓSITO LEGAL N.º – 97312/96

*Ao Dr. Isaltino de Morais,
que soube, melhor do que ninguém, reconhecer
que, no conhecimento do Passado oirense,
melhor se realiza o Presente e se projecta
o Futuro, do qual tem sido esclarecido obreiro*

PREFÁCIO

Antiguidades monumentaes do Algarve, foi o título que Estácio da Veiga escolheu para a publicação extensa e detalhada do resultado de anos de investigações arqueológicas desenvolvidas na sua terra natal. Apreciar qualquer ensaio de síntese realizado em Portugal, com um carácter local / regional, usando sobretudo informação de índole arqueológica, não pode deixar de trazer à memória esse ilustre precursor. Alguns traços aproximam, enquanto outros afastam, o trabalho de João Luís Cardoso do apresentado pelo ilustre algarvio.

Em primeiro lugar, aqui, é de efectivo trabalho de síntese que se trata e não propriamente de extensa e detalhada apresentação de dados, o que explica, por exemplo, a dimensão de uma e de outra obras. Em segundo lugar, o que nas *Antiguidades monumentaes* era um primeiro vislumbre de remotas eras, realizado pelo recurso aos incipientes meios de uma nova disciplina científica que ensaiava então os seus primeiros passos, apresenta-se aqui como um tentame de sistematização de informações carreadas por diferentes investigadores ao longo de mais de um século de pesquisas locais e regionais de desigual extensão e qualidade, para além da investigação pessoal do Autor que naturalmente constitui a parte mais rica e significativa. Deste modo, se a obra de Estácio da Veiga é um corolário (ainda para mais incompleto, interrompida que ficou a sua publicação, por morte do Autor), a presente é, sobretudo, em minha opinião, um bom ponto de partida para a leitura dos inúmeros estudos monográficos de João Luís Cardoso; de quem se espera, aliás, muito mais investigações e publicações. Finalmente, o que não é menos importante, enquanto que o Algarve se apresenta como uma região geográfica claramente demarcada, o que confere especial sentido a um estudo que eleja o território como objecto de pesquisa, a que trata do passado de Oeiras lida com uma realidade política e administrativa (o concelho), sem personalidade geográfica ou identidade própria. Por esta razão, a recorrente consideração de mais amplos enquadramentos se impunha no estudo oeirense: consciente deste facto, o Autor fê-lo de uma forma sistemática, procurando contextualizar em mais amplos horizontes o microcosmos artificial que a moderna circunscrição delimita.

Há, todavia, traços comuns em ambas obras, que me interessaria salientar. O mais óbvio é o que decorre do profundo acto de amor por um espaço, um território, que forçosamente subjaz a tais iniciativas. O enorme investimento pessoal que anos de aturado estudo implica, constitui o mais eloquente exemplo de tal ligação afectiva. De realçar será também o efectivo apoio de entidades públicas, indispensável à boa concretização destes trabalhos. Apesar do constante queixume de Estácio da Veiga sobre a indiferença a que os seus esforços eram votados e apesar de se não ter concretizado em toda a amplitude o seu sonho da criação de um Museu e centro de estudos do Algarve, há que reconhecer que os apoios existiram. Veiga foi, de facto, o primeiro arqueólogo profissional português, contratado e pago pelo Estado para realizar um trabalho especificamente arqueológico – as queixas sobre a falta de meios e apoios são o que são e valem o que valem, sendo certo que não é habitual ouvir os investigadores desta ou de outras áreas disciplinares reconhecerem prazenteiramente que dispõem de todos os meios que desejariam ou necessitariam para a boa prossecução dos seus trabalhos...

Diga-se que João Luís Cardoso não se costuma queixar de falta de meios e apoios e, há que reconhecê-lo, o lamento pela falta de condições constitui frequentemente um pretexto / justificação / álibi para a inacção, pecado de que este investigador está absolutamente isento.

É claro que aquele traço comum (os apoios públicos) poderia talvez reforçar-se por uma nota merecedora de reflexão. Estácio da Veiga foi primeiramente apoiado pelo gabinete de Fontes Pereira de Melo, reconhecidamente um dos principais obreiros do esforço modernizador do séc. XIX português; o labor de João Luís Cardoso em Oeiras está indissociavelmente ligado aos mandatos do Dr. Isaltino de Moraes, reconhecido como um autarca empenhado na promoção do desenvolvimento do seu concelho. Serve esta analogia para sublinhar como não há forçosamente antagonismo entre políticas ditas "desenvolvimentistas" e acções consequentes de preservação de memórias e patrimónios do passado. Aliás, um interessantíssimo projecto de investigação sociológica recentemente publicado, sublinha bem como toda a movimentação em torno do "caso Foz Côa" constitui um claro indicador de uma nova consciência cívica, que também já se afirma em Portugal, definida como típica do "cidadão pós-moderno", que, vendo satisfeitas as suas necessidades sociais básicas, privilegia novas frentes de participação, onde o Património Cultural e os temas Ambientais adquirem particular relevância, como indicadores de qualidade de vida e do chamado desenvolvimento sustentado. Trata-se de uma obra, o estudo sobre o "caso Foz Côa", cuja leitura se recomenda vivamente a todos os decisores políticos, eventualmente mais distraídos ou menos atentos aos "novos tempos" que viemos; mas igualmente recomendável para todos os agentes que lidam com questões patrimoniais, designadamente os arqueólogos, para que interiorizem as reais expectativas sociais que rodeiam a sua actividade e as competentes responsabilidades que sobre os seus ombros pesam. Como adiante se verá, o trabalho de João Luís Cardoso em Oeiras tem forte relação com estes temas e questões, de óbvia actualidade, e constitui notável exemplo a seguir.

Mas, provavelmente o mais importante, é reconhecer que tanto no Algarve como em Oeiras, tratando de um labor frequentemente conjugado na primeira pessoa do singular, toma corpo de obra publicada, cumprindo um desígnio fundamental da investigação arqueológica: o conhecimento público do resultado das investigações. Quando falamos da função social da arqueo-

logia, como disciplina científica, especificamente voltada para a construção de memórias colectivas, e do arqueólogo como agente de produção de uma significativa componente da matéria-prima de que se fazem essas memórias, frequentemente esquecemos que uma tal função social só se encontra verdadeiramente cumprida quando há efectivo retorno do investimento da sociedade. Dito por outras palavras, o contribuinte que paga, directa ou indirectamente, a investigação arqueológica, deve esperar (exigir) o retorno desse mesmo investimento, sob a forma de informação sobre vivências passadas. Em suma, uma qualquer investigação só se pode considerar verdadeiramente concluída com sucesso depois de publicada, particularmente neste novo contexto de cidadania acima enunciado. Demasiadas vezes, nós, os arqueólogos, nos queixamos do fraco investimento na nossa actividade das distintas entidades públicas e privadas, sem nos interrogarmos, porém, sobre a natureza quantitativa e qualitativa da nossa resposta. Neste particular, Estácio da Veiga e João Luís Cardoso são belíssimos exemplos a seguir. Se as suas teses, conclusões, modelos e sínteses são aceitáveis, contestáveis, discutíveis, é uma outra questão, sendo absolutamente certo que só se poderá aceitar, contestar ou discutir aquilo que se conhece, isto é, aquilo que está publicado.

Um outro ponto de reflexão de imediato ocorre. Estácio da Veiga concebeu a criação de estruturas regionais de investigação / divulgação das realidades arqueológicas. Um programa arrojado e visionário que, como é sabido, não vingou, de facto (GONÇALVES, 1980). João Luís Cardoso foi, neste particular, bastante mais feliz. Logrou concitar os apoios necessários para construir e dinamizar uma estrutura, o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, cuja acção se encontra eloquentemente expressa nos seus relatórios de actividades. De facto, o CEACO desenvolve notável e multifacetada actividade de investigação, inventariação, salvaguarda e assessoria técnica ao Município, sem descuidar também as acções de divulgação, destinadas aos mais diversos públicos, de animação e formação. Por fim, mas não no fim, tem um projecto editorial, com regular publicação de um periódico – Estudos Arqueológicos de Oeiras, em cujo nono volume o presente texto se integra -, que anima um movimento de intercâmbios nacionais e internacionais, envolvendo mais de uma centena de títulos. Trata-se de uma componente fundamental da acção de qualquer estrutura técnica e científica que, para além do mais, se poderá considerar rendível, numa perspectiva estritamente financeira, basta contabilizar o preço de capa de cada uma das publicações recebida por permuta, para verificar como o periódico quase se paga a si próprio. Num país como o nosso, tão carenciado de bibliotecas específicas, com actualização regular de fundos, só esta acção bastaria para fazer do CEACO um organismo de elevado interesse nacional.

Quanto à obra propriamente dita, ressalta de imediato o seu amplíssimo âmbito cronológico. Para além do mais, o seu Autor, é contumaz reincidente neste tipo de abordagens, desde o já longínquo: *No estuário do Tejo: do Paleolítico à Idade do Ferro*, publicado em 1987. Não creio que seja interessante retomar aqui a eterna questão entre méritos e deméritos dos ensaios pessoais de grande fôlego face a obras de âmbito colectivo. Os primeiros, se perdem em profundidade especializada – que não era, aliás, o objectivo do presente trabalho – ganham em unidade e equilíbrio de perspectiva. Quanto ao resto, aos conteúdos concretos, propostas, perspectivas, ideias, a obra aí está para ser lida e debatida.

De facto, esta obra não se destina a obra a um público de especialistas: trata-se de síntese de arqueologia regional que terá como público alvo, não propriamente essa abstracção a que correntemente se chama o "grande público" (que, infelizmente, lê cada vez menos, para não dizer que simplesmente não lê, como se encontra estatística, comercial e culturalmente comprovado), mas antes àquilo que se definiria como um universo escolarizado e urbano, que procura informação sobre o passado desta região, ou, se preferirmos o tal cidadão "pós-moderno" ou "pós-materialista" a que já aludi. Atrevo-me mesmo a dizer que serão sobretudo estudantes dos anos terminais do ensino secundário e do ensino superior que procurarão este texto. Bem entendido, será lido também, pelos "oficiais do ofício", isto é, pelos arqueólogos.

No contexto da obra de João Luís Cardoso, os ensaios de síntese constituem "balanços", pontos de situação, decorrentes dos seus estudos monográficos (resultantes de prospecções e escavações ou do estudo e publicação de colecções de museus), sem perder de vista o desenvolvimento das investigações de outrém. São, pois, trabalhos que, por reunirem informação ampla e diversificada, devidamente articulada e sistematizada, podem entender-se e abordar-se de duas formas na perspectiva do leitor: de um modo directo, como expressão das perspectivas do Autor, num dado momento do seu trabalho; de uma forma mediata, como pontos de partida para a leitura dos seus estudos monográficos.

Quem ler a presente obra de João Luís Cardoso o que vai encontrar?

Em primeiro lugar, um aspecto evidente é o que decorre da natureza da informação disponível e, conseqüentemente, da sua exploração. Qualquer investigação moderna, orientada pelas problemáticas e interrogações actuais, esbarra nas dificuldades de correctamente enquadrar e integrar dados recolhidos em décadas passadas, quando os objectivos da pesquisa eram norteados por outros anseios e indagações. Tal facto, amplamente reconhecido, demonstra sobretudo como não há processos neutros de recolha e tratamento da informação, pelo que resultará sempre difícil a actualizada contextualização de materiais depositados em museus, fruto de antigas recolhas, tantas vezes desprovidos de coordenadas que hoje consideraríamos básicas para o seu correcto tratamento; assim como se não afigura fácil tirar partido das sumárias notícias que, por vezes, se publicaram de tais recolhas. É enorme o contraste entre a informação gerada pela investigação recente devida a João Luís Cardoso e esses mais antigos elementos, que o Autor não hesitou em incorporar e tratar, na medida do possível. Há, de facto, muitas colecções depositadas em museus, que devem ser estudadas, publicadas e valorizadas, mas temos de reconhecer as suas imensas limitações e, em nenhuma circunstância, se deverá supor que o seu estudo pode substituir novas investigações sobre novos locais. Também neste domínio o presente trabalho é particularmente expressivo.

Sublinhe-se, porém, que há informação antiga particularmente interessante e relevante. Saliente-se o esforço de pesquisa historiográfica, que nos proporciona a saborosa descrição da descoberta da necrópole pré-histórica das grutas de Carnaxide, de contornos verdadeiramente pitorescos, protagonizada por um jovem empreendedor, de nome Nicoláo e, ainda, o importante trabalho de recolha iconográfica, que permitiu incluir no presente volume um considerável número de antigas fotografias de inegável interesse.

Como é sabido, a grande aposta de João Luís Cardoso consistiu, no que ao concelho de

Oeiras respeita, no estudo aprofundado e monográfico do povoado fortificado de Leceia; é certo que sem descuidar outras intervenções de escavação ou de prospecção, em outros locais, mas obviamente sem o cariz e dimensão que assumiu o seu estudo naquele local. A concentração do esforço de investigação num único sítio constitui uma opção de grande alcance, cujos resultados se encontram patentes no corpo da obra. Daí que, todas as épocas representadas em Leceia tenham recebido um mais extenso e detalhado tratamento, constituindo "núcleo duro" da obra. Assim sendo, o desenvolvimento particular que na obra é dedicada a esta notável estação pré-histórica, acaba por ser francamente positivo, até por serem lançadas novas e interessantes pistas de debate sobre os fenómenos de fortificação do povoamento no âmbito da Estremadura pré-histórica. Leceia transforma-se, pois, num estudo de caso, com amplas implicações para toda uma área regional mais extensa. Mesmo a informação resultante de recolhas antigas, no próprio povoado ou em outros locais, pôde ser particularmente valorizada, pelo conhecimento circunstanciado que a investigação de Leceia proporcionou.

No que diz respeito a este importante sítio arqueológico, várias considerações se podem fazer. Sublinho, como principal, a verificação de que o seu estudo em extensão possibilitou leituras extremamente interessantes das dinâmicas da sua utilização. O continuado estudo de Leceia, efectuado por João Luís Cardoso, em continuidade, desde 1983 até ao presente, demonstra bem todas as limitações dos trabalhos que preferem as sondagens de pequena extensão em sítios complexos e de múltiplas ocupações, como é o caso. É que a continuidade de utilização de um espaço não se faz somente de sucessivas sobreposições, de terraplenagens e reconstruções, mas também de complexas escolhas e opções, por parte dos seus utilizadores, que criam, não poucas vezes, situações de contiguidade na ocupação do espaço, passíveis de passarem despercebidas a abordagens estritamente sectoriais e circunscritas. Neste caso, a estratégia utilizada para o estudo do antigo povoado, passando pela sua escavação em extensão, que ultrapassa um área superior a dez mil metros quadrados, revelou-se a mais correcta para a captação e compreensão da sua longa existência.

Permito-me salientar, ainda, a perplexidade causada pelos resultados do seu estudo. O processo da sua construção e complexificação arquitectónica parece desenhar-se ao arpejo das dinâmicas de "desenvolvimento" / "progresso social – económico – tecnológico" das comunidades que o utilizaram, sublinhando de um modo vigoroso o quão falacioso é o quadro conceptual "iluminista" e "positivista" com que tradicionalmente lemos o devir das sociedades. Não há correspondência, pois, entre os fenómenos de intensificação económica e complexificação social das comunidades locais e o "esplendor" ou "decadência" da arquitectura do povoado. Há, sim, diferentes formas de edificar e organizar o habitat, respondendo a desígnios e objectivos que, em boa parte, ainda nos escapam – e, provavelmente, sempre escaparão –, mas não há claramente um investimento social contínuo e linear no incremento da arquitectura dos aglomerados.

Mas há ainda um outro aspecto patente na obra em apreço. É que para algumas épocas falta, simplesmente, a informação. Nem antiga, nem moderna. E esses casos não deixam de ser significativos. O moderno crescimento da ampla área metropolitana de Lisboa, que é, literalmente, de ontem – veja-se, a este respeito, por exemplo os números coligidos e apresentados

por César Oliveira, em 1996 – não foi, até época recente arqueologicamente acompanhado. Neste processo, creio que os próprios arqueólogos se demitiram, demasiadas vezes, de uma participação activa e directa na salvaguarda dessa informação – com honrosas excepções, como a que é corporizada por João Luís Cardoso, que fez o que poderia estar ao seu alcance, antes da criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO), em 1988, criação que se deve à Câmara Municipal de Oeiras mas que teve por estrita justificação a importância do seu próprio trabalho, quotidianamente realizado de forma empenhada, que felizmente foi reconhecida.

Doravante, cada nova perda, por ser cumulativa com décadas de destruição, assumirá proporções intoleráveis. Há que providenciar para que se criem, ao nível dos municípios, gabinetes arqueológicos activos e devidamente apetrechados para responder às diversas emergências, que o desenvolvimento contemporâneo constantemente cria. Há que promover uma eficaz cooperação inter-municipal, uma vez que o modelo de crescimento da área metropolitana se pautou (e pauta) por uma crescente segmentação em diferentes entidades municipais com diferentes estruturas e tutelas. Há que ganhar a consciência de que os desafios que se colocam à prática arqueológica nestas áreas tem uma marcada especificidade, porque se trata de uma arqueologia em áreas amplamente urbanizadas, sem ser propriamente uma "arqueologia urbana", no sentido em que tal conceito se aplica, quando dos chamados centros históricos se trata. Lida, em muitos casos, com áreas de recente urbanização, muitas vezes com escassa intrusão no subsolo, isto é, sem a riqueza e complexidade estratigráfica dos sítios em que se verificam longas persistências de estruturas urbanas, mas com melhor conservação dos níveis arqueológicos. Trata-se, quase sempre, de locais de recorrente utilização humana, com significativas soluções de continuidade, e com estruturas e vocações distintas. Cite-se, somente a título de exemplo, os numerosos casos de re-utilização medieval das estruturas residenciais das *uillae* romanas, elas próprias frequentemente instaladas em locais onde se conservam vestígios de antigas ocupações pré-históricas. No caso concreto de Oeiras, o exemplo mais conhecido será, sem dúvida, o mosaico romano da rua das Alcássimas, denunciador da presença da *domus* de uma *uilla*, que, por sua vez, se instalou em local onde se conservavam ainda os vestígios de uma mais antiga ocupação.

Mesmo no que respeita aos centros urbanos históricos, parece-me imprescindível assumir uma nova atitude. A partir do momento em que a investigação arqueológica passou a valorizar as paisagens antropizadas como elementos centrais de estudo, a partir do momento em que deslocou o foco da sua atenção do sítio arqueológico, entendido como realidade singular, para as redes de povoamento, deixa de fazer sentido a fixação das medidas minimizadoras de impactes em áreas pré-definidas como os chamados "centros históricos", sem que, paralelamente, se acompanhe com idêntica atenção toda a sua antiga envolvente. Parece-me urgente, pois, que se reflecta sobre as mais adequadas estratégias para lidar com os resíduos de um património arqueológico que sabemos estar já extensamente truncado. Mais do que lamentar o que irremediavelmente se perdeu, parece-me necessário estruturar e planificar bem o presente, com a consciência da tremenda responsabilidade que pesa sobre os nossos ombros. A condescendência com que podemos ler os fracassos passados é inaceitável hoje.

Eventualmente, "eles" não sabiam o que estavam a fazer, ou não tinham meios financeiros, técnicos e humanos para o fazer de outro modo; seguramente, "nós" temos obrigação de saber e temos os meios para o fazer...

Deve sublinhar-se, também, que a situação tende a modificar-se, como se pode apreciar pelo recente balanço publicado nas páginas da revista *Al-Madan* (1994) e que, hoje, praticamente todos os municípios desta região se encontram dotados de gabinetes técnicos com capacidade para minimizar os impactes sobre o património arqueológico. E nunca será demais sublinhar a importância e o papel pioneiro que João Luís Cardoso e o CEACO desempenharam em todo este contexto.

Mas, voltando, ao estudo em questão, algumas das lacunas de informação detectadas poderão ainda explicar-se pela coincidência das ocupações antigas com as modernas, ou pelas profundas alterações sofridas pela frente litoral do Concelho, designadamente as zonas estuarinas das suas principais ribeiras. Factores que truncaram ou dissimularam vestígios de antigas ocupações. Pelo que se poderá dizer que os elementos em falta, a não terem sido entretanto destruídos, dificilmente poderão ser recuperados e, para sempre, a história das antigas ocupações da área de Oeiras permanecerá lacunar. E isto sem ser preciso invocar ou recorrer a outro tipo de considerações: a fragilidade dos vestígios, que centenas de anos de agricultura intensiva e extensiva teriam apagado por completo, ou mesmo as ausências de povoamento efectivo em determinados períodos, realidade que não custa admitir como perfeitamente possível, explicariam a situação documentada pela arqueologia.

A obra de João Luís Cardoso recolhe ainda uma extensa lista de referências bibliográficas, pouco usual em trabalhos de índole ensaística, mas sempre louvável em obras de síntese, particularmente por orientar o leitor interessado para estudos mais aprofundados e de carácter específico. Atendendo ao potencial "público-alvo" do presente trabalho esta opção afigura-se fundamental e constitui elemento particularmente enriquecedor do mesmo.

O estudo de João Luís Cardoso, alicerçado em três décadas de investigações pessoais, de terreno e de gabinete no domínio da arqueologia, fruto como disse da dedicação e do amor do Autor à região, é experiência que dificilmente se poderia encontrar noutra qualquer município português. Ele aqui fica, como mais uma peça de significativo valor na extensíssima produção bibliográfica do Autor e, igualmente, como importante elemento para uma iniciação à problemática das ocupações antigas do espaço do concelho de Oeiras, no contexto dos seus mais amplos enquadramentos. Que seja lido, discutido e debatido é o que se deseja.

Carlos Fabião

Arqueólogo, Vice-Presidente do Conselho Científico da FLUL.

ÍNDICE

Prefácio.....	9
Apresentação.....	19
1 – Oeiras antes do Homem.....	21
2 – Oeiras, o Tejo e o Oceano.....	27
3 – O Povoamento e os Recursos.....	29
4 – O Paleolítico Inferior Arcaico.....	33
5 – O Paleolítico Inferior e Médio.....	41
6 – O Paleolítico Superior.....	53
7 – Epipaleolítico / Mesolítico e Neolítico Antigo/Médio.....	59
8 – O Neolítico Final.....	63
9 – As Necrópoles do Neolítico Final e do Calcolítico.....	71
10 – O Calcolítico.....	83
11 – As Cerâmicas Campaniformes.....	129
12 – A Idade do Bronze.....	143
13 – O Bronze Final.....	145
14 – A Idade do Ferro.....	153
15 – O Período Romano e Alto-Medieval.....	161
16 – Bibliografia.....	181

APRESENTAÇÃO

Este trabalho resulta de trinta anos de prospecções e escavações arqueológicas levadas a cabo pelo signatário na região oeirense. Neste início de milénio impunha-se, pois, um trabalho de síntese dos conhecimentos adquiridos sobre as sucessivas presenças humanas até ao presente reconhecidas e caracterizadas na região oeirense, até para melhor se identificarem lacunas, sobre as quais deverá incidir esforço acrescido, em futuras investigações.

Trata-se, por outro lado, de um contributo essencialmente pessoal, resultante directamente de observações ou de resultados científicos colhidos em primeira mão; outros, obtidos por investigadores antecedentes, foram objecto de reinterpretação e de adequada integração, à luz dos conhecimentos actualmente disponíveis. Desta forma, trata-se de documento datado no qual, sem se pretender ser exaustivo na análise das estações arqueológicas ou espólios conhecidos na área concelhia, se apresenta uma síntese, supostamente harmoniosa, equilibrada e inovadora, susceptível de integrar os conhecimentos decorrentes de muitos e muitos estudos parcelares, nalguns casos de evidente especificidade, publicados pelo autor ao longo dos anos, recorrendo frequentemente a colaboração especializada. Seria impossível ter concretizado tanta obra – de que são exemplo paradigmático as escavações realizadas no povoado pré-histórico de Leceia, iniciadas pelo signatário em 1983 e que ainda decorrem, a Sala de Arqueologia, dotada de modernos meios, instalada na Fábrica da Pólvora de Barcarena, a valiosa série "Estudos Arqueológicos de Oeiras", que, iniciada em 1991, conta já com oito volumes publicados e muitas outras realizações – não fôra o apoio concedido pela Câmara Municipal de Oeiras e pelo seu ilustre Presidente, o Dr. Isaltino Afonso de Moraes, desde o primeiro momento do seu primeiro mandato: tais apoios foram definitivamente consolidados em 1988, com a criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, um dos primeiros que, a nível autárquico, se organizaram em Portugal. Assim sendo, os resultados científicos que se procuraram sintetizar neste livro são, também, obra sua: é por isso que se afigura de elementar justiça partilhar com ele o muito que já foi feito, diariamente, ao longo dos últimos

dezasseis anos. Quando um objectivo se encontra definido há que contar, essencialmente com as forças próprias para o concretizar; porém, com trabalho isolado pouco se consegue, a não ser, muitas vezes, a admiração tardia pela obra realizada. O Dr. Isaltino Afonso de Moraes soube interpretar desde o início este projecto, dando-nos o ânimo, o apoio, a confiança e orientação para prosseguirmos, em palavras e, o que mais importa, em atitudes e decisões concretas, como é de seu timbre sempre que verifica as potencialidades de qualquer iniciativa, desde que possa redundar em benefício de todos e, em particular, do concelho a que preside, com o qual já o seu nome se confunde, tal a magnitude das transformações nele operadas em profundidade, ao longo destes últimos dezasseis anos.

Assim se afirmou e afirma Oeiras: com obra feita no difícil domínio da investigação, defesa e divulgação do seu património arqueológico, de que este contributo é, apenas, a sua mais recente e acabada expressão, e como exemplo consequente, que conviria ver por outros seguido, em prol do nosso tão rico quanto depauperado património arqueológico nacional.

1 – OEIRAS ANTES DO HOMEM

EVOLUÇÃO

*Fui rocha, em tempo, e fui, no mundo antigo,
Tronco ou ramo na incógnita floresta...
Onda, espumei, quebrando-me na aresta
Do granito, antiqússimo inimigo...*

*Rugi, fera talvez, buscando abrigo
Na caverna que ensombra urze e giesta;
Ou, monstro primitivo, ergui a testa
No limoso paul, glauco pascigo...*

*Hoje sou homem – e na sombra enorme
Vejo, a meus pés, a escada multiforme,
Que desce, em espirais, na imensidade...*

*Interrogo o infinito e às vezes choro...
Mas, estendendo as mãos no vácuo, adoro
E aspiro unicamente à liberdade.*

Antero de Quental

O concelho de Oeiras, com uma área de pouco mais de 60 km², corresponde aproximadamente a um rectângulo, de que um dos lados maiores coincide com a orla litoral estuarina, até à confluência com o Oceano, em São Julião da Barra, que constitui o seu limite mais ocidental (**Fig. 1**). A presença do Oceano encontra-se, com efeito, profundamente marcada nas características dos terrenos que, sucessivamente se formaram ao longo dos tempos geológicos e dos quais actualmente se podem observar retalhos mais ou menos extensos: desde as mais recuadas épocas registadas por depósitos geológicos na área em apreço, se denota a presença de um vasto oceano a Ocidente, coincidindo a actual área concelhia à margem dessa vasta massa de água, verdadeiro espaço de transição para as terras emersas, situadas a oriente. Essa realidade global persistiu, com numerosas alterações menores, até à actualidade.

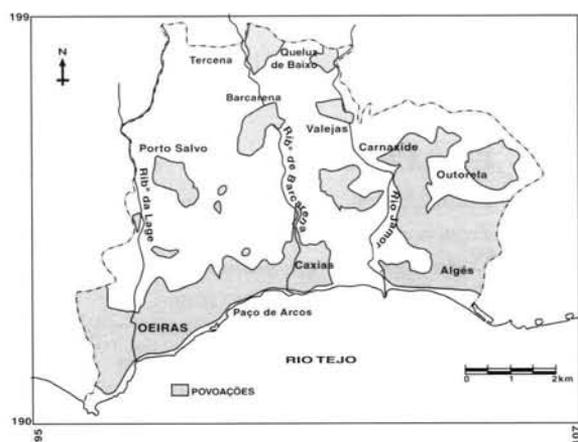


Fig. 1 - Situação do concelho de Oeiras no espaço regional (em cima) e distribuição das áreas urbanizadas (em baixo).

Os afloramentos mais antigos representados na actual área do concelho de Oeiras correspondem a uma alternância de margas e de calcários margosos, do Cenomaniano Inferior e Médio (Cretácico Inferior), testemunhos de uma invasão marinha então verificada na região, ainda que interrompida por recuos temporários do mar. Os respectivos testemunhos observam-se actualmente em diversas zonas, especialmente ao longo dos principais vales que sulcam o concelho, de Norte para Sul, como os da ribeira da Lage e da ribeira de Barcarena. No Cenomaniano Superior (topo do Cretácico Inferior), as características ambientais alteraram-se: dominam os calcários duros, subcristalinos, compactos ou apinhoados, frequentemente constituídos por rudistas (corais de um grupo extinto), e placas e nódulos de sílex interestratificados, indício da instalação na região de um ambiente subrecifal, com a formação de bancos coralígenos que separavam as terras emersas do mar aberto. Nas lagunas litorais assim formadas, protegidas da agitação marítima pelas barreiras aludidas, a sedimentação era calma: deste

modo, existiam condições propícias para a conservação de uma rica ictiofauna (**Fig. 2**), de que se recolheram abundantes exemplares em antigas pedreiras em curso de exploração, tanto na região de Laveiras, como, mais a Norte, nas de Murganhal e de Barcarena, ao longo da margem direita da ribeira do mesmo nome (FERREIRA, 1961). A grande dureza das assentadas calcárias do Cenomaniano Superior, directamente sobrepostas aos terrenos do Cenomaniano Inferior e Médio, deram origem, por erosão diferencial, à formação de pequenas escarpas, como as que marginam o topo dos vales das duas linhas de água aludidas, com destaque para as ainda conservadas ao longo do vale da ribeira de Barcarena, a montante da povoação de Murganhal. Podemos, pois, entrever uma situação de relevos pouco pronunciados e uma vasta área de interface, de águas de características subtropicais pouco profundas, ocupando toda a actual zona concelhia, prolongando-se, naturalmente, para além dela. A transgressão marinha do Cenomaniano Superior não ultrapassou, contudo os limites máximos anteriormente atingidos. Finda esta fase, a regressão que se sucedeu deixou a descoberto uma vasta plataforma litoral plana, cujo relevo foi contudo acentuado pela instabilidade tectónica que se seguiu, com a imposição de numerosas falhas e dobramentos, os quais atingiram expressão máxima aquando da instalação do maciço eruptivo subvulcânico de Sintra, há cerca



Fig. 2 -Pycnodus laveirensis Veiga Ferreira, 1961 (in FERREIRA, 1961, Est. VIII), peixe do Cretácico Inferior pela primeira vez reconhecido nas antigas pedreiras de Laveiras.

de 75 Milhões de Anos. Ao mesmo tempo, os terrenos calcários, já emersos, sofreram intensa erosão, tanto da água corrente, devido tanto à instalação de cursos de água na região (cuja rede hidrográfica desconhecemos), como à acção da própria água de precipitação (erosão cársica), conduzindo à formação de relevos caracterizados por numerosas depressões e cavidades resultantes da dissolução dos calcários pela água da chuva, posteriormente preenchidos por materiais vulcânicos, aquando das erupções verificadas nos arredores de Lisboa. Esta realidade pode observar-se na frente da grande pedra de Laveiras, por exemplo, na qual se observa a sobreposição dos materiais vulcânicos aos calcários do Cenomaniano Superior, fossilizando-os, pois que o respectivo topo, até então exposto, constituía a própria superfície topográfica da altura.

Entre cerca de 72 ± 2 Milhões de Anos e 55 ± 18 Milhões de Anos (ALVES *et al.*, 1980) atrás, toda a região em torno de Lisboa e, para Norte, até cerca de Torres Vedras, conheceu importante actividade vulcânica, da qual subsistem actualmente, no território oeirense, excelentes exemplos. Recentes obras públicas, de grandes proporções, permitiram observar, em diversos locais, a constituição do que se designou Complexo Basáltico ou Vulcânico de Lisboa, nas zonas de Carnaxide, Barcarena, Paço de Arcos e Oeiras. A espessura desta série de terrenos vulcânicos é variável: de apenas escassos decímetros, constituindo actualmente ténue cobertura dos calcários cretácicos, até mais de 400 m, na zona de Carnaxide. Ao longo de tão grande potência estratigráfica, foi possível evidenciar episódios de actividade vulcânica intensa, com produção de escoadas lávicas



Fig. 3 -Foto de 1915 evidenciando a paisagem característica dos terrenos basálticos da região oeirense, então intensamente agricultados: a – Montijo; b – Mama Sul; c – plataforma à cota 152 m (in CHOFFAT, 1951, Pl. 14, n.º 1).

que, depois de arrefecidas, deram origem a rochas basálticas, alternantes com períodos de emissões piroclásticas e cinzas vulcânicas, constituindo finas camadas de tufos avermelhados, denunciando intervalos de maior acalmia (**Fig. 3**). No decurso destes últimos, deu-se a instalação de pequenos lagos, pouco profundos, devido à retenção superficial da água, impedida de se infiltrar pela pouca

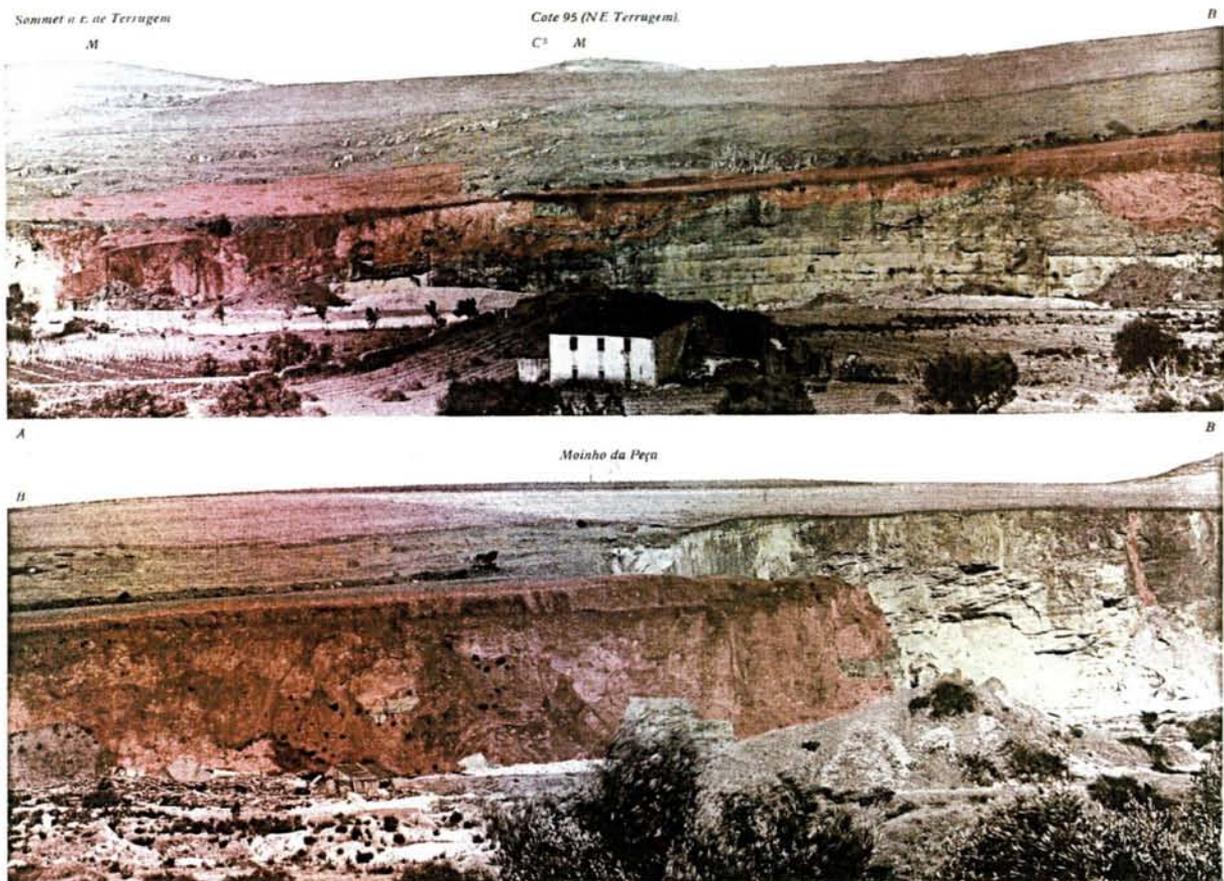


Fig. 4 - Foto de 1915 das pedreiras de Laveiras. A rosa, representa-se a zona ocupada por grande dyke basáltico, intrusivo nos calcários do Cretácico Inferior, a verde, Miocénico, no alto, representa-se pela sigla M (in CHOFFAT, 1951, Pl. 6).

permeabilidade dos terrenos. Em tais circunstâncias, desenvolveu-se uma vegetação própria, acompanhada de moluscos terrestres, de que se recolheram numerosos exemplares na região de Carnaxide e de outros animais, entre os quais répteis e anfíbios, do grupo dos crocodilos, ranídeos e tritónídeos. A análise química revelou que as escoadas lávicas eram constituídas por rochas basálticas, ainda que de diferente composição e textura, o mesmo se verificando com as rochas filoneanas relacionadas com as ejeções magmáticas, de tipo dolerítico, umas e outras esporadicamente aproveitadas para a confecção de artefactos de pedra polida, como os recolhidos em Leceia.

Na área do concelho, a existência de escoadas lávicas explica-se pela sua dispersão, a partir de diversos aparelhos vulcânicos cujos vestígios são ainda visíveis nalguns locais, como na Pedreira Italiana, em Laveiras e no Monte do Castelo, a Sul de Leceia (*Fig. 4*): trata-se de raízes dos cones vulcânicos que atravessaram os calcários sub-cristalinos cretácicos, constituindo ilhotas no meio das pedreiras, dada a sua falta de interesse, que não justificou exploração.

A cronologia da actividade vulcânica observada na região situa-a entre o final do Cretácico e o Eocénico Inferior. Deste sistema, bem como do Paleogénico em geral, não se conhecem depósitos na actual área concelhia, embora estes ocorram perto de Amadora, prolongando-se em direcção a Benfica, de onde derivou o nome por que são conhecidos: "Formação de Benfica". Deste modo, não nos deteremos mais sobre as suas características.

O registo geológico volta a estar presente a partir de, aproximadamente, 24 Milhões de Anos, correspondente ao Miocénico Inferior (Aquitânico e Burdigaliano), altura em que novo movimento transgressivo marinho inundou o território oeirense ou parte dele, depois de um longo período de emersão, desde o final do Cretácico Inferior. Os depósitos miocénicos marinhos desenvolvem-se ao longo do litoral actual, recobrando ora o Complexo Vulcânico, como se observa por exemplo na Cruz Quebrada e em Caxias, ora acumulados directamente sobre os calcários cretácicos, facto particularmente visível na frente oceânica, em São Julião da Barra. Desconhecem-se depósitos do Miocénico Superior: o facto deve-se, provavelmente, à sua posterior erosão, mais do que à ausência de sedimentação na época, visto eles se encontrarem muito bem representados em numerosos afloramentos da região de Lisboa. O final do Miocénico é marcado por regressão marinha generalizada, assim como por movimentos tectónicos que estiveram na origem, mais a Sul, da formação da pequena cadeia montanhosa da Arrábida, constituída por uma sucessão de anticlinais com eixos de dobramento de direcção variável. No extenso sinclinal da península de Setúbal, formado na sequência de tais movimentos, deu-se a penetração do mar no Pliocénico: os mais de 300 m de sedimentos, essencialmente arenosos, que se acumularam na zona central da estrutura sinclinal, mostram que a sedimentação era acompanhada pela deformação e afundimento lento da própria bacia. Destes fenómenos, porém, não se reconhecem testemunhos mais a Norte; o Pliocénico não se encontra representado no território oeirense.

O Plistocénico encontra-se representado por restos de praias marinhas, observáveis a altitudes decrescentes até o litoral actual, constituindo degraus ainda marcados na paisagem, embora dos respectivos depósitos já pouco reste, em consequência das actividades humanas – agricultura e, sobretudo, ocupação urbana – e da própria erosão. Assim se podem explicar os poucos testemunhos conhecidos, representados por seixos rolados de quartzito, recolhidos à

superfície dos terrenos basálticos, em diversas zonas, com destaque para as imediações do Alto de Leão, a altitudes em torno dos 150 m; são os derradeiros testemunhos de antigas coberturas detríticas do Quaternário Antigo, hoje quase totalmente desaparecidas. Mais próximo do litoral actual, destaca-se o depósito do Alto da Barra/Reduto de Renato Gomes Freire, o qual, actualmente destruído pela urbanização ali implantada, foi correlacionado com a formação de praia marinha tirreniana; nela se recolheram *in situ* diversos seixos de quartzito afeiçoados, adiante referidos.

Por último, o Holocénico corresponde à formação das praias actuais e dos depósitos fluviais arenosos que colmatam o leito das principais linhas de água. É crível que estes últimos tenham aumentado de há 5000 anos, em virtude da elevação do nível marinho, até estabilizar, a cota próxima da actual, por essa época (DIAS, RODRIGUES & MAGALHÃES, 1997), tendo como consequência a diminuição da competência do agente de transporte, por decréscimo do declive; por outro lado, é de considerar o próprio acréscimo da erosão e perda de solo nas respectivas bacias hidrográficas, com a conseqüente produção de sedimentos, que acabariam por atingir as linhas de água, devido à deflorestação e a outras actividades humanas. Por último, é crível que o clima, evoluindo nos últimos séculos, provavelmente, no sentido de uma maior aridez (menor humidade) tenha contribuído, complementarmente, para aquele efeito (ver, a este propósito, CARDOSO, 1993, 1994 e ANTUNES & MOURER-CHAUVIRÉ, 1992). A espessura dos enchimentos holocénicos atinge cerca de 25 m, na zona vestibular do rio Jamor, denotando a profundidade do escavamento do leito do rio no decurso da fase mais recente do último período glaciário.

2 – OEIRAS, O TEJO E O OCEANO

Como decorre do que atrás ficou dito, a história da ocupação humana da região oeirense não pode dissociar-se da presença poderosa dessas duas realidades físicas que são o estuário do Tejo e o Oceano adjacente. A história geológica, tratada a traços gerais no capítulo anterior, evidencia a posição do território oeirense, desde pelo menos o Cretácico Inferior, há cerca de

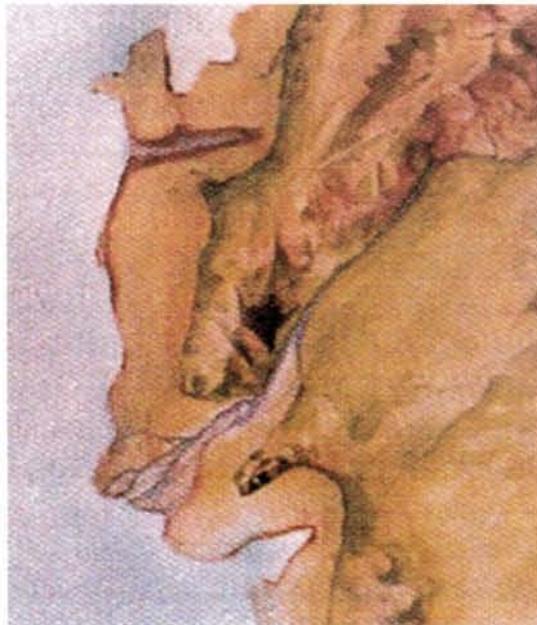


Fig. 5 - Trecho do litoral estremenho, cerca de 30 000 anos atrás, evidenciando-se a existência de vasta plataforma litoral então emersa, ultrapassando, nalguns trechos, 40 km de largura (in ANTUNES & CARDOSO, 2000, Fig. 38).

140 Milhões de Anos, quando era ocupado por vasta plataforma recifal, até à actualidade, como zona interface entre o Oceano, então em franca expansão e as terras firmes, emersas, situadas mais para Este. Ainda no final do Plistocénico, quando toda a região já era povoada por tribos de caçadores-recolectores, as variações eustáticas do nível marinho fizeram-se sentir de forma intensa, afectando profundamente o quotidiano das populações que aqui viviam e encontravam, na fácil recollecção de moluscos, ao longo do litoral, em complemento da caça que praticavam intensamente, uma fonte importante de subsistência. Com efeito, há cerca de 30 000 anos as vastas savanas, constituídas por vegetação de gramíneas e herbáceas, que atapetavam os solos basálticos de relevo suave e ondulado, que ocupam boa parte do território oeirense, eram frequentadas pelos derradeiros grupos itinerantes de caçadores-recolectores neandertais, que encontravam, nos domínios setentrionais peninsulares, o seu último refúgio. Nessa

altura, estima-se que o nível do mar estivesse cerca de 60 m abaixo do actual (*Fig. 5*), variação que tendeu a aumentar à medida que se aproximava a época de maior rigor climático da última glaciação europeia – o chamado pleniglaciário wurmiano – verificado cerca de 19 000 anos atrás. Estava-se, então, em pleno Solutrense, etapa cultural do Paleolítico Superior que se encontra documentada na área em apreço, a qual será adiante objecto de pormenorizada caracterização. O nível do mar atingia, então, o seu mínimo absoluto, cerca de 120 a 140 m abaixo do actual: é fácil imaginar a vasta planície litoral, com mais de 40 km de largura então posta a descoberto. Passariam defronte do litoral minhoto icebergs em estado de fusão acelerada, descendo a água do mar, no Inverno, à temperatura de apenas + 4°.

Findo o período mais frio, a ascensão do mar foi, de início, lenta; há cerca de 16 000 anos atrás, o nível marinho estabilizou em torno da batimétrica -100 m, ali permanecendo cerca de 3000 anos. Porém, entre 13 000 e 11 000 anos antes do presente, observaram-se importantes modificações climáticas e no regime de circulação das correntes oceânicas (DIAS, RODRIGUES & MAGALHÃES, 1997). Segundo estes autores, a corrente do Golfo, penetrando até ao mar de Barrents, promoveria a rápida fusão dos gelos defronte da frente atlântica europeia e o recuo da frente polar, que anteriormente se instalara ao nível da Península Ibérica, para o Atlântico Norte-Occidental. As temperaturas das águas oceânicas defronte do litoral português seriam então semelhantes às actuais, acompanhando evolução climática no sentido de aquecimento, expresso pela fusão dos gelos no hemisfério norte, com o conseqüente movimento transgressivo, então verificado, que elevou o nível marinho para a batimétrica - 40 m. Ou seja: em apenas 2000 anos, entre 13 000 e 11 000 anos antes do presente, o mar subiu cerca de 60 m, invadindo bruscamente vastos territórios até então emersos, e por certo explorados por diversos grupos humanos. É fácil entrever os profundos impactes que o referido fenómeno induziu na vivência de tais populações, obrigadas a alterar drasticamente, e em curto espaço de tempo, o seu próprio quotidiano. É provável, na área que interessa a este estudo, que existam numerosas estações arqueológicas submersas, em especial na antiga zona de confluência do Tejo com o Oceano.

A subida continuou pelos tempos pós glaciários. Cerca de 10 000 anos atrás, o contínuo aquecimento climático, responsável pelo quase total desaparecimento de glaciares na Europa, explica a tendência transgressiva marinha, que continuou a verificar-se: 8000 anos atrás, o mar encontrava-se ainda à cota - 20 m e a subida continuou, até estabilizar em torno da cota actual, atingida há cerca de 5000 anos. Estava-se, então em pleno Neolítico Final. O Homem passou de mero utilizador do estuário e do litoral adjacente, como fonte de recursos alimentares, para os aproveitar como zonas de circulação de produtos, verdadeira "estrada" líquida que, cada vez mais, foi determinantes para o desenvolvimento económico e cultural das comunidades aqui sediadas, realidade que, no decurso deste trabalho, será, a seu tempo, devidamente valorizada.

3 – O POVOAMENTO E OS RECURSOS

As excelentes condições naturais oferecidas pela região ribeirinha do estuário do Tejo, onde a área correspondente ao actual concelho de Oeiras naturalmente se insere, constituíram, desde muito cedo, factores propícios à ocupação humana. Referiu-se acima a importância da presença do estuário do Tejo e do litoral oceânico adjacente como zonas privilegiadas para a obtenção de recursos alimentares, em especial nos tempos pós-glaciários. Mas outras condições igualmente favoráveis foram determinantes. Clima ameno, mais frio e seco nos períodos correspondentes ao desenvolvimento dos glaciares nas regiões setentrionais de Portugal; solos férteis, sobretudo na margem norte do estuário, derivados em grande parte de rochas basálticas que afloram de Loures a Oeiras; rede hidrográfica de orientação geral Norte-Sul, com vales importantes, amplamente abertos ao estuário como os das ribeiras da Lage, de Barcarena e do rio Jamor favoráveis à circulação de produtos e pessoas até época recente, facilitando as ligações de e com o estuário do Tejo; existência de matérias-primas de alta valia na Pré-História, como o sílex, comum sob a forma de nódulos ou de "tablettes" interstratificadas em certos níveis de calcários duros do Cenomaniano aflorantes em numerosos locais e, por último, a proximidade do oceano, viabilizando, a partir de certa altura a navegação pré-histórica de cabotagem, que continuou, foram razões determinantes para que, na área oeirense, se fixassem, desde os mais remotos tempos, populações humanas, primeiramente exclusivamente recolectoras, depois produtoras e, por último, francamente abertas às trocas de produtos, com base nos recursos económicos que conseguiram armazenar.

A caracterização da evolução da ocupação humana do território oeirense no presente livro, entendido como desenvolvimento de recente ensaio, de âmbito mais limitado (CARDOSO, 1998), constitui um ensaio datado, sendo a síntese dos conhecimentos actualmente disponíveis sobre a evolução humana da ocupação da área concelhia desde os primórdios ao fim do Período Romano, com base no inventário e estudo dos vestígios materiais deixados no terreno pelas gerações que nos precederam na ocupação desta região.



Fig. 6 - Vista aérea oblíqua do litoral entre Paço de Arcos e a praia de Santo Amaro de Oeiras, ao fundo, observando-se os locais das antigas estações do Paleolítico Inferior e Médio de Fontainhas, Fontainhas-Oeste, Casal da Figueirinha, Moinho das Antas-Espargal, Antas-Sul, Antas Oeste, Forte das Maias e Santo Amaro de Oeiras, em terrenos actualmente urbanizadas na sua maior parte. Foto obtida a 9 de Julho de 1969, gentilmente cedida pelo Dr. M. Leitão e Eng. C. T. North.

A importância agrícola do concelho, que constituía a sua principal fonte de riqueza, até época recente, decorre sobretudo da existência de solos particularmente aptos à cerealicultura, correspondentes à alteração de materiais do Complexo Vulcânico de Lisboa, favorecida pelo relevo suavemente ondulado que os caracteriza. Trata-se de solos pesados, argilosos, crómicos, pertencentes às classes de mais elevada fertilidade, aumentada ainda pela presença da água, retida a pequena profundidade, mercê da existência de níveis impermeáveis, a qual permite pródiga produção hortícola, tão bem expressa ainda na actualidade nos pequenos quintais e hortas suburbanos, que substituíram as culturas hortenses existentes nas quintas da região e que contribuíam para o abastecimento de Lisboa.

O Complexo Vulcânico de Lisboa encontra-se sobreposto, ao longo do seu limite meridional, e até perto da linha de costa, por retalhos de depósitos terciários, de características marinhas, já de idade miocénica, anteriormente descritos. Trata-se de terrenos detríticos ou argilo-carbonatados, constituindo, tal como as formações basálticas, actualmente relevos suaves e pouco pronunciados; porém, ao contrário daquelas, revelam-se de pouco interesse agrícola, facto que, a par da escassez de água, justifica a fraca densidade de vestígios arqueológicos neles detectados.

Por seu turno, os depósitos margosos, do Cenomaniano inferior e médio, que ocupam área limitada concelhia, entre Porto Salvo e Talaíde mostraram-se também aptos a culturas de sequeiro, incluindo a cerealicultura, à semelhança do verificado nos solos basálticos, também favorecida, como naqueles, pela sua topografia regular.

Enfim, a fertilidade dos enchimentos holocénicos, observáveis no fundo dos três principais vales da região, justificou, ao longo dos séculos, o seu aproveitamento intensivo para culturas de regadio: hortas e pomares desenvolviam-se aí, de maneira quase contínua, conferindo à paisagem aspecto alegre, colorido e variado, contrastando com a monotonia triste dos terrenos basálticos existentes nas zonas mais altas.

Do que ficou dito, conclui-se que as diversas condições geológicas observadas no território oeirense explicam os próprios recursos agrícolas potencialmente susceptíveis de serem aproveitados pelas sucessivas comunidades humanas que o povoaram sendo, por isso, determinantes na própria estratégia de povoamento – intimamente relacionada com as possibilidades de captação de recursos – adoptadas sucessivamente pelas diversas comunidades humanas que aqui habitaram. É essa realidade que se procurará caracterizar, nos capítulos seguintes.

4 – O PALEOLÍTICO INFERIOR ARCAICO

A jazida do Alto de Leião situa-se no topo de plataforma detrítica hoje quase totalmente desaparecida, correspondendo aos derradeiros vestígios de uma praia marinha, desenvolvendo-se à altitude aproximada de 140-150 m acima do nível do mar actual. É correlativa de depósito constituído por pequenos seixos muito bem rolados, sobretudo de quartzito, denunciando trabalho do mar. Actualmente, tais seixos dispersam-se à superfície de afloramentos basálticos, que na altura constituíam o substrato geológico daqueles depósitos, hoje quase totalmente desaparecidos devido à agricultura e à erosão. A abundância, nos terrenos basálticos, de óxidos e hidróxidos de ferro, conduziu, no decurso das centenas de milhares de anos subsequentes à formação de tais depósitos, à forte impregnação dos seixos que os constituíam, conferindo-lhes belas colorações amarelo-avermelhadas a castanho-escuras, que hoje ostentam.

Neste contexto, de estrito carácter superficial, podem encontrar-se testemunhos da presença humana de todas as épocas. Porém, entre os materiais mais antigos, contam-se alguns seixos muito frustes, talhados



Fig. 7 - Seixo de quartzito do Alto de Leião, truncado numa das extremidades e rolado, após o talhe, denunciando ainda patina eólica, pelo brilho. Largura máxima: 3,8 cm.

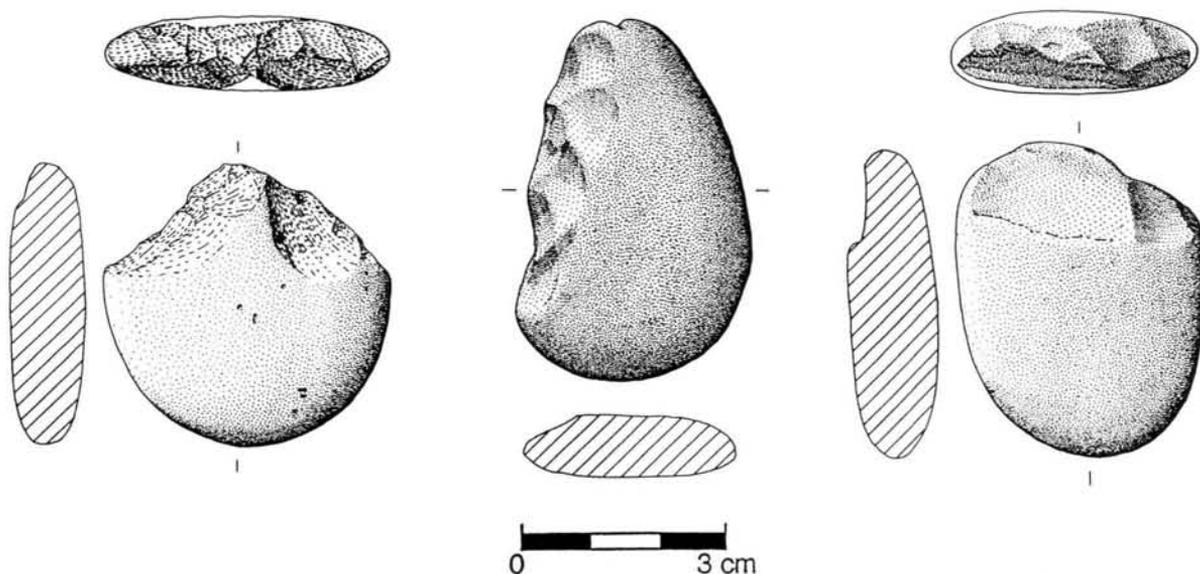


Fig. 8 - Seixos de quartzito do Alto de Leão, rolados após o talhe e ulteriormente eolizados (ao centro e à direita) ou apenas eolizados (à esquerda).

apenas por escassos levantamentos, cujas superfícies de lascagem se mostram roladas pelo mar após o talhe, indício de que serão contemporâneos do referido nível marinho (*Fig. 7 e 8*). Por tal motivo, o Alto de Leão foi considerada estação arqueológica de de época calabriana, tendo presente a altitude dos depósitos correlativos. Com efeito, a ausência de relevos mais elevados de onde os seixos pudessem ter derivado, por gravidade, exclui tal hipótese, como explicação para o rolamento que possuem, não sendo, por outro lado, viável a atribuição de tal estado de desgaste a outras causas naturais.

Deste modo, pelas características sedimentológicas e geomorfológicas que se conservaram na paisagem actual, poderemos entrever extensas praias arenosas, na confluência de complexo dispositivo flúvio-deltaico, correspondente à embucadora de um "pré-Tejo" do início do Quaternário, francamente expostas à acção marinha. Em tais praias circulariam, há cerca de 1,5 Milhões de Anos, bandos de homínídeos responsáveis pela manufactura dos referidos artefactos, com equivalentes em depósitos tanto a Norte da serra de Sintra, como na península de Setúbal.

A ocorrência de seixos idênticos aos referidos, ao longo das rechãs litorais mais baixas - e por conseguinte mais modernas - que se observam ao longo do referido trecho litoral explica-se facilmente por fenómeno de recorrência: a marcada simplicidade que tais conjuntos industriais ostentam deve-se, sobretudo, às limitações impostas pela própria matéria-prima disponível, designadamente a forma, o tamanho e o comportamento mecânico das rochas utilizadas. Com efeito, pequenos seixos quartzíticos não permitiam a aplicação de apuradas técnicas do talhe da pedra, introduzidas mais tarde, por mais experientes que fossem os artífices. Assim, o único elo entre grupos anatómica, cultural e cronologicamente tão diferenciados, como os que ocuparam o litoral estremenho desde pelo menos 1,5 Milhões de Anos até época correspondente à formação da rechã litoral de 5-8 m acima do nível do mar

actual, há cerca de 70 000 anos, seria, apenas, o facto de terem recorrido às mesmas técnicas para a obtenção de artefactos, forçosamente frustes e idênticos. Devemos ter presente, ainda, na procura de razões para tal convergência, a hipótese de a ocupação sazonal do litoral, realidade verificada desde os estádios mais precoces do talhe da pedra ter determinado, de alguma forma, a recorrência a artefactos tão marcadamente elementares. Com efeito se, durante uma determinada época do ano, não se pretendia mais do que a simples e fácil recolha de moluscos, arrancados às rochas, seriam dispensáveis artefactos mais poderosos e elaborados como os utilizados, por exemplo, na caça; desta forma, a aparente "paralisia do engenho" invocada por H. Breuil, o descobridor destas indústrias, na década de 1940, conjuntamente com G. Zbyszewski, poderia, ao contrário, dever-se simplesmente a uma inteligente adaptação das formas aos fins pretendidos, traduzindo a pouco exigente vida no litoral.

Para melhor se compreender o alcance científico da discussão em causa, importa recuar no tempo e elaborar uma síntese actualizada das principais linhas de força que a enformaram, até ao presente, a interpretação arqueológica destas indústrias recorrendo, essencialmente, a trabalho recente de que o signatário foi co-autor (RAPOSO & CARDOSO, 2000).

Como é do conhecimento geral, os estudos sobre o Paleolítico em Portugal encontram-se fortemente marcados pelo trabalho pioneiro desenvolvido por Georges Zbyszewski e Henri Breuil, em 1941 e 1942, no País. O encontro e a conjugação dos interesses e formações disciplinares de ambos constituiu verdadeiro marco na história das investigações do Paleolítico português. Não deve, pois, estranhar-se, que a sequência definida por ambos se tenha inspirado no modelo cronoestratigráfico da autoria do primeiro para o vale do Somme, onde definiu uma sequência tecno-tipológica para as indústrias paleolíticas ali reconhecidas, da qual se encontrava excluída qualquer referência a estádios pré-Acheulenses. Apenas em 1959 foi admitida, por H. Breuil (BREUIL, 1959), por certo influenciado pelas descobertas norte-africanas devidas essencialmente a P. Biberson, a hipótese de poderem algumas das indústrias de seixos talhados recolhidas na década de 1940 nas praias quaternárias mais elevadas, atribuídas ao Siciliano, do litoral ao norte de Sintra – designadamente na de Magoito – pertencerem a momento anterior às indústrias acheulenses de bifaces, declarando que "certas parecem pré-abbevilenses" (Abbevilense=Acheulense Antigo).

A falta de um adequado enquadramento geológico, também entretanto sentido por E. C. Serrão e V. Oliveira Jorge (SERRÃO & JORGE, 1970) constituía impedimento para que uma tão elevada antiguidade da presença humana fosse aceite sem discussão. Muito justificadamente, os autores que durante décadas tinham assente a periodização das indústrias paleolíticas em critérios geológicos, como era o caso de G. Zbyszewski, revelaram-se os mais cépticos a tal hipótese; a sua posição veio a ser claramente expressa na síntese que este autor apresentou ao Colóquio dedicado ao tema "As primeiras indústrias da Europa", organizado no âmbito do IX Congresso das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Nice em 1976. O organizador deste colóquio K. Valoch, bem como o Secretário-Geral do Congresso, H. de Lumley mostravam-se então, claramente a favor de uma existência muito antiga do Homem em solo europeu, de idade vilafraquiana e culturalmente pré-Acheulense. Sendo esta a tendência geral dos participantes, importa notar que o contributo português é precisamente aquele que

mais se lhe opõe. O autor citado é claro, quando declara que "pour affirmer qu'une industrie de galets taillés est plus ancienne que l'Abbevillien et contemporaine de la "pebble culture" d'Afrique orientale, il faut pouvoir démontrer son âge villafranchien non seulement par sa position géologique mais aussi par des éléments faunistiques. Jusqu'ici toutes les industries paléolithiques de galets travaillés (choppers, chopping-tools, etc.) trouvées au Portugal sont plus récentes que la "pebble culture" du Villafranchien. Apparues avec l'Abbevillien, elles se sont développées en évoluant progressivement jusqu'à l'Épipaléolithique" (ZBYSZEWSKI, 1976, p. 97). Ao contrário, as comunicações de outros autores dariam consistência à existência, em numerosas regiões europeias, de materiais pré-acheulenses, conferindo credibilidade às conclusões de, também na Península Ibérica (com destaque para a estação de El Aculadero, Puerto de Santa Maria, Cadiz, que então se admitia ser de idade vilafranquiana, segundo a primeira nota dela publicada, cf. BORDES & VIGUIER, 1971), existirem testemunhos da presença humana em época próxima de 1 Milhão de Anos, senão mesmo anteriores a esse limite.

Não obstante a posição de reserva mantida por G. Zbyszewski, o clima dominante nos finais da década de 1970 e inícios da seguinte era propício à multiplicação das descobertas, um pouco por todo o lado, tendentes a recuar cada vez mais a antiguidade da presença humana em solo europeu. Portugal não ficou à margem de tal tendência, à qual aderem então investigadores situados na tradição directa da chamada "escola dos Serviços Geológicos", entre os quais cumpre salientar os dois autores do estudo do Alto de Leião, J. L. Cardoso e C. Penalva, O. da Veiga Ferreira ... e o próprio Georges Zbyszewski, que abandonaria então as suas anteriores reservas. O estudo da estação do Alto de Leião, constitui importante marco na história destas investigações, já que foi o primeiro a, expressamente, admitir a existência de conjuntos industriais pré-acheulenses em território português; concluía-se, de seguinte forma (CARDOSO & PENALVA, 1979, p. 193-194): "Outros restos daquilo que seria o litoral português no Quaternário mais antigo, revelando indústrias roladas "in situ" encontram-se (...) em fase adiantada de estudos geológicos e arqueológicos. Pensamos que as informações fornecidas por estações como estas (...) só evidenciam o valor do trabalho em comum (...), indispensável ao conhecimento das condições e extensão dos primeiros povoamentos humanos processados nesta finisterra da Europa e das suas relações com os equivalentes, noutras partes dos continentes europeu e africano".

Em Portugal, as investigações prosseguiram: ainda datado do final da década de 1970 é o estudo dedicado às indústrias líticas da Península de Setúbal. Tal como no Alto de Leião, os depósitos, neste caso muito bem conservados em resultado de movimento de subsidência que afectou a zona central da península, foram atribuídos, por critérios geológicos, ao Calabriano, sendo anteriores a episódio detritico continental, representado pela Formação Vermelha de Marco Furado, atribuída ao Vilafranquiano Médio (AZEVEDO *et al.*, 1979). Logo no início da década seguinte, novo e importante passo correspondeu à publicação da estação de Seixosa, no concelho de Mafra, de que foi primeiro autor Georges Zbyszewski (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1981/1982) o qual, aliás, havia já sido co-autor da publicação anterior: assim se configurava a "oficialização" da adesão, às teses em causa, de figuras e instituições que mais lhe tinham sido adversas.

O apogeu do movimento favorável a uma extrema antiguidade da presença humana na

Europa foi atingido nos finais da década de 1980, no simpósio "Les premiers peuplements humains de l'Europe" (Paris, 1989), sob a direcção de E. Bonifay e de B. Vandermeersch, de cujas actas foram os editores, publicadas em 1991 (BONIFAY & VANDERMEERSCH, (1991). Segundo ambos, as mais antigas presenças humanas no continente europeu remontariam entre cerca de 2 Milhões e 2,5 Milhões de Anos, situando-se os respectivos testemunhos, que não consideram duvidosos, mas apenas pouco abundantes, em Espanha, Sudoeste e Maciço Central francês e Roménia. Tais vestígios tornar-se-iam numerosos e representados por vezes por séries artefactuais relativamente ricas entre 1 e 2 Milhões de Anos, conferindo uma imagem bastante precisa, tanto da tipologia como das técnicas de talhe utilizadas. Seria, precisamente, neste intervalo crono-cultural, que se situariam as estações pré-acheulenses portuguesas, entre as quais a do Alto de Leião.

Curiosamente, porém, repete-se neste Congresso a situação que já havia ocorrido em Nice, mas desta vez protagonizada pelo espanhol E. Aguirre: convidado para ali apresentar relatório sobre as mais antigas indústrias líticas da Península Ibérica, apresentou uma perspectiva céptica quanto à alta antiguidade das mesmas, afirmando, como conclusão, que não existiriam provas de qualquer ocupação humana pré-Acheulense, susceptível de ser atribuída ao Paleolítico Inferior (AGUIRRE, 1991). Tal posição não era isolada, a nível peninsular: ela reflectia, também, a atitude crítica assumida por L. Raposo face à autenticidade do talhe e/ou à cronologia dos depósitos correlativos, incluindo, portanto, o sítio do Alto de Leião e os materiais nele recolhidos. Era evidente a necessidade de se proceder a uma reavaliação cuidada e sem ideias preconcebidas – tendo no entanto presentes os antecedentes apontados – dos casos que até então se revelaram mais promissores ou consistentes.

No decurso da última década, a argumentação contrária à aceitação de uma tão alta antiguidade para a mais recuada ocupação humana europeia, assumiu aspectos extremos, ao ponto de alguns negarem tal presença em época anterior a 500 000 anos. Foi o que se verificou no Colóquio de Tautavel, de 1993. Os próprios editores das actas defenderam tal posição, declarando que os sítios mais antigos com evidências arqueológicas indiscutíveis remontariam apenas a momento tardio do Plistocénico Médio (ROEBROEKS & VAN KOLSCHOTEN, 1995, p. 308). A representação peninsular não se demarcaria desta posição: L. Raposo e M. Santonja, não negaram, *in limine* tal possibilidade, apenas afirmaram dever ser ela tratada com cautela, posição, que, afinal, vinha na linha do que ambos haviam já dito a tal propósito (RAPOSO & SANTONJA, 1995, p. 19). Porém, no final dos anos 90 assistiu-se a uma revisão destas posições – sem dúvida ditadas por uma cautela em demasia – forçada pelas descobertas peninsulares então ocorridas. Para além do sítio de Orce, ainda motivo de forte discussão, citam-se os sítios de Venta Micena, datado pela fauna entre 1,6 e 0,9 Milhões de Anos e de Atapuerca – TD 6, Burgos, datado de cerca de 0,8 Milhões de Anos. A importância de tais descobertas, designadamente do conjunto recolhido na chamada Gran Dolina, situada na serra de Atapuerca, justificou a realização de um Colóquio organizado nesta cidade em 1996, evento que, até ao presente, constitui o contributo mais recente para a discussão da questão. Um dos membros da equipa que continua a investigar aquela jazida, afirmou, que, actualmente, se pode aceitar seguramente que o primeiro povoamento do sul da Europa se efectuou cerca de 1 Milhão de Anos

atrás (BERMÚDEZ DE CASTRO, 1998, p. 61): a isso obrigam as evidências paleontológicas (incluindo fósseis humanos), indústrias líticas e datações radiométricas obtidas em Atapuerca.

É nesta nova realidade, doravante indiscutível, que torna a fazer sentido reavaliar os resultados da investigação portuguesa dos finais dos anos 70 e princípio dos 80. Mantêm-se válidos diversos postulados críticos daquela época, a saber: impossibilidade de, no limite, ser-se afirmativo em qualquer dos sentidos quanto à intencionalidade do talhe, de materiais oriundos de ambientes de alta energia, como são os representados pelas cascalheiras: apenas o achado de blocos nucleares e respectivas lascas, são susceptíveis de definirem cadeias operatórias de modo a consubstanciarem irrefutavelmente a acção humana: mas a verdade é que o alargamento das colecções de seixos talhados provenientes de locais então identificados, como o que agora nos ocupa, conduzem hoje ao reconhecimento do carácter intencional de alguns exemplares ou, pelo menos, a aceitar-se como legítima a convicção do mesmo, noutros. Mais do que há alguns anos atrás, quando os defensores de ambas as teses as confrontavam asperamente, existem agora condições para se poder admitir a viabilidade conceptual do ponto de vista contrário. Sendo assim, aquilo que verdadeiramente importa não será tanto procurar pontos de equilíbrio teóricos, entre "cronologias longas" e "cronologias curtas", mas, sobretudo, reconhecer o facto de existirem, na actualidade, modelos que permitem dar sentido a cada uma delas (RAPOSO, 2000). Urge aprofundar e tornar menos equívoca a base de dados empírica, a qual se deve constituir como elemento de validação dos modelos explicativos a que recorreremos. Em Portugal, os progressos, ainda que ténues têm prosseguido, com destaque para a publicação de lasca rolada sobre seixo de quartzito, retocada perifericamente (CARDOSO, 1996, Fig. 12), recolhida *in situ* num depósito calabriano a 150 m de altitude, na serra de Bouro, a norte de Foz do Arelho e de uma outra, sobre grande seixo de quartzo mal rolado, conservando no reverso o bolbo e o plano de percussão e no reverso o plano de separação, recolhida na Formação Vermelha de Marco Furado (CARDOSO, 1996, Fig. 16, 17 e 18) a qual, por critérios geológicos, foi atribuída ao Vilafranquiano Médio. Ambas são inquestionáveis produtos de trabalho humano. Depois do impasse a que se chegou nos meados da década de 1980, mercê das novas descobertas, sobretudo peninsulares, que forçaram à revisão de conceitos tão rígidos como os supra referidos, volta hoje a "fazer sentido", porque a viabilidade nunca foi tão real como agora, retomar a prospecção e eventualmente a escavação metódica dos sítios mais importantes já conhecidos, investindo seriamente na procura de novos locais, a nível europeu e, particularmente, no território peninsular, onde o sítio de Atapuerca 6 não pode, evidentemente, interpretar-se como ocorrência isolada.

A situação portuguesa inscreve-se plenamente no quadro descrito, talvez com ênfase maior na necessidade de revisão das formações marinhas litorais, nas quais se inscreve o Alto de Leião. À falta de outros, têm-se utilizado exclusivamente os critérios eustáticos tradicionais, que se consideram insuficientes. A ausência de dados radiométricos, bem como de elementos biostratigráficos, impede que se promova, por agora, uma reapreciação mais fundamentada dos dados disponíveis. Porém, avançou-se muitíssimo desde o programa de pesquisa delineado em 1970 por E. C. Serrão e V. O. Jorge, a que já se fez referência (SERRÃO & JORGE, 1970). O quadro teórico é hoje completamente diferente e, de novo, francamente propício à aceitação de

indústrias pré-acheulenses em território peninsular; e identificaram-se em Portugal diversos sítios com indústrias líticas e contextualização geológica cujo potencial continua a merecer aprofundamento.

Em conclusão: as descobertas que acabamos de referir e que transformam o concelho de Oeiras em uma área-chave de pesquisa, fazem recuar, por critérios geológicos, a presença humana no território português para cerca de 1,5 Ma, encontrando-se consubstanciada por artefactos situados entre os mais antigos, e não menos polémicos, testemunhos humanos até ao presente identificados em solo europeu.

Como dizia H. Breuil, há mais de meio século, o berço da Humanidade gira sobre rodas; a cronologia das indústrias do Maciço Central francês, quase tão antigas como as mais antigas indústrias da África Oriental, parece ilustrar tal afirmação. A última palavra ainda não foi dada a tal propósito. Para tal, concorrerão, decisivamente, os resultados dos trabalhos em curso nos locais mais promissores do continente europeu. Entre eles incluem-se, certamente, os identificados na Estremadura portuguesa e em particular no concelho de Oeiras, constituindo-se tal espaço como contribuinte, ainda que modesto, para uma procura que, provavelmente, jamais terá fim.

5 - O PALEOLÍTICO INFERIOR E MÉDIO

Boa parte do concelho de Oeiras encontra-se ocupado, como atrás se disse, por terrenos basálticos. Mercê das suas características, tais terrenos são favoráveis à retenção da água em toalhas superficiais, facto que resulta na ocorrência de numerosas nascentes. A abundância de água, facilmente disponível, conjugada com relevo pouco acidentado, em parte resultante da disposição tabular das próprias escoadas lávicas, justifica a antevisão de ambiente natural cuja cobertura vegetal tornaria semelhante à actual savana africana, onde abundaria a caça. Reuniam-se, assim, condições favoráveis à circulação de grupos de caçadores-recolectores, no decurso de largo lapso temporal de muitas centenas de milhares de anos, até a plena afirmação do Homem moderno na região, o que só viria a acontecer há cerca de 28 000 anos antes do presente.

Datam de finais do século XIX as primeiras investigações e descobertas de peças paleolíticas nos arredores de Lisboa, globalmente designado, doravante, por "Paleolítico dos Arredores de Lisboa", tal é a riqueza e aparente homogeneidade dos conjuntos líticos recolhidos, nos quais se integram plenamente os do território de Oeiras. Porém, só em 1909 o Padre Bovier-Lapierre, então alojado no Colégio de Campolide, voltou a efectuar colheitas de material, na serra de Monsanto, aonde foi atraído pela descoberta, nas cercanias dos terrenos do Colégio, de materiais lascados.

A partir dessa data, as prospecções de campo alargaram-se, da serra de Monsanto às vastas áreas basálticas que se estendem a partir dela, incluindo as pertencentes ao concelho de Oeiras. Vergílio Correia, ao tempo funcionário do hoje chamado Museu Nacional de Arqueologia, localizou, entre 1909 e 1912, avultado número de estações paleolíticas, concentradas nos terrenos referidos, actualmente repartidos pelos concelhos de Sintra, Oeiras, Amadora e Loures (CORREIA, 1912). Pertencem ao espaço concelhio as estações por si designadas de Serra de Carnaxide (podendo corresponder a local do concelho vizinho de Amadora) e de Paço de Arcos, referindo o autor dois locais, Penas Alvas e Outeiro.

As prospecções na região prosseguiram intensamente na década de 1910 e de 1920, por

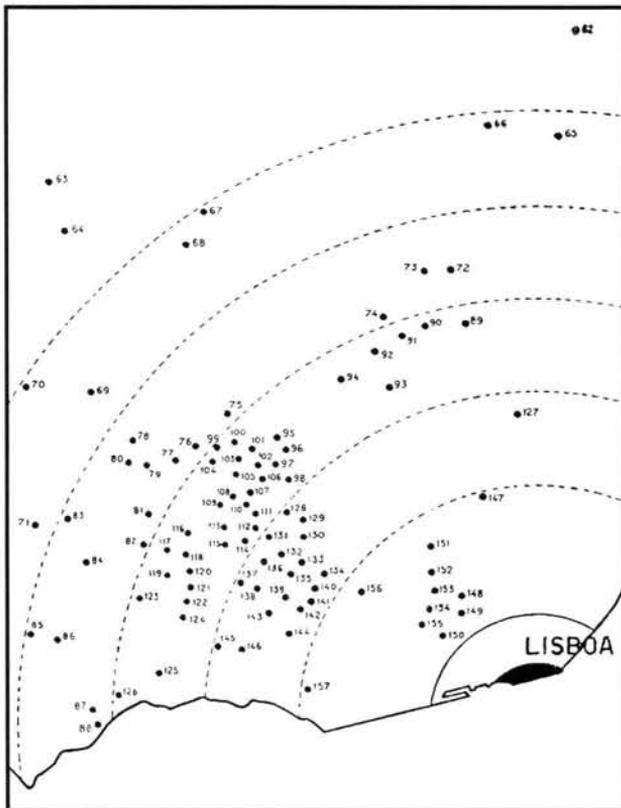


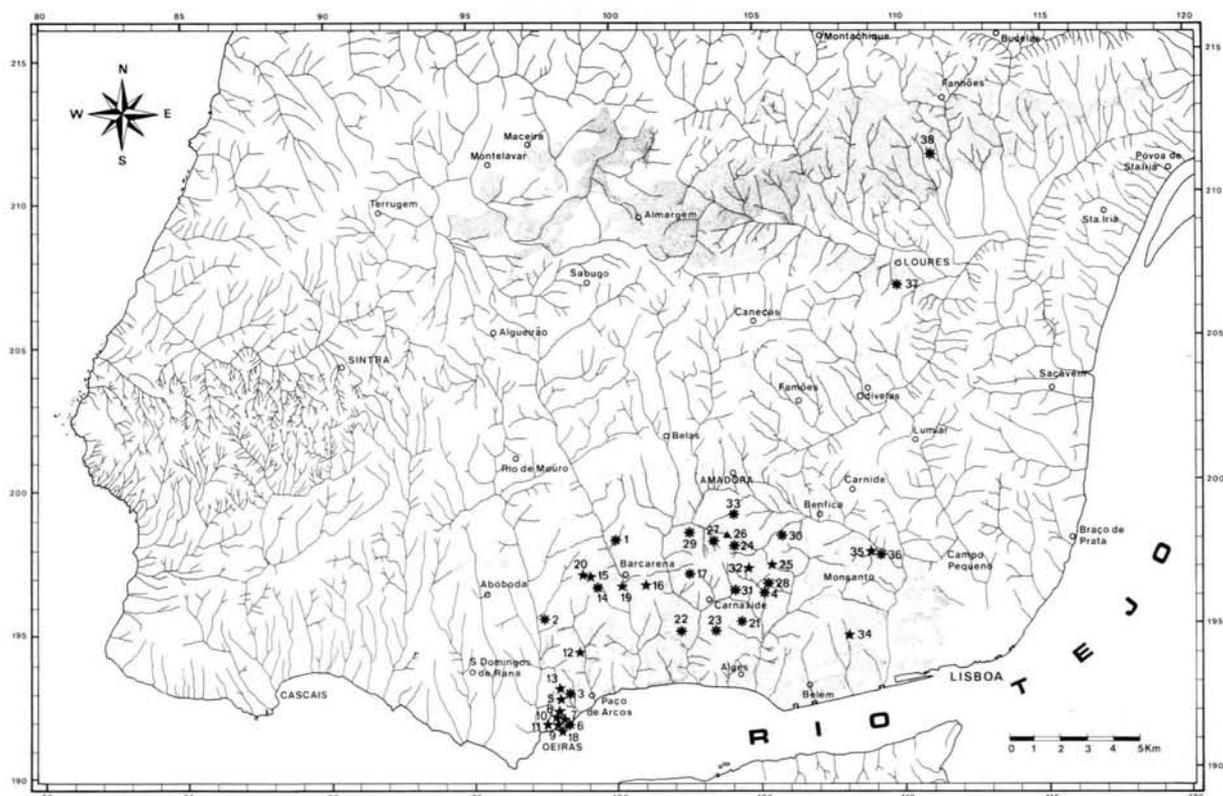
Fig. 9 - Carta paleolítica dos arredores de Lisboa (seg. PAÇO, 1940).

iniciativa de Joaquim Fontes, do próprio Vergílio Correia, de Mesquita de Figueiredo e outros. Em 1932, A. do Paço na sua "Carta Paleolítica e Epipaleolítica de Portugal" cartografou 94 estações paleolíticas em torno da cidade de Lisboa (PAÇO, 1932). As referenciadas no concelho de Oeiras, são as da Quinta de Salregos, Quinta de Alfragide de Baixo, Monte dos Barrinhos, Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha, Tercena, Valejas, Leceia, Penas Alvas (ou Pedras Alvas), Fontainhas e Alto do Puxa Peixe, lista que, no que ao concelho de Oeiras diz respeito, não sofreu alteração na actualização apresentada pelo Autor anos depois (PAÇO, 1940) (*Fig. 9*).

Com a vinda para Portugal de H. Breuil em 1941, onde permaneceu durante dezasseis meses, até finais de 1942, os estudos do Paleolítico dos arredores de Lisboa, como os do litoral estremenho e do Baixo Alentejo e ainda do vale do Tejo, tiveram incremento notável. Datam dessa época as intensas



Fig. 10 - Prospeções realizadas em 1941 ou 1942 na estação paleolítica de Linda-a-Pastora. À frente, em segundo plano, distingue-se a figura de H. Breuil.



Complexo Basáltico de Lisboa

- * Estações assinaladas por A. do PAÇO (1940)
- ★ Estações assinaladas na Carta Geológica dos arredores de Lisboa (folhas 3 e 4) dos Serviços Geológicos de Portugal e estações inéditas
- ▲ Estações assinaladas por J. OLLIVIER (1951 a)

Fig. 11 - Distribuição das estações paleolíticas do Complexo Basáltico de Lisboa mais importantes do concelho de Oeiras e áreas adjacentes. 1. Tercena. 2. Penas Alvas. 3. Alto do Puxa-Feixe. 4. Quinta de Salregos. 5. Casal da Figueirinha. 6. Fontainhas - Oeste. 8. Moinho dos Antas - Espargal. 9. Antas-Sul. 10. Antas-Oeste. 11. Santo Amaro de Oeiras. 12. Quinta da Fonte-Sul. 13. Cemitério de Oeiras. 14. 1 km a Oeste de Leceia. 15. Estrada de Leião para Leceia. 16. Serviços Rádio-Eléctricos de Barcarena. 17. Valejas. 18. Forte das Maias. 19. Leceia - encosta voltada para Barcarena. 20. Leião - Norte. 21. Moinho da Outurela e dos Barronhos. 22. Linda-a-Pastora. 23. Linda-a-Velha. 24. Casal da Serra. 25. Casal das Osgas. 26. Borel - Horta. 27. Casal dos Aldeões. 28. Antiga estrada de Ajuda a Queluz. 29. Moinho do Cascalho. 30. Damaia. 31. Alfragide de Baixo. 32. Entre a Quinta de Alfragide e a do Outeiro. 33. Antigo Campo de Aviação da Amadora. 34. Tapada da Ajuda. 35. Moinho da Carrasqueira. 36. Moinho das Cruzes. 37. Moinho da Agonia. 38. Chão de Minas - Pintéus (seg. CARDOSO, ZBYSEWSKI & ANDRÉ, 1992, Est. 1).

prospecções realizadas em numerosas estações já conhecidas, como a de Casal do Monte, Loures. Também algumas da área oeirense foram objecto de novas recolhas, como a de Linda-a-Pastora (Fig. 10). Datam também dessa época as intensas prospecções de Alves Costa e de Jean Ollivier na região da Amadora – então incorporada no concelho de Oeiras (OLLIVIER, 1951 a; 1951 b). Depois da partida de Breuil, os trabalhos sobre o Paleolítico Inferior e Médio na região decaíram: apenas pequenas notas esparsas de escassos autores documentam os derradeiros estudos sobre a região, antes do ressurgimento destes, consubstanciado pelo estudo



Fig. 12 - Grande biface de quartzito, recolhido em Leião. A patine amarelo-acastanhada deve-se à impregnação de óxidos de ferro, oriundos dos terrenos basálticos em que se encontrava. Acheulense superior. Tamanho natural.

sistemático das colecções conservadas no Museu dos então designados Serviços Geológicos de Portugal, pelo signatário, em colaboração com G. Zbyszewski: são exemplo as publicações dedicadas à estação do Campo de Aviação de Amadora (ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1985); à estação de Borel-Horta, Amadora (ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1988 a); às estações da Tapada da Ajuda, Moinho das Cruzes e Moinho da Carrasqueira, todas situadas na serra de Monsanto (ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1988 b); à estação do Casal da Serra, Amadora (ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1992). Nos últimos anos deste projecto, que se desenvolveu por cerca de uma década, já depois de publicada a grande obra de conjunto "O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa" (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992), na qual se reestudam ou publicam pela primeira vez numerosas estações do concelho, enquadradas na sua envolvente regional, vieram a lume os trabalhos dedicados às estações de Damaia, Venteira e Casal da Barroca, Amadora (CARDOSO & ZBYSZEWSKI, 1995 a); de

Varge Marinho, Sintra (CARDOSO & ZBYSZEWSKI, 1995 b) e do Reduto de Renato Gomes Freire – Alto da Barra (Oeiras) (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1995). Deste modo, actualmente dispõe-se de uma informação global sobre as características tipológicas dos conjuntos artefactuais presentes em cada uma das estações estudadas, que vão do Paleolítico Inferior ao final do

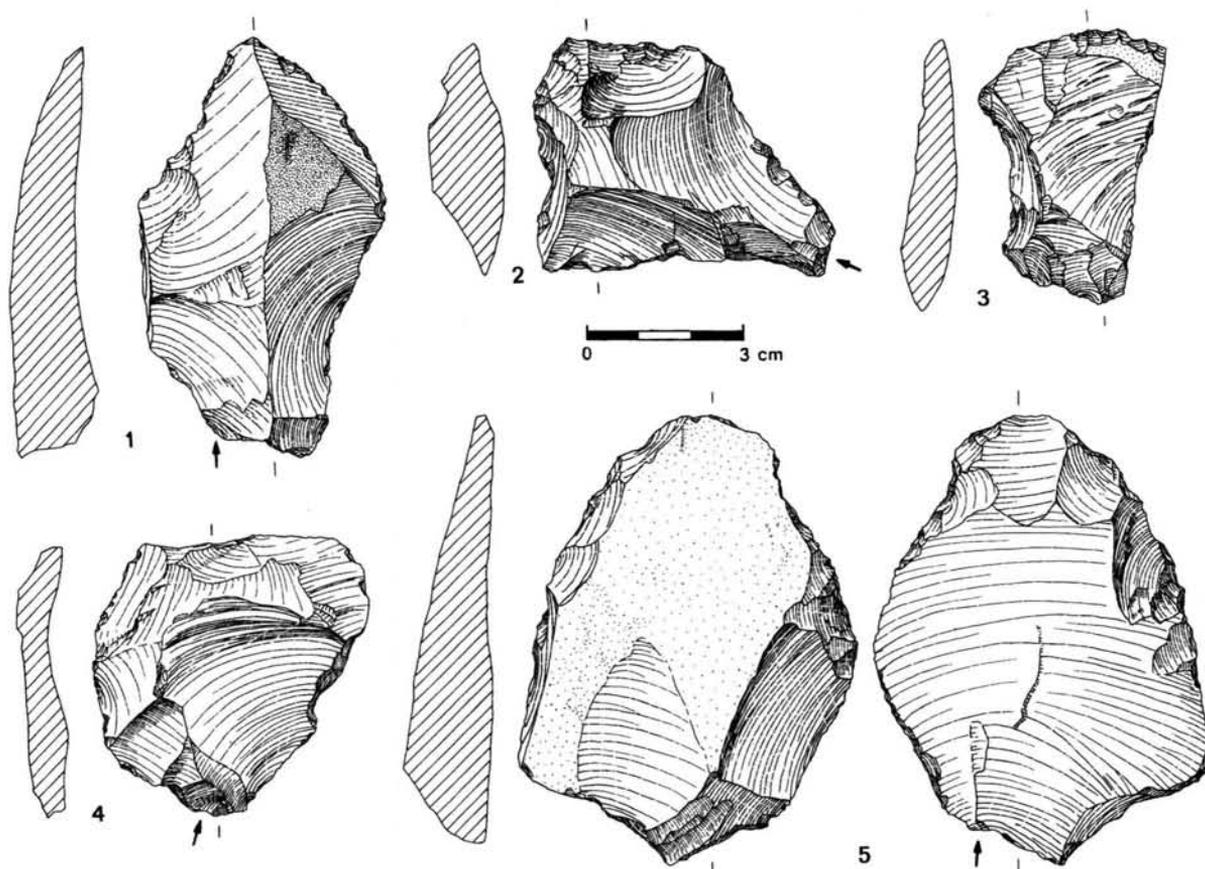


Fig. 13 - Indústrias de sílex da gruta da Ponte da Lage, do Paleolítico Médio (Mustierense). Coleções do Museu do Instituto Geológico e Mineiro (cf. CARDOSO, 1996).

Paleolítico Médio, ainda que alguns elementos recolhidos, facilmente reconhecíveis pela pátina, se inscrevam em épocas mais modernas (*Fig. 11*).

Tão largo intervalo de tempo explica a extraordinária abundância de materiais líticos recolhidos, constituindo os referidos terrenos um notável palimpsesto arqueológico. Com efeito, as estações paleolíticas mais importantes da região oeirense – Linda-a-Pastora, Leão Norte e Fontainhas – tal como acontece na generalidade das suas homólogas desta extensa mancha paleolítica, onde se inventariaram mais de uma centena de locais, acusam sucessivas ocupações, ainda que de curta duração, vistas separadamente. Os materiais mais antigos remontam ao Acheulense Antigo, estando representados o Acheulense Médio e o superior por peças absolutamente clássicas como os bifaces com cuidados retoques com percutor elástico (*Fig. 12*), além do Paleolítico médio (indústrias mustierenses). O auge da ocupação humana, por parte de tribos de caçadores-recolectores, deve ter-se verificado, a julgar pela distribuição dos respectivos materiais, no decurso do Acheulense superior e do Mustierense. Nessa altura, que poderemos situar entre o final da glaciação rissiana e o início do Würm recente, este último verificado há cerca de 30 000 anos, os terrenos basálticos teriam funcionado como território

privilegiado para a caça, cuja presença era favorecida, para além dos factores antes referidos, pelo clima pouco rigoroso, explicado pela baixa latitude e proximidade oceânica, contrastando com o verificado em outras regiões peninsulares e além-Pirenéus, nesse mesmo lapso temporal. Foi, com efeito, a existência de um clima globalmente benigno, que determinou a preferência por acampamentos de ar livre, dispensando o abrigo de grutas: apenas na gruta da Ponte da Lage foram identificados escassos artefactos de sílex, susceptíveis de se considerarem como mustierenses (*Fig. 13*).

Não obstante os vestígios recolhidos nesta vasta região basáltica serem, exclusivamente, de superfície, a sucessão tecno-industrial e cultural é coerente, desde as estações mais ocidentais, no concelho de Cascais, até às mais orientais, situadas já no concelho de Loures, passando pelo núcleo de maior densidade de vestígios, na região da Amadora. Deste modo, é lícita a designação de tal conjunto de estações – que constituem uma das manchas paleolíticas mais importantes da Europa – por "Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa", expressão detentora de significado cronológico e cultural bem definido. A estas concentrações de materiais no terreno, H. Breuil e G. Zbyszewski negam o estatuto de verdadeiras estações: não o são, com efeito, no sentido tradicional do termo, querendo-as fazer corresponder a distribuições delimitadas de material com posição estratigráfica bem definida (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, p. 32): "Celles-ci se trouvent largement dispersées sur toutes les surfaces accessibles aux recherches et ne sauraient réellement, quoique plus denses en certains points, être localisées en vraies stations". Este é também o parecer de Jean Ollivier, que, depois de ter efectuado aturadas pesquisas na região da Amadora, concluiu (OLLIVIER, 1951 a) de forma idêntica. A dispersão das peças, bem como a sua mistura no decurso dos tempos, com outras, mais modernas, seria por certo a razão determinante dos dois autores citados que impedia a admissão de verdadeiras estações para tais ocorrências. Actuadas pela gravidade, as peças acumular-se-iam a meia encosta, enquanto nos morros afluíam as rochas do substrato basáltico e, no fundo dos vales, os sedimentos finos, cobrindo os níveis mais antigos contendo materiais paleolíticos: deste modo, todos os materiais estariam em posição derivada, isto é, fora do contexto em que foram abandonados pelo homem pré-histórico. Assim se poderá explicar a ausência de estratigrafia que caracteriza tais ocorrências mas não, no nosso entender, o carácter circunscrito que muitas delas ainda evidenciavam na altura da sua localização, apesar dos intensos trabalhos agrícolas, efectuados em tais terrenos, ao longo de muitos séculos. Deste modo, a distribuição das estações não só não é aleatória, vista globalmente, com uma evidente concentração, de cerca de duas estações por km² na região entre Carnaxide e Queluz (Casal dos Mochos), passando por Damaia e pela parte meridional da Amadora, como se podem delimitar no terreno as principais concentrações de materiais. Neste sentido, concorda-se com a perspectiva defendida por Joaquim Fontes que, já em 1912, declarava (FONTES, 1912 a, p. 13): "Não são vestígios de uma grande estação, mas caracterizadas estações com instrumentos típicos. São efectivamente pouco afastadas umas das outras, mas por isso, como à primeira vista pareceria, não implica que formem uma única. Se assim fosse, não se compreenderia o encontrarem-se, por exemplo, instrumentos em abundância na de A da Maia, e nenhuns no espaço que medeia entre esta e o Casal das Osgas".

Sem dúvida, estas judiciosas considerações poderiam aplicar-se facilmente às estações do Complexo Basáltico de Lisboa existentes no concelho de Oeiras que forneceram maior número de peças: Linda-a-Pastora (594); Leião-Norte (1105); e Fontainhas – Paço de Arcos (422, mais 140 do lado Oeste) (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992).

Mercê do estudo de conjunto efectuado e já recorrentemente referido (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992), reconheceu-se nítida dependência entre a natureza das matérias-primas utilizadas e as fontes onde se encontravam naturalmente disponíveis. Assim, nos domínios mais ocidentais, próximos dos afloramentos de calcários cretácicos, onde o sílex era abundante, sob a forma de nódulos, é esta a matéria-prima que predomina; a zona média e também nuclear deste grupo de estações parece constituir termo de transição entre o uso desta rocha e o recurso ao quartzo, sob a forma de seixos rolados. Tal facto explica-se pela maior distância que teria de ser percorrida até às fontes de sílex; não obstante, a sua presença, ainda dominante, demonstra que foi objecto de procura, exploração e transporte, para os locais onde, ulteriormente, foi transformado. Enfim, nas estações paleolíticas mais orientais, já situadas no concelho de Loures, é o quartzo filoneano, directamente obtido nos depósitos detríticos grosseiros do Cenozóico, aflorantes na região limítrofe, que constitui o grosso da utensilagem. Tais factos ilustram, expressivamente, o papel das condicionantes geológicas nas características industriais das referidas associações líticas.

H. Obermaier, resumindo os esforços classificativos dos pioneiros do estudo destas estações, referiu, em 1925, que, nas estações paleolíticas dos arredores de Lisboa, se encontravam representados o Chelense, o Acheulense, o Mustierense e, mais escassamente, o Aurinhacense (OBERMAIER, 1925, p. 223). Vejamos os fundamentos de tais afirmações as quais, logicamente, se radicam na análise tipológica das indústrias. Depois de numerosos artigos específicos sobre a tipologia e o enquadramento crono-cultural das indústrias daquela que passou a ser considerada a estação-tipo dos arredores de Lisboa, pela abundância e qualidade daquelas – o Casal do Monte, no concelho de Loures – o seu descobridor, apresentou em 1911, ao 7.º Congresso Pré-Histórico de França, um artigo de síntese sobre o Paleolítico português (FONTES, 1912 b). No que concerne ao Paleolítico dos arredores de Lisboa, as conclusões apresentadas foram as seguintes:

O Chelense (actualmente conotado com o Acheulense Antigo) seria caracterizado por bifaces mais grosseiros que os do Acheulense, ambos identificados por J. Fontes na região oeirense (Quinta de Alfragide de Baixo), enquanto ao Mustierense pertenceria grande diversidade de pontas e de raspadores; as jazidas da área em estudo que ao autor forneceram tais materiais, para além da referida, foram as de Leceia, Alto do Duque e Salregos. Ao Solutrense, atribuiu exemplares de pontas, buris e "bicos" que, na verdade, são mustierenses, como se comprova pelos desenhos (FONTES, 1912 b, Fig. 7 a 11). Mais tarde, apresentou ao 8.º Congresso Pré-Histórico de França estudo de conjunto dedicado ao Mustierense português (FONTES, 1913), no qual, naturalmente, as estações dos arredores de Lisboa têm a primazia. A lista tipológica integra os seguintes artefactos:

a) "coup-de-poing": trata-se de peças sobre lasca, talhadas em apenas uma das faces, com bordos laterais retocados, consideradas como pertencentes à transição do Acheulense para o

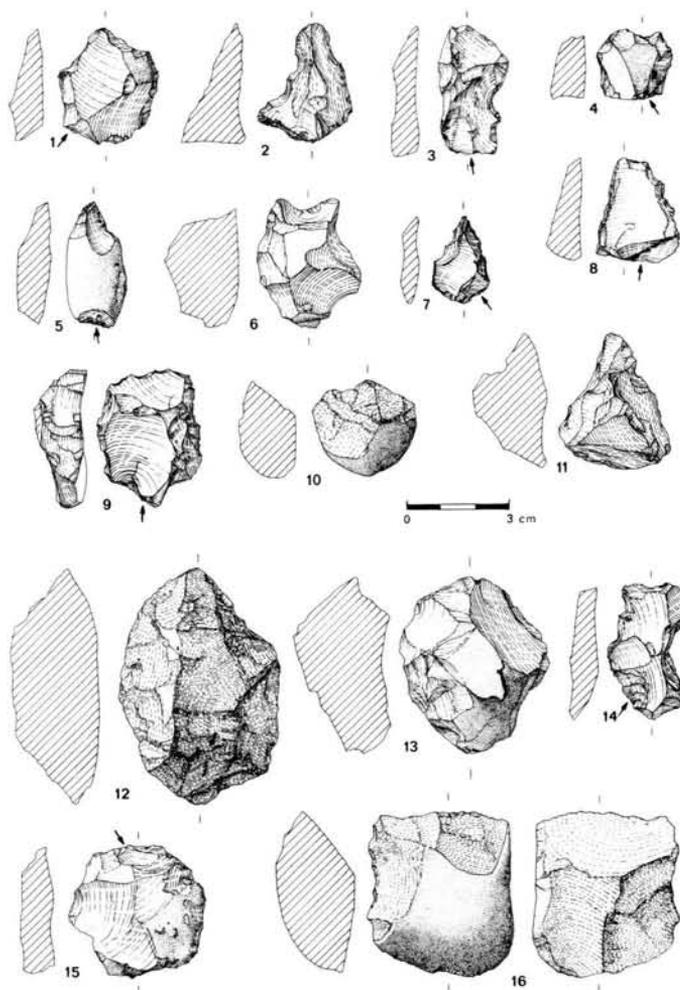


Fig. 14 - Raspador duplo convexo. Sílex. Acheulense Antigo a Médio (Série I). 2. Lasca subtriangular com extremidade superior em "tarière" (trado). Sílex. Acheulense Médio a Superior com elementos tayacenses (Série III). 3. Raspador simples convexo-côncavo. Sílex. Acheulense Médio a Superior com elementos tayacenses (Série III). 4. Lasca retocada com extremidade afeiçãoada em raspador. Sílex. Acheulense Médio a Superior com elementos tayacenses (Série III). 5. Lasca com extremidade superior em ponta triangular. Sílex. Acheulense Superior e Mustierense (Série IV). 6. Núcleo com ponta afeiçãoada em furador. Sílex. Acheulense Superior e Mustierense (Série IV). 7. Lasca com extremidade superior em ponta triangular. Sílex. Acheulense Superior e Mustierense (Série IV). 8. Raspador duplo subrectilíneo, com extremidade superior transversal subrectilínea. Sílex. Acheulense Superior e Mustierense (Série IV). 9. Lasca retocada em raspador transversal. Sílex. Acheulense Superior e Mustierense (Série IV). 10. Seixo raspador. Quartzito. Paleolítico Superior e Pós-Paleolítico com raros elementos tayacenses e mustierenses (Série V). 11. Lasca subtriangular, com extremidade superior em furador a "tarière" (trado). Sílex. Paleolítico Superior e pós-paleolítico com raros elementos tayacenses e mustierenses (Série V). 12. Raspador duplo convexo e convexo-côncavo. Quartzito. Acheulense antigo e médio com elementos tayacenses (Série I). 13. Núcleo poliédrico, afeiçãoado em raspador convexo num dos bordos. Sílex. Acheulense Superior e Mustierense (Série III). 14. Peça afeiçãoada em raspador e em raspadeira. Sílex. Acheulense Médio com elementos tayacenses (Série II). 15. Lasca retocada em toda a periferia. Sílex. Acheulense Médio com elementos tayacenses (Série II). 16. Calote de seixo com bordos laterais afeiçãoados em raspadores duplos convergentes. Quartzito. Acheulense Antigo e Médio com elementos tayacenses (Série I). Proveniência das peças: Jazida paleolítica de Fontainhas – Oeste.

Mustierense; b) pontas; c) raspadores simples convexos ou rectilíneos; d) raspadores duplos; e) raspadores duplos e raspadeiras; f) raspadores côncavos; g) cutelos; h) furadores; i) discos e bolas.

Este trabalho, que constituiu o primeiro ensaio classificativo dos abundantes materiais paleolíticos sobre lasca dos arredores de Lisboa, só teve continuidade na década de 1940, por via dos trabalhos então desenvolvidos por H. Breuil e G. Zbyszewski: a lista-tipo que então aplicadamente utilizaram, manteve-se em vigor até à actualidade, mercê da actividade desenvolvida ulteriormente por um dos seus autores (G. Zbyszewski); com efeito, os critérios classificativos utilizados no estudo de conjunto de 1992 (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992), acompanha de perto a sequência de 1942: assim se atingiu a desejável homogeneidade de critérios classificativos, indispensáveis à segurança e representatividade das comparações efectuadas.

Apesar das dezenas de milhar de peças recolhidas desde os inícios deste século, época em que a região começou a ser sistematicamente prospectada, jamais se reconheceu em qualquer dos locais indícios de estratigrafia: são, sempre, materiais de superfície, situação extensiva aos cerca de uma trintena de sítios identificados no território de Oeiras. As limitações inerentes a tal situação, somadas ao facto de se tratar, em geral, de colheitas antigas, e por certo selectivas, isto é, não abarcando a integridade do material, em terrenos há muito destruídos pela ocupação urbana, impede a aplicação de métodos de análise tipológica mais finos, designadamente o "método de Bordes". Com efeito, conforme preconizou F. Bordes, os conjuntos líticos de superfície onde tal método seria susceptível de utilização, deveriam respeitar várias condições, a saber: a) conjuntos numerosos; b) não triados; c) homogéneos (BORDES, 1950). Se as severas limitações, no que às jazidas oeirenses diz respeito, quanto à segunda das condições postuladas são reais, já a primeira e a terceira parecem ser respeitadas nos casos em apreço: com efeito, em estações com um número mínimo de peças recolhidas, por hipótese, igual ou superior a 100, poderemos aceder, ainda que de forma imprecisa, à distribuição global da tipologia da utensilagem, do mesmo modo que a homogeneidade dos conjuntos constituídos em cada estação é assegurado pela constituição de séries de litologia e estado físico superficial homogéneos: é o chamado "método das séries", que encontra, nos materiais paleolíticos do Complexo Basáltico de Lisboa, excelente campo de aplicação.

Naturalmente, a aplicação deste método é discutível e os seus resultados apenas defensáveis quando o número total das peças permite ultrapassar as incertezas inerentes à análise dos pequenos conjuntos; mas é óbvio que é o único, conjugando tipologia, técnica e patine superficial, que possibilita a organização das indústrias recolhidas em dado local á superfície em termos diacrónicos. Relembrem-se, a tal propósito, as considerações de Manuel Heleno, ainda plenamente actuais: "Pode-se argumentar que o seu (de Breuil) critério de classificação, baseado nas pátinas e no desgaste, nem sempre oferece segurança (...). Mas não se pode negar que a grande soma de observações e materiais colhidos convergentes e concordantes, dão ao edifício uma estrutura segura e racional e um amplo horizonte" (HELENO, 1956, p. 246).

Foi este o critério utilizado no estudo dos materiais de superfície das estações do Complexo Basáltico de Lisboa conhecidas no concelho de Oeiras. Assim se isolaram conjuntos que abarcam um amplo intervalo, do Acheulense Antigo aos tempos pós-paleolíticos, com uma

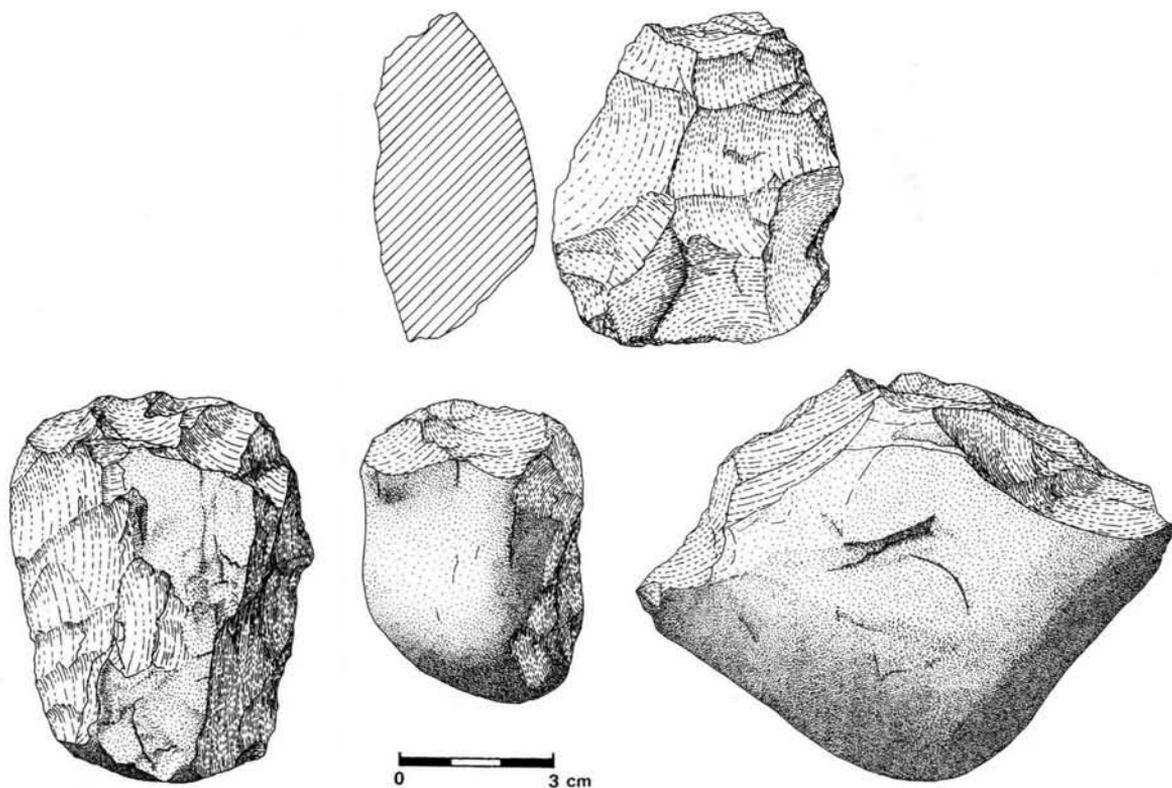


Fig. 15 - Núcleo mustierense (em cima) e seixos afeiçãoados de quartzito (em baixo) da estação com interesse estratigráfico do Reduto de Renato Gomes Freire - Alto da Barra (seg. ZBYSZEWSKI et al., 1995).

evidente concentração de materiais no Acheulense Superior e, sobretudo no Mustierense, época em que, por certo, a região foi mais intensamente cruzada por grupos de caçadores-recolectores. Naturalmente, na interpretação da quantidade de tais testemunhos, deverá atender-se à variável tempo: o que parece corresponder a uma notável concentração da população, poderá não ser mais do que a sobreposição, no espaço, de sucessivas presenças pouco acentuadas, ao longo de um amplo intervalo de tempo: é essa a perspectiva que provavelmente mais se aproxima da realidade. Seja como fôr, com tais e tão severas limitações (ausência de estações com estratigrafia, dispersão de materiais, sobreposição no mesmo local de sucessivas presenças humanas, entre outras), ficam definitivamente por esclarecer questões já hoje clássicas, como a do real estatuto destes conjuntos do concelho de Oeiras, no âmbito do "Complexo industrial" mustierense, tal como foi definido noutros lugares.

A região ribeirinha do antigo estuário plistocénico do Tejo foi também preferida por estes mesmos grupos de caçadores-recolectores tendo em vista a abundância dos recursos aí disponíveis e facilmente colectáveis. Recolheram-se materiais mustierenses absolutamente típicos, em zonas em que o Complexo Basáltico de Lisboa atingia a linha de costa, como é o caso na região entre Paço de Arcos e o Forte das Maias (*Fig. 14*). Tal facto significa que os caçadores-recolectores do Paleolítico Médio, dispersos pelas áreas mais interiores da



Fig. 16 - Grande biface de quartzito do Acheulense Superior, recolhido na praia actual adjacente ao forte de São Bruno, Caxias (seg. ZBYSZEWSKI, PENALVA & CARDOSO, 1979). Tamanho natural.

península de Lisboa, também frequentavam a zona costeira, muito embora a sua economia alimentar se baseasse, sobretudo, na caça, mais do que na recollecção. Um dos testemunhos mais interessantes destas presenças costeiras situava-se na área do reduto de Renato Gomes Freire - Alto da Barra; correspondia à existência de um nível detrítico grosseiro, integrando-se no conjunto das praias tirrenianas que acompanham a linha de costa, a altitudes de 20 a 25 m acima do nível do mar actual, do Guincho à foz do Tejo. Com efeito, este retalho marinho quaternário era conhecido de há muito: já na Carta Geológica dos Arredores de Lisboa (CHOFFAT, 1935) se encontra assinalado, na zona a oriente da fortaleza de São Julião da Barra. A sucessão estratigráfica observada em antiga saibreira, hoje totalmente desaparecida, comportava, na base, um nível de areias finas argilosas, sobrepostas por areias grosseiras e seixos, alguns deles afeiçãoados e recolhidos "in situ" (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945, p. 241-246). O depósito observado e descrito pelos dois autores em 1941 ou 1942 desapareceu, por certo devido à construção da estrada marginal. Entretanto, no decurso da construção do complexo habitacional do Alto da Barra, na primeira metade da década de 1970, novos cortes foram executados, permitindo a observação directa de outras áreas do referido depósito em profundidade. Data dessa época a recolha de novos materiais pelo signatário, por Manuel Leitão e C. T. North, os quais entretanto foram estudados (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1995). Trata-se de uma indústria sobre seixos de quartzito; algumas peças tipologicamente mais definidas indicam o Acheulense Superior, o que está de acordo com a época atribuída, por critérios geológicos, ao referido depósito (**Fig. 15**). Saliente-se que este local, hoje totalmente desaparecido, correspondia à única estação do Paleolítico Inferior do concelho de Oeiras não relacionada com os afloramentos do Complexo Basáltico de Lisboa.

As prospeções efectuadas no final da década de 1970 pelo signatário, em companhia de Carlos Penalva e de Georges Zbyszewski, nas praias actuais da margem norte do estuário do Tejo, permitiram recolher numerosos artefactos, especialmente nas acumulações de cascalheiras actuais existentes nas rentrâncias da costa, especialmente junto ao Dafundo - Cruz Quebrada, forte de S. Bruno (Caxias), Forte da Giribita (Paço de Arcos), Forte de Catalazete (Santo Amaro de Oeiras) e, enfim, em São Julião da Barra (ZBYSZEWSKI, PENALVA & CARDOSO, 1979). Trata-se de peças de quartzito, de basalto, sílex e, até, de calcário, umas arrastadas pelo próprio Tejo, oriundas de montante, outras chegadas à costa por transporte devido às ribeiras que nele desagüam. Algumas destas peças pertencem inquestionavelmente ao Acheulense Superior: é o caso de alguns bifaces, típicos (**Fig. 16**); outras, são mais recentes. Em nenhum caso se pode, porém, associar a sua ocorrência aos contextos primários correlativos.

6 – O PALEOLÍTICO SUPERIOR

Exceptuando-se alguns escassos vestígios de superfície, correspondentes a peças integráveis nas séries mais recentes da sucessão de indústrias paleolíticas do terrenos basálticos, e de um pequeno conjunto pouco abundante e de idade indefinida, recolhido em pequena rechã litoral junto a Fontainhas - Paço de Arcos, compreendendo raspadeiras carenadas de aspecto aurignhacense, o único testemunho da presença humana do Paleolítico Superior do concelho de Oeiras foi observado na gruta da Ponte da Lage. Trata-se de uma cavidade cárstica existente em pequena cornija de calcários sub-cristalinos do Cenomaniano superior, profundamente fracturados, a meia-encosta do lado esquerdo do vale da ribeira da Lage, junto à povoação do mesmo nome, cerca de 2 km a Norte de Oeiras. A sua abertura, voltada para a ribeira, em forma de arco abatido sugeriu, pela sua regularidade, afeiçãoamento, no decurso do Neolítico ou do Calcolítico, época em que a cavidade foi também frequentada pelo Homem, que a aproveitou como necrópole, e mesmo na Idade do Bronze, talvez então também utilizada como santuário rupestre (*Fig. 17*).

As primeiras referências e publicação de materiais arqueológicos oriundos da gruta, deve-se a Estácio da Veiga (VEIGA, 1889, p. 128 e 129; 1891, p. 38 e 149 e Est. XVII, nº. 12 a 14). O autor refere que as escavações foram efectuadas pela "Comissão Geologica", não descendo, porém, a detalhes quanto ao ano ou autor das mesmas. Nessas primeiras referências, além da menção a numerosos materiais de sílex, de cerâmica (lisa e ornamentada) e de pedra polida, valoriza a existência de diversos artefactos de cobre conservados, como os restantes, no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal. Em 1941/1942, parte do espólio lítico, supostamente o de época paleolítica, foi objecto de estudo detalhado por H. Breuil e G. Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942). Mais tarde, um dos autores (G. Z.), em colaboração com Abel Viana e O. da Veiga Ferreira, reviram o espólio arqueológico pós-paleolítico (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1957; VIANA, FERREIRA & ZBYSZEWSKI, 1957). Porém, a data que indicam para a realização das antigas explorações (1895) é inexacta, dado os materiais já terem sido vistos por Estácio da Veiga, em 1889. Com efeito, uma peça conservada no Museu dos antigos Serviços



Fig. 17 - Vista do vale da ribeira da Lage, no sector correspondente à gruta da Ponte da Lage, assinalada pelas pessoas em pé, na parte central (foto da década de 1940). Em primeiro plano, nota-se o traçado do curso de água.

Geológicos de Portugal, possui etiqueta de papel, com letra manuscrita da época dizendo: "30 de Maio 79/Furna da ponte da Lage*11 m/prof. 0,50 Oeiras", que é concludente quanto à data de realização dos trabalhos de campo. Estes foram retomados em 1958, por M. Vaultier, J. Roche e O. da Veiga Ferreira. O interior da gruta, que se encontrava muito entulhado, foi então totalmente limpo (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959). Ao longo da galeria principal, verificou-se a existência de uma delgada camada estalagmítica, tendo-se encontrado por debaixo um depósito muito concrecionado, mas de fraca potência, contendo muitos carvões e alguns sílex lascados de aspecto mustieróide. Depois de totalmente removida, os trabalhos incidiram na zona da entrada, onde se identificou uma sepultura individual neolítica, cujos restos humanos se acrescentam aos recolhidos no século XIX, configurando uma necrópole colectiva no local, a qual será adiante objecto de estudo e caracterização.

Enfim, a gruta foi objecto de uma última intervenção arqueológica, dirigida pelo signatário em 1993, visando não apenas a procura de pequenas reentrâncias onde o depósito inferior ainda pudesse estar conservado, mas também a investigação de uma pequena câmara terminal, dada pelos escavadores como não explorada: um e outro de tais objectivos foram concretizados, não resultando, porém, na identificação de depósitos de interesse arqueológico. Consequentemente, não foi possível confirmar a sequência estratigráfica observada em 1958, descrita por M. Vaultier e colaboradores e, ulteriormente, por J. Roche (ROCHE, 1964) a qual,

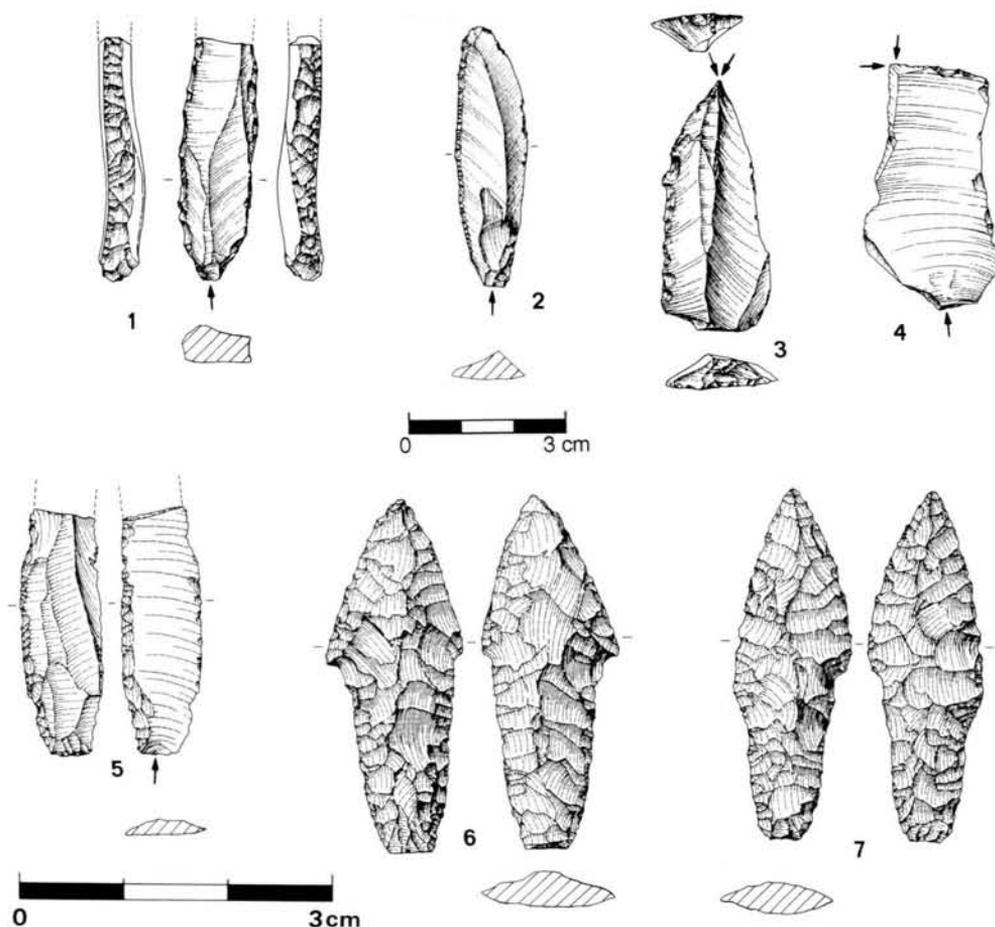


Fig. 18 - Indústrias do Paleolítico Superior da gruta da Ponte da Lage. 1 - ponta de La Gravette, fracturada na extremidade distal; 2 - lâmina finamente retocada; 3 e 4 - buris diedros, de ângulo (4) e numa extremidade (3); 5 - Lamela Dufour; 6 - Ponta de seta solutrense; 7 - ponta de seta solutrense da gruta das Salemas, estreitamente afim da anterior (Museu do Instituto Geológico e Mineiro, seg. CARDOSO, 1996).

de baixo para cima, era constituída pelas seguintes camadas:

- 1 – substrato geológico, representado localmente por calcários duros do Cenomaniano;
 - 1 – camada terrosa e ferruginosa, muito concrecionada, colmatando as irregularidades do substrato, formando em certos locais uma placa estalagmítica; continha algumas lascas atípicas (espessura máxima de 0,20 m);
 - 2 – camada terrosa avermelhada com materiais neolíticos e estruturas sepulcrais da mesma época (espessura de 0,10 m);
 - 3 – terra cinzentas ou anegradas, superficiais, com materiais campaniformes e mais modernos.
- No conjunto, as peças atribuídas por H. Breuil e G. Zbyszewski (1942, p. 212) ao Paleolítico provêm das Camadas 2 e 3, tendo presentes a pátina e os restos do próprio depósito, parcialmente aderente à sua superfície e eram, sem dúvida, no conjunto recuperado, aqueles que mais careciam de reapreciação.

A série mais antiga considera-se mustierense. É constituída por 13 peças e já anteriormente foi objecto de referência (**Fig. 13**). Trata-se, como se pode verificar, de uma indústria de grandes lascas de sílex, com predomínio dos raspadores. Está presente o talhe "levallois". No conjunto, tais materiais não destoam dos conjuntos paleolíticos do Complexo Basáltico, atrás caracterizados, bem como das indústrias de sílex da gruta Nova da Columbeira (RAPOSO & CARDOSO, 1998), a única estação mustierense de gruta do território português susceptível de comparação. A escassez de materiais disponíveis, para mais sem indicações estratigráficas, desaconselham outras considerações de carácter estatístico, obviamente falaciosas.

Os materiais do Paleolítico Superior foram divididos por H. Breuil e G. Zbyszewski em três conjuntos, a saber:

- o primeiro, mais antigo, suposto do Solutrense;
- o segundo, atribuível ao Magdalenense;
- o terceiro e último, considerado próximo do Mesolítico.

Vejamos a composição essencial de cada um deles. O grupo do Solutrense integraria um fragmento de folha de loureiro, reproduzida pelos autores (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, Est. I, nº. 8); na verdade, trata-se de porção de peça foliácea muito mais moderna, do Neolítico Final ou do Calcolítico, das vulgarmente designadas por "elementos de foice" sobre lâminas elipsoidais, de retoque cobridor, como tantas outras recolhidas nos povoados calcolíticos da Estremadura, com destaque para o de Leceia. Da mesma forma, um furador sobre lâmina, integrado por H. Breuil e G. Zbyszewski na série solutrense, afigura-se idêntico a outros, de idade neolítica ou calcolítica.

O grupo do Magdalenense integraria doze lâminas; porém, não há qualquer razão para serem consideradas como tal, na ausência de peças de recorte tipológico definido ou particular à época em causa, situação extensiva a outras lascas ou lâminas, igualmente atípicas. Dentro desta série supostamente magdalenense, os autores integram ainda uma ponta típica mas incompleta de La Gravette (**Fig. 18, nº. 1**). Uma lâmina finamente trabalhada ao longo do seu bordo esquerdo por retoque contínuo deverá ainda integrar-se no conjunto do Paleolítico Superior (**Fig. 18, nº. 2**), o mesmo se verificando com dois buris diedros sobre lasca (**Fig. 18, nº. 3, 4**).

O terceiro grupo de peças, pelos autores considerado próximo de Mesolítico, é composto apenas por oito exemplares, predominando a debitagem lamelar. O que ostenta trabalho mais apurado é uma lamela Dufour (**Fig. 18, nº. 5**). Como é sabido, este tipo de artefactos possui uma longevidade assinalável, com particular incidência no Aurinhacense, embora não possam considerar-se exclusivamente de tal época.

Em resumo, no conjunto considerado do Paleolítico Superior por H. Breuil e G. Zbyszewski, existem peças cuja integração no Paleolítico Superior é inquestionável, embora a respectiva integração de pormenor não seja possível. Foram, contudo, estes materiais que conduziram J. Zilhão à conclusão, errónea, com base nos referidos pressupostos, de que "a única coisa que se pode dizer a respeito destes materiais é que eles documentam a existência de uma ocupação solutrense e que, à falta de qualquer indicação positiva da existência de outras ocupações do Paleolítico Superior, a única atitude correcta, até prova em contrário, é a de

atribuir a essa ocupação a globalidade dos materiais das três "séries" (de Breuil e Zbyszewski) (ZILHÃO, 1987, p. 39). Esta atitude foi alterada posteriormente pelo próprio (ZILHÃO, 1997, p. 840). Com efeito, a gruta da Ponte da Lage foi então considerada como duvidosamente ocupada no Paleolítico Superior, tendo em conta que a peça mais valorizada pelo autor em 1987, afinal, poderia não passar – como de facto acontece e já antes tinha sido assinalado em trabalho do signatário (CARDOSO, 1995) – de um fragmento de lâmina de retoque cobridor calcolítica.

Porém, não é assim: no trabalho publicado pelo signatário em 1995 – antes, portanto, da última publicação de J. Zilhão que, embora corresponda a trabalho académico apresentado em 1995, beneficiou de actualizações pontuais introduzidas pelo autor – já se indicava claramente não só a realidade da ocupação no Paleolítico Superior, mas ainda que ela se processou, pelo menos, no Solutrense (CARDOSO, 1995). Para tal, valeu-nos ter identificado, entre os materiais neolíticos publicados por O. da Veiga Ferreira e colaboradores (VIANA, FERREIRA & ZBYSZEWSKI, 1957, Est. III, nº. 13), uma ponta de belo e cuidado trabalho bifacial, pedunculada, com esboço de aletas laterais, de sílex acinzentado de fabrico local (*Fig. 18, nº. 6*), a qual, até à revisão por nós efectuada, havia passado despercebida, confundida e classificada como simples ponta de seta neolítica. Tal equívoco por parte daqueles que a publicaram é compreensível: à data, ainda eram desconhecidas em Portugal peças solutrenses desta tipologia. Com efeito, os primeiros artefactos comparáveis recolheram-se apenas aquando da escavação, também por O. da Veiga Ferreira, J. Roche e outros, da gruta das Salemas, cuja camada solutrense forneceu três exemplares absolutamente análogos, como o representado na *Fig. 18, nº. 7* (ROCHE *et al.*, 1962, Fig. 4, nº. 1). Trata-se, efectivamente, de uma ponta de arremesso tipicamente solutrense, cuja presença, só por si, é suficiente para identificar a presença na gruta de pequeno grupo de caçadores solutrenses, que ali encontraram abrigo temporário como, aliás aconteceu na pequena fissura cársica alargada das Salemas. Foi dupla a omissão de J. Zilhão a este exemplar: primeiro, ao constituir a única peça susceptível de apoiar a cronologia que primeiramente atribuiu à ocupação do Paleolítico Superior; depois, ao tê-lo de novo ignorado na sua obra de conjunto de 1997.

Sem embargo da presença de elementos absolutamente típicos do Paleolítico Superior já reconhecidos como tal por H. Breuil e G. Zbyszewski, configurando, até, a eventualidade de uma ocupação anterior ao Solutrense, como é o caso da lamela Dufour (*Fig. 18, nº. 5*), que sugere o Aurinhacense, ou fragmento da ponta de La Gravette (*Fig. 18, nº. 1*), a estreita afinidade da ponta solutrense da gruta da Ponte da Lage com os exemplares da gruta das Salemas, atesta o elevado grau de estandarização que tais artefactos atingiram no Solutrense Superior da Estremadura, onde são conhecidos, pelo menos, seis tipos diferentes de pontas de arremesso, correspondendo a presente a uma verdadeira ponta de flecha pedunculada (ZILHÃO, 1994, p. 127), com paralelos em exemplares do Solutrense Superior de fácies levantino, da gruta de Parpalló (FULLOLA, 1994, Fig. 4, nº. 4).

O intervalo da sua produção abarcou o momento de maior rigor climático da última glaciação: não obstante a posição geográfica privilegiada da área correspondente ao concelho de Oeiras, a ocupação desta cavidade como abrigo, certamente de curta duração, como a

maioria dos seus homólogos portugueses, poderá sem dificuldade relacionar-se com tal episódio de degradação climática.

Não obstante, a frequência, durante todo o ano, dos terrenos de caça era possível: os glaciares acantonavam-se apenas nos cumes montanhosos do Norte de Portugal e da serra da Estrela: isso explica a insistência com que são referidos na região materiais de superfície ao Paleolítico Superior, misturados com outros, muito mais antigos, embora escasseiem ou sejam mesmo desconhecidas peças típicas, como as que agora se estudaram. Daí que tais referências tenham de ser encaradas coma a necessária prudência, muito embora a ausência daquele tipo de peças possa ser facilmente explicável pelas pequenas dimensões, não detectáveis em simples prospecções do terreno.

7 – EPIPALEOLÍTICO/MESOLÍTICO E NEOLÍTICO ANTIGO/MÉDIO

Os materiais líticos mais modernos recolhidos nas estações paleolíticas do Complexo Basáltico pertencem já a tempos pós-paleolíticos, embora a falta de recorte tipológico de tais materiais, atrás aludida, torne difícil o estabelecimento da sua cronologia precisa, como foi anteriormente referido: intervalo abarcando o Paleolítico Superior, o Mesolítico e mesmo épocas mais recentes, particularmente a Idade do Bronze, na qual se continuou intensamente a talhar o sílex.

Sabe-se hoje que o povoamento estremenho, nos primórdios do pós-glaciário, do Pré-Boreal ao Boreal, entre cerca de 9000 e 6500 anos antes de Cristo, era essencialmente litoral: as populações, talvez porque a caça se tivesse tornado mais escassa em consequência das alterações climáticas então ocorridas, com a modificação dos biótopos onde até então abundava, alteraram os hábitos alimentares, tornando-se cada vez mais dependentes dos recursos aquáticos, que obtinham sem dificuldades de maior ao longo da costa e, particularmente, nas enseadas nela existentes. Um recente inventário ilustra tal opção, evidente no trecho costeiro de Sintra a Peniche (ARAÚJO, 1998). A população deveria aumentar nas áreas de maior disponibilidade de recursos aquáticos, como é o caso do litoral norte da foz do Tejo, na parte correspondente ao território oeirense. É bem conhecida a riqueza faunística dos domínios estuarinos e a facilidade da sua captura, no caso potenciada ainda pela existência de reentrâncias litorais, formadas pela confluência dos três cursos de água principais que nele desaguavam (Jamor, Barcarena e Lage), para além de outros, hoje muito dissimulados, como a ribeira de Porto Salvo, que atingia o Tejo em Paço de Arcos. Deste modo, se, actualmente, não subsistem quaisquer vestígios de tais presenças, é porque aquelas se encontram sob os sedimentos que ulteriormente se acumularam ao longo do litoral, visto o nível de base ainda se situar, há cerca de 6000 anos antes de Cristo, em torno da batimétrica - 20 m. Quanto às estações situadas mais afastadas, embora ainda na periferia da linha de costa da época (como as estações inventariadas por A. C. Araújo a norte da serra de Sintra) a sua actual inexistência



Fig. 19 - Vista parcial do vale da ribeira da Lage, a montante do local da gruta da Ponta da Lage, em foto da década de 1940. Evidencia-se escarpa rochosa, ao longo da encosta esquerda, correspondendo aos calcários duros do Cenomaniano Superior.

explica-se facilmente, dada a intensa ocupação humana, desde então verificada, agravada na actualidade pela explosão da sua ocupação urbana, que apagou por completo tais vestígios.

O Neolítico Antigo e o Médio ainda se encontram muito mal conhecidos no concelho de Oeiras, como, aliás, em toda a região ribeirinha do Tejo. Uma vez mais, é lícito atribuir tais "ausências" mais às perturbações antrópicas ali verificada desde então, do que à ausência primária de vestígios. Tradicionalmente, fazia-se atribuir às populações do Neolítico Antigo do sul do País, a ocupação de encostas suaves e de terrenos junto às linhas de água, como os três grandes afluentes do Tejo que atravessam o concelho (**Fig. 19**), organizadas em pequenos povoados abertos, ocupadas com o cultivo incipiente de solos leves, essencialmente arenosos, os únicos que, com os recursos tecnológicos então disponíveis, eram os que poderiam ser trabalhados. Este quadro tinha, na região, e até época recente, a sua expressão única no povoado de encosta de Fonte de Sesimbra (SOARES, SILVA & BARROS, 1979), a que se vieram a juntar outros, identificados em zonas aplanadas do concelho da Moita, actualmente em curso de estudo por J. Soares. Contudo, na parte norte do estuário do grande rio, trabalhos efectuados no decurso da última década, vieram alterar significativamente tal panorama: as estações de Salemas (povoado aberto de plataforma rochosa) e do Correio-Mor (gruta utilizada

por certo como habitat, ainda que temporário, dada a ausência de ossos humanos que consubstanciem uma necrópole), testemunham a presença de comunidades que, no Neolítico Antigo, se fixaram no rebordo de plataformas calcárias, em locais de onde visualmente poderiam dominar a fértil várzea de Loures (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996).

No quadro de uma crescente economia agro-pastoril, tais locais poderiam corresponder à instalação de grupos agro-pastoris que, em determinada época do ano, desenvolveriam actividades mais especializadas, directamente relacionadas com a pastorícia de rebanhos de ovino-caprinos. Assim, enquanto a gruta do Correio-Mor poderia ser usada tão-somente como abrigo de pastores, a plataforma das Salemas constituiria local de estacionamento de quem, sediado na planície, quisesse atingir as terras altas que a circundam. Neste sentido, poderia corresponder a povoado a partir do qual, à semelhança do verificado na zona do Arrife "...era possível realizar a exploração de dois territórios de potencialidades distintas mas complementares" (ZILHÃO & CARVALHO, 1996, p. 667), essencialmente agrícolas, nas terras baixas, pastoris, na serra, podendo possuir, portanto, carácter permanente. Esta estratégia de ocupação tem equivalente noutros contextos estremenhos; um deles corresponde à região do Alto das Bocas, Rio Maior onde, de ambos os lados de uma profunda garganta, se dispõem duas elevações, ambas com importantes testemunhos de ocupação do Neolítico Antigo (GONÇALVES *et al.*, 1987), a partir das quais se domina a vasta bacia de Rio Maior.

Mais próximo da área em estudo, situa-se o povoado de S. Pedro de Canaferrim, na encosta da serra de Sintra, intramuros do castelo do Mouros, cuja ocupação do Neolítico Antigo, em sítio notoriamente de altura, se quadra bem no contexto interpretativo apresentado. Segundo T. Simões, tratava-se de uma ocupação estival intensa, relacionada com o pastoreio de ovino-caprinos, representados por restos muito fragmentários, identificados como tal pelo signatário (SIMÕES, 1996, 1999, p. 72), subsistindo a comunidade sazonalmente ali instalada da exploração dos recursos oferecidos pela serra, incluindo a caça.

As cronologias absolutas obtidas para os três sítios do Neolítico Antigo da Baixa Estremadura referidos, indicam que a sua ocupação decorreu nos últimos séculos do VI milénio, inícios do V milénio antes de Cristo. Em todos eles existem cerâmicas decoradas, com grande variedade de padrões e técnicas decorativas. O mesmo não sucede na região oeirense: o único elemento cerâmico susceptível de indicar ocupação desta época corresponde a fragmento de vaso decorado com o bem conhecido padrão "em espiga", recolhido no Alto dos Barrinhos, encontrando-se até ao presente inédito. Esta elevação, de onde se domina visualmente a serra de Monsanto, onde se identificaram cerâmicas decoradas com o mesmo padrão no sítio de Montes Claros (CARREIRA & CARDOSO, 1992, Est. 2, nº. 4), e o estuário do Tejo, onde desagua a ribeira de Algés, que corre no vale adjacente, reunia as condições adequadas para a implantação de um povoado permanente, de economia agro-pastoril, que poderia ali desenvolver-se sem dificuldade ao longo de todo o ano, complementada pela recollecção de moluscos e pela pesca, no estuário, então mais próximo e onde facilmente se chegaria, aproveitando o vale da referida linha de água. Note-se, porém, que este padrão decorativo sobreviveu até o início do Neolítico Final, como se verificou no povoado do Alto de S. Francisco, Palmela; ali, fragmentos deste tipo encontravam-se associados a recipientes

típicos do neolítico Final, prova clara de tal anacronismo (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 43).

Ainda ao Neolítico Antigo é reportável uma ponta de flecha transversal, recolhida na oficina do talhe de sílex de Barotas, Leceia, evidenciada por milhares de resíduos de talhe de sílex cinzento obtido localmente, ao longo de muitos séculos (CARDOSO & COSTA, 1992, Est. 1, nº. 2). Este exemplar é análogo ao recolhido no povoado do Neolítico Antigo de Salemas, Loures (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996, Fig. 2, nº. 2). Aliás, o início da exploração sistemática dos recursos geológicos potencialmente disponíveis na região – com óbvio destaque para o sílex, abundante em nódulos nos calcários duros do Cretácico aqui aflorantes – encontra-se também documentada, a sul do Tejo, pela oficina de Amieira, Sesimbra (CARDOSO, 1992).

8 – O NEOLÍTICO FINAL

No decurso da segunda metade do IV Milénio a. C. assiste-se, na Estremadura, à ocupação progressiva de sítios de altura, com boas condições naturais de defesa. Em Leceia, plataforma constituindo esporão debruçado sobre o fértil vale da ribeira de Barcarena, distanciada cerca de 4 km da foz do Tejo, e defendida de dois dos seus lados por escarpa calcária com cerca de 10 m de altura (*Fig. 20*), estabeleceu-se então vasto povoado aberto, sobre as bancadas de calcários duros e sub-recifais, do Cenomaniano superior, então aflorantes, aproveitando os espaços existentes entre eles como abrigos. A localização deste já então notável povoado – cuja importância se viu acrescida ulteriormente – foi evidentemente determinada pelas condições geomorfológicas oferecidas pelo local e pela existência de recursos naturais potencialmente disponíveis na região envolvente. Para além das propícias condições de defesa, a existência do próprio vale, configurando via privilegiada de penetração e de circulação de pessoas e de bens de e para o "hinterland" da península de Lisboa, a partir do estuário do Tejo, deve ser valorizada. Acresce que o referido vale constituía não apenas zona potencial de produção alimentar, através do aproveitamento de pequenos talhões agrícolas e da exploração pastoril de campos e prados, mas também área de captação de recursos naturais, especialmente junto à confluência com o Tejo. De facto, é admissível que, no decurso do Neolítico e do Calcolítico o nível médio das águas do mar se situasse um pouco acima do actual, criando, naquele local, uma enseada abarcando toda a zona baixa de Caxias e até o Murganhal, rica de recursos aquáticos, facilmente recolectados (*Fig. 21*). Por outro lado, a navegabilidade da ribeira de Barcarena, até à zona do antigo povoado pré-histórico, seria então uma realidade, a partir de pequenas embarcações fluviais.

As oito datas de radiocarbono disponíveis para a primeira ocupação pré-histórica de Leceia, depois de tratadas estatisticamente (SOARES & CARDOSO, 1995; CARDOSO & SOARES, 1996), para uma probabilidade de 50%, situam-na cronologicamente entre 3350 e 3040 anos a. C. e, para uma probabilidade de 95%, entre 3510 e 2900 anos a. C. (*Fig. 22*).

Embora não se tenham identificado em Leceia, como em qualquer outro povoado do



Fig. 20 - Trecho do vale da ribeira de Barcarena em foto da década de 1940. O povoado pré-histórico de Leceia situa-se ao centro, em segundo plano. Em primeiro plano, o solar da quinta de Nossa Senhora da Conceição.

Neolítico Final da Estremadura, estruturas defensivas, a evidente preferência pela ocupação de sítios de altura, pressagia a existência de situações potenciais de conflito, arqueologicamente não detectáveis até então; com efeito, só se defende quem tem algo (para além da sua pessoa ...) a defender. Que bens seriam então esses, que teriam obrigado comunidades até então pacíficas e essencialmente sedentárias, a subirem as encostas, procurando maior segurança no alto das colinas particularmente defensáveis da região?

Creemos que os resultantes da acumulação de excedentes da produção agrícola, propiciados pela melhoria das tecnologias de produção, designadamente a introdução do arado, do carro e da força de tracção animal, aproveitando a atrelagem de bovídeos. Trata-se, afinal, dos mais frisantes representantes da chamada "Revolução dos Produtos Secundários" (RPS), tão bem denunciada em Leceia pela abundância, na camada em causa, de restos osteológicos daquele animal (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996).

Entrevê-se, pois, mercê das melhorias tecnológicas introduzidas na produção de alimentos, a existência, pela primeira vez, de excedentes, os quais estariam na origem da instabilidade e tensão social intergrupos, tão bem documentada em Leceia, a qual iria caracterizar todo o milénio seguinte na região estremenha e muito para além dela.



Fig. 21 - Maqueta do vale da ribeira de Barcarena até à sua confluência com o estuário do Tejo, reconstituindo a situação existente há cerca de 5000 anos. O povoado pré-histórico de Leceia implanta-se em último plano, na encosta direita.

Outros povoados ocupados na área oeirense, como o existente em Carnaxide, debruçado, a meio da encosta esquerda, sobre o rio Jamor, evocando situação idêntica ao de Leceia, documentam e confirmam a constância do padrão de povoamento característico no Neolítico Final regional. A sua importância merece que seja tratado de forma mais minuciosa. Com efeito, a região adjacente de Carnaxide é de há muito conhecida na bibliografia arqueológica. Além da célebre gruta, subjacente ao actual templo de Nossa Senhora da Rocha, que será objecto de desenvolvida referência mais adiante, existem outras, também utilizadas como necrópoles no Neolítico e Calcolítico, de menores dimensões, abertas nos calcários duros do Cenomaniano Superior que, por vezes constituem cornija, ao longo da encosta esquerda do rio Jamor, a montante da ponte que o atravessa junto à povoação. Alguns dos materiais recolhidos em tais cavidades foram objecto de recente publicação pelo signatário (CARDOSO, 1995). O povoado pré-histórico encontra-se, em parte, defendido naturalmente por uma dessas cornijas, que o limita do lado sul-ocidental, ocupando encosta suave, com pendor para o Jamor, configurando implantação não muito diferente da de Leceia (**Fig. 23**). As principais recolhas de materiais arqueológicos devem-se a Abílio Roseira, na década de 1920 e inícios da seguinte. Tais materiais foram recentemente estudados pelo signatário (CARDOSO, 1996), conduzindo

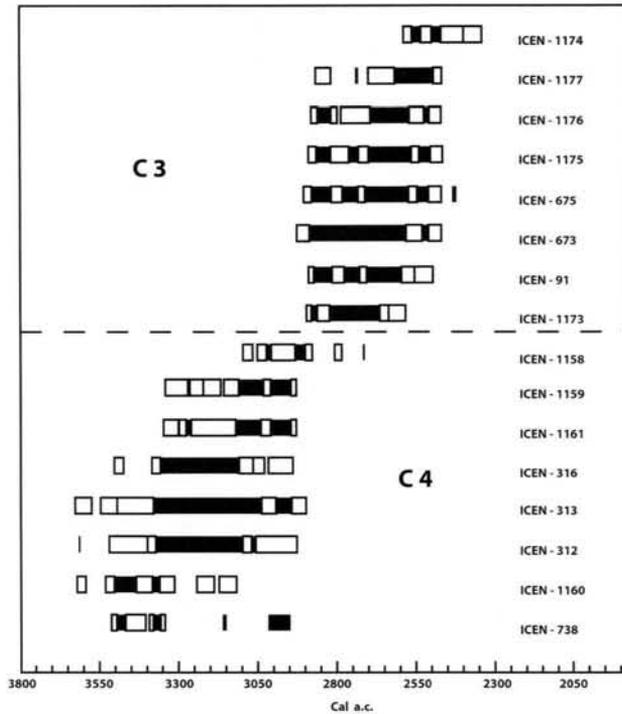
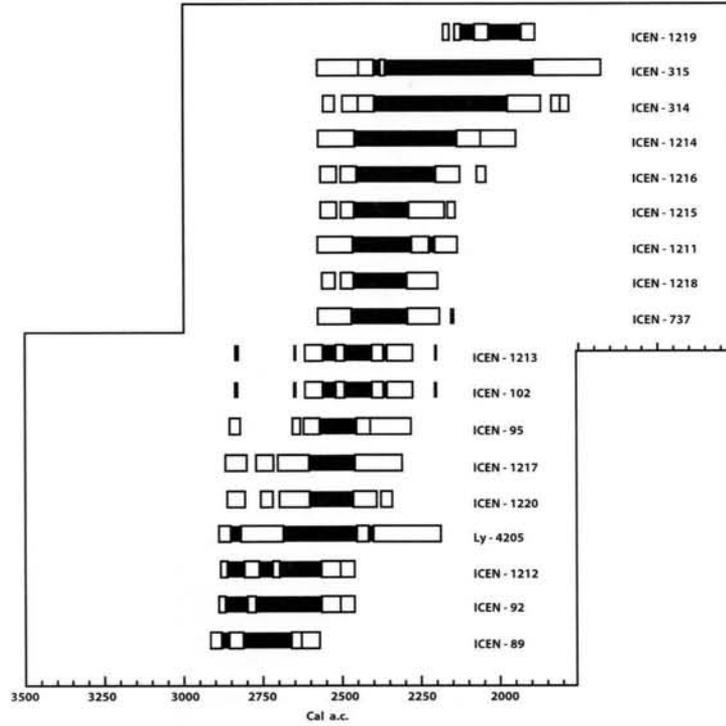


Fig. 22 - Representação gráfica das datas radiométricas obtidas em Leceia, depois de calibradas pelo programa CALIB 3.0.3 para as camadas 4 (Neolítico Final), 3 (Calcolítico Inicial) e 2 (Calcolítico Pleno) (seg. CARDOSO & SOARES, 1996).



Fig. 23 - Vista parcial da encosta esquerda do rio Jamor, na zona correspondente ao povoado pré-histórico de Carnaxide.

a interessantes conclusões que adiante se referirão. Porém, não foi Abílio Roseira o primeiro a dar conta da existência do povoado pré-histórico. As primeiras recolhas – talvez em época próxima da exploração da vizinha gruta da Lage, em 1879 – foram ainda efectuadas sob a égide de Carlos Ribeiro (f. 1882), então director da Comissão dos Trabalhos Geológicos, instituição que ainda conserva os resultados dessas prospecções pioneiras, os quais foram em parte publicados na década de 1950 (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1959), na altura em que dois outros investigadores executaram sondagens em diversos locais da área de interesse arqueológico (ANDRADE & GOMES, 1959).

Em 1990, o signatário procedeu a uma sondagem localizada em estreita faixa de terrenos de zona periférica do antigo povoado, junto à escarpa que o margina (*Fig. 24*). A pobreza dos resultados obtidos confirmaram que a área de maior interesse arqueológico se encontra sob espessa cobertura de aterros ali depositados nos finais da década de 1970 pelo proprietário, tornando inacessíveis os depósitos arqueológicos. Enfim, mais recentemente, a Câmara Municipal de Oeiras aprovou, sob proposta do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, a classificação da zona de potencial interesse arqueológico, ainda que actualmente inacessível, como "imóvel de valor concelhio". Com efeito, as numerosas recolhas de materiais à superfície efectuadas por diversas equipas ao longo da década de 1970, mercê do fácil acesso do local, confirmaram a elevada densidade de achados arqueológicos de várias épocas. Contudo, a



Fig. 24 - Sondagem realizada em 1990 em zona periférica do povoado pré-histórico de Carnaxide, pouco atingida pelo aterro ali depositado no final da década de 1970.

observação das centenas de peças da colecção Roseira, a que se somam os conjuntos, mais pobres, depositados no Centro de Estudos Arqueológicos, permitiram completar as conclusões anteriormente publicadas, justificando novas escavações, que pretendemos efectuar logo que possível. Com efeito, foi salientada a existência de uma peculiar indústria de pedra lascada, que conduziu à confecção em grandes quantidades de pequenos picos e, em menor escala de raspadeiras (*Fig. 25, 26*). Trata-se de uma indústria local, conforme é indicado pela natureza da matéria-prima: o sílex cinzento ou esbranquiçado, explorado a partir de nódulos ou de "tablettes" existentes nos níveis do calcários duros que afloram no sítio. Os picos, por vezes com indício de utilização na extremidade distal por boleamento, teriam sido aproveitados como furadores ou buris, e usados por compressão e não por percussão. Exemplares idênticos, recolhidos nas explorações do século XIX, foram considerados próximos dos "picos campinhienses" (ZBYSZEWSKI, VIANA & FERREIRA, 1959, Fig. 1, nº. 7 e 9). Ulteriormente, declara-se, a propósito de exemplares homólogos, o seguinte (ANDRADE & GOMES, 1959, p. 141 e Est. XVI): "Aparecem ainda algumas peças grosseiras, muito espessas, de secção e formas variáveis (Est. XVI) sobre as quais nada sabemos dizer. Ignoramos se em estações próximas foram encontrados objectos com as mesmas características". Os restantes materiais, comuns nas estações

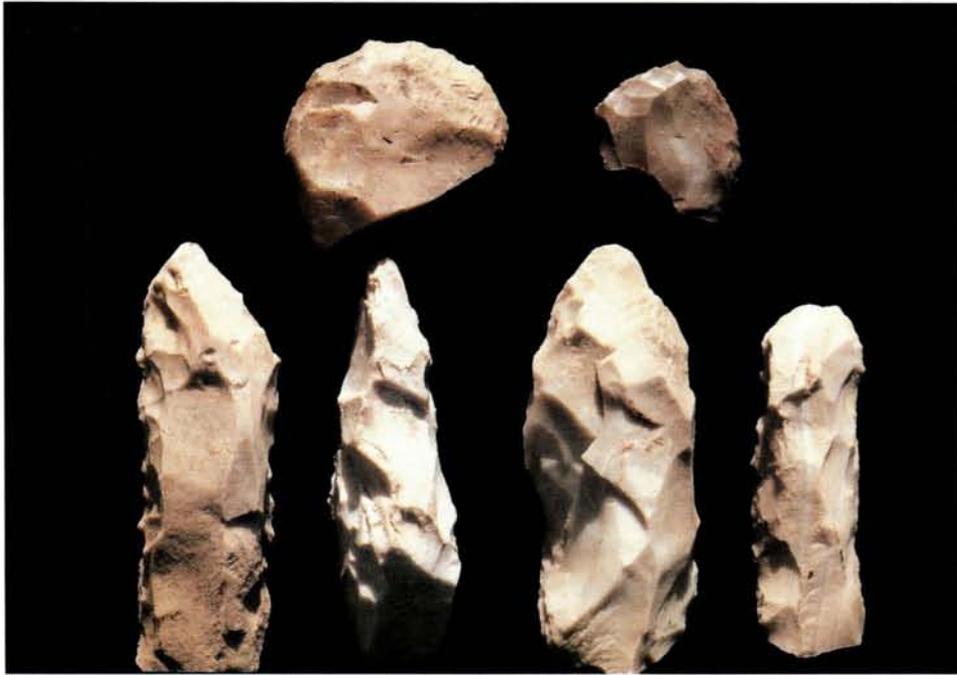


Fig. 26 - Raspadeiras e pequenos picos do povoado pré-histórico de Carnaxide. Neolítico Final. Tamanho natural.

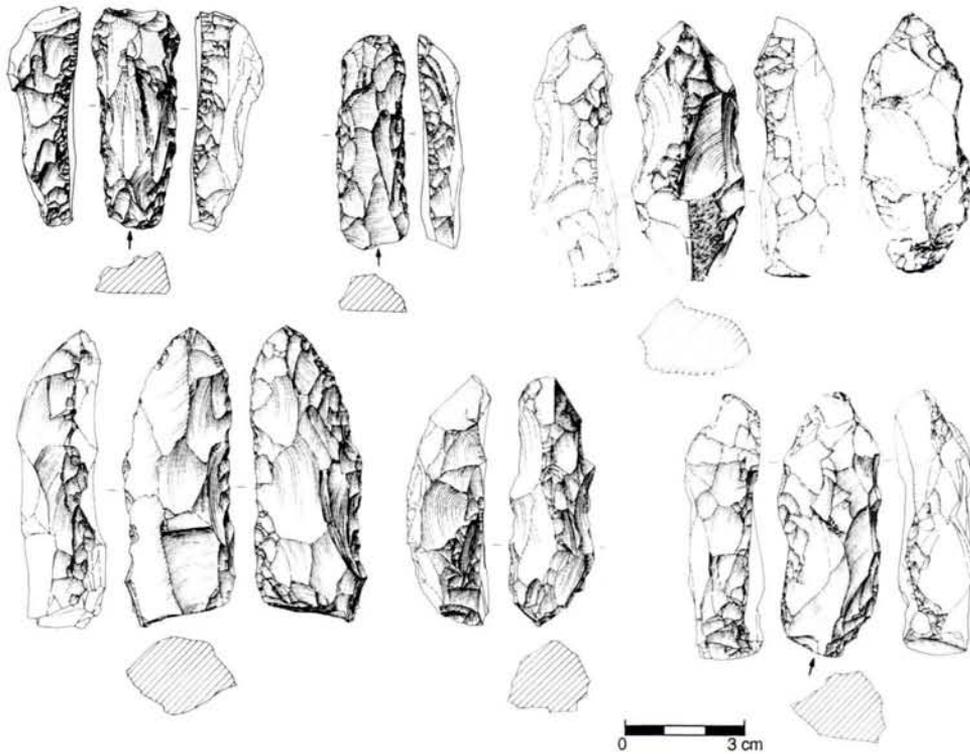


Fig. 25 - Raspadeiras espessas (os dois primeiros exemplares) e pequenos picos, de sílex, do povoado pré-histórico de Carnaxide. Neolítico Final.

estremenhas, não oferecem dificuldades de classificação: a respectiva análise tipológica indica, inquestionavelmente, dois períodos de maior intensidade da presença humana no local: o Neolítico Final e o Campaniforme. É, pois, a qualquer destes dois períodos que deverá reportar-se a produção de tão peculiares indústrias, cuja análise mereceu estudo aprofundado (CARDOSO, 1996). A hipótese de constituírem esboços de preparação de peças mais elaboradas é contrariada pelos indícios de uso que ostentam. Verifica-se que a técnica de talhe é semelhante à das raspadeiras espessas sobre lâmina, que também ocorrem em Carnaxide, em evidente associação com os picos, sendo provável que ambos os tipos integrem uma mesma indústria com expressão crono-cultural específica: uma raspadeira com aquelas características foi recolhida na camada do Neolítico Final de Leceia (CARDOSO, 1989, Fig. 98, n.º. 15), constituído elemento do maior interesse para o enquadramento das indústrias em causa. O seu paralelo mais próximo situa-se nos conjuntos líticos de Monsanto, com destaque para o recolhido em Santana. Infelizmente, desconhecem-se as condições de jazida destas peças, sendo certo que existem misturas de materiais de diversas épocas, com predomínio dos neolíticos, como já H. Breuil, aquando da sua primeira visita a Portugal, havia concluído (BREUIL, 1918, p. 35, 36). O referido pré-historiador, revendo, em 1942, os mesmos materiais, notou que, nalguns, se observava "une vague saveur campignienne" (*in* OLLIVIER, 1945), observação que concorda com a efectiva existência em Carnaxide de formas evocativas dos picos campinhenses.

Importa discutir tais afirmações: é incontestável que alguns dos exemplares correspondam morfologicamente às características – apesar de serem de tamanho muito menor – dos picos campinhenses. Falta, porém, em Carnaxide, um dos "itens" mais característicos daquelas indústrias: os "tranchets", artefactos sempre presentes nos conjuntos industriais campinhenses (NOUGIER, 1950). Não existem, pois, razões para admitir a presença em Carnaxide, como em Monsanto, daquele fácies industrial, aliás de distribuição geográfica muito mais setentrional. Crê-se, contudo que os conjuntos em apreço, podem constituir um seu reflexo, neste extremo meridional da Europa, favorecido por condições naturais particularmente propícias, designadamente a abundância de sílex de boa qualidade, propiciando a preparação de artefactos mais "pesados" que os usualmente encontrados nos contextos regionais do Neolítico Final, apesar, repita-se, da sua pequenez face às peças campinhenses clássicas.

Qual a explicação para a ocorrência em Carnaxide desta tão rara indústria, no contexto das produções estremenhas do Neolítico Final? Crê-se que a resposta residirá, sobretudo, no âmbito de actividades específicas desenvolvidas no povoado. Estes pequenos picos, além de furadores e de buris "pesados", poderiam ser utilizados para tarefas relacionadas com a preparação de peles. A presença concomitante de raspadeiras, compatíveis com tal utilização, denunciando exactamente a mesma tecnologia de fabrico, somada à sua extrema raridade em Leceia indica, para ambos os locais – distanciados de apenas 2,5 km – e no momento em que se encontravam conjuntamente ocupados, actividades diferenciadas, forçosamente mais especializadas em Carnaxide sem que, no estado actual dos nossos conhecimentos, estas possam ser melhor especificadas.

9 – AS NECRÓPOLES DO NEOLÍTICO FINAL E DO CALCOLÍTICO

Outra realidade que importa mencionar é a existência de sepulcros colectivos no Neolítico Final, ilustrando a prática de crenças mágico-religiosas ligadas ao "mundo dos mortos". Na área concelhia, avulta o aproveitamento de grutas de origem cársica, existentes nos calcários cretácicos aflorantes ao longo dos principais vales da região. Um dos exemplos mais relevantes é constituído pelas grutas de Carnaxide.

Tais grutas tornaram-se precocemente conhecidas no seguimento da descoberta ocasional de uma delas, em inícios do século XIX, à qual se associou, imediatamente, uma crença religiosa, das mais interessantes que, no nosso País, se encontram relacionadas com estações arqueológicas. A imediata publicidade que se deu do facto, garantiu, assim, uma generalização imediata do culto, de cariz mariano, que imediatamente se associou às descobertas, tendo ultrteriormente justificado a construção de templo importante, junto do rio Jamor, sob cuja capela-mor se localiza a gruta pré-histórica.

Os acontecimentos que conduziram à sua descoberta foram relatados na altura em que ocorreram, tendo sido publicados, nesse mesmo ano de 1822 dois folhetos anónimos, atribuídos a Frei Cláudio da Conceição, cronista do Reino (CONCEIÇÃO, 1822 a, 1822 b).

Tem interesse apresentar a descrição dos factos, tal como nos é relatada num dos folhetos (CONCEIÇÃO, 1822 b), até por corresponderem à primeira vez em que as condições de achados arqueológicos pré-históricos se descreveram com tanta minúcia em Portugal (*Fig. 27*):

"Nas margens do Rio Jamor (...) descobrio o accaso huma rara maravilha da natureza. Succedeo no dia 28 de Maio de 1822 (...), andarem sete rapazes nadando no dito Rio, quando vendo hum melro, o quizerão apanhar; porém fugindo este, descobrirão hum coelho, que fugindo-lhe, se metteo em huma tóca: cuidarão logo os rapazes em o apanhar, fazendo que huma cadella entrasse pela tal tóca, o que fez com violencia por ser o buraco muito pequeno (...). Tendo estes trabalhado por apanhar o coelho até ao meio dia, e não o podendo conseguir,

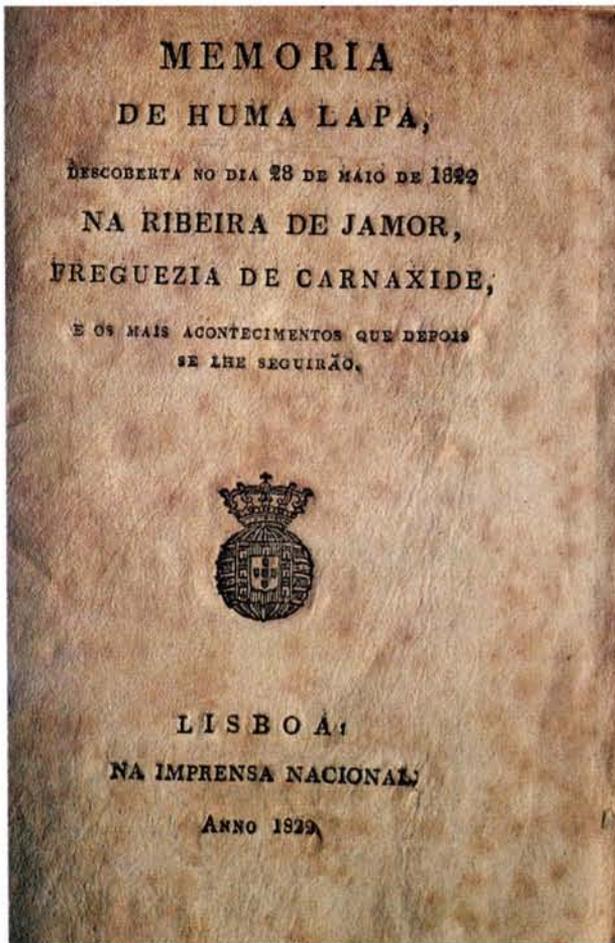
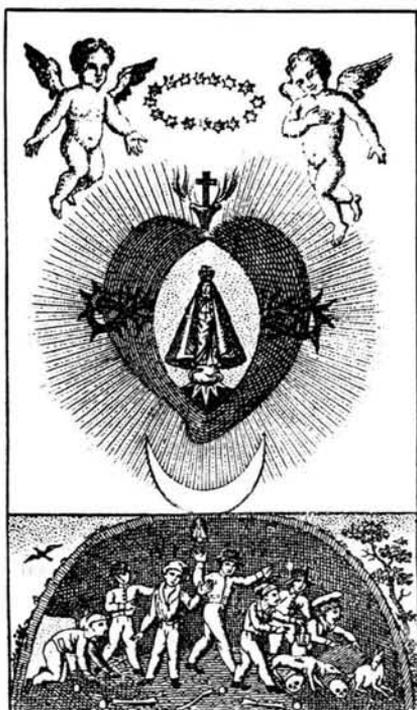


Fig. 27 - Frontispício de uma das memórias atribuídas a Frei Cláudio da Conceição sobre a descoberta da gruta de Nossa Senhora da Rocha, em Carnaxide.

vendo que tocava á Missa (...) taparão a tóca, deixando dentro o coelho, e a cadella, e forão ouvir Missa á sua Freguesia de S. Romão de Carnaxide.

Voltando da Missa, troxerão huma alanterna, e huma vella; e cavando mais, fizerão o buraco tão grande, que o tal Nicoláo pôde entrar com a alanterna sózinho; e achando huma casa, gritou pelos outros, que também entrãrão: levantãrão huma lage que virão, procurando o coelho, e acharão debaixo da lage duas caveiras, e espalhados pela casa varios ossos de corpo humano, dos quaes se encheo depois hum cesto, e hum lenço, que levou o Juiz de Fóra de Oeiras, e outros estão por varias casas, que os levãrão outras muitas pessoas. Acharão tambem varios pedaços de louça, e algumas pedras lizas e redondas. Finalmente apanhando o rapaz Nicoláo o coelho, o trouxe para sua casa muito contente, e nella o conservou até o dia 3 de Junho, em que elle mesmo o foi entregar a S. M. o Sr. D. João VI, na companhia de Francisco Xarola, que igualmente lhe levou huma pedra das achadas, e que parecia ser rara: o que tudo S. M. benignamente acceitou".

A descrição apresentada é clara, no respeitante à natureza arqueológica dos achados. O autor passa seguidamente à descrição da gruta, a qual despertou desde logo muito interesse por parte da população, "que de toda a parte concorria a vêr aquella raridade". Estavam, pois, criadas as condições no imaginário popular para que, em torno da descoberta, se associasse o milagre e,



N.S.DA CONCEIÇÃO DA ROCHA



N. S. DA CONCEIÇÃO DA ROCHA



N. S. DA CONCEIÇÃO DA ROCHA
*Descoberta na Ribeira de Jamor Freg.
 de Carnaxide em 28 de Maio de 1822.*



VERDADEIRO RETRATO DA MILAGROZA
 IMAGEM DE N. S. DA CONCEIÇÃO DA ROCHA
*Descoberta em 31 de Maio de 1822 nas margens do Rio de
 Jamor; local da Rocha Brequesin de S. Romão de Carnaxide
 de Termos de Oeiras. Traduzida p. S. de Lisboa em 5 de
 Agosto de 1822 e onde presentemente se venera da
 On.ª de Card. Patriarca com 150 dias de Indulg. a favor
 d. S. Rainha diante desta Milagrosa Imagem.*

No Fabrica de St. Joaq. Ribeiro na Rua da Padaria N.º 17

Fig. 28 - Registos oitocentistas alusivos à descoberta da imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha em Carnaxide (note-se a diferença das datas indicadas nos dois registos de baixo).

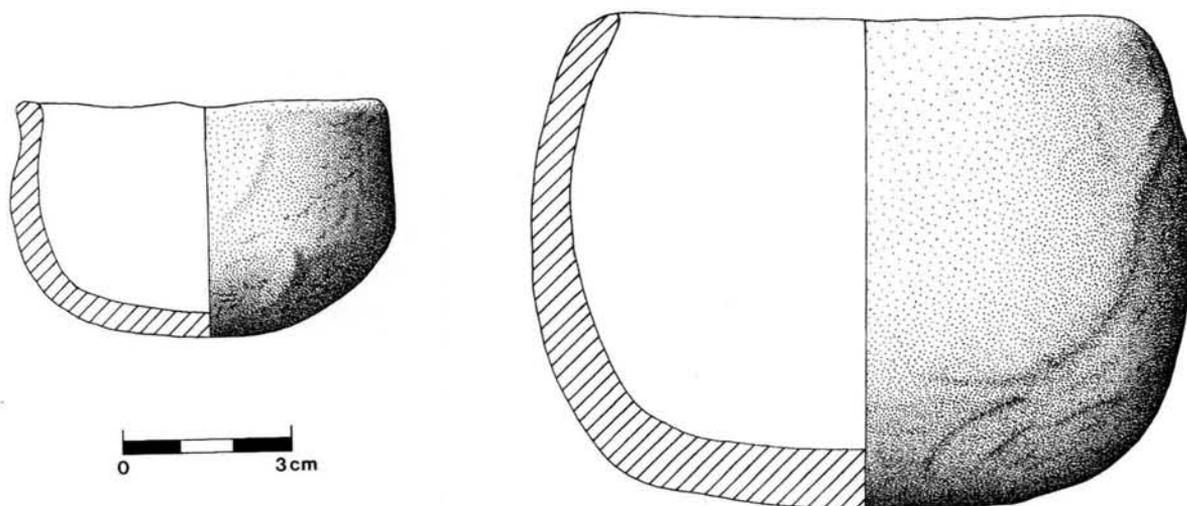


Fig. 29 - Vasos lisos, de tipo dolménico, das grutas de Carnaxide (Museu Nacional de Arqueologia).

com ele, o culto cristão: logo correu a notícia da aparição, "na concavidade da rocha, que fica à mão esquerda de quem entra, deitada sobre huma pedra (...) huma pequena Imagem de Nossa Senhora da Conceição, com hum manto de seda muito velho, côr de obrêa desmaiada, e huma espiguiha de prata à roda já muito velha, cujo manto estava pegado à pedra". Existem diversos registos populares alusivos às vicissitudes da descoberta, representando invariavelmente a referida imagem mariana, associada aos rapazes, à cadela e ao coelho (*Fig. 28*). Este é, na verdade, um dos mais expressivos exemplos portugueses relacionando o aparecimento da imagem da Virgem em recintos subterrâneos; outros se poderiam citar, como a Senhora da Arrábida, a Senhora do Cabo e a Senhora da Nazaré. Leite de Vasconcellos salienta a importância do culto da Senhora da Rocha de Carnaxide no próprio povoamento da região envolvente, tendo culminado com a conclusão, cerca de 1886, do imponente templo, sede de importante romaria anualmente ali realizada, até à actualidade.

Além da gruta que celebrizou o local, Leite de Vasconcellos menciona a existência de outras nas proximidades, em ambas as margens do rio Jamor, tendo também fornecido artefactos pré-históricos, alguns deles recolhidos em época anterior, por Carlos Ribeiro. Também Mesquita de Figueiredo procedeu a sondagens em três delas, tendo-lhe duas fornecido espólio. Alguns materiais arqueológicos conservam-se no Museu Nacional de Arqueologia, tendo sido recentemente estudados pelo signatário (CARDOSO, 1995). Trata-se de uma pequena colecção, de feição dolménica – presença de taças em calote lisas – atribuível ao Neolítico Final (*Fig. 29*). Aproveita-se esta oportunidade para rectificar informação contida naquele trabalho, relativamente a uma placa de xisto, lisa, que não provém de Carnaxide, estação a que, por lapso, se encontra reportada no Museu Nacional de Arqueologia, mas sim da área de Silves, tendo sido publicada por J. Leite de Vasconcellos (VASCONCELLOS, 1927 (2), p. 254, Fig. 212).

A ocorrência de cerâmicas do mesmo tipo das recolhidas nas grutas de Carnaxide, em grutas naturais da Estremadura é bastante frequente; nesta região, foi esta a forma de necrópole mais

Mainho da Moura

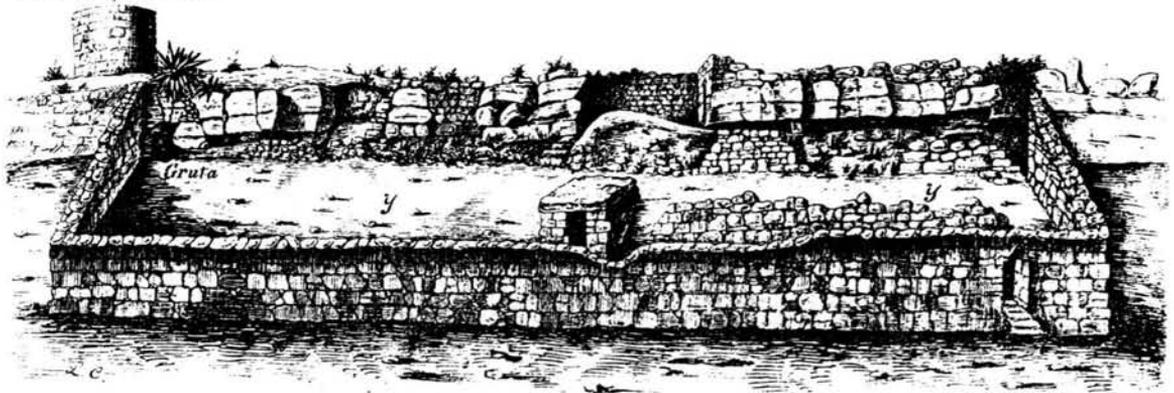


Fig. 30 - Vista da escarpa de Leceia, conforme desenho de Carlos Ribeiro, observando-se na base, à esquerda, a pequena cavidade natural utilizada como ossuário pré-histórico. O recinto de planta rectangular é moderno, ao contrário do admitido por aquele autor (seg. RIBEIRO, 1878, Fig. 2).



Fig. 31 - Recipientes lisos recolhidos na pequena cavidade sepulcral existente na escarpa oriental do povoado pré-histórico de Leceia (seg. RIBEIRO, 1878). x 0,66.

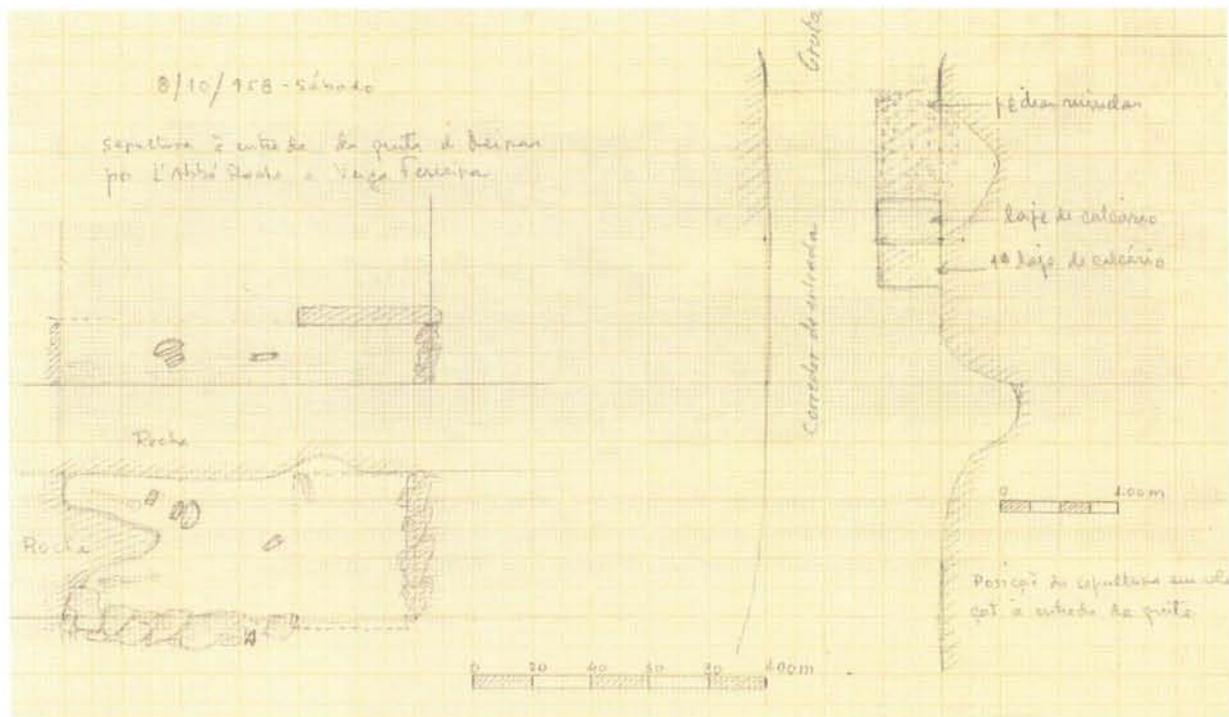


Fig. 32 - Plantas e corte da sepultura neolítica identificada junto à entrada da gruta da Ponte da Lage (desenho inédito de O. da Veiga Ferreira).

frequente, substituindo, em larga medida, os monumentos dolmênicos, aqui bastante escassos.

A utilização funerária, no decurso do Neolítico Final, das pequenas grutas ou abrigos naturais existentes ao longo das margens do rio Jamor, perto de Carnaxide, esteve certamente relacionada com a existência do povoado pré-histórico na plataforma sobranceira a este trecho do vale, sobre a margem esquerda. Com efeito, é importante nesse local a presença de materiais coevos, do Neolítico Final, particularmente documentados por taças carenadas e vasos de bordo denteado, em tudo idênticos aos recolhidos em Leceia. Aliás, a relação entre povoados pré-históricos e grutas naturais utilizadas como necrópoles, encontra-se ilustrada por outros exemplos oeirenses, seguidamente descritos.

O primeiro exemplo reporta-se ao próprio povoado de Leceia. Com efeito, na base da cornija calcária que delimita do lado oriental a plataforma onde se implantou o povoado pré-histórico, localiza-se pequena cavidade natural (RIBEIRO, 1871, Est. II, Fig. II), totalmente explorada por Carlos Ribeiro (**Fig. 30**), a qual continha numerosos restos humanos e também algumas taças lisas em calote, por si publicadas e ora reproduzidas (**Fig. 31**). Um crânio, braquicéfalo, foi estudado pelo pioneiro da Antropologia Física portuguesa, Francisco de Paula e Oliveira (OLIVEIRA, 1884, Pl. IV, nº. 9 a, 9 b). Com efeito, pese embora o estado de intenso remeximento verificado na disposição dos restos humanos, estes apresentavam-se pouco fracturados, facto pouco condizente com a hipótese de violação do sepulcro. Desta forma, as características aludidas são compatíveis com a hipótese de depósito mortuário secundário, do tipo ossuário, idêntico a outros, de idade neolítica, como o da gruta da Furninha, Peniche

(DELGADO, 1884) ou o mais recentemente identificado no interior da Lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992), para só dar dois exemplos. Assim sendo, carece de fundamento, até por não estar de acordo com a realidade arqueológica da época, a hipótese de Joaquim Fontes (FONTES, 1955), segundo a qual um aluimento de terras teria sido o responsável pelo isolamento de uma família que ali vivesse. Os rituais funerários adoptados neste como em outros casos, escapam-nos quase completamente. Convém reter, porém, a observação de Carlos Ribeiro acerca das abundantes cinzas associadas a estes restos humanos, que também se reconheceram em outros sepulcros portugueses. Talvez se possam relacionar com práticas purificadoras, envolvendo fogos rituais, também conhecidos noutros casos, realizados nos recintos fúnebres. No caso vertente, tratando-se de depósito secundário, verdadeiro ossuário onde se acumularam restos de diversos indivíduos, importaria conhecer o local de deposição primária, de onde tivessem provindo, o qual não poderia situar-se muito longe. Datação de radiocarbono efectuada sobre amostra aleatória destes restos integra-os na última fase de ocupação do povoado, o Calcolítico Pleno, correspondendo-lhe o intervalo, com 95 % de probabilidade, de 2580 - 2150 anos antes de Cristo (análise ICEN - 737, data corrigida segundo a curva de calibração de STUIVER & REIMER, 1993), ou seja, boa parte da segunda metade do IV milénio a. C.



Fig. 33 - Conjunto funerário do Neolítico Final, associado à sepultura individual encontrada junto à entrada da gruta de Ponte da Lage (in VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959).

Outra gruta natural aproveitada como necrópole pré-histórica foi a da Ponte da Lage, já anteriormente referida a propósito do seu espólio paleolítico. Tal como sucedia em Carnaxide e em Leceia, também esta se poderá relacionar com povoado pré-histórico, de pequenas dimensões, situado no outeiro de Penas Alvas, cartografado pelo signatário e G. Cardoso (CARDOSO & CARDOSO, 1993). Alguns dos materiais humanos recuperados por Carlos Ribeiro, aquando da primeira exploração da gruta, em 1879, foram sumariamente inventariados em 1957 por G. Zbysze-

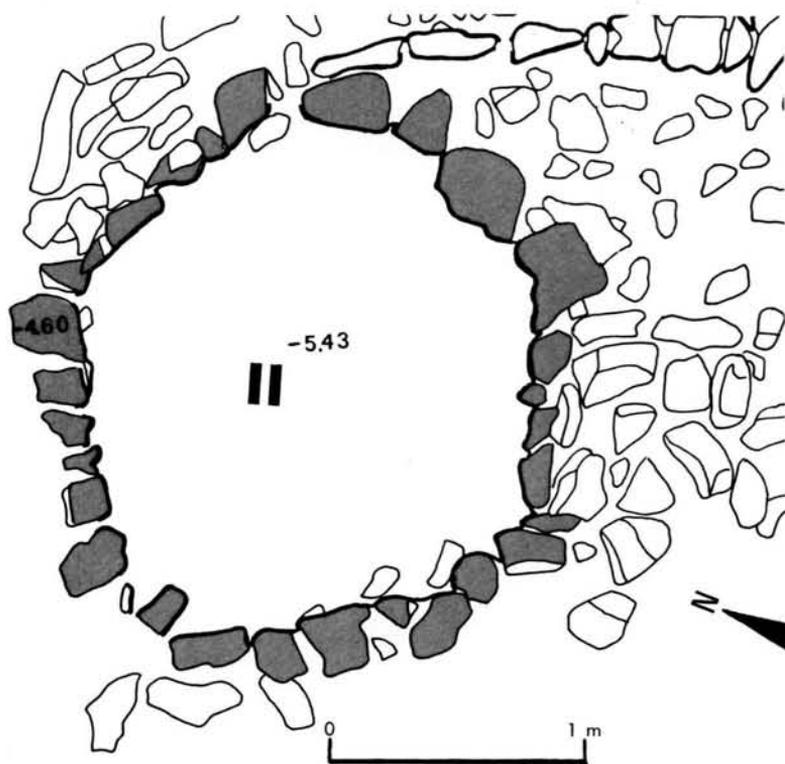


Fig. 34 - Estrutura II, do Calcolítico Pleno de Leceia, destinada ao armazenamento de detritos domésticos.

wski e colaboradores. As escavações foram retomadas no ano seguinte, sob a direcção de O. da Veiga Ferreira. Incidiram apenas sobre a entrada da gruta (Fig. 32), o único local deixado intacto pelas escavações anteriores. Por debaixo dos entulhos, depararam os exploradores com pequena sepultura, assim descrita: "Aproveitando as sinuosidades da rocha do lado direito e, completando o espaço para se deitar um esqueleto dobrado, foi feita do lado esquerdo e cabeceira, uma pequena parede com blocos de calcário de pequenas dimensões. Os restos do esqueleto que encontrámos tinha as pernas metidas dentro de dois buracos naturais abertos na parede rochosa. O espaço ocupado pela sepultura é muito pequeno e

por isso pensamos que o esqueleto estava dobrado. A meio das pernas do indivíduo sepultado havia dois vasos cerâmicos, um dentro do outro e voltados ambos com a boca para baixo. Do lado direito do corpo havia uma machado de anfibólito de tipo primitivo. Completava o espólio, uma ponta de seta de sílex com rudimento de aletas, dois fragmentos de lâminas de sílex, um elemento de dente de foice e algumas contas discóides de calaíte" (VAULTIER, ROCHE & FERREIRA, 1959, p. 112-113).

As características deste espólio levam a situar a sepultura no Neolítico Final, época em que se generalizou o enterramento individual em grutas naturais; a lapa da Galinha, Alcanena (SÁ, 1959) e a lapa do Bugio, Sesimbra (CARDOSO, 1992), são apenas dois exemplos conhecidos de necrópoles constituídas por enterramentos individualizados no interior de grutas, daquele período (Fig. 33). Assim sendo, é provável que a gruta da Ponte da Lage tivesse constituído uma mais vasta necrópole, a que se deverão reportar os materiais humanos recolhidos no seu interior, parcialmente destruída pelas sucessivas ocupações ulteriores ali efectuadas, de época campaniforme, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro.

A segunda necrópole pré-histórica até ao presente identificada na região oeirense situava-se no sopé do Monte do Castelo, cerca de 800 m para Sul do povoado pré-histórico de Leceia, pequeno outeiro de formato cónico, resto de antiga chaminé vulcânica de idade fini-cretácica, já anteriormente referida. Pela sua implantação, entre o estuário do Tejo e aquele povoado, constituindo elevação isolada na paisagem, já por Carlos Ribeiro tinha sido considerado como



Fig. 35 - Vista parcial da área escavada em Leceia em 1988. Do lado direito, a segunda linha defensiva, interrompida por entrada, em primeiro plano (ver Fig. 48, do Calcolítico Inicial. Do lado esquerdo, no exterior da muralha, observa-se estrutura de acumulação de detritos (ver Fig. 34), de planta sub-circular fechada. Calcolítico Pleno.

atalaia dos habitantes de Leceia (RIBEIRO, 1871), situação com paralelos noutros povoados fortificados calcolíticos peninsulares, como o de Los Millares, Almería. Tal facto encontra-se atestado pela ocorrência de materiais arqueológicos na base da elevação, alguns deles coevos da ocupação do Calcolítico Inicial de Leceia, em área atingida pela lavra de antiga pedreira, de grandes dimensões, hoje totalmente entulhada (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996).

Foi, precisamente, a exploração dessa pedreira que provocou a destruição da sepultura. Aquando da sua localização, apenas subsistia pequena parte do chão da câmara sepulcral, constituindo pequena plataforma na frente de exploração; o corredor de acesso já tinha desaparecido por completo (OLIVEIRA & BRANDÃO, 1969). Tratava-se de uma gruta artificial, escavada nos calcários margosos brandos do Cenomaniano que ali afloram, idêntica a outras existentes na região (Alapraia, Cascais; Carenque, Sintra e Quinta do Anjo, Palmela). Entretanto, a própria pedreira já desapareceu, tendo sido totalmente aterrada.

Os despojos humanos, que consideramos constituírem um todo coerente, atribuível aos fundadores do monumento, que assim teria sido utilizado durante curto lapso de tempo, foram datados pelo radiocarbono. O intervalo obtido, para uma probabilidade de 95%, foi o de 3509 - 3147 a. C. (ICEN - 738, data corrigida pela curva de calibração de STUIVER & REIMER, 1993). A construção e utilização do sepulcro seria, pois, contemporânea da fase mais antiga da



Fig. 36 - Mandíbula humana, de criança de cinco a seis anos, sem abrasão dos dentes lacteais. Recolhida no ossuário instalada em pequena cavidade existente na base da escarpa do povoado pré-histórico de Leceia (ver Fig. 30) (representada em RIBEIRO, 1878, Fig. 12).

ocupação de Leceia, integrável, como se disse, no Neolítico Final da Estremadura. Dada a proximidade do povoado pré-histórico, é lícito considerarmos esta sepultura como pertencente àquela comunidade. Por outro lado, a datação obtida vem demonstrar que os sepulcros do tipo "hipogeu" começaram a ser construídos ainda no Neolítico Final, evidência já sugerida pela tipologia dos espólios recolhidos nalguns deles, avultando, entre todos, a câmara ocidental do monumento da Praia das Maças, Sintra (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969), apoiada na datação absoluta correspondente.

Importa, ainda, referir uma situação inédita em Portugal, para o Calcolítico. Trata-se dos restos humanos recolhidos na zona intramuros do povoado pré-histórico de Leceia, já anteriormente descritos (CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1991). Num recinto doméstico, correspondente aos seus derradeiros habitantes, que talvez fosse já a reutilização de um silo abandonado, recolheram-se diversos restos humanos, de mistura com numerosos ossos de mamíferos, conchas e fragmentos cerâmicos, atribuídos a detritos para ali despejados, num curto intervalo de tempo (restos de refeições e lixos domésticos diversos). O recinto, de planta quase circular, encontrava-se definido em parte do seu contorno por ortóstatos fincados na camada pedregosa, correspondente ao derrube de estruturas pétreas, do Calcolítico Pleno (*Fig. 34*). A sua localização, imediatamente no exterior da segunda linha defensiva e em posição adjacente a entrada nela existente (*Fig. 35*).

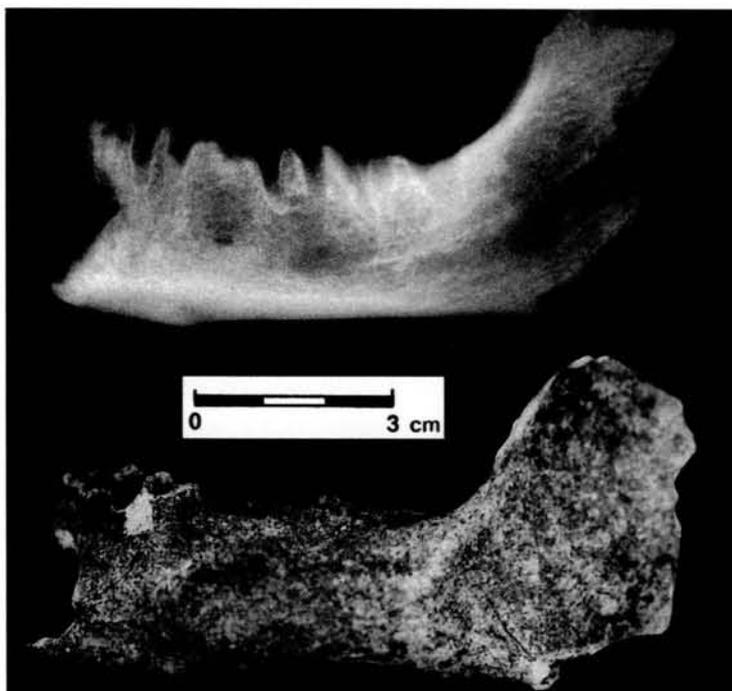


Fig. 37 - Gruta da Ponte da Lage. Fragmento de hemimandíbula de indivíduo do sexo feminino, apresentando fractura do osso mandibular, ao nível do bordo anterior, viciosamente consolidada, e respectiva radiografia, onde se evidencia tal situação (seg. CARDOSO, CUNHA & AGUIAR, 1992, Est. 7, n.º 2).

histórico de Leceia, não configuram sepultura, mas antes a existência de práticas rituais cujo alcance e significado podemos entrever. A confirmar-se a interpretação apresentada, tratar-se-ia de evidência directa de uma das numerosas situações de conflito, com recurso a violência e afrontamento inter-grupos, que pontuaria, recorrentemente o quotidiano das populações calcólicas estremenhas, ao longo de todo o III milénio antes de Cristo.

Julga-se possuir interesse, respigando do estudo antropológico atrás referido, apresentar as principais características da população pré-histórica neolítica e calcólica de Oeiras, com base nos restos recolhidos em Leceia (ossuário e Estrutura I I), Monte do Castelo e gruta da Ponte da Lage (*Fig. 36*).

Relativamente ao sexo, só nos dois locais de Leceia e no Monte do Castelo foi possível determinações do sexo, por existirem ossos que permitem a destriça (temporal, mandíbula e fémures). Tal como em Leceia – Estrutura I I, no Monte do Castelo, com excepção das crianças, cujo sexo é indeterminável, todos os indivíduos (mínimo de 5 adultos) são do sexo masculino. No pequeno ossuário de Leceia é provável a existência, além do sexo masculino, de um elemento do sexo feminino. Na gruta da Ponte da Lage existem indivíduos de ambos os sexos.

Quanto ao número mínimo de indivíduos presentes em cada um dos sítios, os resultados obtidos indicam os seguintes valores: 3 indivíduos em Leceia – Estrutura I I e 5 no ossuário; 9 indivíduos no Monte do Castelo; e 6 na gruta da Ponte da Lage.

Em resumo: no concelho de Oeiras existem provas de tumulações colectivas de diversos tipos: as do Neolítico Final, correspondem a duas situações bem diferenciadas, ambas com abundantes paralelos na Estremadura: na gruta natural da Ponte da Lage, apesar de corresponder a uma necrópole colectiva, as sepulturas eram individuais, e, no único caso isolado, feitas em decúbito dorsal; no Monte do Castelo, ao contrário, parece que não existiria separação entre os indivíduos ali sepultados. Ambas as necrópoles constituem, pois, depósitos primários. Já o mesmo não acontece com a pequena gruta existente na escarpa do povoado de Leceia, que é um depósito secundário, cuja formação foi acompanhada de rituais de fogo. Enfim, os restos humanos encontrados no próprio povoado pré-

No que concerne a idade, procedeu-se à divisão da população em crianças, adolescentes, adultos e senil. Foram as seguintes as percentagens encontradas em cada um dos conjuntos para a presença de crianças (indicador de mortalidade infantil): Monte do Castelo – 22%; Leceia (ossuário) – 40%; gruta da Ponte da Lage – 50%. Só em Leceia (Estrutura I I) e na gruta da Ponte da Lage é que se identificaram indivíduos que ultrapassaram os 35 anos. O indivíduo mais idoso proveio da gruta da Ponte da Lage, com cerca de 45 anos.

As estaturas médias só puderam ser calculadas no Monte do Castelo e em Leceia (ossuário), rondando 1,60 m. Este valor, embora pouco representativo devido à escassez dos restos recolhidos, aproximam-se dos da população portuguesa de época próxima da actual.

É interessante referir, para além dos considerandos sobre o significado da exclusividade da população adulta e do sexo masculino presente em Leceia – Estrutura I I, que, também, no que restava do hipogeu do Monte do Castelo, todos os 5 adultos, entre os 9 indivíduos ali tumulados, pertenciam ao sexo masculino. Trata-se de situação anómala, atendendo ao carácter colectivo do sepulcro. Tratar-se-á dos restos de um grupo perecido em combate ou noutra qualquer acção violenta? O curto tempo de utilização do sepulcro milita a favor desta hipótese.

Importa ainda referir morbilidades denunciadas pelas partes ósseas conservadas. Assim, as fracturas, embora em número reduzido, detêm, nalguns casos, evidente interesse. É o caso da consolidação da fractura de um maléolo de tibia, do Monte do Castelo, sem aspectos viciosos, o que sugere cuidados assistenciais de boa qualidade. Traumatismos resultantes de acidentes ou agressões, no entanto, eram frequentes. Os casos mais evidentes referem-se a Leceia – Estrutura I I e à gruta da Ponte da Lage. No primeiro dos locais, foi diagnosticado um quisto de origem traumática com regeneração e um caso de osteíte condensante. No segundo, observou-se uma mandíbula feminina com fractura e com regeneração viciosa (*Fig. 37*). Tais ocorrências podem ser interpretadas à luz de uma comunidade que vivesse confrontada com efectivas situações de conflito, denunciada pelo cuidado dispensado pelos habitantes de Leceia à sua própria defesa e segurança, ao construir, manterem e reforçarem, continuamente, as estruturas da imponente fortificação ali existente.

Era dominante o deficit alimentar destas populações, tendo presentes o elevado número de hipoplasias ambientais do esmalte dentário, sobretudo no conjunto da gruta da Ponte da Lage e em Leceia – Estrutura I I. As cáries dentárias são em número reduzido, com predomínio nos colos dentários. É provável que tal situação esteja relacionada com uma alimentação com fibras animais (carne), cujos restos se fixavam nos interstícios dentários, provocando as situações observadas, tal como se observam acentuadas abrasões dentárias nos dentes definitivos, resultante de alimentação muito abrasiva.

Não se identificaram doenças de tipo hereditário, o que favorece a hipótese de se estar perante populações exogâmicas.

Verificou-se uma rugosidade muito acentuada nas cristas de inserção nos rádios dos músculos bicipitais e na face posterior dos calcâneos, mesmo em adolescentes. Tal situação corresponde a um trabalho muscular intenso dos membros superiores e dos músculos gemelares das pernas, situação já identificada na necrópole em gruta natural do Neolítico Final do Lugar do Canto – Valverde (Rolston, *in* LEITÃO *et al.*, 1987).

10 – O CALCOLÍTICO

O progresso dos conhecimentos no faseamento do povoamento na Baixa Estremadura, na passagem do Neolítico para o Calcolítico e no decurso deste, fica a dever-se, sobretudo, aos resultados obtidos nas escavações de Leceia, objecto de publicação regular. Com efeito, neste arqueossítio detectou-se e caracterizou-se sucessão estratigráfica única, constituída, essencialmente, por três camadas arqueológicas, com significado cultural específico (*Fig. 38*). Assim, a primeira ocupação, datada do Neolítico Final, encontra-se representada pela Camada 4, separada da seguinte por superfície de erosão, correspondente a período de abandono do povoado, o qual poderia não ter sido total. Esta última - a Camada 3 - corresponde a nova fase cultural, o Calcolítico Inicial estando, por sua vez, separada da Camada 2 por novo momento de abandono menos marcado que o anterior.

O espólio arqueológico recolhido em cada uma destas camadas - muito especialmente a cerâmica, pelas formas e decorações que ostenta - suporta a referida diferenciação cultural: as dezenas de milhar de peças cerâmicas compulsadas ao longo de toda a sequência estratigráfica têm vindo a confirmar, ano após ano, aquela proposta sequencial. Neste aspecto reside uma das contribuições científicas mais interessantes de Leceia, ao demonstrar-se, de forma inequívoca, a estreita correlação existente entre as três camadas estratigráficas, o seu conteúdo arqueológico e as respectivas fases culturais que corporizam, as quais, por seu turno, puderam ser relacionadas com a própria evolução arquitectónica do dispositivo defensivo, ao longo da sua própria existência (*Fig. 39*).

Deste modo, a cerâmica decorada por impressões ovulares, organizadas em dois motivos principais - a "folha de acácia" e a "crucífera" - é exclusiva da Camada 2 (Calcolítico Pleno), sendo, por conseguinte totalmente desconhecida na Camada 3 (Calcolítico Inicial). Tais motivos decorativos ocorrem, essencialmente, em grandes vasos globulares, ditos "de provisões". Por seu turno, a Camada 3, embora mais antiga, é caracterizada por um tipo de recipiente muito mais cuidado, de forma cilíndrica, de pastas finas e depuradas, com decoração obtida por ténues

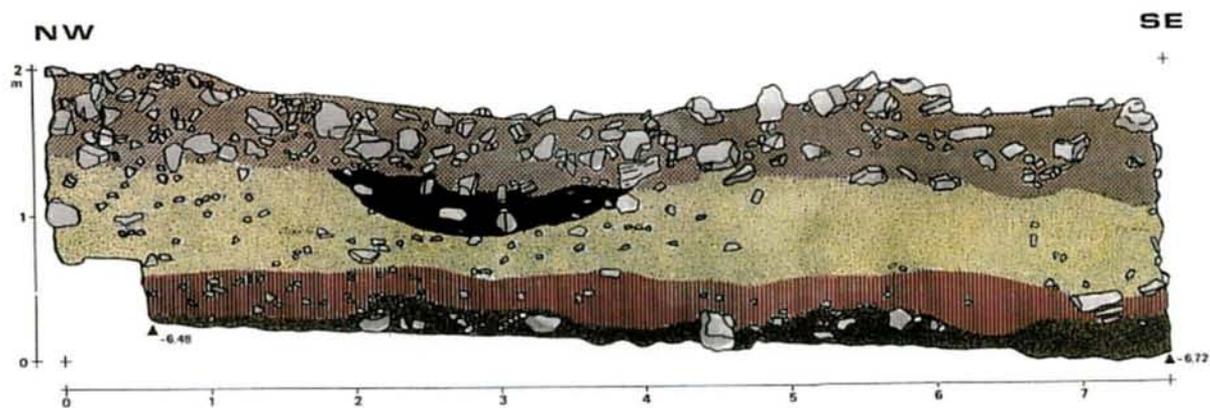


Fig. 38 - Em cima: vista parcial de corte estratigráfico executado entre a 1ª e a 2ª linha defensiva de Leceia: na base, o substrato geológico do Cretácico; sucede-se camada castanho-chocolate, com materiais do Neolítico Final (camada 4); depois, camada amarelada, argilosa, formada por derrubes da parte superior das estruturas defensivas, de taipa (camada 3), com materiais do Calcolítico Inicial; no topo da sucessão, camada castanho-escura, terrosa, com abundantes blocos resultantes da destruição do embasamento das estruturas defensivas, de alvenaria, com elementos do Calcolítico Pleno (camada 2). Em baixo: levantamento gráfico do corte. Tratamento cromático de Pedro Beltrão.

caneluras feitas a punção rombo, logo abaixo do bordo e junto ao fundo: trata-se de forma clássica do "copo", recipiente pela primeira vez identificado e descrito por Afonso do Paço, sobre materiais por ele recolhidos em Vila Nova de São Pedro, Azambuja (PAÇO, 1959).

Do restante espólio, ao nível dos artefactos de pedra lascada e de pedra polida, transparece marcada continuidade: nada nos indica, pois, a existência de "sobressaltos" na evolução

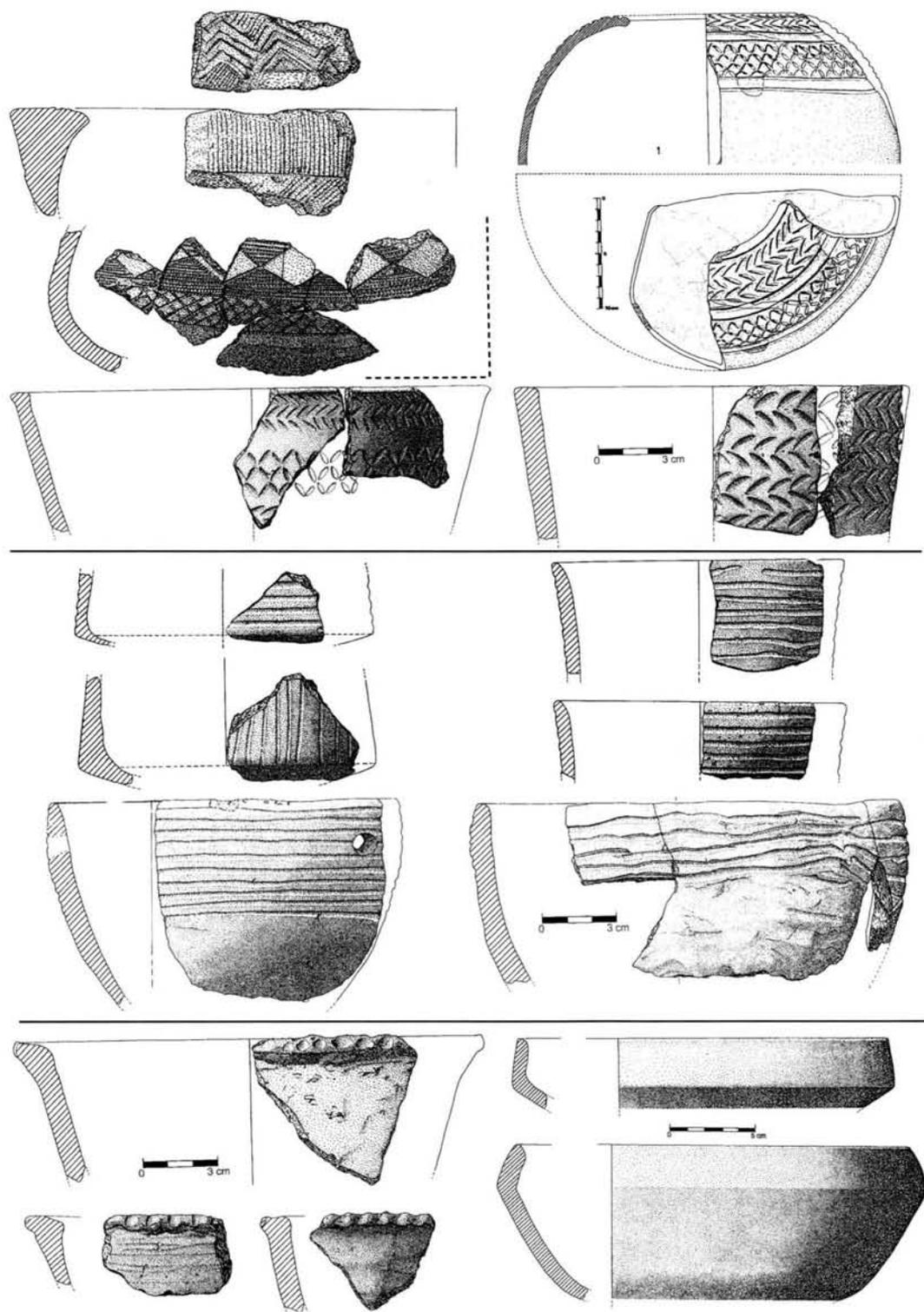


Fig. 39 - Cerâmicas decoradas características das sucessivas fases culturais identificadas em Leceia. Em baixo: vasos de bordo denteado e recipientes carenados do Neolítico Final; ao centro: taças e "copos" com decoração canelada do Calcolítico Inicial; ao alto, à direita recipientes com decoração em "folha de acácia" e "crucíferas" do Calcolítico Pleno e campaniformes' (no canto superior esquerdo).

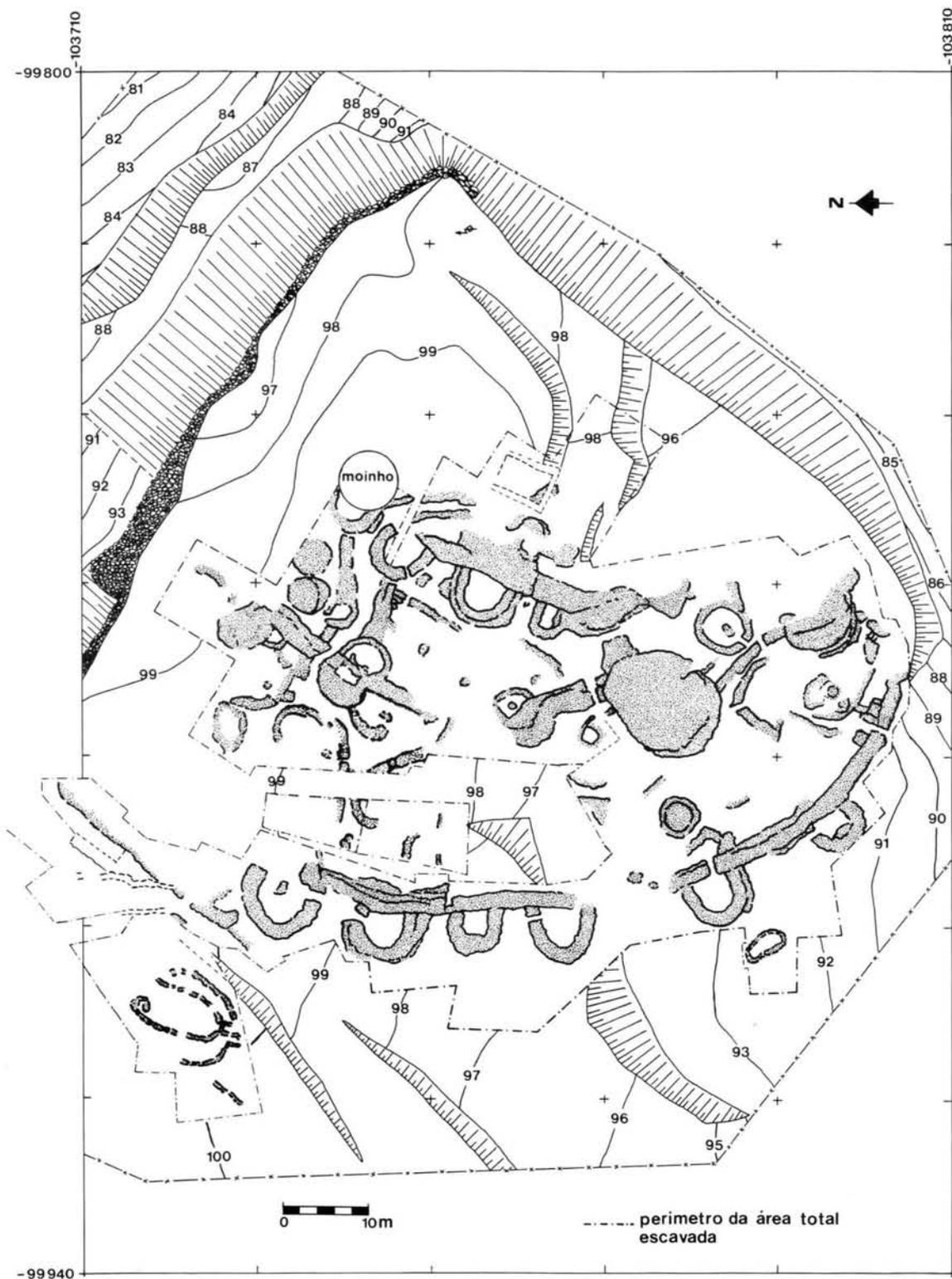


Fig. 40 - Planta simplificada do dispositivo defensivo do povoado pré-histórico de Leceia. Note-se a integração coerente da escarpa no referido plano.

económica e social destas populações, na passagem do Calcolítico Inicial para o Pleno.

Do ponto de vista da cronologia absoluta, Leceia pode considerar-se o povoado pré-histórico português melhor caracterizado. De facto, uma das prioridades científicas assumida desde o início dos trabalhos de campo, em 1983, foi o estabelecimento de uma cronologia absoluta para as diferentes fases culturais nele identificadas, fazendo uso da datação pelo radiocarbono de diferentes materiais orgânicos - carvões, ossos e conchas. Os resultados foram sendo publicados à medida que os laboratórios os forneciam e constituíam, em 1994, um conjunto de dezasseis datas, abrangendo todas as fases culturais ali registadas. Embora este número já fizesse de Leceia uma das estações arqueológicas melhor caracterizadas, sob este aspecto, do território português, julgou-se necessário prolongar o programa encetado, dada a importância da estação, a boa definição das camadas arqueológicas e, sobretudo, a controvérsia que tem rodeado quer a cronologia absoluta das diversas fases culturais do Calcolítico da Estremadura quer a idade da transição Neolítico-Calcolítico, questões a que o conjunto então disponível não permitia resolver cabalmente. Para isso, um lote de vinte amostras, relativas a todas as fases culturais identificadas e oriundas de diversos locais da área escavada, foram submetidos a datação. Os resultados relativos à Camada 4, do Neolítico Final, foram já apresentados anteriormente neste trabalho.

No respeitante à Camada 3, do Calcolítico Inicial, as nove datas obtidas situam estatisticamente a ocupação do sítio, para uma probabilidade de 95%, entre 2870 e 2400 anos a. C. Comparando estes resultados com os apresentados para o Neolítico Final, verifica-se que o período de abandono da estação entre as duas ocupações ascendeu a algumas dezenas de anos. Por outro lado, se tomarmos como representativo estes resultados para toda a região estremenha, não parecem restar dúvidas que esta fase cultural se inicia muito antes no Alentejo, quando em Leceia florescia ainda o Neolítico Final. O horizonte cultural correspondente, caracterizado, como se referiu anteriormente, pela presença de cerâmicas caneladas (copos e taças), com expressão estratigráfica claramente definida (correspondente à Camada 3), encontrou-se arqueologicamente isolado na estação do Alto do Dafundo (GONÇALVES & SERRÃO, 1978), onde foi datado. O intervalo correspondente à análise realizada, para um intervalo de confiança de 95% e recorrendo à curva de calibração supra referida, foi de 3040-2700 anos antes de Cristo (SOARES & CABRAL, 1993), compatível, pois, com os resultados obtidos em Leceia.

Ao Calcolítico Pleno correspondem dezoito datas, cujo tratamento estatístico forneceu os seguintes resultados: para uma probabilidade de 95%, a correspondente ocupação decorreu entre 2850 e 1950 anos a. C. Desta forma, apesar de se observar certa sobreposição ente as datas correspondentes ao Calcolítico Inicial e ao Calcolítico Pleno - facto que se fica a dever, sobretudo, às imprecisões de calibração do método, actualmente disponíveis - é possível estabelecer uma data à volta de 2600 anos a. C. para a transição entre o Calcolítico Inicial eo Calcolítico Pleno, na Estremadura, resultado inédito e de importância científica maior, no âmbito da investigação pré-histórica regional.

Tendo em consideração os resultados expostos, concluiu-se que a construção da imponente fortificação de Leceia se efectuou logo nos primórdios do Calcolítico inicial, cerca de 2800 anos



Fig. 41 - Foto aérea de Leceia, evidenciando-se a implantação do povoado pré-histórico na extremidade de esporão rochoso, dominando o vale da ribeira de Barcarena.

a. C. Trata-se de dispositivo defensivo constituído por três ordens de muralhas, construídas simultâneamente, integrando entradas, bastiões, caminhos (*Fig. 40*). Os espaços entre muralhas eram ocupados por estruturas comunitárias como currais (identificou-se um de planta quase circular) eiras, casas e grandes superfícies lajeadas, talvez destinadas a reuniões comunitárias ou à concentração de pessoas e de bens, do segmento populacional que viveria extramuros, em épocas de maior instabilidade social. O todo construído denuncia uma concepção prévia do espaço edificado, assumindo características proto-urbanas e onde a preocupação pela salubridade era já evidente, denunciada no caso em apreço pela existência de uma estrutura de planta circular destinada à acumulação de detritos produzidos no interior do espaço habitado, já anteriormente referida (*Fig. 34 e 35*). Porém, o período de florescimento e apogeu desta "cidade fortificada" foi efêmero. Ainda no decurso do Calcolítico inicial se observa já o declínio do povoado, o qual se acentua notoriamente no Calcolítico Pleno: nessa altura, o dispositivo defensivo encontrava-se já quase ou mesmo totalmente desactivado, e em franco estado de degradação. O povoado sofreria também uma redução muito significativa no número dos seus habitantes: de cerca de cento e cinquenta, a duzentos, calculados para uma área construída de aproximadamente dez mil metros quadrados (CARDOSO, 1997), seguindo proporção definida para povoados mediterrâneos da mesma época, a área habitada contrai-se, em torno do núcleo central da fortificação, no Calcolítico Pleno, já então completamente abandonada na sua área periférica. As estruturas



Fig. 42 - Maqueta do dispositivo defensivo calcolítico de Leceia, evidenciando a importância da escarpa calcária que delimita a plataforma de dois dos seus lados.



Fig. 43 - Maqueta de pormenor da área escavada em Leceia até 1996. Do lado esquerdo, a primeira linha defensiva, reforçada por bastiões sub-circulares. Ao centro, a segunda e a terceira linha defensiva, articuladas entre si por grande torreão subcircular maciço.

habitacionais evidenciam, por seu turno, degradação da qualidade construtiva, acompanhando o declínio do povoado: de construções de alvenaria, circulares, por vezes de assinaláveis dimensões, no Calcolítico Inicial, como uma cabana com cerca de cinco metros de diâmetro, no Calcolítico Pleno apenas se reconheceram estruturas percíveis, feitas de materiais vegetais, de planta irregular, por vezes aproveitando panos de muralha que ainda se mantinham de pé.

Porém, é neste contexto, de aparente e generalizada decadência, que a metalurgia do cobre faz a sua aparição, não tendo, pois, qualquer relação com a construção da fortificação. A demonstração cabal desta evidência, plenamente confirmada em Leceia, constitui outro dos contributos mais interessantes, a nível científico, proporcionados pela escavação da estação.

Importa, ainda que muito sumariamente, no âmbito e objectivos a que nos propusemos neste estudo, mencionar, a traços largos, as características arquitectónicas, as bases de subsistência, a vida económica, os aspectos sociais e os relacionados com o mundo mágico-simbólico das sucessivas gerações que habitaram a plataforma rochosa de Leceia; vejamo-los, sucessivamente.

Com efeito, as dezoito campanhas arqueológicas anualmente realizadas em Leceia, desde 1983, sob direcção do signatário, conduziram a copioso conjunto de materiais estratigrafados, bem como a numerosas observações de campo, que constituem a mais completa referência para o estudo do processo de calcolitização da Estremadura. O registo obtido evidencia a evolução "in loco", ao longo de mais de mil anos, de uma sociedade dinâmica e crescentemente complexa, explorando de forma cada vez mais aperfeiçoada os recursos naturais disponíveis, dos quais dependia, em última instância a sua sobrevivência. Foi a aptidão agro-pastoril dos terrenos envolventes, rentabilizada pelas melhorias progressivamente introduzidas ao nível das tecnologias de produção, que viabilizaram a obtenção de excedentes económicos susceptíveis de suportar diversificada rede de permutas de matérias-primas com outras regiões. Trata-se, pois, de comunidade economicamente aberta, sedentária e circunscrita a determinado território.

A análise dos principais resultados ali obtidos pode efectuar-se com base em duas evidências materiais: os aspectos arquitectónicos, testemunhados pelas construções que as escavações puseram a descoberto; e os materiais exumados, que nos permitem a aproximação ao quotidiano de tais populações, incluindo aspectos da sua vida económica, social e cultural.

Aspectos arquitectónicos

1 – *A topografia pré-existente como elemento determinante da implantação e organização do espaço habitado:* como se referiu, foi a existência de cornija calcária atingindo nalguns sectores mais de 10 m de altura, e que dos lados nascente e meridional envolve a plataforma onde se implantou o povoado pré-histórico (*Fig. 41, 42*), que determinou a sua própria escolha, como local de fixação humana permanente desde o Neolítico Final, pelas boas condições defensivas assim reunidas. Estas não eram suficientes, no entanto, à adequada defesa da comunidade ali instalada, em número cada vez mais elevado; isso explica a conjugação das defesas naturais pré-existentes, com a construção de um imponente sistema defensivo, a seguir objecto de breve caracterização (*Fig. 43*).

2 – *Muralhas:* logo nos primórdios do Calcolítico Inicial, entre 2900 e 2800 anos antes de Cristo, edificou-se em Leceia um imponente e complexo dispositivo defensivo, constituído



Fig. 44 - Em cima: grandes blocos calcários, pesando centenas de kg, incorporando o muro de bastião da primeira linha defensiva de Leceia, do Calcolítico Inicial (escavações de 1991). Em baixo: exemplo de paramento construtivo de grandes blocos do Calcolítico Inicial de Leceia, observado em torre maciça da zona central de fortificação. Nota-se reforço, do lado direito, e, na base a camada castanha do Neolítico Final, anterior à construção do dispositivo defensivo (escavações de 1994).



Fig. 45 - Bastião da primeira linha defensiva de Leceia, reforçado ulteriormente pelo adossamento de grandes blocos ao paramento externo (escavações de 1990).

por três linhas de muralhas, de planta curvilínea, reforçadas exteriormente por bastiões de planta semi-circular, em geral ociosos, possuindo alguns deles, estranhamente, passagens para o exterior da fortificação (*Fig. 44*). A evidente articulação que estes elementos exibem entre si, bem como com a cornija natural, harmonicamente integrada na concepção do próprio dispositivo, mostra que a sua construção respeitou um plano previamente definido e executado de uma só vez, o que por certo terá requerido a mobilização maciça do segmento mais activo da população durante determinado intervalo de tempo, por certo limitado. É provável que, então, já despontasse a diferenciação social intra-comunitária que ulteriormente se acentuou: havia, no seu seio, quem saberia o que fazer e como fazer, coordenando assim a construção da fortaleza, assumindo-se esta como obra colectiva, espelhando a própria pujança da comunidade a que pertencia. A área assim defendida ultrapassa 10 000 m². É evidente a eficácia defensiva do conjunto edificado, concentrando-se nas zonas de mais fácil acesso e, portanto, mais vulneráveis. Tal objectivo é também comprovado pelos sucessivos reforços e remodelações nos cerca de duzentos anos seguintes – tantos quantos se manteve operativa – sempre com a preocupação de melhorar a sua robustez e eficácia: assim se compreendem os alteamentos de que alguns panos de muralha foram objecto, denunciados por alargamentos junto à base (*Fig. 45*) e os prolongamentos laterais identificados, através de cicatrizes na junção dos segmentos adossados aos já existentes (*Fig. 46*). Certamente, para além desta

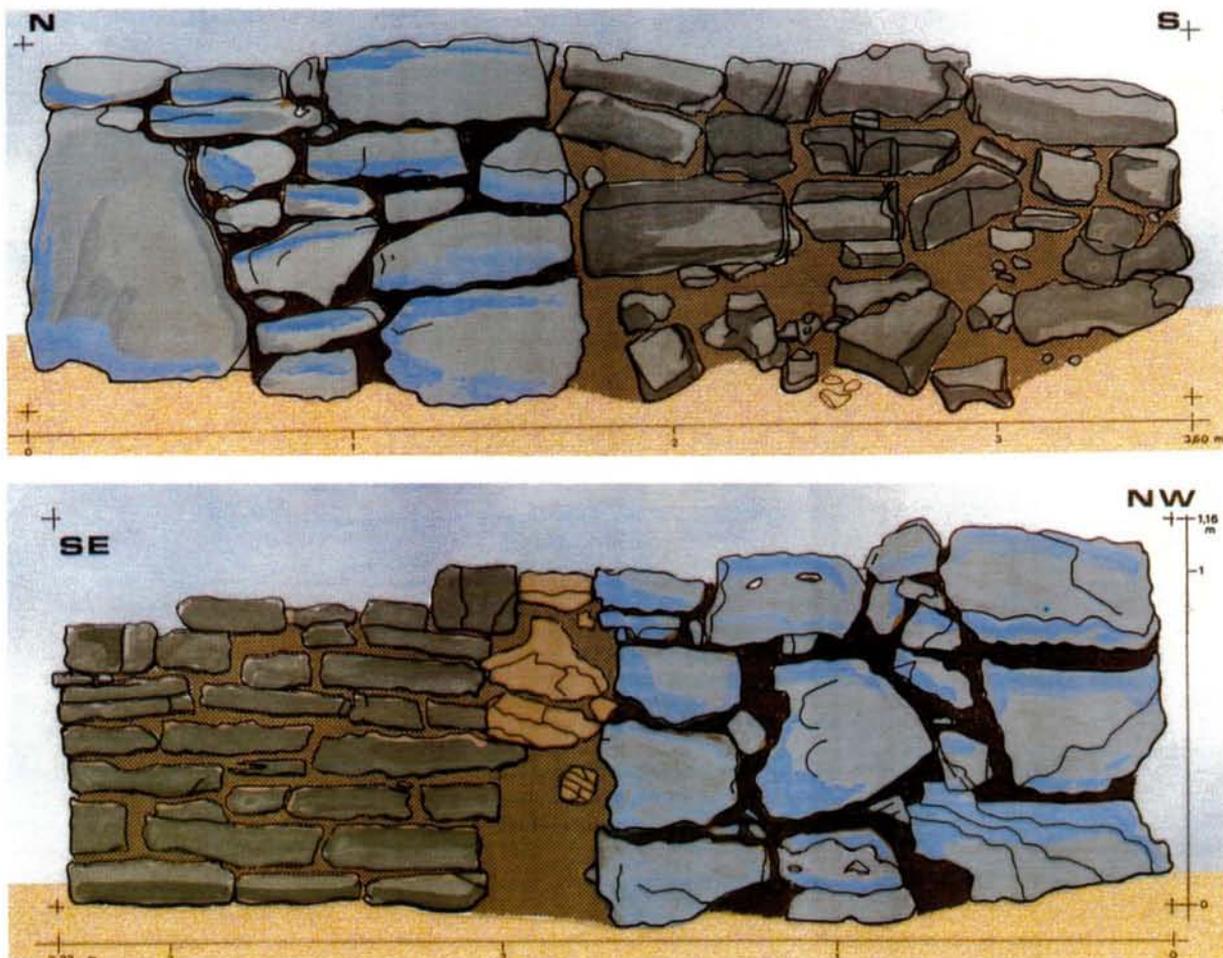


Fig. 46 - Alçados laterais da Entrada 01, situada na terceira linha defensiva. Em cima, o alçado do lado oriental; Em baixo, o do lado ocidental. À fase mais antiga (a azul), sucede-se, de ambos os lados da entrada, dois reforços, integrados em fase construtiva ulterior (a cinzento), tendo por finalidade o aumento do comprimento da referida entrada, contribuindo para a sua defensabilidade. Note-se o contraste do aparelho construtivo, especialmente evidente no alçado do lado ocidental. Tratamento cromático de Pedro Beltrão.

função primária de protecção de pessoas e bens, a monumentalidade da fortificação pode interpretar-se como elemento dissuasor de qualquer hipotética ofensiva por parte de grupo hostil que dela se abeirasse, servindo também como pólo agregador da comunidade. Com efeito, o seu sucesso e prestígio transpareceria na imagem que teria quem dela se aproximasse, constituindo um verdadeiro marco incontornável na paisagem: longe de nela se dissimular, afirmava-se como verdadeiro monumento, corporizando a posse e o usufruto do território adjacente, por parte daqueles que a possuissem e nela habitassem (**Fig. 41**).

3 – Entradas, caminhos e espaços abertos na área intramuros: existem diversas entradas nas três linhas de muralhas, articuladas entre si por caminhos sinuosos, delimitados ora por construções habitacionais, ora por muros, acompanhando-os de ambos os lados. O piso das entradas apresentava-se quase sempre lajeado, de modo a resistir ao desgaste provocado pela circulação concentrada de pessoas e animais (**Fig. 47, 48**). A pequena largura que exibem, de



Fig. 47 - Entrada situada na primeira linha defensiva de Leceia, com o piso lajeado, escavada em 1993. Calcolítico Inicial.



Fig. 48 - Entrada situada na segunda linha defensiva de Leceia, com o piso lajeado, escavada em 1988. Calcolítico Inicial.



Fig. 49 - Entrada existente na terceira linha defensiva de Leceia, comunicando com o sector melhor protegido, onde se implantou grande cabana circular, visível em segundo plano. Calcolítico Inicial.

origem ou resultante de progressivos estreitamentos no decurso da sua vida útil – sem dúvida relacionados com o aumento da sua defensibilidade – não permitia, no entanto a passagem de carros, embora fosse possível a de grandes bovídeos, os quais se poderiam recolher na área intramuros nos períodos de maior conflitualidade (*Fig. 49*). Ao contrário, o piso dos caminhos só pontualmente era lajeado e, mesmo assim, de forma irregular, pouco cuidada: a superfície de desgaste correspondia a um piso de terra batida (greda), não muito diferente do das habitações, assente em embasamento de gravilha e blocos miúdos, dispostos em camada contínua, compactados, que constituíam camada drenante, ao mesmo tempo que possuíam suficiente resistência à deformação. Noutros casos, o próprio piso era cuidadosamente lajeado em toda a sua extensão e, em zonas de maior declive, os caminhos eram providos de degraus (*Fig. 50*), constituindo caso inédito em Portugal. No conjunto, identificaram-se duas grandes linhas de circulação intramuros, uma voltada para Norte, atravessando sucessivamente a primeira, a segunda e a terceira linha de muralhas, e outra, voltada para Sul, relacionada com duas entradas, uma situada na linha defensiva mais interna outra na exterior, dando acesso directo a tributário da ribeira de Barcarena: seria esta a utilizada a quem se dirigisse àquela, e ainda a quem procurasse atingir o litoral ou dele viesse (*Fig. 51*). Enfim, é de registar, para além de pequenos pátios, lajeados ou não, no exterior das casas, a existência de um grande



Fig. 50 - Caminho existente na zona interna da terceira linha defensiva, escavado em Leceia em 1989. Apresenta-se totalmente lajeado e, para vencer o desnível do terreno, possui diversos degraus. Calcolítico Inicial.

espaço lajeado, na zona poente da área defendida, entre a primeira e a segunda linha de muralhas (**Fig. 52**). A vastidão desta área pressupõe a sua utilização colectiva: ali se poderiam abrigar pessoas e bens, especialmente do segmento que vivia extramuros, nas épocas de maior conflitualidade. Desconhece-se se este espaço era coberto; nada obstava a que assim fosse, já que era possível que longos barrotes de madeira, apoiados por pilares também de madeira, fechassem o vão entre ambas as linhas defensivas que o delimitam, tornando-o mais abrigado, como convinha ao seu uso mais provável.

4 – *Casas*: as casas identificadas em Leceia integram-se em diversos tipos arquitectónicos, de qualidade muito diversa. As mais antigas ali documentadas, pertencem a fase avançada do Calcolítico Inicial; possuem planta circular ou arredondada (**Fig. 53, 54**), por vezes adaptando-se, como as suas congéneres mais tardias (**Fig. 55**), a panos de muralha pré-existent. Os muros laterais, ou, mais propriamente, o embasamento destes era constituído por blocos de calcário argamassados com argila esbranquiçada, também disponível localmente; assim, tanto as paredes como a cobertura poderiam ser de adobes de barro seco ao sol, ou de entrançados vegetais revestidos de barro; a cobertura, em alternativa, poderia ser de colmo. Algumas das habitações possuíam o solo revestido de lajes, sendo frequentemente munidas de uma lareira central, na qual os habitantes – que não poderiam ultrapassar, pela exiguidade do espaço quatro pessoas, se aqueciam e preparavam os alimentos. Conhecem-se casos em que nem esse número poderia ser



Fig. 51 - Entrada existente na primeira linha defensiva de Leceia, munida de degraus, escavada em 1993. Calcolítico Inicial.

atingido (*Fig. 56*), obrigando mesmo os seus ocupantes a descansarem em posição retraída, com pernas e braços flectidos, o que poderá corresponder a prática usual na época. Nas construções mais recentes, do Calcolítico Pleno, observou-se nítida degradação da qualidade construtiva: aquelas não passariam, então, de recintos, aproveitando quase sempre panos de muralha ainda conservados, definidos na parte em falta por armações de estacas e paus fixados ao solo (*Fig. 57, 58*); nestas condições, apenas os pisos interiores, frequentemente lajeados, permitem o seu reconhecimento, que forravam o solo. Assim sendo, verifica-se que o declínio do dispositivo defensivo foi acompanhado pela degradação construtiva das próprias casas, ao mesmo tempo que a área ocupada sofria retracção, como já antes se disse, restringindo-se, então, ao núcleo do antigo povoado do Calcolítico Inicial. Nessa época, o povoado seria apenas ocupado por escassas dezenas de pessoas, contrastando com as duas ou três centenas ali existentes no seu apogeu, verificado cerca de duzentos anos antes, tendo presente a área então ocupada.

5 – *Estruturas comunitárias*: esta designação refere-se às estruturas existentes no espaço intramuros, destinadas a servirem em comum, embora com distintas funções. Uma das evidências da intensificação económica das produções, verificada desde o Neolítico Final e acentuada no decurso de todo o Calcolítico, é a existência de actividades especializadas nos grandes povoados então existentes. Em Leceia, no âmbito da produção agrícola que então constituía, inquestionavelmente, a actividade económica dominante, merece destaque a existência de três



Fig. 52 - Grande lageado escavado em 1990, em Leceia, do lado interno da primeira linha defensiva. Calcolítico Inicial.

eiras (*Fig. 59*), cujo embasamento era constituído por blocos dispostos horizontalmente, formando círculo, os quais eram cobertos por camada de greda batida, destinada a regularizar a superfície de trabalho; trata-se, aliás de processo ainda quase em voga, nas eiras artesanais do País. Ali se processavam os cereais, sendo também possível a secagem de leguminosas, como a fava, que ocorre incarbonizada no povoado coevo de Vila Nova de S. Pedro, situação só possível se previamente tivesse sido seca ao sol. Aliás, a importância da cerealicultura encontra-se sublinhada, entre outros testemunhos adiante referidos, pela existência de uma cabana, do fim do Calcolítico Inicial (*Fig. 60*), onde se recolheram cerca de dezena e meia de elementos dormentes e moventes de mós manuais, evidentemente um número desproporcionado para as necessidades de uma eventual família que ali vivesse: destinar-se-ia, portanto, à produção de farinha para toda ou parte da comunidade, em regime intensivo. A sua implantação na área intramuros, bem como a das três eiras referidas, que também não têm paralelo conhecido no Calcolítico português, revela bem o clima de instabilidade vigente na época.

Outro tipo de estruturas comunitárias também não possui paralelos coevos: foi já referido anteriormente, trata-se de um recinto de planta circular definido por ortóstatos colocados verticalmente, no interior do qual se recolheram abundantes restos orgânicos, correspondentes a lixos domésticos, o que suporta a sua classificação como contentor de despejos, produzidos intramuros (*Fig. 34, 35*). As suas pequenas dimensões (com uma cubicagem que não



Fig. 53 - Grande cabana de planta circular do Calcolítico Inicial, com embasamento de alvenaria argamassada escavada em Leceia em 1989 (ver Fig. 49). Ao centro, observa-se lareira de planta sub-retangular, definida por pequenos blocos colocados ao alto.

ultrapassava 1 m³, obrigaria a frequentes esvaziamentos, destinando-se as matérias em decomposição dele retiradas provavelmente à fertilização dos campos agrícolas adjacentes. A sua tardia cronologia, pois inscreve-se já no Calcolítico Pleno, é concordante com a sua implantação, do lado externo de um entrada situada na segunda linha defensiva: nessa época, com efeito, o espaço habitado, mercê da retracção antes aludida, circunscrevia-se apenas à zona delimitada por aquele circuito muralhado. Apesar do declínio do povoado, a preocupação com a salubridade era evidente, por parte dos derradeiros habitantes do povoado.

6 - *Estruturas extramuros*: o notável centro habitacional que era o povoado pré-histórico de cuja posse e usufruto teria de ser assegurado pelos próprios habitantes. Deste modo, facilmente se compreende que uma parte significativa da comunidade vivesse fora das Leceia, mesmo na sua fase de declínio; esta realidade tinha correspondência em vasto território envolvente, muralhas, ocupado por pequenas cabanas, dispersas pela região, para além de numerosos outros núcleos, tanto de vigia como relacionados com a exploração do solo ou dos recursos naturais, sobretudo identificados ao longo da ribeira de Barcarena. É o caso das colinas mais proeminentes ali existentes, como o Monte do Castelo a cerca de 800 m para Sul, já considerado por Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1878) como uma possível atalaia do povoado, o que foi por nós



Fig. 54 - Fundo de cabana de planta sub-circular, do Calcolítico Inicial, com pequena lareira estruturada no seu interior, escavado em Leceia, em 1994.

confirmado, bem como as explorações de sílex do sítio adjacente (CARDOSO & NORTON, 1997/1998) e no de Barotas (CARDOSO & COSTA, 1992), sítio distanciado cerca de 500 m do povoado, nas quais se recolheram núcleos de lâminas de sílex cinzento absolutamente idênticos a exemplares encontrados em Leceia (*Fig. 61*). Neste contexto, seria especial objecto de ocupação todo o vale da ribeira de Barcarena, cujo controlo se afigurava indispensável ao livre acesso do estuário, praticado quotidianamente, o qual, além do mais, possibilitaria a instalação de pequenas hortas, como as existentes na actualidade, aproveitando para rega a própria água da ribeira. Assim se explicam os vestígios de fundos de cabana que o signatário identificou na década de 1970 ao longo da encosta adjacente ao povoado e até quase à ribeira. Esta forneceria ainda a água necessária à vida quotidiana, sem prejuízo de aproveitamento da nascente existente a cerca de 300 m, na actualmente designada "Quinta da Fonte", junto à povoação actual. Na verdade, o abastecimento de água teria de ser permanente, dada a ausência de condições para esta ser captada localmente, ou, sequer, ser ali conservada, em cisterna: a natureza dos calcários, duros e muito fracturados, a isso obstava.

De tal forma se afirmou o prestígio e importância económica da fortaleza, mesmo no período de declínio, que esta viria a atrair novas comunidades, portadoras das cerâmicas campaniformes, ainda antes dos meados do III Milénio antes de Cristo. O indício mais expressivo de que tais comunidades deveriam ser de forasteiros, ainda que pacificamente recebidos é fornecido pela



Fig. 55 - Embasamento de alvenaria de cabana adossada ao lado interno da segunda linha defensiva, escavada em Leceia, em 1988. Observa-se, na parte central, uma estrutura de combustão definida por lajes dispostas ao alto. Calcolítico Inicial.

existência em Leceia de duas cabanas de planta elipsoidal, de tamanhos muito diferentes, mas ambas situadas na zona extramuros, embora a menos de 10 m da primeira linha defensiva, num período em que a zona intramuros ainda era ocupada, conclusão apoiada pelas datações de radiocarbono obtidas em ambos os casos. A importância destas duas estruturas e dos seus espólios, será adiante devidamente valorizada.

Os materiais exumados e a sua importância

Os materiais recuperados ascendem a largas centenas de milhares de peças, as quais, à sua maneira, fornecem indicações sobre aspectos relevantes do quotidiano, incluindo a vida económica, a organização social e até a integração cultural das sucessivas comunidades aqui instaladas, cuja importância transcende largamente o território circundante.

1 – *A caça, a pesca e a recollecção de moluscos* - a captura do veado e do javali, excepcionalmente do urso e do lince (*Fig. 62, 63*), documenta a existência de manchas florestais (bosque mediterrâneo), pontuando espaços abertos, ocupados por pastagens naturais, propícias à circulação de manadas de auroques e de cavalos selvagens (*Fig. 64*), também presentes nos inventários faunísticos.



Fig. 56 - Embasamento de alvenaria de pequena cabana de planta subcircular, integrada em muro radial que unia a segunda à terceira linha defensiva, escavada em Leceia em 1986. Observa-se entrada, marcada do lado externo por soleira e o interior forrado de lajes. Calcolítico Inicial.

Diversos anzóis de cobre (*Fig. 65*), bem como numerosos restos de douradas e de pargos (*Fig. 66*) (ANTUNES & CARDOSO, 1995), comprovam a pesca à linha, no litoral do estuário do Tejo, em pequenas embarcações ou a partir da praia. O uso de redes é sugerido pela presença de diversos pesos de pesca (CARDOSO, 1996), embora estes pudessem ser usados somente na pesca à linha.

O uso de moluscos na alimentação encontra-se bem documentado (*Fig. 67*). Estes eram facilmente recolhidos na enseada então formada pela confluência da ribeira de Barcarena com o estuário do Tejo e ao longo do litoral deste. Apesar da diversidade dos biótopos explorados, não seria necessário percorrer mais de 5 km, ao longo da costa, para se obterem todas as espécies de moluscos identificadas (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996).

2 – *A exploração de matérias primas* - Na zona do povoado e suas imediações, explorava-se o sílex cinzento, a céu aberto ou através de pequenos poços e galerias, permitindo produção diversificada de numerosos artefactos, desde pontas de seta a lâminas, raspadores, furadores, buris, denticulados e outros (*Fig. 68, 69*), nas duas minas a céu aberto já referidas: uma, situada em Barotas; outra, no sopé do Monte do Castelo. Os basaltos, também localmente disponíveis, permitiam o fabrico de picaretas, machados, mós e percutores. Excepcionalmente, recolhiam-se seixos de basalto, na vizinha ribeira de Barcarena, com o objectivo de serem utilizados como



Fig. 57 - Fundo de cabana do Calcolítico Pleno, de Leceia, adossada ao paramento externo da segunda linha defensiva, escavada em 1988, apenas definida por alinhamento irregular de blocos, em arco.

pesos de rede, mediante transformação sumária (CARDOSO, 1996) (*Fig. 70*). Os calcários, que constituem o substrato geológico na área de implantação do povoado, foram usados sobretudo como materiais de construção, enquanto que as argilas, também disponíveis localmente, serviram sobretudo para a indústria cerâmica.

3 – *A captação e armazenamento da água* - como se disse, desconhecem-se estruturas de captação, condução ou armazenamento da água. O local não era favorável à existência de poços. A água seria obtida tanto na ribeira de Barcarena como, sobretudo, em nascentes situadas a pouco mais de duzentos metros do povoado (na supracitada Quinta da Fonte), a uma cota superior a este, situação que permitiria, eventualmente, a sua canalização.

4 – *A agricultura* - três eiras de planta circular, das quais subsistiu o embasamento, feito de lajes de pedra cuidadosamente ajustadas entre si (*Fig. 59*), bem como a a frequência de mós manuais (*Fig. 71*) e de elementos de foice de sílex (*Fig. 72*), documentam a importância da agricultura cerealífera, potenciada pelo aproveitamento da tracção animal, que permitiu, talvez pela primeira vez, o uso dos férteis solos basálticos, muito pesados, particularmente adequados a tais culturas, que desde então nelas passaram a ser intensamente efectuadas.

Ao longo do vale da ribeira de Barcarena cultivava-se a fava e o linho espécies que, embora não reconhecidas em Leceia, foram referenciadas em outros povoados calcolíticos, como no de



Fig. 58 - Pormenor do solo de uma habitação do Calcolítico Plano de Leceia, escavada em 1984 observando-se, in situ, um grande vaso esférico, dito "de provisões", decorado em torno da abertura com os motivos característicos de "folha de acácia" e de "crucífera".



Fig. 59 - Leceia. Eira escavada em 1990 e 1994. Calcolítico Inicial.



Fig. 60 - Embasamento de estrutura de planta elipsoidal, especializada na farinhação, escavada em 1998 em Leceia, como se pode concluir das numerosas mós manuais, ali recolhidas (dormentes e moventes). Calcolítico Inicial.

Vila Nova de São Pedro, por Afonso do Paço e A. R. Pinto da Silva (PAÇO, 1954). A horticultura é também sugerida pela presença de sachos de pedra polida, cujos gumes atestam pancadas violentas, resultantes da cava do solo pedregoso (**Fig. 73**).

5 – *Pastagens e animais domésticos* - os machados eram usados na criação de clareiras, destinadas a pastagens e a campos agrícolas (**Fig. 74**). Apascentavam-se rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos, os quais, conjuntamente com varas de porcos, se dispersavam também pelos campos em redor do povoado, denunciando a plena manipulação de todas as espécies domésticas que actualmente são a base da nossa alimentação. Ao cão (**Fig. 75**), também presente, cabia a função de guardador de rebanhos, ainda que, esporadicamente, também pudesse servir de alimento. Alguns animais domésticos forneciam também leite, transformado em lacticínios, recorrendo-se a cinchos de barro, porém apenas conhecidos no Calcolítico Pleno (**Fig. 76**).

6 – *O comércio e as trocas de matérias-primas* - a variedade de matérias-primas identificadas, ilustra a pujança económica das comunidades sediadas em Leceia, que suportava o estabelecimento de permutas a curta, média e longa distância, favorecidas pela própria localização geográfica do povoado. Dali, dominava-se uma das principais vias de penetração na Estremadura, e, a partir do estuário do Tejo, acedia-se tanto ao interior, ao longo do grande rio peninsular, como ao litoral oceânico adjacente.

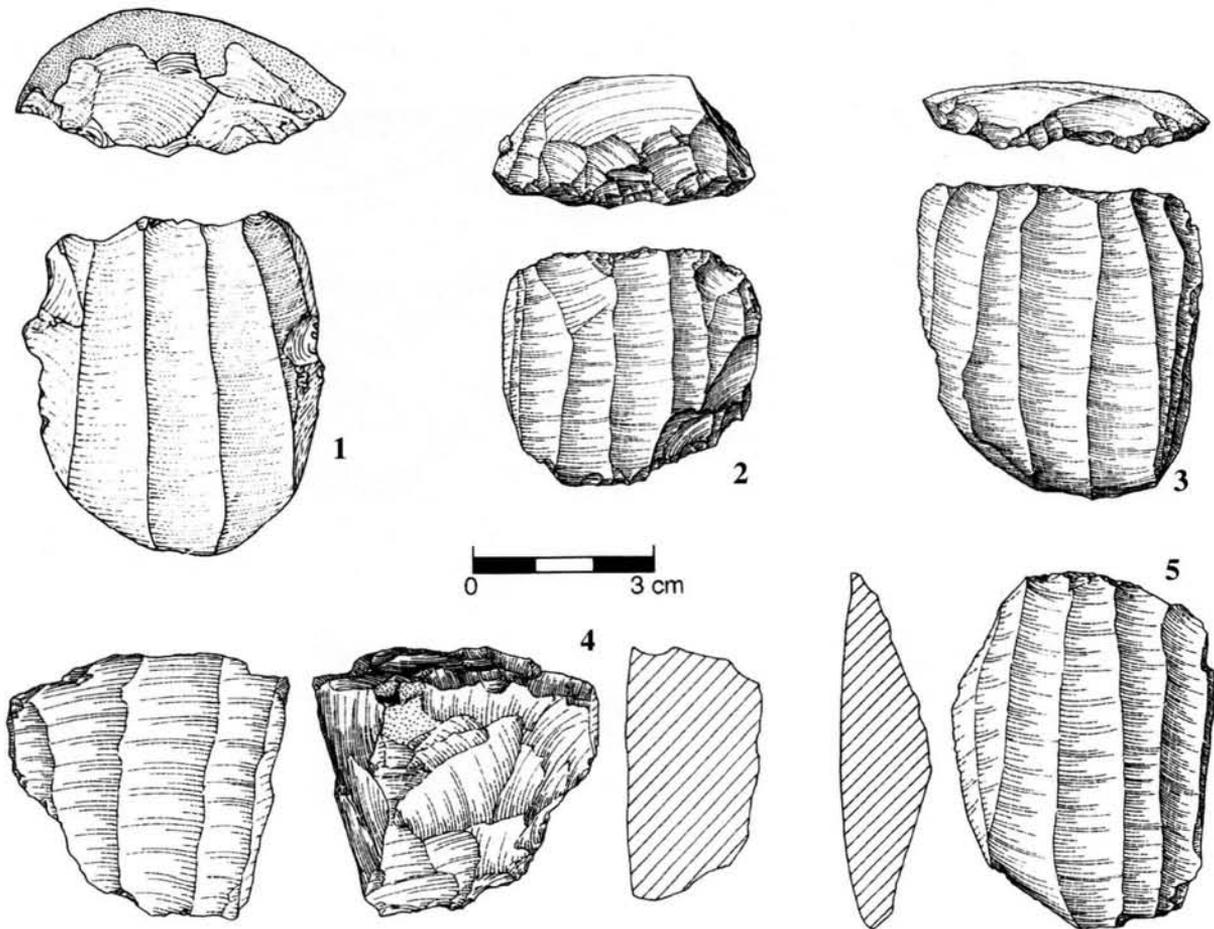


Fig. 61 - Núcleos de lâminas, de sílex cinzento opaco, do Neolítico e Calcolítico. 1 - oficina de Barotas, Leceia; 2,3 - povoado pré-histórico de Leceia; 4,5 - oficina do Monte do Castelo, Leceia.

Arenitos e granitos, obtidos na região de Belas ou de Sintra-Cascais, eram utilizados para o fabrico de mós manuais (Fig. 71). De região mais alargada, até Mafra, provinham rochas duras para a confecção de artefactos de pedra polida: dioritos, sienitos, andesitos e gabros e ainda grãos e quartzo, de feldspato e de micas, utilizados como desengordurantes na indústria cerâmica.

O sílex, abundante em Leceia, seria permutado em larga escala por anfibolitos, disponíveis no Alto Alentejo, através da importante via comercial que era o Tejo e os seus afluentes da margem esquerda, pressupondo vias de abastecimento estáveis e duradouras. Este abastecimento de matéria-prima específica, então estratégica, oriunda de longa distância, configura um dos exemplos mais notáveis à escala europeia (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995; CARDOSO, 1999/2000). É importante salientar que o conjunto de materiais de pedra polida de Leceia permitiu concluir que, ao longo do tempo, do Neolítico Final ao Calcolítico Pleno, se verificou um acréscimo de abastecimento de rochas anfibolíticas, o que consubstancia o aumento da capacidade aquisitiva das populações da Estremadura e, em particular das sediadas em Leceia, confirmando um dos fenómenos mais característicos do Calcolítico: a

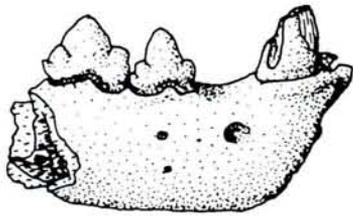


Fig. 62 - Fragmento de humimandíbula de linco ibérico. Leceia, Calcolítico Pleno (x 0,66).

intensificação produtiva, com o conseqüente processo de interacção económica, tão claramente ilustrado em Leceia. No próprio povoado, identificaram-se alguns lingotes em bruto de anfíbolito (**Fig. 77**), indício de que a transformação, em diversos artefactos, seria feita localmente, de acordo com as necessidades do momento, complementada por rochas locais ou regionais, como as referidas (**Fig. 78**).

O cobre proviria, sobretudo, do Baixo Alentejo, sob a forma de lingotes (**Fig. 79**), transformados nos povoados por processos metalúrgicos primitivos, de que existem numerosos testemunhos em Leceia, expressos por escórias e pingos de fundição, em lareiras domésticas (CARDOSO, 1989; CARDOSO, 1994; CARDOSO & GUERRA, 1997/1998). Com efeito, a escassa disponibilidade de tal metal na Estremadura não permitia satisfazer todas as necessidades. Também o abastecimento da Estremadura – onde as escassas ocorrências conhecidas não poderiam satisfazer, de modo nenhum, a procura, é expressão do aludido processo de interacção, o qual se acentuou, como seria de esperar, no decurso do Calcolítico: com efeito, é a partir desse período cultural, que o uso do cobre se generaliza em Leceia, como noutros povoados calcolíticos estremenhos, demonstrando existir total independência entre a construção da fortificação a qual, aquando da generalização do seu uso, se encontrava em franco declínio ou mesmo já francamente arruinada.

O cobre seria utilizado, sobretudo, para a confecção de artefactos de pequenas dimensões, como furadores, sovelas, puções, anzóis, para a execução de funções de precisão e que requeriam peças de grande resistência, cujos equivalentes líticos ou ósseos desempenhavam de forma menos eficaz (**Fig. 80**). É óbvio que o cobre puro não poderia competir, em termos de dureza e resistência com os anfíbolitos, de obtenção muito menos dispendiosa, ainda que também importados. Desta forma, é lícito admitir-se para grandes peças de cobre, como os machados planos, a função de peças cerimoniais, ou rituais, ou verdadeiras peças "de prestígio", pelo evidente valor intrínseco que possuíam, para além de constituírem reservas de cobre, sendo, deste modo, utilizados como simples lingotes (SOARES, ARAÚJO & CABRAL, 1994). Com efeito, é interessante registar a existência em Leceia de dois gumes de machados cortados (CARDOSO, 1989, Fig. 108, nº. 13; CARDOSO, 1994, Fig. 136), sendo evidentes as marcas de serragem (**Fig. 79**), com equivalentes em outros povoados calcolíticos, tanto da Estremadura, como o Zambujal (SANGMEISTER, 1995, Tf. 6) como do Sudoeste, como o do Monte da Tumba (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 4). Qual o significado e funcionalidade destas porções? Admite-se que correspondam a pequenos volumes de cobre extraídos intencionalmente de machados-lingote, destinados a ulterior transformação, que nestes casos não chegou a consumir-se. De facto, caso o objectivo fosse o reavivamento dos gumes, embotados pelo seu eventual uso – situação que não se observa em nenhuma das



Fig. 63 - Terceiro molar inferior de urso (*Ursus aretos*). Leceia, Calcolítico Pleno (x 0,66).

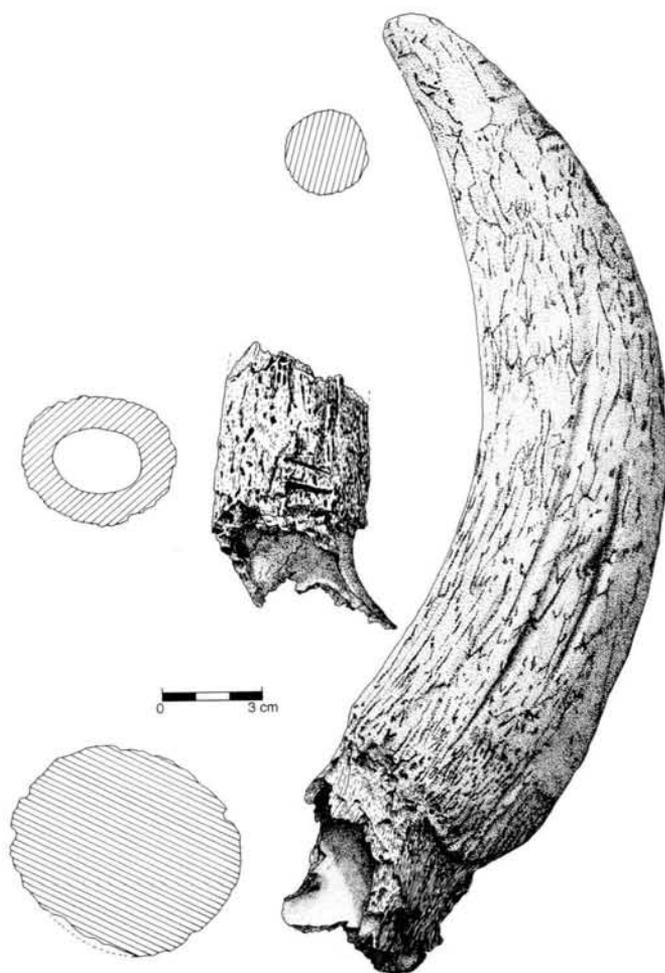


Fig. 64 - À esquerda: porção basal de ossicone de boi doméstico, com marcas de corte; à direita: oscicone inteiro de auroque, boi selvagem. Recolhidos em contextos do Calcolítico Inicial de Leceia, o primeiro em 1987, o segundo em 1990.

peças de Leceia – tal objectivo seria facilmente atingido por nova martelagem, até por se saber que tal operação conduz a um endurecimento do metal – sem que, deste modo, fosse necessária a eliminação do próprio gume. Ao contrário, ao produzir-se o seu corte, por serragem, obtinham-se as porções de cobre requeridas para o fabrico de pequenos artefactos especializados, como os referidos, estes sim, de evidente carácter funcional.

O aproveitamento do cobre poderá ser visto, nesta perspectiva, apenas como mais uma consequência da chamada "Revolução dos Produtos Secundários" (RPS), tendo em vista a melhoria da eficácia de determinados instrumentos de produção ou de transformação, conducentes ao aumento e/ou diversificação dos bens produzidos. Assim sendo, não se deverá valorizar excessiva-

mente a sua presença como agente de mudança económica ou social e, muito menos, como prova de diferenciação social dos seus utilizadores. Na verdade, punções, sovelas, serras e anzóis, jamais poderão considerar-se, dado o seu evidente fim utilitário, como expressão de estatuto social dos seus utilizadores. Aliás, a importância do cobre, mesmo em regiões onde existe, como a bacia do baixo Guadiana, não deverá ser sobrevalorizada. Ali, foram os cursos de água, bem como os solos com maior aptidão agrícola, mais do que os recursos mineiros, que estruturaram o povoamento calcolítico (SOARES, 1992, Fig. 1 e 2; SOARES & SILVA, 1992). Apenas no Alto Algarve Oriental foi atribuída à procura e metalurgia do cobre um papel importante na implantação os povoados (GONÇALVES, 1989, 1991).

A tardia introdução do cobre na Estremadura, perto de meados do III milénio antes de Cristo, apenas no Calcolítico Pleno, acompanha, simplesmente, a de outras novidades tecnológicas, típicas da RPS, como a fiação, cujo incremento é denunciado pela ocorrência dos

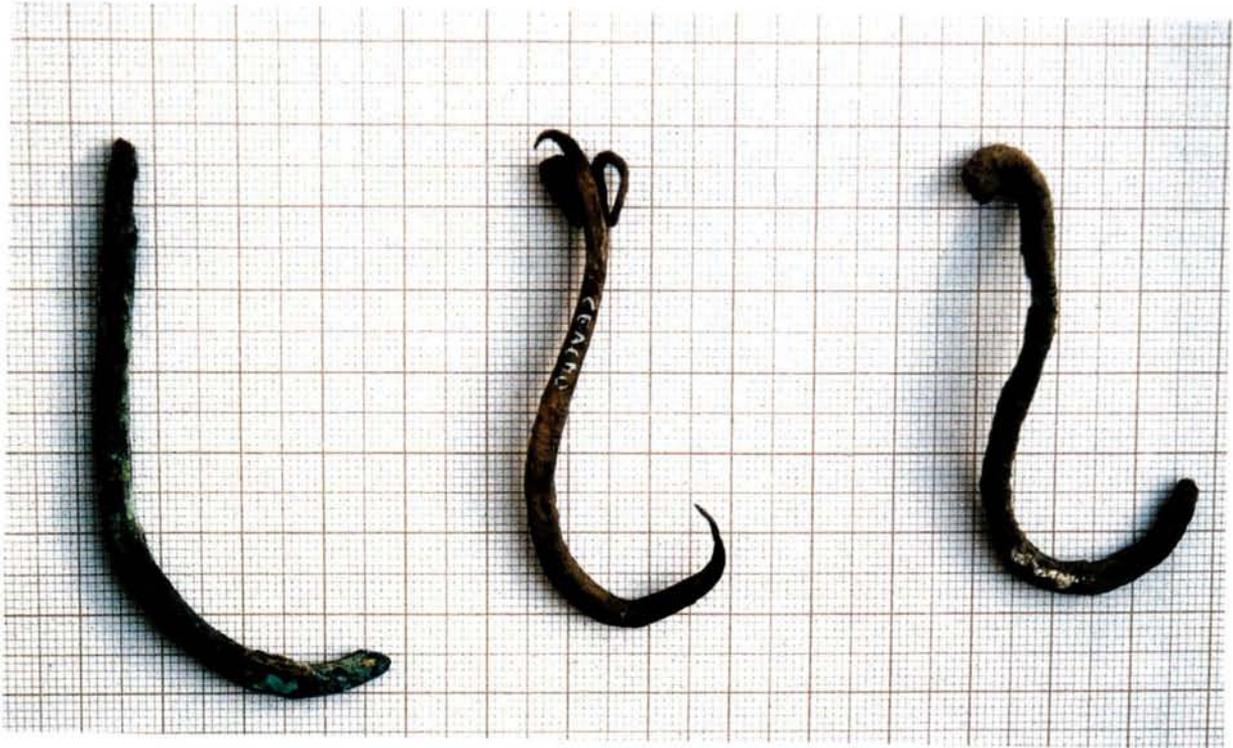


Fig. 65 - Azóis de cobre recolhidos em Leceia. Calcolítico Pleno.

elementos de tear, quase desconhecidos da Camada 3, do Calcolítico Inicial (*Fig. 81*) ou a transformação de produtos lácteos (os cindios, como os representados na *Fig. 76* encontram-se mesmo dela ausentes). A este propósito, é interessante observar, apesar de reservas inerentes a métodos de escavação pouco rigorosos e de análise arqueográfica igualmente superficial, que a do Paço (PAÇO, 1964, p. 146), já tenha referido, acerca do povoado de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja, que "As condições económicas que sofreram alteração com a vinda dos metalúrgicos do cobre, apresentam agora indícios de indústrias de fiação e tecelagem, de fabrico de produtos lácteos ...", observações plenamente concordantes com a realidade detectada em Leceia.

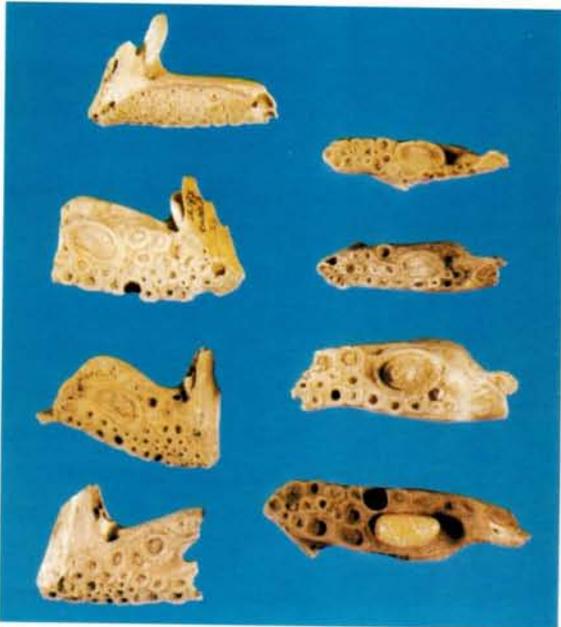


Fig. 66 - Prémxilares e dentais de dourada e de pargo. Neolítico Final a Calcolítico Pleno de Leceia. Dimensões do maior exemplar: 6,0 cm.

Já na década de 1950 se tinha relacionado a progressão dos construtores de *tholoi* – já então conotados com populações de prospectores e metalurgistas do cobre – com a difusão do uso

deste metal, da Andaluzia até à Estremadura, passando pelo Baixo Alentejo (FERREIRA & VIANA, 1956). As recentes datações de povoados calcolíticos do Sul de Portugal parecem confirmar tal proposta, ao darem como mais precoce o uso do cobre naquela região que na Estremadura (SOARES & CABRAL, 1993). Porém, tal como na Estremadura, também no Sudoeste, ao uso do cobre "não é possível conectá-lo globalmente com as fortificações ali conhecidas" (JORGE, 1994, p. 476), com as ressalvas já devidamente apontadas.

Embora esteja provada a utilização da malaquite como minério de cobre no Calcolítico no Sudeste peninsular – o povoado calcolítico de El Malagón (Granada), onde se encontraram documentadas todas as fases da manufactura do cobre situa-se, precisamente, sobre uma área de mineração daquele carbonato (ARRIBAS et al., 1989, p. 72) – a demonstração de que o cobre nativo, com percentagens variáveis de arsénio, constituía a fonte essencial de matéria-prima em Leceia, reforça a hipótese de que a sua mineração se efectuasse, em especial, na zona dos "chapéus de ferro" dos jazigos de polissulfuretos metálicos da faixa piritosa, além de filões de quartzo com mineralizações de cobre nativo. Assim se explica a existência, atrás aludida, de vários lingotes de cobre puro em Leceia, um deles objecto de estudo metalográfico (CARDOSO & FERNANDES, 1995). Com efeito, "a fusão redutora dos minérios era realizada junto às minas (...) sendo o metal transportado para os povoados onde seria transformado em artefactos" (ROTHENBERG & BLANCO-FREIJEIRO, 1981, p. 174). Para além dos vários exemplares recolhidos em Leceia, as duas únicas ocorrências de lingotes de cobre calcolíticos até ao presente registados – Santa Justa, Alcoutim (GONÇALVES, 1989/1991, Est. 228, nº. 7) e Porto

Mourão (SOARES, ARAÚJO & CABRAL, 1994) – podem, sem dificuldade, relacionar-se com jazigos cupríferos existentes nas proximidades daqueles dois povoados calcolíticos. O achado de tais peças vem, deste modo, ilustrar que o comércio desta matéria-prima se fazia sob aquela forma, desde a área de extracção, onde seriam produzidas, até aos povoados, onde seriam transformadas em diversos artefactos, tanto por martelagem a frio,



Fig. 67 - Diversas espécies de moluscos, de litoral rochoso ou arenoso, recolhidas ao longo do estuário do Tejo ou costa atlântica adjacente pelas sucessivas populações de Leceia, do Neolítico Final ao Calcolítico Pleno. Dimensões da maior: 8,3 cm



Fig. 68 - Raspadeiras, furadores e buris, de sílex, recolhidos em Leceia.

como por refusões totais ou parciais, sem esquecer o tratamento metalúrgico de minérios em tais centros, como se comprova pelo achado sistemático de escórias cupríferas, igualmente bem documentadas em Leceia.

Outros materiais duros seriam importados, de várias centenas de km de distância, como pequenos núcleos de quartzo semi-hialino, para o fabrico de lamelas, além de lascas em bruto, da região de Rio Maior, transformadas em Leceia em lâminas foliáceas e de pontas de seta de sílex jaspóide, oriundas do Alentejo, vindas talvez por acréscimo com as rochas anfíbolíticas, dali obtidas (algumas encontram-se representadas na *Fig. 68*).

Usaram-se outras matérias-primas exóticas na confecção de adornos, como as apreciadas contas de minerais verdes (*Fig. 82*), importadas de centenas de km de distância. A fluorite é outro mineral raro, usado para aquela finalidade, susceptível de se obter em pegmatitos graníticos das Beiras ou do Norte do País (*Fig. 82*, em cima, ao centro). Enfim, o marfim, que estaria representado em Leceia por objectos de adorno (*Fig. 83*), é de evidente origem norte-africana. Tem sido o exemplo mais frequentemente invocado para ilustrar o comércio de matérias-primas de origem extra-peninsular, visto ser inviável admitir outras alternativas, como a de se tratar de marfim fóssil, de elefantes plistocénicos peninsulares.



Fig. 69 - Pontas de seta, de sílex, de várias origens, recolhidas em Leceia

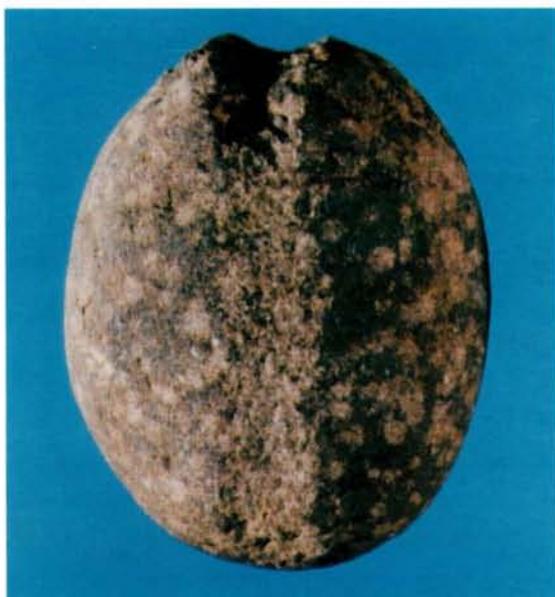


Fig. 70 - Peso, provavelmente utilizado na pesca, afeiçoado por picotagem em seixo rolado de basalto. Calcolítico Pleno de Leceia (comprimento máximo: 7,6 cm).



Fig. 71 - Mó manual, com os seus elementos dormente e movente, ambos de arenito. Calcolítico Pleno. Leceia.



Fig. 72 - Lâminas elipsoidais de retoque plano, de sílex, recolhidas em Leceia, usualmente relacionadas com o corte de cereais (“foicinhas”). Abundam tanto no Calcolítico Inicial como no Calcolítico Pleno.

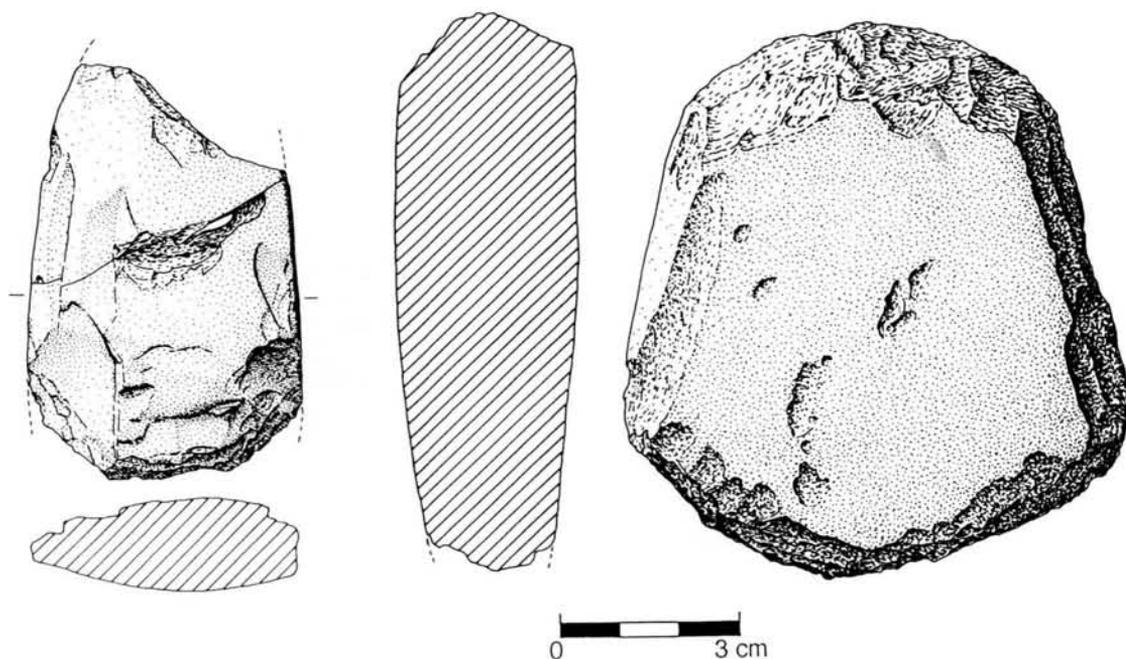


Fig. 73 - Sachos de pedra polida, com as extremidades denunciando marcas de pancadas violentas. Leceia - Neolítico Final (à esquerda); Leceia – recolha superficial (à direita).

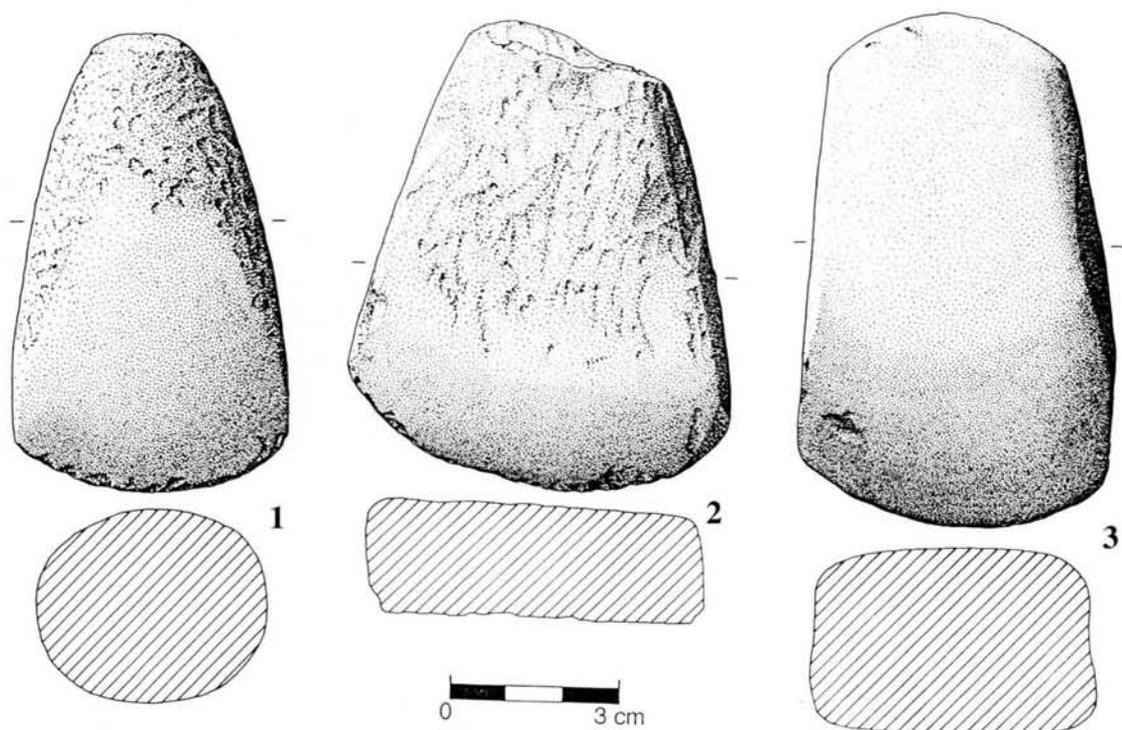


Fig. 74 - Machados de Leceia. À esquerda, do Neolítico Final (camada 4); ao centro, do Calcolítico Inicial (camada 3); à direita, do Calcolítico Pleno (camada 2). Anfibolito (2, 3) e gabrodiorito (1).

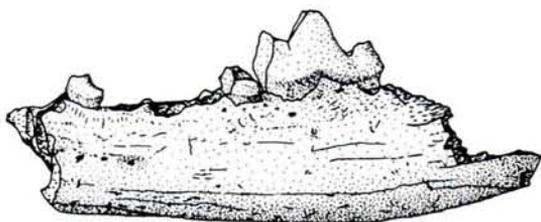


Fig. 75 - Fragmento de hemimandíbula de cão doméstico. Leceia, Calcolítico Pleno (x 0,80).

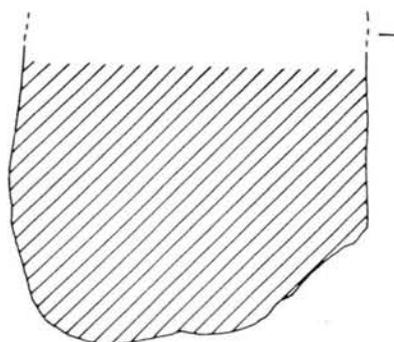
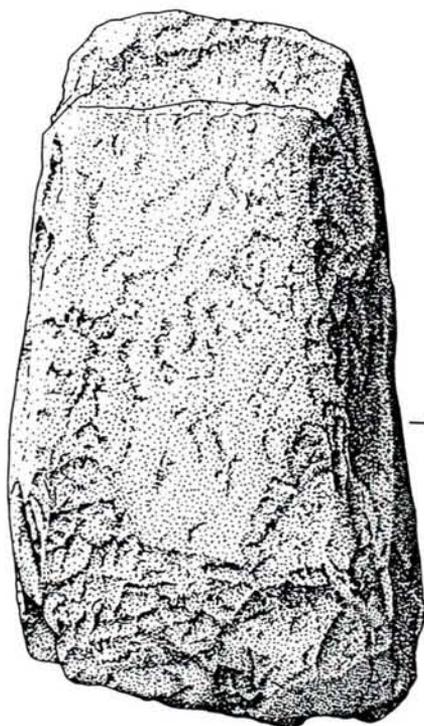


Fig. 77 - Lingote de anfíbolito. Leceia. Recolha superficial.



Fig. 76 - Fragmento de "cincho" para a preparação de produtos lácteos. Calcolítico Pleno de Leceia. Comprimento máximo: 10,2 cm.

7 – *Os artefactos do quotidiano* - o sílex local, explorado em diversas oficinas identificadas a escassas centenas de metros do povoado, serviu para a preparação de numerosos artefactos de pedra lascada (*Fig. 68, 69*): lâminas, furadores, raspadores, buris, raspadeiras, denticulados e micrólitos. Todos estes tipos ocorrem no Neolítico Final, persistindo ao longo do Calcolítico, embora com variações de frequência. As pontas de seta são sempre escassas, contrastando com a grande abundância em outros povoados fortificados. As grandes lâminas foliáceas (*Fig. 72*) surgem já no Neolítico final, tornando-se abundantes no Calcolítico Inicial e, sobretudo, no Calcolítico Pleno; correspondem a tipo de artefacto com uso múltiplo, destacando-se o seu aproveitamento como elementos de foice; assim sendo, o acréscimo verificado no Calcolítico Pleno está de acordo

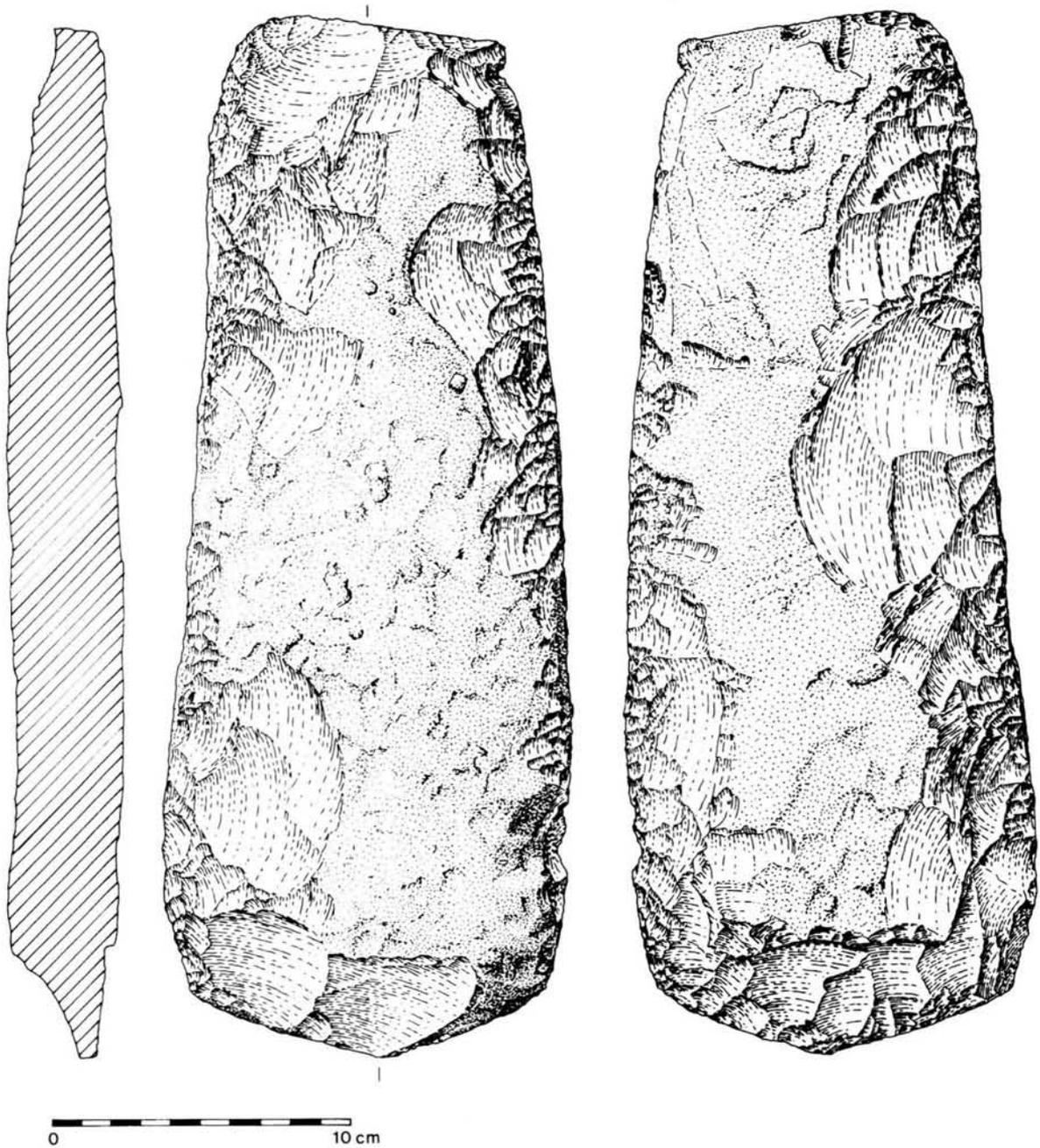


Fig. 78 - Esboço de grande enxó, de basalto olivínico. Leceia, Calcolítico Inicial (camada 3).

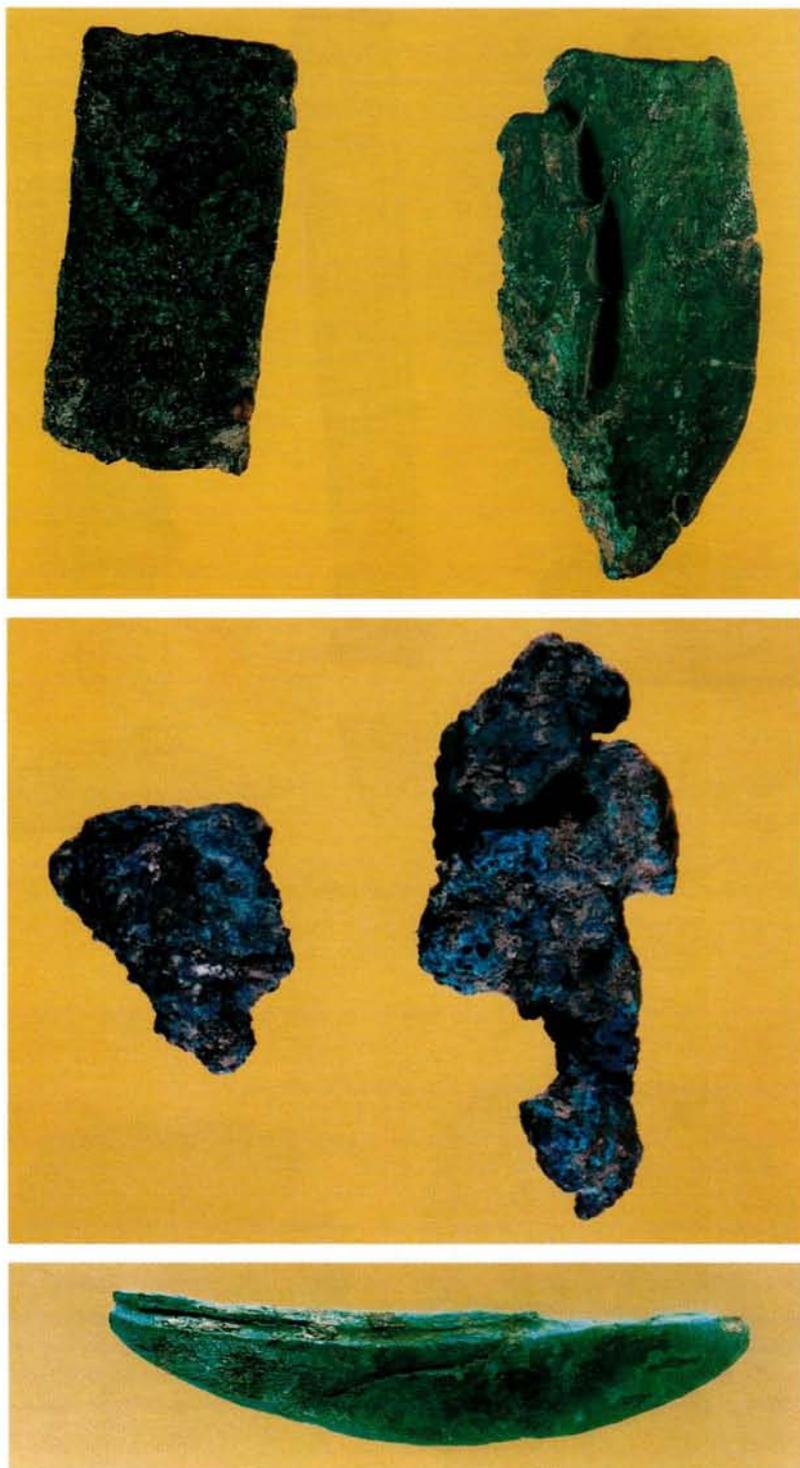


Fig. 79 - Testemunhos da actividade metalúrgica em Leceia no decurso do Calcolítico Pleno. Em cima: lingotes de cobre, o da direita com vestígios de incisões feitas com cinzel para separação de pequena porção, incompletamente realizada (cumprimento: 4,5 cm); ao centro: escórias da fundição do cobre (cumprimento da maior: 5,2 cm); em baixo: gume de grande machado de cobre, seccionado por serragem, patente no bordo superior (cumprimento: 9,0 cm).

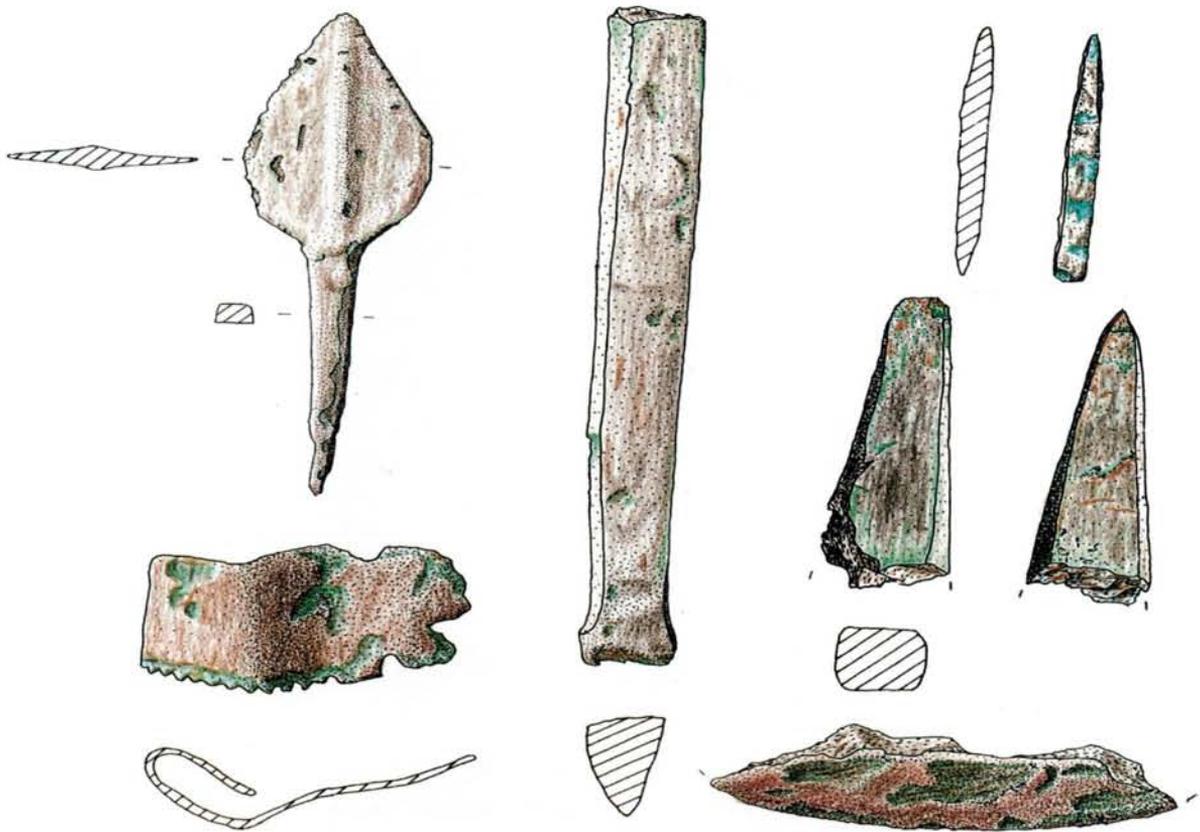


Fig. 80 - Artefactos de cobre diversos. Calcólítico Pleno de Leceia. Comprimento do maior (escopro): 10,9 cm.



Fig. 81 - "Pesos de tear" ou artefactos relacionados com a tecelagem. Leceia, Calcólítico Pleno. Dimensões do menor - 8,2 cm.



Fig. 82 - Contas de minerais verdes, discóides e tubulares, de concha e de fluorite (grande exemplar ao centro, no topo da foto), do Calcolítico Inicial e Pleno de Leceia. Comprimento do maior exemplar: 2,7 cm.



Fig. 83 - Extremidades decoradas de três alfinetes de cabelo, com afinidades formais com homólogos do período pré-dinástico egípcio. Os dois primeiros são de osso, o da direita, talvez de marfim (diâmetro máximo de extremidade deste último: 0,9 cm).



Fig. 84 - Estádios sucessivos de preparação de uma lâmina de retoque cobridor (“foicinha”) a partir de uma grande lasca, até ao exemplar acabado e cuidadosamente retocado (à direita). Calcolítico Inicial e Pleno de Leceia. Dimensões do maior exemplar da esquerda: 7,6 cm; dimensões do exemplar da direita: 6,0 cm.

com o processo de intensificação da produção, então verificado a todos os níveis. Tais lâminas eram acabadas nos povoados, sobre lascas importadas em bruto, ao contrário das peças de menores dimensões, cujos núcleos, ali encontrados, atestam o respectivo fabrico *in loco*, desde os estádios iniciais do seu fabrico (**Fig. 84**).

Observam-se maiores afinidades entre o conjunto de pedra lascada do Neolítico Final e o do Calcolítico Pleno que entre este e o do Calcolítico inicial (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1983/84: 1996, p. 66). Deste modo, parece que os dois primeiros se encontram, respectivamente, nos ramos de desenvolvimento e de declínio de curva correspondente à evolução das indústrias líticas lascadas representadas em Leceia, cujo ponto culminante seria ocupado pelo conjunto do Calcolítico Inicial (**Fig. 85**).

Os artefactos de pedra polida encontram-se representados por machados, enxós, formões, escopros e cunhas, a maioria dos quais (mais de 70%) fabricados em rochas importadas, de tipo anfibolítico. Alguns machados mostram reaproveitamento como percutores; outros, dificilmente se podem diferenciar dos sachos, a não ser pelos vestígios de pancadas violentas, que caracterizam estes. De salientar a presença de martelos com extremidades ocupadas por estreitas superfícies polidas, substituindo os gumes, destinados a trabalhos de precisão, entre os quais se poderá considerar a martelagem do cobre (**Fig. 86**). Estas peças foram pela primeira vez reconhecidas pelo signatário, não se podendo atribuir exclusivamente ao fim indicado, visto já ocorrerem, em Leceia, no Neolítico Final (CARDOSO, 1999/2000).

Os artefactos de osso correspondem a abundante e diversificado conjunto, constituído por furadores, sovelas, agulhas, escopros, punhais e goivas (**Fig. 87**). Os artefactos maiores deixam perceber os segmentos anatómicos e as espécies (boi, ovelha e cabra e, mais raramente, veado) de que foram obtidos. Excepcionalmente, aproveitaram-se ossos de aves, com destaque para o ganso-patola (GOURICHON & CARDOSO, 1995), para o fabrico de furadores-lancetas

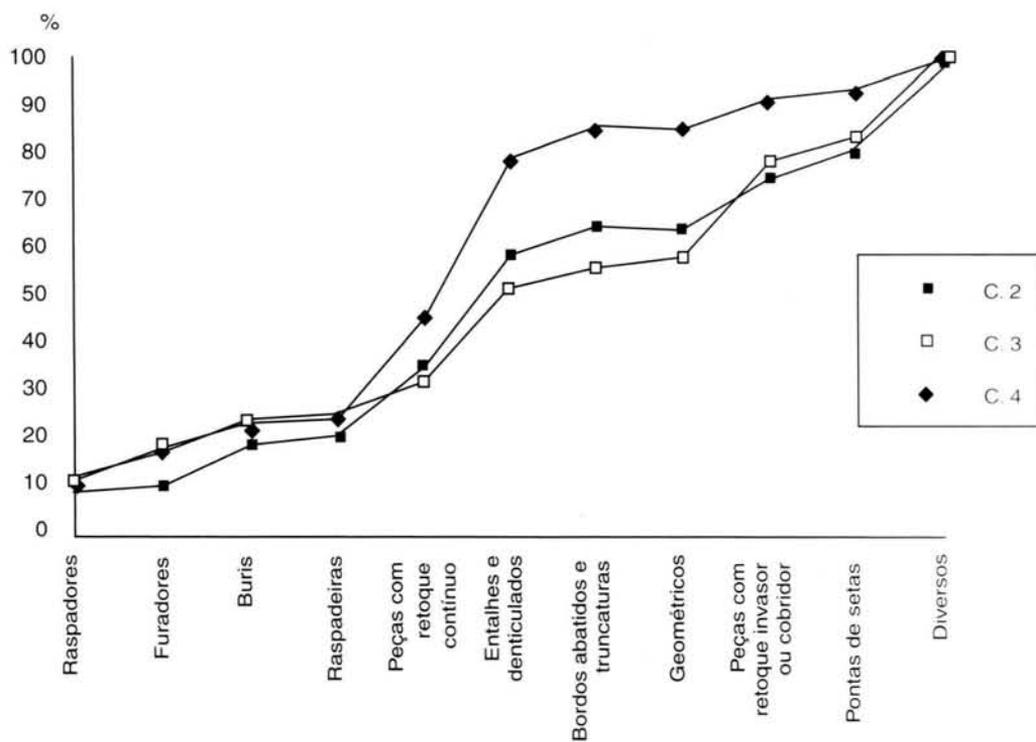
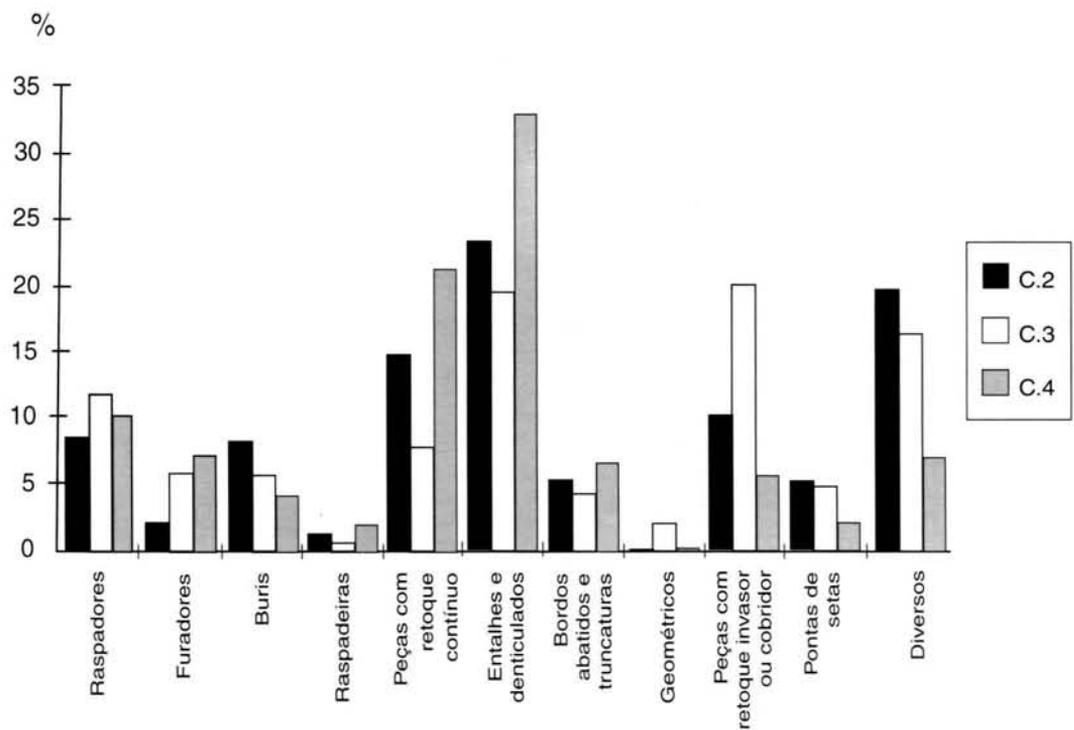


Fig. 85 - Em cima: grupos tipológicos dos utensílios retocados de Leceia das camadas 2, 3 e 4 (calcolítico Pleno, Calcolítico Inicial e Neolítico Final, respectivamente). Em baixo: frequências acumuladas dos referidos utensílios, pelas camadas consideradas.

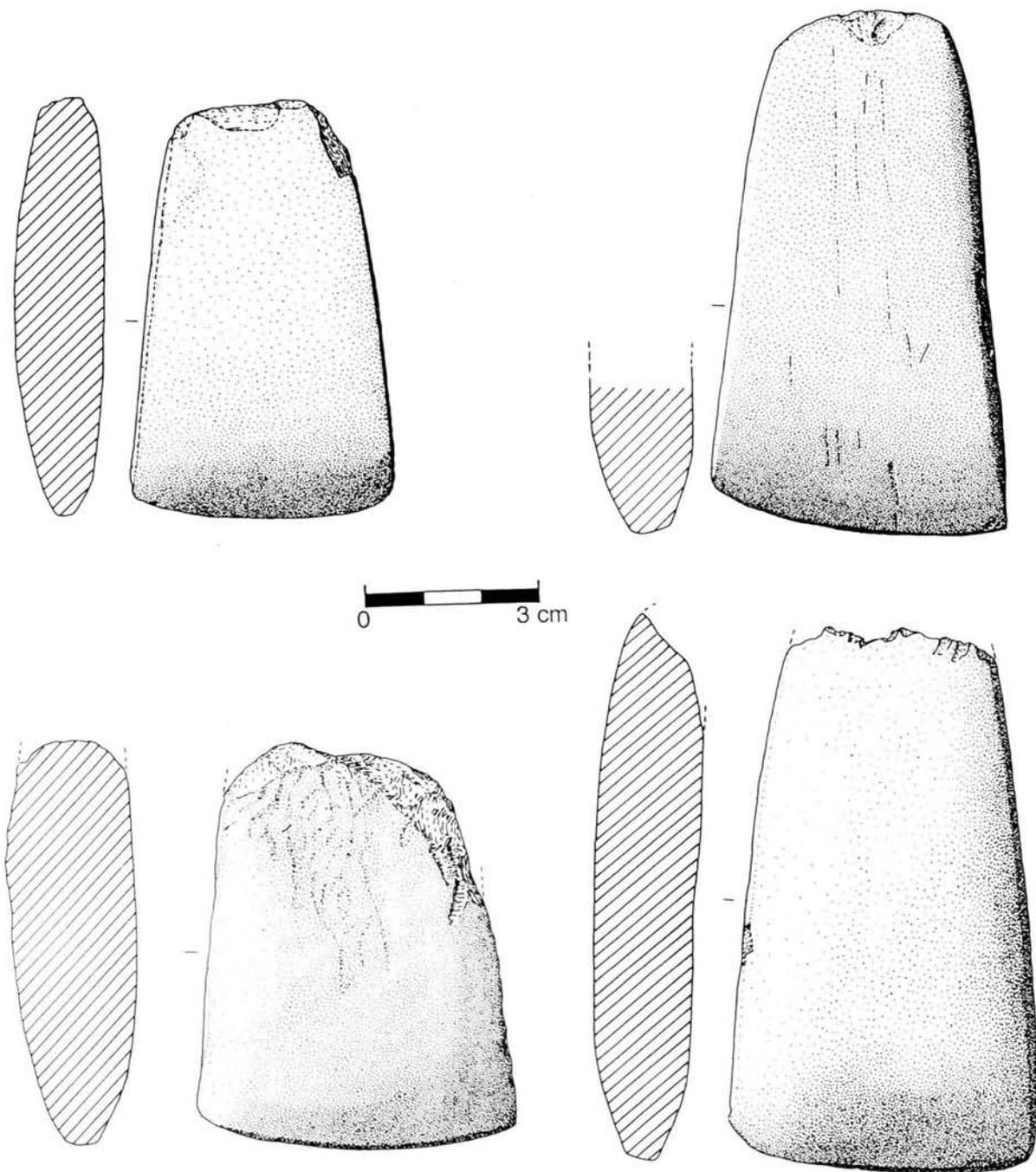


Fig. 86 - Martelos de anfíbolito, totalmente polidos, destinados provavelmente ao trabalho do cobre. Leceia. Calcolítico Pleno (Camada 2).

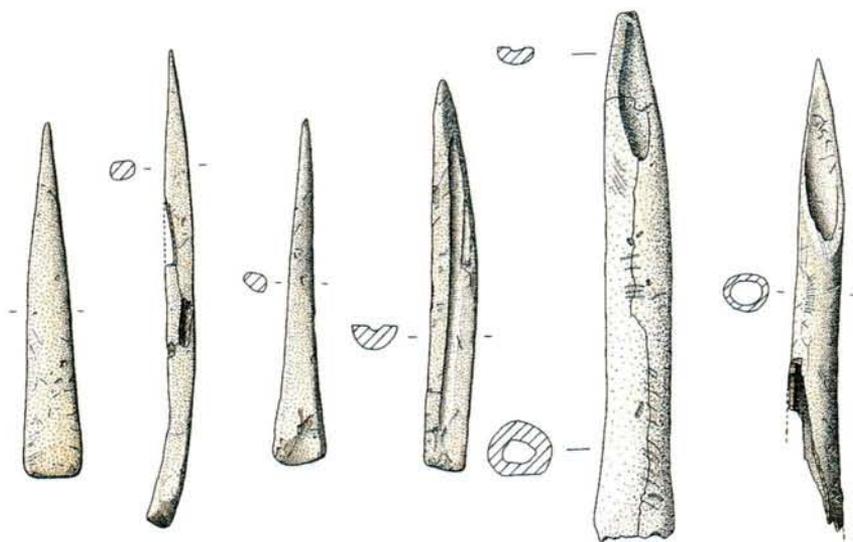


Fig. 87 - Conjunto de sovelas e furadores de osso, do Calcolítico Inicial e Pleno de Leceia. O da direita é afeiçãoado num osso longo de ave, provavelmente ganso-patola. Comprimento do maior: 11,3 cm.



Fig. 88 - Flauta executada em osso de ave, provavelmente ganso-patola.
Foto arquivo O. da Veiga Ferreira. Coleção da Família do Escultor Álvaro de Brée.

de grande poder penetrante, usados talvez na tecelagem ou como instrumentos cirúrgicos (**Fig. 87**, à direita). Excepcional é, também, um osso longo de ave, aproveitado como flauta, pertencente à colecção outrora reunida pelo falecido escultor Álvaro de Brée, e já há muito estudada (FERREIRA & CARDOSO, 1975) (**Fig. 88**).

Uma bigorna aproveitou porção de costela de cachalote, ocasionalmente arrojado à praia (CARDOSO, 1995), prova insofismável, se outras não existissem, da intensa frequência do litoral estuarino e oceânico adjacente.

8 – *A organização social e a divisão intracomunitária do trabalho* - a tecelagem, a par da produção cerâmica pode ser considerada outra das actividades especializadas desenvolvidas no povoado atribuídas às mulheres, enquanto a metalurgia se encontraria reservada aos homens. uma grande e complexa fortificação, como a de Leceia, sugere a existência de "elite", responsável pela concepção e ulterior coordenação da respectiva construção. Por outro lado, o tamanho e a qualidade construtiva de uma das habitações situada na área melhor protegida, sugeriu (CARDOSO, 1994) a existência de diferenciação social intracomunitária, talvez de raiz económica, sem que se possa, evidentemente, falar ainda de verdadeiras classes sociais.

Aspectos da superestrutura mágico-religiosa - várias estatuetas de terracota, de grande qualidade plástica, foram encontradas em nível da primeira ocupação, do Neolítico Final (**Fig. 89**). Trata-se da representação de porcas, as quais, pelas formas rotundas e extrema facilidade de reprodução, facilmente se identificam com a noção de fecundidade e abundância (CARDOSO, 1996). A representação genital feminina, com morfologia característica da época do cio, explícita em um dos exemplares, mais reforça a sua relação directa com cultos agrários propiciatórios de boas colheitas e com a fertilidade da Terra.

A ocorrência de diversos ídolos-cilindro de calcário sugere a existência de pequenos altares domésticos (**Fig. 90**). Estas peças ocorrem tanto no Calcolítico Inicial como no Pleno; um exemplar, recolhido em nível do Calcolítico Pleno, fortemente massacrado num dos topos, sugere reaproveitamento como pilão, com a conseqüente perda da sua carga simbólica. Um exemplar de pequenas dimensões ostenta, estilizado, o triângulo genital, explicitando a natureza feminina da Divindade (**Fig. 91**). É nítida a integração destas peças, algumas com a representação de tatuagens faciais, no contexto cultural calcolítico do sul peninsular.

Dois exemplares de terracota, do Neolítico Final (**Fig. 92**), sugerem, porém, que se trata protótipo de tradição peninsular mais antiga, o qual, por influências culturais exógenas, passaria a ser, no decurso do Calcolítico, executado em calcário, rocha com larga utilização simbólica no Mediterrâneo oriental. A preferência dada a esta rocha, também utilizada na confecção de recipientes de carácter ritual (**Fig. 93**), poderá traduzir, desta forma, influência indirecta, ao nível da super-estrutura mágico-religiosa, do Mediterrâneo Oriental.

Outros artefactos ideotécnicos aproveitaram formas naturalmente antropomórficas: é o caso de diversas primeiras falanges de cavalo, total ou parcialmente afeiçoadas por polimento (**Fig. 94**), e de um fragmento gravado, semelhante a outros conhecidos, tanto portugueses como espanhóis, já estudados (CARDOSO, 1995).

Por outro lado, é difícil estabelecer limites rigorosos entre amuletos e adornos. Certos



Fig. 89 - Estatueta maciça de barro, representando porca, reconstituída a partir de diversos fragmentos (em cima). Em baixo: duas cabeças de porca, antes do restauro (a da direita foi incorporada no exemplar reconstituído). Neolítico Final de Leceia. Comprimento máximo: 21,0 cm



Fig. 90 - Representações antropomórficas do Calcolítico Pleno de Leceia. À esquerda e à direita em baixo: ídolos cilíndricos com indicação de tatuagens faciais; em cima, à direita: fragmento cerâmico, com representação dos mesmos elementos, enquadrados por cercadura decorada com o motivo típico em “folha de acácia”, em recipiente talvez de uso ritual. Comprimento dos cilindros: 18,0 cm e 3,8 cm; comprimento máximo do fragmento de cerâmica: 5,5 cm.



Fig. 91 - Pequeno ídolo cilíndrico de calcário marmóreo, ostentando na parte inferior representação genital feminina, por incisão. Calcolítico Pleno de Leceia. Comprimento máximo: 3,3 cm.



Fig. 92 - Ídolo cilíndricos de barro, um deles com cabeça assinalada por achatamento, do Neolítico Final de Leceia. Podem considerar-se antecedentes locais dos congêneres de calcário marmóreo, do Calcolítico Inicial (tamanho natural).



Fig. 93 - Vasos de calcário do Calcolítico Pleno de Leceia, provavelmente com finalidade ritual. Os de baixo serviriam para a preparação de produtos cosméticos ou medicinais. Diâmetro do de cima: 7,6 cm; diâmetro do maior, da foto da parte de baixo: 8,3 cm.



Fig. 94 - Primeira falange de cavalo, totalmente afeiçãoada por polimento, transformando-a em ídolo antropomórfico, representando a divindade feminina calcolítica. Exemplares totalmente polidos como este seriam pintados, substituindo as gravações que outros exibem. Calcolítico Pleno de Leceia. Comprimento máximo: 7,4 cm.

ídolos-cilindro, de osso, muito estreitos e alongados, munidos de gola (Fig. 94), usados provavelmente suspensos de fios e colares, entram, sem dificuldade, no grupo dos amuletos. Por outro lado, certos adereços, poderiam, pela matéria-prima de que são confeccionados, deter determinado valor simbólico: é o caso da evidente preferência pelos minerais verdes, na confecção de contas e pendentives, de morfologia e tamanho variados, como as acima referidas.

9 – *Leceia no quadro da sociedade calcolítica da Baixa Estremadura* – em síntese do que ficou dito, pode dizer-se que, ao longo de cerca de mil anos de ocupação da plataforma de Leceia, se assistiu à construção de imponente fortificação, sucedendo-se, depois, o seu ulterior declínio e total abandono. Tal evolução materializa a própria transformação da sociedade calcolítica: a transição de uma sociedade tribal, de tipo igualitário, para uma sociedade crescentemente complexa, e já estratificada socialmente, como a da Idade do Bronze, foi corporizada pela sociedade calcolítica. Os indícios de proto-urbanismo observados em Leceia, a diferenciação intra-comunitária ali vislumbrada, a franca abertura a contactos económicos, que viabilizaram a introdução de novas tecnologias, como a do cobre, bem como a adopção de novas práticas religiosas, de origem ou influência mediterrânea, comprovam a existência de uma comunidade francamente aberta e permeável, quase que "cosmopolita", a qual já não se coaduna perfeitamente ao modelo tribal. Assim sendo, a Baixa Estremadura, pela sua posição geográfica, e pela aptidão à ocupação sedentária de numerosa população que então a habitava, viabilizada pela fertilidade das suas terras, propícias ao franco desenvolvimento de economia agro-pastoril intensiva, precocemente evoluída constituiu-se, desde o Neolítico final, como região privilegiada, onde se podem acompanhar as transformações internas de uma sociedade em rápida evolução.

11 - A ECLOSÃO DAS CERÂMICAS CAMPANIFORMES

Tradicionalmente, consideram-se, na Estremadura, três grupos de cerâmicas campaniformes, definidos tanto pelas formas predominantes dos respectivos recipientes, como pelas técnicas e motivos decorativos que ostentam; a tais grupos foi atribuído significado cronológico-cultural diferenciado: do mais antigo para o mais moderno, teríamos, segundo este

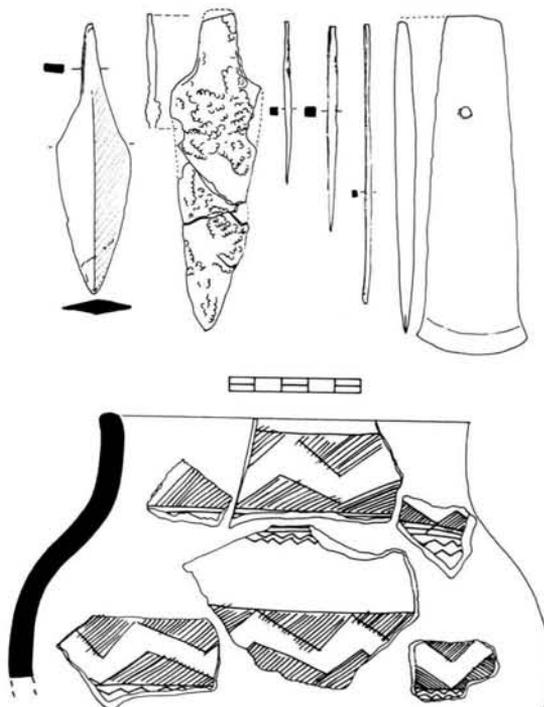


Fig. 95 - Materiais de época campaniforme da gruta da Ponte da Lage; em cima: artefactos de cobre; em baixo: "garrafa" com decoração incisa (seg. HARRISON, 1977).

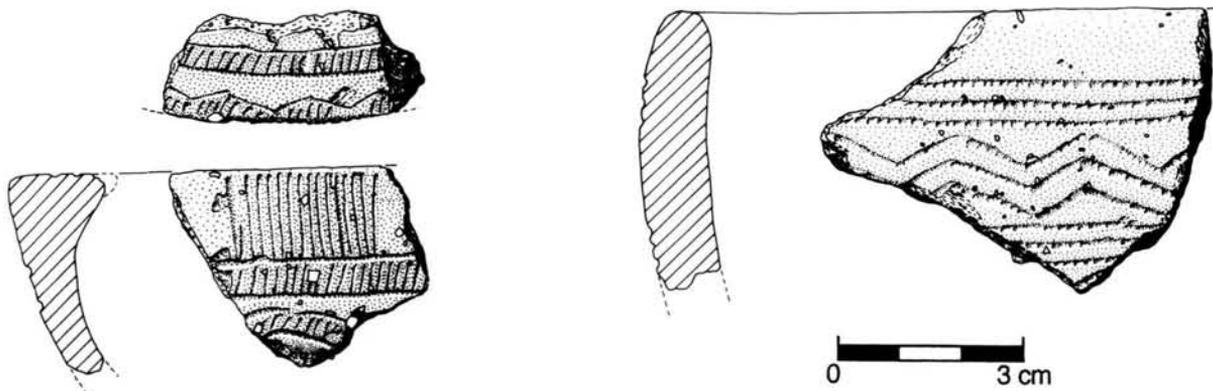


Fig. 96 - Cerâmicas campaniforme do povoado pré-histórico de Carnaxide.

modelo, sucessivamente, o Grupo Internacional, O Grupo de Palmela e o Grupo Inciso (SOARES & SILVA, 1974/1977). No concelho de Oeiras, as cerâmicas campaniformes, conquanto presentes em outras estações pré-históricas, de onde avulta a gruta da Ponte da Lage, então utilizada como necrópole (*Fig. 95*), bem como o povoado pré-histórico de Carnaxide (*Fig. 96*), depois da importância atingida pela aglomeração no Neolítico Final, é em Leceia que assumem o seu maior significado, pelo que as conclusões decorrentes do seu estudo não poderiam deixar de ser agora particularmente valorizadas.

Ali, tal como em outros povoados estremenhos com ocupações importantes no Calcolítico Pleno, é o Grupo Internacional, representado pelas suas duas formas mais emblemáticas, o vaso campaniforme "de tipo marítimo" e a caçoila acampanada, que predominam, na área intramuros (*Fig. 97*), sugerindo anterioridade relativamente aos restantes grupos campaniformes. Nas campanhas de 1990, 1993, 1995 e 1996 reuniram-se, porém, novos e muito mais importantes elementos que permitiram reapreciar a questão da eclosão e desenvolvimento das cerâmicas campaniformes na região estremenha.

Com efeito, identificaram-se e exploraram-se duas estruturas habitacionais, construídas extramuros, de planta elipsoidal, definidas por alinhamentos de blocos, correspondentes à fixação de uma super-estrutura de materiais perecíveis, que não se conservaram. As suas dimensões máximas, segundo o eixo maior atingem, respectivamente, os 5 e os 10 m. Trata-se das únicas casas de época campaniforme até ao presente identificadas e exploradas em território português. A maior destas unidades, por certo de vida curta, atendendo às suas características, forneceu um conjunto de cerâmicas campaniformes, onde coexistiam vasos internacionais, taças de tipo Palmela e cerâmicas incisas diversas, características do terceiro e mais moderno dos Grupos campaniformes anteriormente referidos. Tal conjunto ilustra, desta forma, a "baixela" corrente utilizada em uma unidade habitacional, pondo em causa, por um lado, a hipótese de se tratar de uma cerâmica de "prestígio" e, por outro, a ideia de os referidos grupos corresponderem a sucessão cronológica rígida, vistos fragmentos integráveis em qualquer deles ocorrerem de forma indiferenciada e em estrita associação, sendo, por

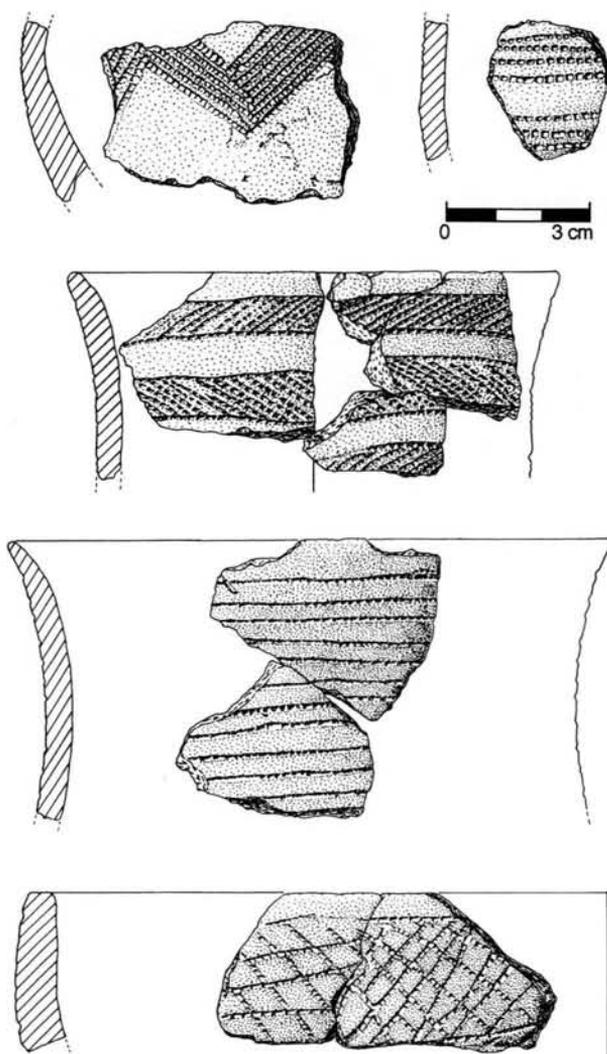


Fig. 97 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da fortificação.

tes os vasos marítimos AOO ("All Over Ornamented"), as caçoilas com decoração geométrica, em geral organizada em duas zonas distintas, abaixo do bordo e na carena e, tal como naquele, pequenas taças hemisféricas (**Fig. 102**). Ocorrem, igualmente, taças Palmela, tanto incisas como decoradas a pontilhado, sendo o lábio sempre profusamente decorado, mais desenvolvido nas primeiras, que ostentam decoração também mais "barroca" (são provavelmente as produções mais tardias). Sendo, porém, certo, que todas as formas e técnicas decorativas coexistiram neste conjunto, forçosamente de "vida curta" dadas as respectivas características habitacionais, duas conclusões se evidenciam, a saber:

– todas as formas coexistiram no espaço em que foram utilizadas, tornando muito relativos os critérios de faseamento ou de periodização de cerâmicas campaniformes ensaiados em Portugal;

consequente, inquestionavelmente coevos. A estrutura habitacional mais pequena, forneceu um lote menos numeroso de cerâmicas campaniformes, onde as do Grupo Inciso eram quase exclusivas, realidade de incidência cronológica adiante valorizada, a qual se encontra comprovada pelas datas de radiocarbono entretanto obtidas.

Mais detalhadamente, pode dizer-se que, no interior da Cabana EN (a de menores dimensões, ver **Fig. 98**), se recolheram 26 fragmentos de cerâmicas decoradas, todas campaniformes, dos quais apenas 5 foram obtidos pela técnica do pontilhado (**Fig. 99**). O vaso marítimo não ocorre, sendo o conjunto apenas constituído por formas de produção local: taças Palmela de grandes dimensões, esféricos de colo estrangulado ("garrafas"), grandes caçoilas ("vasos de provisões") e pequenas taças decoradas junto ao bordo, certamente destinadas a beber. Já no concernente à Cabana FM, de maiores dimensões (**Fig. 100, 101**), os resultados do estudo da distribuição das técnicas e tipos decorativos patentes nas cerâmicas ornamentadas – também todas exclusivamente campaniformes – permitiu concluir que, ao contrário do caso anterior, cerca de 75% das decorações foram obtidas pela técnica a pontilhado, encontrando-se presentes



Fig. 98 - Embasamento de cabana campaniforme (cabana EN), de planta elipsoidal, escavada em 1990 e 1994 em Leceia. Situa-se no exterior do recinto fortificado. Calcolítico Final.

– desde que se disponha de um número mínimo de exemplares, é de aceitar que, se neles dominarem as decorações incisas e estiverem ausentes os vasos marítimos, além de corresponderem a uma realidade cultural de significado inquestionável, sejam mais recentes que aqueles onde dominem as decorações a pontilhado e as formas ditas "internacionais", com destaque para o vaso "marítimo". Tais conjuntos corporizariam, na região da Baixa Estremadura, onde ocorrem em contextos isolados (por exemplo, Monte do Castelo, cf. CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996), transição paulatina para a Idade do Bronze. No caso concreto de Leceia, é a Cabana EN que consubstanciaria tal realidade; veremos que a cronologia absoluta que lhe corresponde confirmou este pressuposto. Desta forma, a sequência tipológica para as cerâmicas campaniformes da Estremadura, proposta há mais de vinte e cinco anos, mantém-se, com as ressalvas enunciadas e, sobretudo, o ajustamento da cronologia absoluta então proposta aos resultados entretanto obtidos (CARDOSO & SOARES, 1990/1992).

No que concerne a Leceia, obtiveram-se duas datações de radiocarbono para cada uma destas estruturas. A maior (Cabana FM), fundada directamente sobre a Camada 4, do Neolítico final, deu o resultado de 2825 - 2654 anos a. C., para uma probabilidade de 95%; a menor (Cabana EN), fundada em camada de derrube da fortificação, e portanto seguramente mais moderna do que o abandono desta, corresponde ao intervalo de 2629 - 2176 anos a. C.,

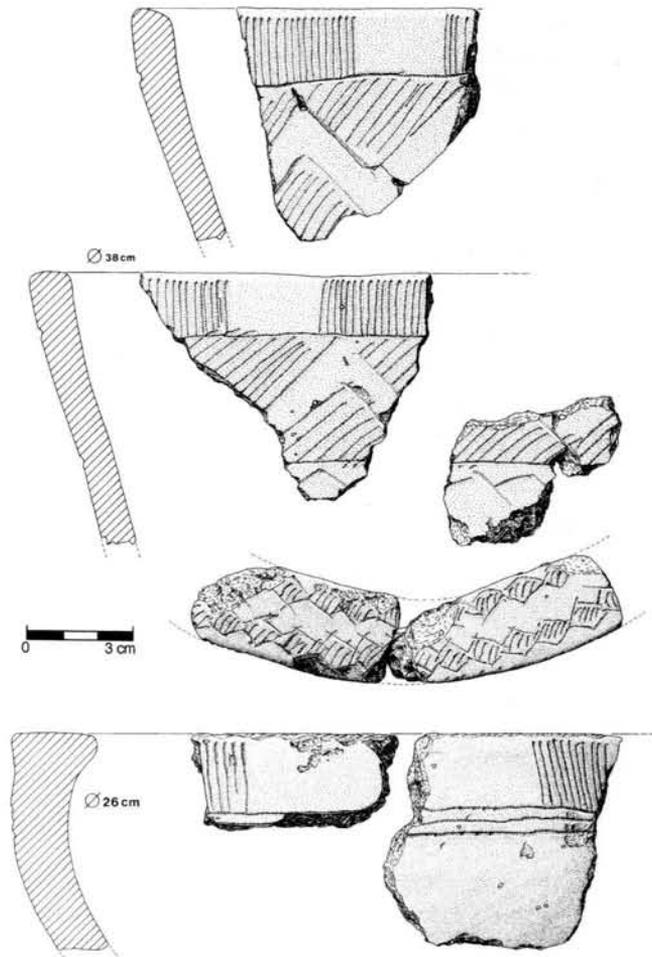


Fig. 99 - Leceia. Cerâmicas campaniformes provenientes do interior da Cabana EN.

igualmente para de 95% de probabilidade. Trata-se de resultados estatisticamente diferentes, visto não se observar qualquer sobreposição, considerando os intervalos de máxima probabilidade respectivos.

Tendo em atenção o atrás exposto, parece estar-se numa situação análoga àquela que o estudo do laboratório de radiocarbono do British Museum conduziu para as Ilhas Britânicas: coexistência dos diferentes estilos de decoração campaniformes, desprovidos "per se" de significado cronológico específico. No concernente ao nosso território, haverá que atender, também, a factores de ordem geográfica. Com efeito, a predominância de decoração a ponteadado sobre a incisa, na região do baixo Sado, parece ilustrar uma tendência regional, já numa fase de plena afirmação destas cerâmicas, diversa da do baixo Tejo onde, na mesma época, predominava o estilo inciso. O mesmo critério se aplica à interpretação da distribuição geográfica das taças Palmela, cuja máxima incidência se observa na mesma região, estendendo-se ao baixo Tejo: para norte, diminui, a ponto de serem excepcionais na Alta Estremadura (CARDOSO, 2000).

Por outro lado – e não será demais sublinhá-lo – as datas mais antigas para as cerâmicas



Fig. 100 - Grande estrutura habitacional escavada em 1995 e 1996 (cabana FM), de época campaniforme, definida ao nível do embasamento por um duplo alinhamento de blocos. Ao centro do alinhamento interno, observa-se a entrada, marcada por soleira transversal. Leceia. Calcolítico Pleno/Final.

campaniformes – onde se inscrevem as de Leceia, especialmente a mais antiga, fazem recuar a sua origem, na Estremadura, para, pelo menos, o início do Calcolítico Pleno, ainda na primeira metade do III Milénio antes de Cristo, época em que, no interior da fortificação de Leceia, tais cerâmicas apenas eram esporadicamente usadas. Desta forma, se o faseamento do Calcolítico estremenho, admitido até ao presente, em Inicial, Pleno e Final – este último, correspondente à época em que tradicionalmente se fazia corresponder a eclosão das cerâmicas campaniformes – assume um significado cultural, já o seu significado cronológico não poderá deixar de ser posto em causa.

Na verdade, a interpretação do "fenómeno campaniforme" tem sido objecto de acesa discussão, a nível internacional, não se tendo até hoje chegado a conclusões unânimes. Desde a existência de um "Beaker Folk" das teorias difusionistas, com invasões e movimentos de "refluxo", até uma evolução local, sem estímulos externos, passando pela utilização restrita desta sofisticada cerâmica por um grupo social dominante ou pela sua correspondência, simplesmente, a peças de "prestígio", várias têm sido as interpretações apresentadas da evidência arqueológica, não raras vezes de forma contraditória.

Os dados de observação recolhidos em Leceia permitem, como julgamos, contribuir



Fig. 101 - Planta da Cabana FM, de época campaniforme, evidenciando-se o duplo alinhamento de blocos que define o seu embasamento no terreno (tratamento cromático de P. Beltrão).

significativamente e com novos elementos para a discussão desta questão. Já anteriormente tínhamos visto que, por volta de 2600 anos a. C., a fortificação de Leceia se encontrava em processo de franco declínio, associado à contracção do espaço habitado. Dessa fase cultural participavam cerâmicas com decoração em "folha de acácia" e em "crucífera", mas dela encontravam-se totalmente ausentes as cerâmicas campaniformes. A continuação da ocupação do espaço habitado intramuros foi acompanhada, no exterior da fortificação, pela do espaço extramuros, como atesta a existência das duas estruturas habitacionais antes referidas, nas quais as cerâmicas campaniformes são exclusivas.

Qual o significado cultural de tais diferenças do registo material, observada em loci tão próximos e ambos con-

temporâneos da ocupação que, entretanto, se processava na zona intramuros? Por outras palavras: corresponderiam as cerâmicas campaniformes à efectiva instalação de novos influxos populacionais – não necessariamente numerosos – rapidamente mesclados com os habitantes anteriormente sediados na região? Com efeito, com a eclosão das cerâmicas campaniformes, evidencia-se, pela primeira vez, fenómeno de difusão, na fachada ocidental atlântica da Europa, com dois focos principais, um na Bretanha e outro na Baixa Estremadura (estuários do Tejo e do Sado) de recipientes idênticos (SALANOVA, 2000), respeitando exactamente aos

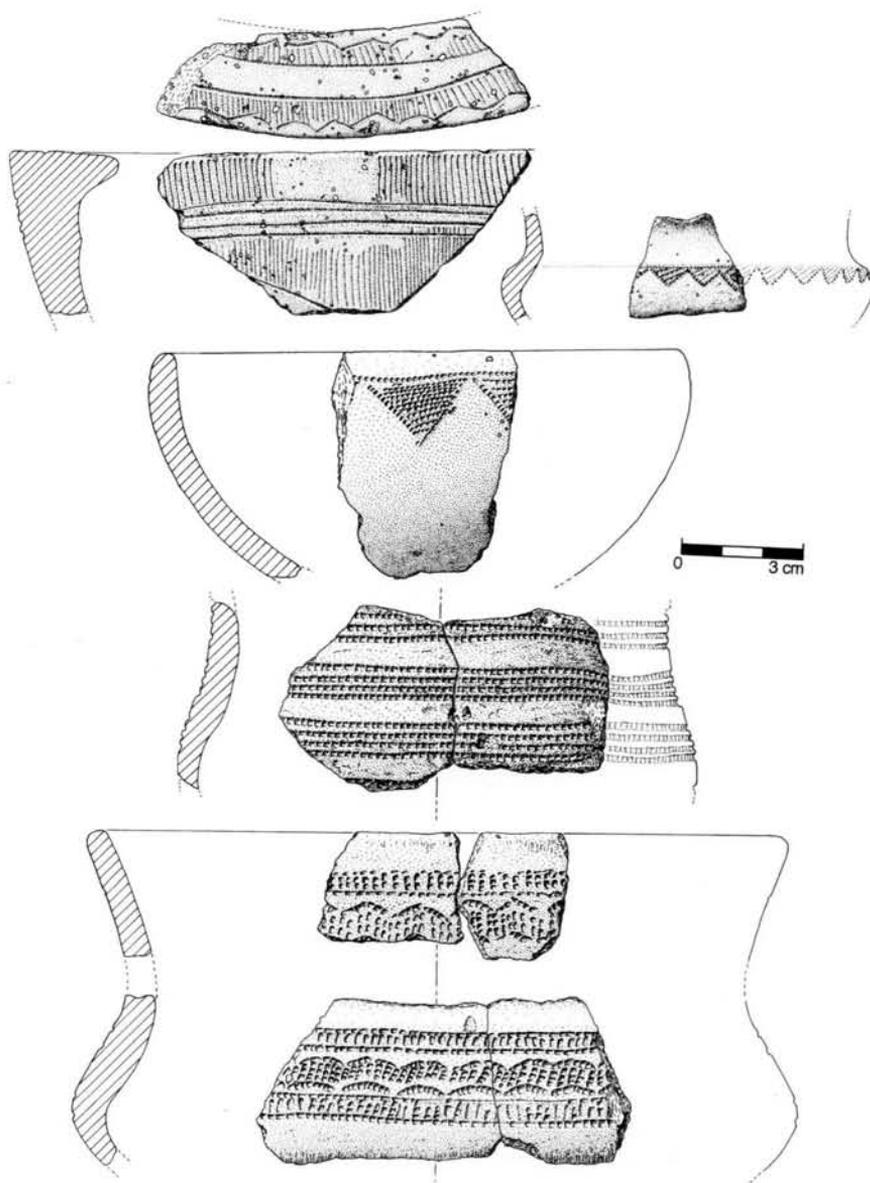


Fig. 102 - Cerâmicas campaniformes da cabana FM de Leceia.

se-ia perante duas comunidades cultural e socialmente diferentes. Assim sendo, da prolongada convivência que mantiveram ao longo de várias centenas de anos entre si, teriam resultado influências mútuas. Admite-se, no referente às populações sedentárias fixadas intramuros, que o segredo da metalurgia do cobre possa ter sido apreendido ou comunicado pelas populações campaniformes que, detentoras de uma avançada metalurgia e sendo muito mais móveis e pouco estabilizadas, serviriam naturalmente de elemento de ligação entre áreas geográficas tão afastadas e culturalmente distintas. Por seu turno, estas últimas, teriam adaptado às suas produções cerâmicas formas, motivos e técnicas decorativas que delas não faziam inicialmente parte. O Grupo de Palmela é, justamente, considerado como resultante de tais influências "indígenas".

mesmos cânones: são os vasos expressivamente designados por "marítimos", com decorações pontilhadas do tipo AOO ("All Over Ornamented"), nas duas variantes mais comuns: a herringbone (tradução literal, "em espinha de arenque") e a linear. A ocorrência, na Estremadura portuguesa, da técnica incisa, associada a formas abertas, como as taças Palmela, evocaria afinidades meridionais da Península, constituindo como que uma região onde se misturariam influxos mediterrâneos e atlânticos, fenómeno que passou, a partir desta época a ser recorrentemente observado neste domínio geográfico, como veremos adiante.

Aceitando-se que diferentes culturas materiais espelhem realidades culturais distintas, estar-



Fig. 103 - Encosta do Monte do Castelo, Leceia, voltada para a ribeira de Barcarena, onde se implantou pequeno sítio aberto campaniforme. Ao fundo, o estuário do Tejo.

Uma tão recuada época para a presença campaniforme na Estremadura, com início em meados da primeira metade do III Milénio a.C., tem paralelos noutras estações do nosso território e além-fronteiras. Por outro lado, o final do período campaniforme é, na Estremadura, anterior ao último quartel do III Milénio a. C. Esta conclusão encontra-se corroborada, não apenas pelas datas disponíveis mas ainda pela data obtida no povoado do Bronze Pleno de Catujal, a qual, para um intervalo de probabilidade de 95 %, corresponde ao intervalo de 2028 - 1752 a. C. (CARDOSO, 1994).

Nestes derradeiros momentos calcolíticos, e de transição insensível para o Bronze Inicial, corporizada, na região estremenha, pelas cerâmicas campaniformes, assiste-se à ocupação de sítios por via de regra desprovidos de condições naturais de defesa, realidade cujo significado económico-social carece de explicação. Significará que o clima de tensão generalizada a que se assistiu no decurso de quase todo o III Milénio a.C., tão bem documentado em Leceia pela imponente fortificação ali erguida, objecto de sucessivos reforços e ampliações, que bem atestam o clima de instabilidade e insegurança permanentes, se tenha gradual ou bruscamente dissipado, como parece sugerir o seu próprio declínio, desde o fim do Calcólítico Inicial? Em apoio desta hipótese é de referir que aparelhos ciclópicos, recorrendo a blocos com muitas centenas de kg, só se utilizaram na fase de construção mais antiga da fortaleza.

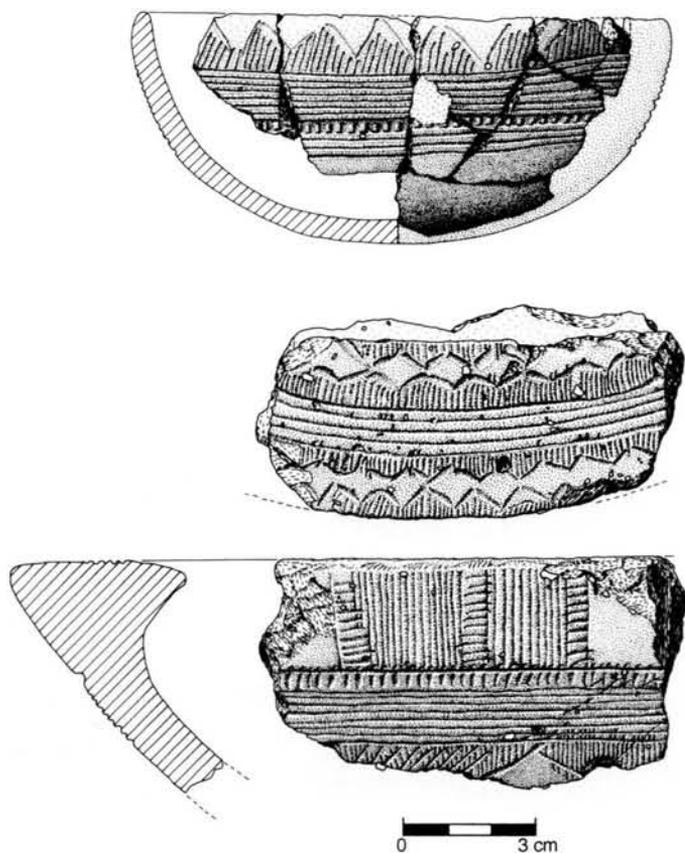


Fig. 104 - Cerâmicas campaniformes tardias do Monte do Castelo, Leceia.

Não obstante, é no Calcolítico Pleno que a prosperidade da comunidade instalada no esporão de Leceia terá atingido o seu máximo esplendor, decorrente da plena adopção de todas as inovações características da Revolução dos Produtos Secundários (RPS). Existe, deste modo, uma aparente contradição entre a intensificação económica e a correspondente necessidade defensiva. Assim, pode concluir-se que, pelo menos em Leceia – à falta de elementos de comparação para os dois outros povoados calcolíticos estremenhos de importância análoga, o Zambujal e Vila Nova de São Pedro – que a desagregação do modelo de sociedade calcolítica ali representado, baseado na concentração populacional em grandes povoados fortificados, teria começado a verificar-se logo desde o final do Calcolítico Inicial, acentuando-se no Calcolítico Pleno, para se assumir no

decorso da plena afirmação das cerâmicas campaniformes, sem que tal signifique decadência económica das respectivas populações.

Para o abandono de tal modelo demográfico e de exploração dos recursos naturais da área envolvente, teria concorrido decisivamente o crescente esgotamento destes em torno dos povoados, ditado pela lógica de competição inter-comunitária, os quais se revelariam cada vez mais insuficientes para sustentar uma população em contínuo crescimento. Por outras palavras, as comunidades calcolíticas estremenhas passaram, de administradoras de amplos territórios, para detentoras de domínios cada vez mais circunscritos e melhor definidos geograficamente: este terá sido o resultado a que conduziu um modelo de desenvolvimento que, partindo de melhorias tecnológicas do sistema produtivo, geradoras em princípio de maior riqueza, levou ao crescimento demográfico e ao superpovoamento de determinados núcleos, como Leceia, já de características proto-urbanas, muito para além dos recursos susceptíveis de serem captados ou produzidos na área imediatamente acessível.

A breve trecho, a evolução social interna destas comunidades, ditada pela posse dos melhores territórios de que dependia, em última análise, a sua própria sobrevivência, conduziu ao agravamento das situações de conflito já antes existentes, que a ausência de um poder forte e centralizado ainda mais terá agravado. Estavam, deste modo, reunidas as condições para o

colapso social de tal modelo. Tal evidência teria expressão, no interior dos grandes povoados fortificados e designadamente em Leceia, pelos seguintes testemunhos arqueográficos ali registados: 1 – degradação das técnicas construtivas; 2 – retracção do espaço habitado; 3 – abandono generalizado seguido de ruína do dispositivo defensivo pré-existente.

A partir do Calcolítico Pleno, a nova ordem económico-social que então, progressivamente, se impõe, ao menos na Baixa Estremadura, consubstanciava-se, no final do Calcolítico, pelo despovoamento dos antigos núcleos fortificados e pela multiplicação de pequenos "habitats" em locais abertos, desprovidos de condições naturais de defesa, onde as cerâmicas campaniformes pontificam: exemplo deste tipo de povoamento encontra-se testemunhado na área do Concelho de Oeiras pelo pequeno "habitat" situado no sopé do Monte do Castelo (*Fig. 103*), a Sul de Leceia (CARDOSO, NORTON & CARREIRA, 1996). Ali se recolheu, aproveitando lavra profunda, pequeno conjunto campaniforme tardio, tipologicamente homogéneo (*Fig. 104*). Porém, a continuidade do povoamento de algumas das fortificações calcolíticas, na medida em que continuavam a constituir locais com condições naturais de defesa privilegiadas, nos alvares da Idade do Bronze, é-nos sugerida pela ocupação de Vila Nova de São Pedro e do Zambujal, precursores dos povoados de altura que, a partir do Bronze Pleno, começam a ser reconhecidos na região.

Assim sendo, a desarticulação da estrutura social calcolítica que conduziu, aparentemente, ao retorno a formas e estratégias de povoamento do Neolítico Final, pode, desta forma, ser interpretada como resposta ao modelo de povoamento anterior: assim se garantiu a plena libertação e optimização das capacidades produtivas das respectivas comunidades, acompanhada, na realidade, por um aumento da hierarquização social, expressa pela afirmação de um reduzido número de sítios fortificados, ainda que não constituíssem verdadeiros "lugares centrais" à escala regional, os quais só serão uma realidade efectiva na Idade do Ferro.

Tais povoados fortificados – vidé, por exemplo, o Zambujal, cuja manutenção do dispositivo defensivo, na última fase de vida do povoado foi uma realidade – assumir-se-iam como referências na ocupação e exploração de vastos territórios assegurada por pequenos núcleos dispersos de cariz familiar. A existência de certa hierarquização social encontra-se, aliás, denunciada no registo material, pela a manutenção de redes de troca e intercâmbio de grande amplitude, que acompanharam a difusão de artefactos cuja standartização é evidente: os artefactos do "pacote" campaniforme (vasos, pontas de seta e adagas de cobre, braçais de arqueiro votivos e botões de osso). A abundância de artefactos de cobre leva a admitir que o processo de intensificação económica observado anteriormente tenha sido reforçado pelo novo modelo adoptado no final do Calcolítico. O seu sucesso encontra-se comprovado pela presença de tais artefactos, de custo assinalável e difusão supra-regional, cuja aquisição ou manufactura local, requerendo a disponibilidade de matéria-prima não disponível, por certo, em quantidade suficiente na Estremadura, só era possível mediante a sua troca por excedentes de valor compatível, os quais resultariam, justamente, da intensificação produtiva de cariz agro-pastoril. A mesma explicação é válida para a presença, pela primeira vez no registo arqueológico, de jóias auríferas (espirais, contas, diademas), embora tal matéria-prima se pudesse obter localmente, nas areias das praias do Tejo ou do oceano adjacente. Seja como for, a sua

existência ilustra a continuidade do processo de crescente diferenciação social, apoiado pela relevância cada vez mais acentuada das armas: além de pontas Palmela, ocorrem punhais de lingueta, de comprimento crescente, que evoluem para adagas e, por fim, para espadas curtas de lingueta, de extrema raridade, documentadas pelo exemplar de Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres). Esta panóplia parece, deste modo, configurar a emergência de um segmento guerreiro, só plenamente afirmado na Idade do Bronze, no seio de uma sociedade que era também constituída por pastores, agricultores, comerciantes e artífices.

Nestes derradeiros momentos calcolíticos, já de transição para a Idade do Bronze, os elementos disponíveis apontam, pois, para a concentração do poder económico nas mãos de uma "elite", que então timidamente se vai afirmando, contrariando a aparente desarticulação social sugerida pelo padrão de povoamento dominante.

Nesta perspectiva, a re-emergência da fauna selvagem que se observa nos níveis campaniformes dos escassos povoados que têm sido alvo de estudos desta índole – entre nós, apenas os de Monte da Tumba, Alcácer do Sal (ANTUNES, 1987) e Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (ARNAUD, 1993) – poderá ser interpretada apenas como o aumento das actividades cinegéticas do segmento dominante da comunidade – a sua "elite" guerreira – que assim se exercitaria para as actividades bélicas: a caça desempenharia, deste modo, como ulteriormente, um meio de afirmação do estatuto social de quem a praticava e também um exercício para a guerra.

Outra hipótese seria considerar a fauna caçada, dominante em tais níveis, tão-somente como simples recurso alimentar de populações pouco sedentarizadas, o que até estaria mais de acordo com a realidade observável mais imediata, oferecida pela existência de pequenos "habitats" campaniformes, correspondentes ao estacionamento temporário de pequenos grupos humanos que não se afigura incompatível com a respectiva integração em modelo social fortemente hierarquizado. Porém, se tal modelo é susceptível de ser aplicado ao Baixo Alentejo, já na Estremadura o mesmo dificilmente se poderá aceitar: os dois sítios campaniformes onde se efectuaram observações arqueozoológicas campaniformes, ainda que muito limitadas – Malhadas, Palmela (SOARES & SILVA, 1974/1977) e o já mencionado sítio do Monte do Castelo, Leceia, mostram que, em pequenos povoados como o primeiro, ou em granjas de raiz familiar, como a segunda, o pastoreio de grandes bovídeos estava presente no quotidiano daquelas comunidades, o que é incompatível com populações pouco sedentarizadas; esta conclusão é corroborada pela existência, em tais locais, de uma cerealicultura generalizada, visto ocorrerem insistentemente elementos de foíce sobre lâmina, bem como moventes e dormentes de mós manuais, realidade também extensiva às associações faunísticas recolhidas nas duas cabanas campaniformes de Leceia.

Com efeito, a situação descrita tem paralelo evidente no modelo de povoamento vigente muito mais tarde, no Bronze Final, onde, a par de numerosos povoados de altura, vastos e fortificados, conhecidos no interior do Baixo Alentejo, funcionando como prováveis centros económicos e políticos, ocorrem pequenos núcleos sazonais, junto ao litoral, como em Cerradinha, Santiago do Cacém ou em Pontes de Marchil, Faro: caso se considerassem apenas estes "habitats" litorais para a reconstituição paleossocial, seríamos ingenuamente levados a

concluir que representavam sociedade igualitária, não hierarquizada, exactamente o indicado pela globalidade da informação arqueológica.

Deste modo, os testemunhos campaniformes, dispersos pelos vastos campos agrícolas do concelho de Oeiras, corporizarão a passagem paulatina para um novo regime social, já plenamente da Idade do Bronze, baseado na figura do "chefe", rodeado pela "elite" a quem competiria a manutenção e vigilância de determinado território, hipótese aliás consubstanciada na bem conhecida panóplia guerreira da Idade do Bronze, com raízes que não custa remontar, como vimos, à época campaniforme. Uma, entre muitas questões, permanece em aberto na interpretação desta realidade: corresponderiam tais núcleos, como o do Monte do Castelo, de pequenas dimensões, abertos, ou seja, sem condições naturais de defesa, a sítios auto-suficientes, de carácter familiar (como se admite), eventualmente ligados por laços de parentesco, por exemplo, através da troca de mulheres, os quais justificariam a constância das características decorativas da cerâmica campaniforme tardia, dominada pela técnica incisa aplicada a formas regionais e onde o vaso "marítimo" já não ocorria? Ou, ao contrário, integrariam territórios alargados, geridos por povoados mais importantes, situados em locais estratégicos (não necessariamente de altura), ainda desconhecidos, renunciando o modelo de compartimentação do espaço e de territorialização do Bronze Final? O registo actualmente conhecido dá primazia à primeira hipótese.

Em resumo: o abandono quase generalizado dos povoados fortificados calcolíticos da Baixa Estremadura, e designadamente de Leceia em meados do III Milénio antes de Cristo, terá sido consequência, essencialmente, da adopção de sistema económico-social que viria a redundar no seu próprio fracasso: por isso, as comunidades, ao se auto-fragmentarem, num processo essencialmente endógeno, e independente da emergência das cerâmicas campaniformes na região – processo que decorreu em paralelo e acompanhou aquele no espaço e no tempo – asseguraram a sua própria mudança, sempre no sentido da complexificação social e não da decadência e empobrecimento, como poderíamos ingenuamente ser levados a admitir face à realidade dominante, de numerosas pequenas granjas ou povoados abertos, pontuando a paisagem. Trata-se, afinal, de exemplo, velho de mais de 4000 anos, resultante da adopção de modelo que hoje diríamos "não sustentado". Nesta medida, constitui matéria para meditar: é que o modo como pensamos e repensamos o nosso relacionamento com o Ambiente e os recursos que dele podemos obter, traçando em cada momento os contornos dessa difícil mas vital convivência é, na sua essência, uma questão essencialmente cultural e nesta medida, também social.

Com efeito, a transição de uma sociedade igualitária, vigente no Neolítico, para outra, já estratificada socialmente, como a do Idade do Bronze, foi corporizada, gradualmente pela sociedade calcolítica. As evidências recolhidas no concelho de Oeiras e, especialmente as decorrentes das escavações conduzidas em Leceia, um dos mais paradigmáticos povoados calcolíticos portugueses e, mesmo à escala peninsular, são elementos preciosos, que permitem, com base nos testemunhos materiais, a apresentação e discussão sustentada da referida questão. As características proto-urbanas de Leceia, a diferenciação intra-comunitária que ali se entrevê, a franca abertura que os seus habitantes mantiveram com o exterior,

denunciada por diversos artefactos, designadamente com o mundo mediterrâneo, dele recebendo estímulos de vária ordem, fizeram da faixa ribeirinha do Tejo, e de forma mais geral, de toda a Baixa Estremadura, uma região privilegiada onde, ao longo de todo o III Milénio a. C., produziram múltiplas transformações internas, no seio de uma sociedade dinâmica, em permanente mutação, prenunciadora das primeiras sociedades claramente estratificadas do Ocidente europeu.

12 - A IDADE DO BRONZE

A densa ocupação calcolítica da Baixa Estremadura, prolongada pelos primeiros tempos da Idade do Bronze através das cerâmicas campaniformes tardias de estilos locais, contrasta com a pobreza do registo arqueológico conhecido do Bronze Pleno, período que ainda não foi referenciado na área de Oeiras. Parece observar-se um "apagamento" consciente na paisagem dos povoados, talvez em consequência da menor estabilidade demográfica: à imponência das fortificações calcolíticas como a de Leceia, construídas em altura e feitas também para serem vistas, sucede-se um povoamento discreto, dificilmente identificado no terreno. Esta realidade poderá, contudo, ser apenas o reflexo de uma efectiva quebra demográfica, talvez devida a degradação climática observada no decurso da primeira metade do II Milénio a. C. Com efeito, nessa época verificou-se, no fértil vale do Guadalquivir, evolução climática no sentido de maior aridez, invocada para explicar situação análoga à observada na Baixa Estremadura (CARO, 1989). Aqui, efectivamente, só se reconheceu um povoado com uma ocupação inquestionável e isolada, pertencente a tal período cultural: trata-se do povoado de Catujal, situado perto de Loures (CARDOSO & CARREIRA, 1993). Os materiais que dele se conhecem, infelizmente, resultaram apenas de colheitas de superfície e em corte no terreno, exposto em 1982, que evidenciava apenas uma ocupação arqueológica. Nos materiais encontrados, dominava a cerâmica. Ao lado de recipientes de dimensões médias a grandes, destinados ao armazenamento, ocorrem recipientes de menores dimensões, de filiação evidente no Bronze Pleno do Sudoeste, representados, entre outros, por taças de tipo Santa Vitória e vasos de colo apertado, com decoração de nervuras verticais. Deste modo, o seu paralelo mais próximo corresponde ao povoado aberto do Bronze Pleno do Sudoeste do Pessegueiro, Sines (SILVA & SOARES, 1981). Uma data de radiocarbono, obtida para a correspondente necrópole, situada na área adjacente, deu o resultado, a dois sigma (cerca de 95% de probabilidade) de (ICEN – 867) – 1679-1442, com intersecção na curva de calibração em 1526 anos antes de Cristo. Comparado com esta, a data obtida no Catujal, em ossos de animais

domésticos, com recurso à mesma curva de calibração (STUIVER & REIMER, 1993), é mais antiga: (ICEN – 843) – 2028-1752, com intersecção em 1892 anos antes de Cristo (CARDOSO, 1994). Este resultado indica uma cronologia recuada para o Bronze Pleno na região, com a sua afirmação em época em que as cerâmicas campaniformes já não faziam parte dos espólios dos povoados aqui existentes. Importa salientar que as evidentes afinidades culturais do Bronze Pleno da Baixa Estremadura, pela primeira vez por nós evidenciadas, com J. R. Carreira, não se circuncrevem, naturalmente, ao povoado de Catujal: elas estão documentadas por numerosas outras ocorrências pontuais, dispersas pela região estremenha, algumas de há muito conhecidas, mas a que não se concedeu a importância que realmente detinham (CARDOSO, 1999/2000).

Resumindo: no Bronze Pleno da Baixa Estremadura, correspondente a toda a primeira e inícios da segunda metade do II Milénio antes de Cristo, entrevê-se um tipo de povoamento em que, recorrentemente, se continuaram a aproveitar antigos sítios calcolíticos de altura, como os povoados de Zambujal (Torres Vedras) ou de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja), a par de outros, ocupados pela primeira vez, para além da possibilidade de se constituírem ainda um terceiro tipo de núcleos, de implantação discreta, como os do Campaniforme/Bronze Antigo. Esta última realidade, a confirmar-se, teria paralelo na região de Vila Nova de Ourém, onde um povoado, o de Agroal, de encosta e aberto, próximo do Nabão, mostrou a manutenção da economia agro-pastoril herdada do Bronze Antigo (LILLIOS, 1993).

Mercê da sua posição geográfica, esta região encontrava-se simultâneamente exposta a novos influxos atlânticos – na linha dos que explicam a difusão marítima dos vasos campaniformes – documentados na região em estudo pela alabarda de Baútas, Amadora (SENNA-MARTINEZ, 1994), cuja composição, ainda de cobre arsenical, vem ilustrar, expressivamente, a tardia manutenção da metalurgia do cobre, embora aplicada a formas já claramente atlânticas: esta peça configura, por si só, o encontro cultural – mas também económico – de duas áreas de características geográficas e culturais distintas – o Norte (atlântico) e o Sul (mediterrâneo), aspecto que, doravante, constituirá um dos traços mais expressivos e ricos da realidade cultural estremenha.

A tardia introdução da metalurgia do Bronze na Estremadura e, dum modo geral, no território português, pode explicar-se, por um lado, pela forte tradição calcolítica regional, caracterizada por uma rica metalurgia do cobre arsenical; e, por outro, pela dificuldade de obtenção do estanho, a partir das minas da Beira Interior e do Norte do País, cujas redes de abastecimento, no início do Bronze Pleno, ainda se não encontrariam devidamente organizadas. É provável, contudo, que esta situação estivesse em vias de evolução rápida. Ainda no Bronze Pleno, alguns machados planos e escopros, descendentes directos dos seus antecessores calcolíticos regionais, revelaram tratar-se de verdadeiros bronzes: é o caso do pequeno machado da gruta do Correio-Mor, o mais próximo conhecido da região que nos interessa.

A metalurgia do bronze dava, ainda, os seus primeiros passos: mesclavam-se, pela primeira vez, de forma nítida, influxos atlânticos e mediterrâneos. É esta realidade dual que se vai acentuar, no decurso do período seguinte, muito mais rico e diversificado, do ponto de vista cultural, na Baixa Estremadura: o Bronze Final.

13 - O BRONZE FINAL

Até época recente, a Idade do Bronze encontrava-se apenas documentada, na região do estuário do Tejo, pela sua derradeira fase, designada por Bronze Final. O povoado do Bronze Pleno do Catujal, Loures, já anteriormente referido, bem como a admissibilidade da correspondência ao Bronze Antigo, das derradeiras cerâmicas campaniformes, veio colmatar a referida lacuna, de facto insustentável no plano puramente arqueológico. Por outro lado, o próprio Bronze Final verificou-se, na região em apreço, ser susceptível de se destringir em dois momentos culturais sucessivos: no mais antigo (Bronze Final I), as características cerâmicas de retícula brunida ainda eram desconhecidas, as quais só fariam a sua aparição na segunda parte do Bronze Final (BRONZE FINAL II). Ambos esses momentos se encontram representados na região oeirense, como veremos de seguida.

O registo arqueológico continua presente, logo no início da segunda metade do II milénio antes de Cristo, correspondendo aos primórdios do Bronze Final, fase cultural que se prolonga pelo menos até finais do século IX na região em estudo. Com efeito, mercê das condições naturais antes aludidas, com destaque para a alta aptidão agrícola dos solos basálticos que se desenvolvem, a Norte do estuário do Tejo, de Loures a Cascais, assistiu-se à multiplicação de núcleos de carácter familiar, ou mesmo de povoados abertos, voltados para a exploração intensiva de carácter agro-pastoril, ao longo de todo o ano, tal como já se verificava, embora de forma menos acentuada, no Campaniforme. Consequentemente, seria fácil a produção de excedentes, susceptíveis de comercialização, favorecida pela excelente posição geográfica da região, capaz de assegurar a articulação do comércio atlântico com o mediterrâneo, tanto através da navegação de cabotagem, ao longo da costa, como utilizando rotas terrestres ou fluviais já existentes (desempenhando neste aspecto importância primordial a célebre ligação terrestre de Lisboa a Tartessos, no Guadalquivir, em quatro dias (ALARCÃO, 1992).

No concernente à produção de excedentes, dominariam os cereais, cujo cultivo intensivo e extensivo se encontra expressivamente documentado na região pela abundância de elementos



*Fig. 105 - Vista parcial da encosta basáltica do Alto das Cabeças, actualmente ocupada pelo TAGUSPARK.
Em segundo plano, a estrada antiga de Leião – Cacém.*

denticulados de foices, sobre lascas de sílex, como as recolhidas no povoado de encosta do Alto das Cabeças (*Fig.105, 106*), montadas em cabos de madeira, como no sítio do Alto das Cabeças, Leião (CARDOSO & CARDOSO, 1996), com estreitos paralelos no povoado da Tapada da Ajuda (CARDOSO *et al.*, 1986) e de outros da mesma região. Sem dúvida que o volume das produções (que certamente seriam de trigo) ultrapassariam as necessidades de consumo destas pequenas comunidades. Com efeito, a presença de tão laboriosas quanto sedentárias e pacíficas populações, só poderá ser cabalmente compreendida no quadro de uma estrutura sócio-económica organizada à escala regional, articulada em núcleos demográficos mais importantes, a partir dos quais se procederia à administração de territórios bem definidos, pontuados destas pequenas unidades de produção. Existiria, assim, uma estrutura de poder emergente, articulando conjuntos de casais agrícolas ou pequenos povoados, unidos, talvez, por laços de parentesco. Deste modo, a emergência de povoados de altura na região, no decurso do Bronze Final – fenómeno observado de forma generalizada no actual território português – é indissociável da afirmação de centros de poder económico-político. Assim se explicaria a emergência de elites, sediadas em tais locais, cuja presença se afiguraria necessária em centros demográficos de maiores dimensões que os actualmente conhecidos na região, como alguns do Alto e do Baixo Alentejo (ALARCÃO, 1996). Seja como for, na área envolvente do Concelho de Oeiras, conhecem-se diversos povoados implantados em elevações isoladas na paisagem,

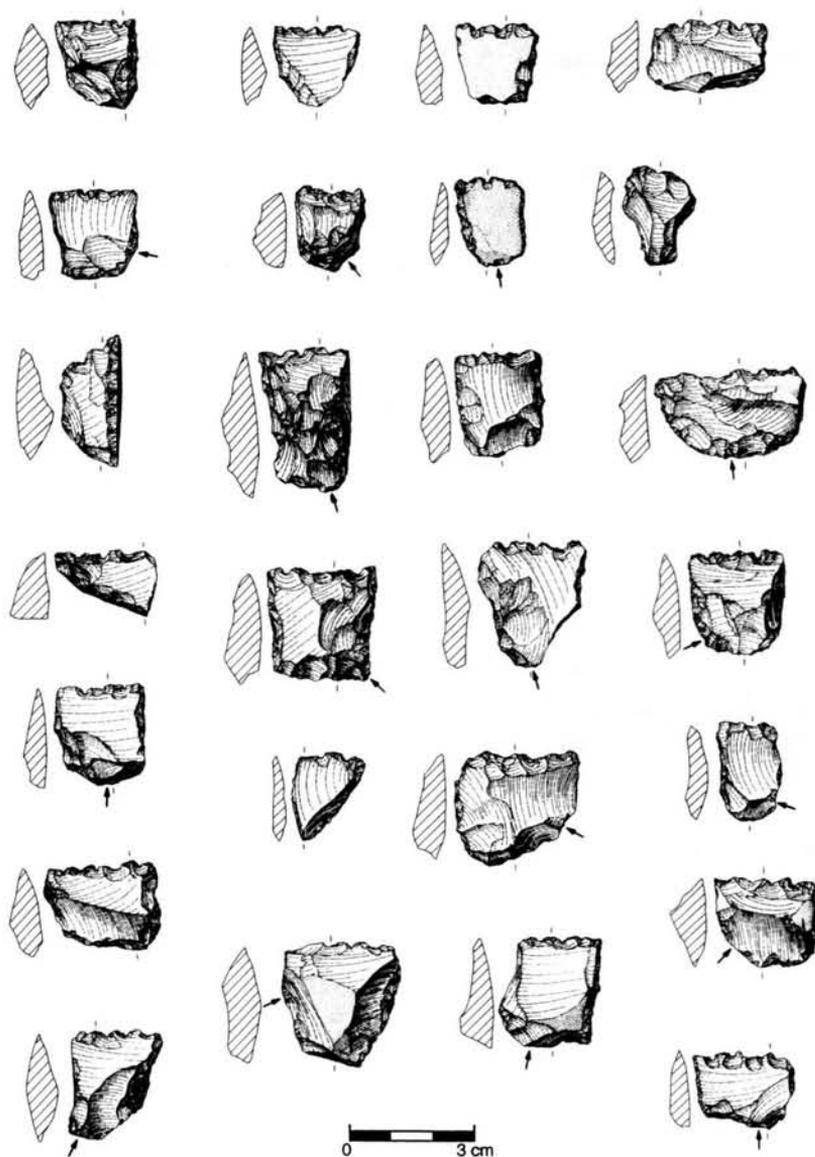


Fig. 106 - Alto das Cabeças. Elementos denticulados de foice de sílex, sobre lasca.

coevas dos sítios abertos supra referidos: é o caso dos povoados, todos eles com ocupações do Bronze Final, de Monte da Pena, Torres Vedras (MADEIRA et al., 1972; SPINDLER, 1981); Cabeço de Lexim, Mafra (KALB, 1980 a); Cabeço de Moinhos, Mafra (VICENTE & ANDRADE, 1971); Ota, Alenquer (BARBOSA, 1956); Castelo do Mouros, Sintra (CARDOSO, 1997/1998 b); e Cabeço Mouro, Cascais (CARDOSO, 1991), entre outros. Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos, os quais, para além de se poderem facilmente associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa mais tardia do Bronze Final regional, situável entre os séculos XII/XI e IX antes de Cristo (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados de altura do sul da Beira Interior,

onde também se recolheram fragmentos de tais cerâmicas (VILAÇA, 1995). Na região em apreço, de tais cerâmicas apenas se recolheu um fragmento, na gruta da Lage, o qual será adiante devidamente valorizado.

A extensão das cerâmicas estremenhas de ornatos brunidos ao longo da bacia hidrográfica do Tejo médio e superior português, pode conotar-se com a rota do estanho, em sentido inverso, até à Estremadura, do mesmo modo que o cobre aqui afluía, oriundo tanto do Alto como do Baixo Alentejo. O exemplo mais expressivo desta realidade é a presença de molde de arenito para fundição de foices de talão “tipo Rocanes”, achado no sítio epónimo, próximo de Cacém (Sintra) (FONTES, 1916). A este tipo, A. Coffyn fez corresponder 21 exemplares – ou 23, na

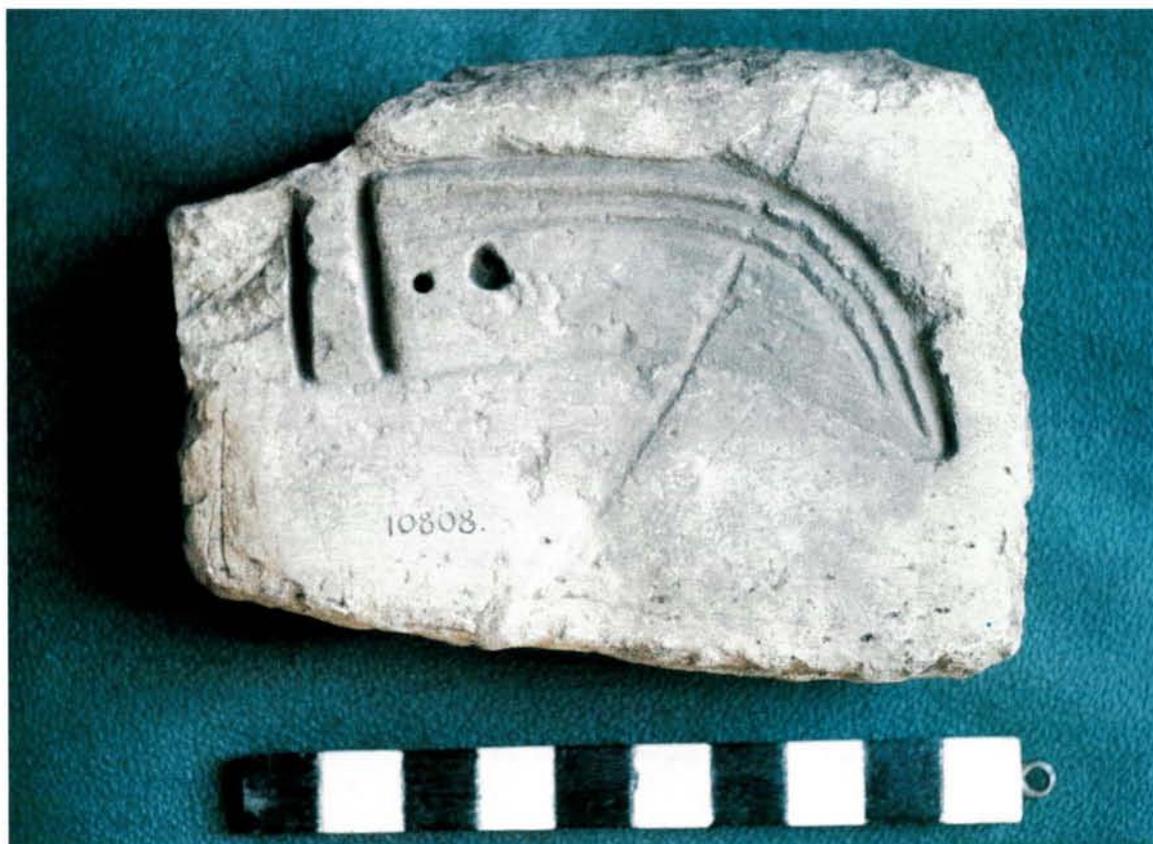


Fig. 107 - Molde de fundição, de foices do tipo Rocanes, Casal de Rocanes, Cacém (Sintra) em bloco de arenito duro. (Museu Nacional de Arqueologia). Arquivo O. da Veiga Ferreira.

atualização de A. C. F. da Silva (SILVA, 1986), a que se soma um outro, do povoado do Castelejo, Sabugal (VILAÇA, 1995), todos oriundos do centro e do sul do País, com excepção de duas ocorrências, a Norte do Douro, cuja produção local é indicada pelo molde achado no castro de Élvora (SILVA, 1986, Est. V).

O molde de Rocanes (**Fig. 107**), mostra que o abastecimento da Baixa Estremadura e, em particular, da região ribeirinha do Tejo, tanto de estanho como de cobre, viabilizou, também a produção de outros tipos artefactuais de bronze de cunho marcadamente regional, como os machados de alvado e duas argolas e os machados de talão unifaces no decurso do Bronze Final II; de tais ocorrência, não consta porém nenhuma na área específica do concelho de Oeiras, embora se conheçam da região limítrofe.

Com efeito, o mapa de distribuição destes três grupos de instrumentos elaborado por A. Coffyn (COFFYN, 1985), mostra que a única área em que coexistem é a Estremadura. Fossem de fabrico local, apenas comprovado no caso das foices “tipo Rocanes”, ou não, a presença de artefactos bronzíferos de produção tão dispendiosa revela a capacidade económica atingida no Bronze Final II da Baixa Estremadura pelas populações que então ocupavam a região. Tais peças destinavam-se tanto para utilização local – só então as foices de sílex e madeira teriam

sido definitivamente substituídas pelos seus equivalentes metálicos – como, sobretudo, para exportação, por via marítima. A Estremadura comportar-se-ia, então, como placa giratória deste comércio transregional (KALB, 1980 b). Desprovida de recursos naturais que justificassem, por si só, a emergência de elites, por um simples processo de acumulação de riqueza, visto não se admitir que os potenciais agro-pastoris fossem suficientes para tal – a sua génese e florescimento só poderá ser eficazmente explicada pela própria metalurgia do bronze, enquanto actividade económica de alta rentabilidade, especialmente se se considerarem as mais valias decorrentes da sua comercialização. Assim sendo, os elementos detentores do poder na região, ou seja, as elites em fase acelerada de formação, actuariam como intermediários na circulação destes bens, arrecadando os proveitos consequentes. No quadro das solidariedades comerciais atlanto-mediterrâneas então estabelecidas, a importância da Baixa Estremadura decorre imediatamente da sua excepcional posição geográfica, servida por excelentes ancoradouros, a começar pelos existentes na zona vestibular dos estuários do Tejo e do Sado. Assim se explicam as numerosas peças encontradas em sítios do Mediterrâneo Central (Itália, Sardenha, Sicília) objecto de recente inventário (Lo SCHIAVO, 1991), onde se destaca o célebre depósito do Monte Sa Idda, Cagliari (Sardenha), conjunto situável nos séculos X/IX a. C., onde estão presentes as três produções características da Estremadura portuguesa supra referidas. Por outro lado, este comércio também se fazia na direcção oposta: é assim que se explicam ocorrências análogas nas Ilhas Britânicas (COFFYN, 1986; MONTEAGUDO, 1977).

O enriquecimento destas comunidades estaria assim justificado, sem que seja necessário recorrer a outros factores, como a exploração do sal e a do ouro, ambos susceptíveis de serem produzidos na região do estuário e, designadamente no litoral oeirense; em São Julião da Barra, o ouro foi explorado até ao primeiro quartel do século XIX, tendo sido apenas suspensa a produção pelo encarecimento da mão de obra (ESCHWEGE, 1831). Assim se explicará a variedade de objectos de bronze, liga cujos constituintes só poderiam ser obtidos, por parte dos habitantes da região, por troca.

O aumento de peças metálicas de carácter utilitário, na região estremenha, parece acentuar-se nos últimos tempos do Bronze Final, sugerindo uma maior difusão e fabrico local de peças de bronze, para além de armas, exemplarmente representadas, na região em apreço, pela espada pistiliforme de Cacilhas, cujo significado será adiante discutido.

Em resumo: o aludido sucesso económico das populações estremenhas, estaria na origem de crescente estratificação social, no decurso do Bronze Final, tal como se verificou, por evidências análogas, em outras áreas do País; porém, só a existência de um estrato diferenciado, no seio da população, poderia garantir com êxito as operações de comércio que estão na origem do seu próprio enriquecimento. Parece estar-se perante um fenómeno recíproco de causa-efeito, análogo a outros observados no decurso da nossa Pré-História. No entanto, qualquer dos núcleos de altura supra-referidos, ocupados preferencialmente pela elite dominante, não teriam ainda capacidade bastante para dominar os seus vizinhos: não se trataria, pois, ainda de verdadeiros lugares centrais, visto até ao presente não se ter evidenciado nenhum de entre eles, que detivesse especial estatuto de preponderância face aos restantes.

Prova da evidente estratificação social atingida no Bronze final da região é o extraordinário

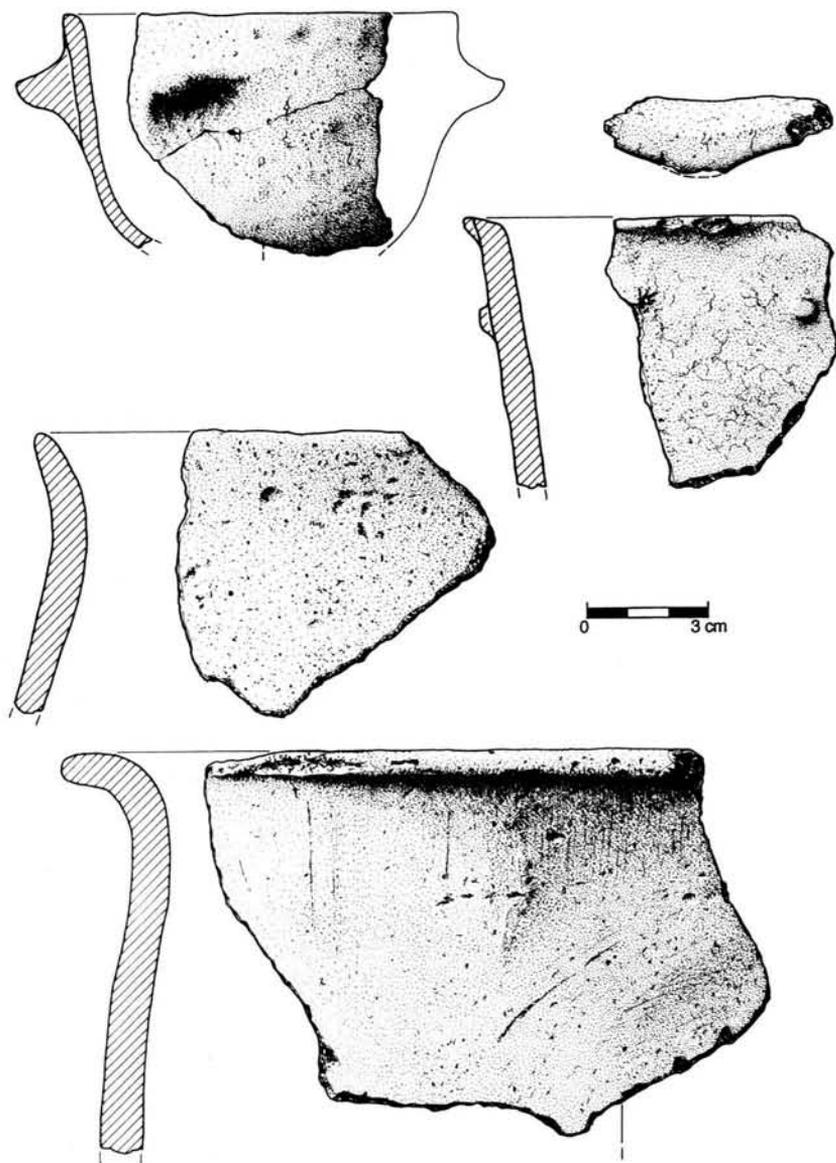


Fig. 108 - Gruta da Ponta da Lage. Cerâmicas da Idade do Bronze (desenhos de Carlos Lemos).

colar de ouro do Casal de Santo Amaro (Sintra) encontrado a cerca de 2 km da vila, no sopé da serra (PEREIRA, 1894; VASCONCELLOS, 1896), em possível sepultura de inumação. A exploração desta matéria-prima preciosa, seria possível ao longo das praias estuarinas, bem como no litoral oceânico adjacente, à semelhança do verificado no Calcolítico. Tanto na Adiça (península de Setúbal) como em São Julião da Barra, até ao final do primeiro quartel do século XIX o ouro de aluvião era ali intensamente explorado, conhecendo-se mesmo as quantidades obtidas (ESCHWEGE, 1830). A quantidade de ouro então disponível e em circulação encontra-se expressivamente salientada pelo peso daquela peça, que atinge 1262 g. Na época, o ouro abundava na Irlanda e nas Astúrias, sob a forma aluvial; porém,

na ausência de análises químicas, nada se poderá dizer quanto à proveniência do ouro das peças portuguesas desta época.

No aspecto das práticas rituais do Bronze Final observáveis na região, pouco se poderá dizer: a ocorrência de uma espada do tipo “língua de carpa”, em dragagens efectuadas no pontal de Cacilhas na década de 1950, defronte dos antigos estaleiros da Empresa Parry & Son, conservada no Museu Municipal de Almada, remete para as oferendas às divindades aquáticas cultuadas no Bronze Final. Com efeito, foram inventariadas numerosas ocorrências de espadas

dragadas nas desembocaduras dos principais rios peninsulares (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a). A alternativa, sempre possível, seria a de atribuir este achado a um naufrágio ou a perda accidental a qual, embora possível, perde consistência perante a regularidade das ocorrências. As armas são, por outro lado, a expressão mais relevante da presença do segmento guerreiro ou aristocrático no seio das elites do fim do Bronze Final (ou Bronze Final II) da região em apreço. Peças de elevado cunho simbólico, às armas – e, em particular, às espadas – estava reservado o papel de exteriorização desse poder temporal, apenas episodicamente expresso por acções violentas, cujos testemunhos, como bem assinalou Raquel Vilaça (VILAÇA, 1995) são escassíssimos no Bronze Final, em contraste com a abundância de armas então em circulação. Exteriorização do papel do masculino no seio da Sociedade, as armas tinham, nas jóias auríferas, usadas ou apanágio pelas elites femininas, o seu natural contraponto, o qual é paradigmaticamente representado, na área em estudos pelo mencionado colar de Sintra.

Ainda conotáveis com práticas rituais do Bronze Final II da região em estudo, são as numerosas ocorrências de cerâmicas, acompanhadas por vezes de materiais metálicos (como os atrás referidos) em diversas grutas naturais dos relevos calcários aqui existentes. O exemplo mais expressivo é o conjunto de cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo, Sesimbra (SERRÃO, 1958, 1959; CARDOSO, 1996). Outros casos se poderiam referir, com destaque para os materiais da gruta do Correio-Mor, Loures (CARDOSO *et al.*, 1997/1998). Embora se não possa afastar definitivamente a hipótese de se tratar de espólios funerários, ou mesmo de índole doméstica, sugeridos pela presença de grandes vasos de armazenamento, o facto de jamais se terem encontrado inquestionavelmente associados a restos humanos (ou a cinzas, no caso de se tratar de sepulturas de incineração), confere credibilidade à hipótese de se poderem relacionar com santuários rupestres, então instalados em grutas, como em outras regiões europeias (COFFYN & SION, 1993), na mesma época, também associados ao culto das águas, acima referido. Porém, em nenhuma das mais importantes ocorrências se podem relacionar com a circulação de águas subterrâneas ou superficiais. Outro tanto não acontece com a ocupação da gruta da Ponte da Lage nesta época: apesar de serem escassos os materiais exumados da Idade do Bronze (CARDOSO & CARREIRA, 1996) – entre os quais apenas um fragmento de cerâmica de ornatos brunidos (*Fig. 108*), importa realçar a proximidade a entrada da gruta com a importante ribeira da Lage, no âmbito daquela hipótese.

Independentemente das razões que estejam na origem de alguns dos achados referidos – tenha-se em consideração de que ainda se não dispõe de modelos operativos para a interpretação de uma realidade muito mais complexa do que aquela que as ténues evidências materiais deixam supôr – o certo é que peças como o colar de Sintra mostram o sucesso das elites regionais do Bronze Final, associadas ao culminar de uma vasta rede de intercâmbios, baseadas na complementaridade de interesses, expressas por pactos de solidariedade entre elites.

Sendo certo que, nesta época, a importância mineira da Península se baseava na presença do cobre, a Sul, e do estanho e ouro, a Norte, as alianças firmadas pelas respectivas elites regionais terão por certo desempenhado papel de primordial importância na optimização da

exploração de tais recursos e no acréscimo das produções, com o consequente escoamento dos produtos manufacturados. Assim, a troca de presentes entre as elites que administravam o território, num sistema de mosaico permeável à circulação de pessoas e de bens, destinava-se, precisamente a manter abertas tais vias de circulação, desiderato que a todos interessaria, sem que para tal se seja obrigado a admitir a intervenção directa de comerciantes exógenos ao território peninsular, como defendem alguns (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 a). Com efeito, foi a capacidade económica e organizacional revelada pelas elites do Bronze Final peninsular na obtenção, armazenamento, manufactura e comercialização/utilização dos minérios oriundos de áreas geográficas díspares (ou ainda o seu reprocessamento, como comprovam os abundantes depósitos de sucata bronzífera destinada a refundição), que viabilizou a abertura aos/dos mercados mediterrâneos de produções que excederiam a procura local ou, ao menos, eram mais rentáveis se colocados noutros mercados, de maiores dimensões: assim se explica, a partir de certa altura, a abertura ao Mediterrâneo, estendendo a essa área económica um comércio que, de início, se afigurava essencialmente atlântico. A Baixa Estremadura configurava-se, assim, no Bronze Final II, cerca de 900 anos a. C. como uma área geográfica, económica e cultural, palco da intersecção de múltiplos interesses económicos, que garantiram, afinal, a sua própria individualização e originalidade cultural, indissociável dessa realidade dual, aqui tão bem expressa e já anteriormente referida – o Atlântico e o Mediterrâneo – de cujo caldeamento resultou um dos traços essenciais da Idade do Bronze do Ocidente peninsular.

14 – A IDADE DO FERRO

A evidente hierarquização social das comunidades que, no final do Bronze Final, ocuparam a região ribeirinha do Tejo, denuncia um poder político-militar emergente, corporizado pelas respectivas "elites", cuja existência constituiu factor propício à rápida penetração e difusão dos primeiros produtos orientais, resultantes directamente do comércio fenício. Com efeito, a embocadura do maior rio peninsular, desde cedo se constituiu como uma das mais importantes vias de circulação e de penetração para o interior, favorável ao escoamento de matérias-primas, reunindo, naturalmente, as condições ideais para a fundação de estabelecimentos comerciais pelos Fenícios.

De ambos os lados do grande estuário, instalados em duas plataformas sobranceiras ao rio, identificaram-se duas estações que reúnem tais características: trata-se da quinta do Almaraz, Almada (CARDOSO, 1990; BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993) e do claustro da Sé, Lisboa (CARDOSO & CARREIRA, 1993; AMARO, 1993), controlando a navegação e o comércio fluviais e comportando-se, como verdadeiros "lugares centrais" à escala regional, sedes do comércio de troca e pólos difusores dos produtos exógenos ali desembarcados. De entre estes, dominavam, pela quantidade, as cerâmicas de produção fenícia oriental ou oriundas de feitorias fenícias ocidentais, situadas no litoral levantino ou marroquino, cuja cronologia, com base no estudo até ao presente efectuado dos elementos tipologicamente relevantes, não ultrapassa os meados do século VII a. C., muito embora as cronologias absolutas apontem para época anterior, recuando tal presença ao século VIII ou mesmo IX a. C. (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993).

A tais materiais sucedem-se outros, ao longo dos séculos V e IV a. C., os quais, embora ainda influenciados pelos protótipos orientais, correspondem essencialmente a produções locais ou regionais. Neste conjunto se inscrevem algumas, raras, cerâmicas áticas, materiais de luxo aqui chegados (Lisboa e Almaraz) em consequência da actividade comercial dos Púnicos, a partir do importante pólo comercial de Gades, que coordenaria o comércio



Fig. 109 - Vista geral da encosta, voltada para sul, onde se implantou a estação de Outurela I, ao centro, em primeiro plano (foto obtida em 1986, antes da urbanização do local).

efectuado para ocidente, designadamente ao longo da costa atlântica. Também no território ribeirinho a Norte do estuário do Tejo e, no que particularmente interessa a este estudo, na zona de Oeiras, se encontraram testemunhos de materiais equivalentes aos referidos. Aqui, persistia o tipo de povoamento idêntico ao do Bronze Final: pequenos "casais agrícolas" dispersavam-se pela região, vocacionados, como os anteriores, para uma exploração agro-pastoril permanente e intensiva dos férteis solos basálticos. Desta forma, é lícito admitir a manutenção do modelo de organização social herdado do Bronze Final, que a introdução de novas tecnologias, designadamente o uso de artefactos de ferro (timidamente introduzidos na região ainda no decurso do Bronze Final, como se conclui pelo achado de pequenas facas de ferro no sítio ribeirinho da Quinta do Marcelo, Almada, cf. BARROS, 1998), e a possibilidade de, pela primeira vez, ser possível o fabrico de recipientes cerâmicos em série e padronizados, pelo recurso ao torno rápido, não terá alterado significativamente.

No concelho de Oeiras, não são conhecidos exemplos desses "casais agrícolas" anteriores aos séculos VI e V a. C.: trata-se dos núcleos de Outurela I e Outurela II, distanciados entre si escassas centenas de metros, em encosta basáltica voltada para o estuário do Tejo (CARDOSO, 1987, 1990). O primeiro foi explorado sob direcção do signatário, em 1985 e 1986 (*Fig. 109, 110*); o segundo, também investigado sob sua responsabilidade, em 1988.



Fig. 110 - Pormenor da escavação realizada em 1986 em Outurela I, com acumulação de detritos em área circunscrita; destaca-se a presença de fragmentos de ânforas de tradição fenícia.

Trata-se de unidades habitacionais constituídas por casas de planta rectangular, cujo embasamento era feito de blocos basálticos não aparelhados, nos quais assentaria uma superestrutura leve, de barro seco (adobe), com cobertura de colmo (*Fig. 111*); tais habitações dispunham, ainda, de zonas lajeadas (*Fig. 112*). As transformações arquitectónicas verificadas desde o Bronze Final na tipologia das construções domésticas foram assinaláveis, denotando, neste domínio, uma nova mentalidade, cujos reflexos mais profundos são, porém difíceis de avaliar. Com efeito, às cabanas de planta elipsoidal do Bronze Final, representadas na região pela que se escavou na Tapada da Ajuda (CARDOSO, 1994), sucedem-se cabanas de planta ortogonal, como as de Outurela I e Outurela II, com paralelos nas unidades habitacionais postas a descoberto no casco proto-histórico de Lisboa, na Rua Augusta (escavações do Banco Comercial Português, dirigidas por C. Amaro (AMARO, 1995) e, mais a Norte, em Santo Olaia, exploradas por A. dos Santos Rocha (ROCHA, 1905/1908). Porém, tal como as do Bronze Final da região, apenas o embasamento seria de alvenaria de blocos ajustados e argamassados: a superestrutura (paredes e cobertura) continuaria a ser, respectivamente, de taipa ou barro amassado e de colmo ou madeira. Teriam "vida curta", sendo apenas habitadas pelo espaço de uma ou duas gerações. As cerâmicas exumadas denunciam uma nítida filiação em modelos fenícios, estando presentes ânforas na tradição ou afins da FR 1, associadas a



Fig. 111 - Vista parcial da escavação realizada em 1986 em Outurela I, observando-se ao centro muro rectilíneo de habitação.

outras, da forma Mañá/Pascual A4 (CARDOSO, 1995). Porém, um dos mais característicos produtos de importação fenícia, bem representado no decurso do século VII em Almaraz e em Lisboa - os pratos de verniz vermelho - já não ocorrem, tendo sido substituídos por cerâmicas cinzentas finas e por outras, de toque metálico e superfícies brilhantes por polimento, de acusado regionalismo, talvez melhor adaptadas ao gosto e necessidades dos seus utilizadores (Fig. 113). Não podemos ignorar, também, na procura de razões para a cessação daquelas cerâmicas de importação na região do estuário Tejo, a profunda crise que abalou o mundo fenício e que culminou com a conquista de Tiro, em meados do século VI a. C., pondo termo ao comércio mantido com o ocidente por aquela cidade.

Seja como for, tais materiais comprovam, na área de Oeiras, a manutenção de laços económicos privilegiados com o Mediterrâneo, agora protagonizados por comerciantes púnicos, os quais persistem até à plena romanização. Com efeito, ainda no século II a. C.,



Fig. 112 - Vista parcial da escavação realizada em 1986 em Outurela I, com lajeado de grandes blocos basálticos, assentes no substracto geológico regularizado, visível à direita.

produções locais ou regionais continuam a coexistir com produtos de origem norte-africana: trata-se de ânforas neopúnicas da forma Mañá C2, produzidas em Cartago e nas feitorias do estreito de Gibraltar e da baía gaditana, presentes na região oeirense em Casal Cabanas/S. Marcos, já no concelho de Sintra (MAIA, 1978; PIMENTA, 1982/83) e na própria periferia da actual vila de Oeiras (*Fig. 114*), ilustrando a manutenção da mesma forma de povoamento do território, através de pequenos núcleos de cariz familiar, em tudo idênticos aos anteriores (CARDOSO, 1996). Com efeito, com a indicação de provir dos campos do cemitério paleocristão de Oeiras, anteriormente referido, guarda-se no Museu Nacional de Arqueologia pequeno conjunto da Idade do Ferro, anterior portanto á instalação da *villa* romana no local, integrando a referida extremidade de ânfora.

Trata-se de tipo anfórico que foi subdividido em três sub-tipos (GUERRERO AYUSO & ROLDAN BERNAL, 1992); o subtipo C2a diferencia-se essencialmente do C2b por possuir ombro bem marcado, que diferencia nitidamente o colo do resto do corpo. Não existindo no conjunto ora estudado nenhum fragmento com aquela porção, torna-se impossível levar a classificação do fragmento em causa àquele nível de pormenor, se bem que o engobe esverdeado seja característico do subtipo C2a. Este subtipo corresponde, essencialmente, ao século II a. C., verificando-se o apogeu da sua utilização como contentor para a

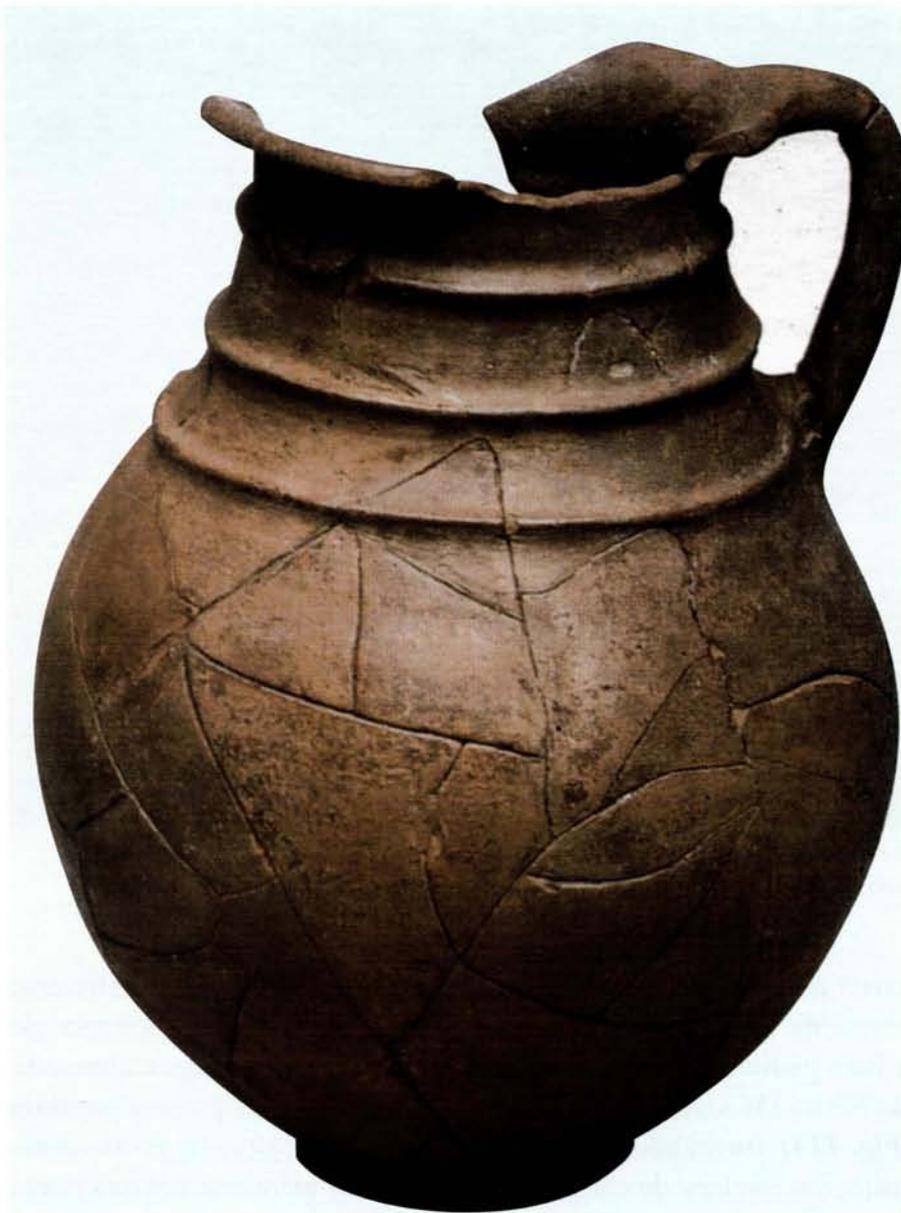


Fig. 113 - Jarro de cerâmica cinzenta fina, de toque metálico, de Outurela I, com asa partindo do bordo e colo nervurado (século V a.C.).

comercialização, provavelmente de preparados de peixe, no segundo quartel daquela centúria. O seu fabrico em Cartago encontra-se plenamente documentado; porém, a sua produção foi interrompida após a destruição da cidade, em 146 a. C. Tomaram, então, lugar, as produções ocidentais, situadas de ambos os lados do estreito, correspondentes já ao subtipo 2b, nos quais “desaparecem de forma radical los engobes verde-oliváceos típicos del área de Túnez” (*op. cit.*, p. 50). Aceitando tratar-se – como sugere a coloração da pasta e do engobe – de uma produção de Cartago, a ocorrência deste exemplar na embocadura do Tejo permite admitir a manutenção, por parte dos seus habitantes, de relações comerciais tanto com o Norte de África como, sobretudo, com a área gaditana, relações que se encontram bem documentadas



Fig. 114 - Fundo de ânfora Mañá C2 (neopúnica), encontrado em Oeiras (CARDOSO, 1996). Museu Nacional de Arqueologia. Comprimento do fragmento: 11,9 cm.

a montante, no vale do Tejo, em Santarém (ARRUDA & ALMEIDA, 1998) e em Chões de Alpompé (DIOGO, 1993). Este fragmento documentaria, assim, uma realidade económica regional em evidente continuidade com a anteriormente existente, privilegiando as ligações ao mundo mediterrâneo, com carácter constante desde os primórdios da I Idade do Ferro, então veiculada por mercadores fenícios. Tais contactos comerciais atingiram a romanização, como documentam as ocorrências de produções neopúnicas, primeiro e, depois, as itálicas, coexistindo por vezes no mesmo local, como na vila de Odemira, em Alcácer do Sal e no povoado do Pedrão, sobranceiro a Setúbal, onde, num mesmo contexto, se encontraram misturados materiais anfóricos de ambas as origens, em contextos bem datados dos séculos II-I antes de Cristo (COELHO-SOARES, 1986). Trata-se, deste modo, de um longo processo de contactos e de influências culturais, pertencendo a peça oeirense ao final deste ciclo, designado por Carlos Tavares da Silva e colaboradores como III Idade do Ferro Mediterrânica (SILVA *et al.*, 1980/81).

A riqueza agrícola e pecuária da região de Oeiras explicaria a existência de produtos em excesso, susceptíveis de serem permutados por outros, como o vinho ou preparados piscícolas, que então começam a ser produzidos também localmente ou na região: assim se

compreende a presença do subtipo C2a, para o vinho e do subtipo C2b directamente relacionado com as fábricas de salga de peixe existentes na região do Estreito e mais para Ocidente, já na costa atlântica.

Saliente-se que o referido comércio atingiu domínios francamente setentrionais, como documenta o achado de ânforas Mañá C2b na Galiza ou o de cerâmicas púnicas, a partir do século V a. C., em diversos castros do norte de Portugal. É assim que se compreende a chegada dos primeiros materiais de origem itálica, desde o século II a. C., acompanhando a progressiva conquista do território feita pelos Romanos.

Em conclusão: a manutenção de uma formação económica e social estável, com expressão própria, desde o final da Idade do Bronze na região ribeirinha do Tejo, cujos laços com o Mediterrâneo são um dos seus traços permanentes, consubstanciados primeiro pelo comércio fenício, depois púnico e, finalmente, itálico, configura um notável e prolongado processo de aculturação de uma região já então periférica face aos grandes estímulos civilizacionais. O sucesso da afirmação de tais comunidades, conservando no essencial a organização económica e social herdada do Bronze Final, até à plena romanização, não é estranho a uma inteligente exploração dos recursos naturais disponíveis, a par da rentabilização de mais-valias decorrentes da situação geográfica de excepção, viabilizando o papel intermediário nas relações comerciais entre o Norte e o Sul, o litoral e o interior.

Foi o florescimento económico, assente em bases sólidas, estáveis e permanentes, já então velhas de muitos séculos, de comunidades para quem o Mediterrâneo e os seus povos eram realidades familiares, que possibilitou a adopção plena, na região olisiponense, na qual o concelho de Oeiras naturalmente se insere, de todas as características da cultura de Roma, sem grandes sobressaltos nem tensões sociais.

15 – O PERÍODO ROMANO E ALTO-MEDIEVAL

O período de domínio romano no território oeirense corresponde à confirmação da vocação agrícola da região. Sem dúvida que foi a fertilidade e a aptidão agrícola dos solos que propiciou a fixação de comunidades romanas, logo no século I a. C. na região, em continuidade com as últimas presenças da Idade do Ferro. Com efeito, tal vocação é caracterizada pela existência de diversas *villae* vocacionadas para o cultivo da terra, designadamente a cerealicultura, tal como já se tinha observado no Bronze Final e no decurso da Idade do Ferro. Contudo, as condições sociais alteraram-se. Avultam, agora, as propriedades agrícolas de certa dimensão, e, embora dominasse a cerealicultura, nelas se desenvolvia um policultivo da terra bem sucedido, que incluía, também, os pomares, as hortas e as vinhas. Tendo presentes a palavras de O. Ribeiro, que melhor se aplicariam a este período que aos anteriores, “O basalto forma, em torno de Lisboa, uma auréola contínua, muito irregular, disposta grosso modo em leque (...). Alterado, dá uma terra vermelha escura, muito fértil, que toma, quando lavrada, aspecto inconfundível” (RIBEIRO, 1948). Porém, ainda que não existam hesitações quanto ao efectivo aproveitamento agrícola de tais terrenos, o certo é que as unidades domésticas e os vestígios até agora reconhecidos se concentram, sobretudo, nos terrenos calcários (CARDOSO, 1995; 1998). Tal facto não invalida uma distribuição espacial coerente, semelhante à observada no vizinho concelho de Cascais: ali, a aplicação do método dos polígonos de Thyssen, conduziu à conclusão de que as *villae* se distanciavam umas das outras, em média, cerca de uma milha, sendo muitas vezes inter-visíveis, o que facilitava a defesa de todas, em caso de perigo ou acidente. Tal como em Oeiras, ou Sintra, privilegiou-se a exploração agrícola do território, não se evidenciando activa ocupação da faixa litoral (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1995).

É nítida a distribuição de vestígios ao longo dos vales mais importantes, cujas veigas, especialmente na parte terminal dos principais cursos de água, que já então se encontrariam formadas em consequência da transgressão flandriana, que pouco antes tinha atingido o seu



*Fig. 115 - Lápide de (...) Flávio Quadrato, porta-estandarte da Segunda Legião.
(Museu Nacional de Arqueologia, seg. CARDOSO & CARDOSO, 1993).*

termo, seriam objecto de cultivo intensivo: é talvez isso que explica a existência de vestígios no próprio sítio de Oeiras, dominando a baixa aluvionar adjacente, o mesmo se verificando em Laveiras, nas proximidades da actual baixa de Caxias, atapetada de solos aluvionares então recém-formados, aptos à agricultura. Mesmo mais para o interior do território oeirense, se nota essa preferência pelos solos calcários: é o caso de Porto Salvo, de Leião e de Talaíde, muito embora os terrenos basálticos ocorram nas proximidades imediatas. Parte dos materiais são tardios; estará tal facto em consonância com o abandono de grandes centros urbanos, por parte dos que tinham maiores posses, a partir do século III depois de Cristo e a sua fixação no campo? Seja como fôr, na região oeirense consolidava--se, definitivamente, uma das suas principais características, prevalecentes até hoje: o seu pendor agrícola, por parte de uma população sediada em pequenas *villae* e *vici*, nos quais residirão os fundamentos das actuais povoações do concelho. Naturalmente que, junto ao litoral, prevaleciam as actividades piscatórias, industriais e comerciais; é provável que as enseadas como a da praia de Santo Amaro de Oeiras, de Paço de Arcos e outras, propícias à acostagem de embarcações e à instalação na praia, ou na sua adjacência imediata, especialmente junto à embocadura das ribeiras da Lage, de Barcarena ou do rio Jamor com o estuário do Tejo, de fábricas de transformados piscícolas e respectivos armazéns, à semelhança do verificado na actual área urbana ribeirinha de Cascais e de Lisboa (Casa dos Bicos, Baixa Pombalina). Se, actualmente,



Fig. 116 - Momento da remoção da estela de Mária Búcia, em Dezembro de 1992. Na foto, o autor, o achador, senhor Germano Gonçalves Canas e seu filho.

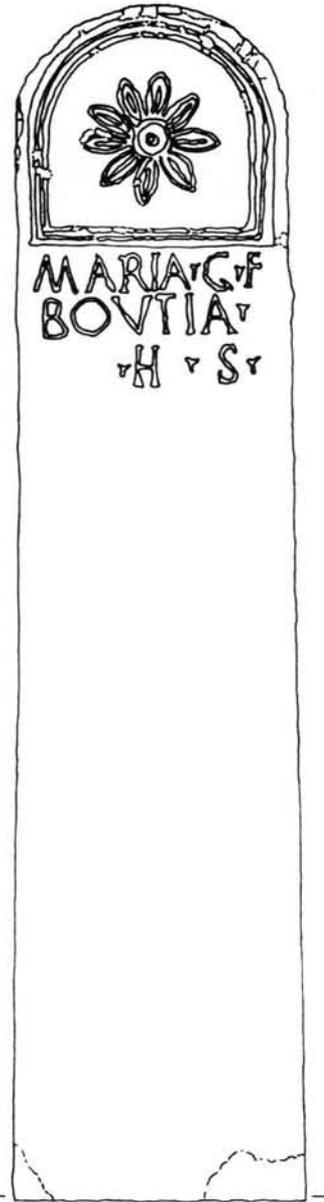
de tais instalações, nada se conhece, é porque elas, entretanto, desapareceram, em consequência da intensa ocupação urbana verificada em tais zonas, a que acresce, sobretudo, as profundas transformações, operadas de há séculos na própria linha de costa.

Importa caracterizar, com maior detalhe, alguns dos testemunhos mais relevantes do Período Romano conhecidos em Oeiras, tendo presentes o seu significado no âmbito económico e cultural, bem como a respectiva integração cronológica.

Os documentos mais antigos susceptíveis de cronologia relativamente precisa – visto se desconhecem as características do achado numismático romano, efectuado em 1822 quando se abria uma estrada de Oeiras para o Arneiro (Memorial Histórico, s/d, vol. 2: 10) – correspondem a epígrafes, situáveis no século I depois de Cristo; destas, avultam duas. A primeira, recolhida em muro de quintal da calçada de Laveiras e transportada então (inícios da década de 1960) para o Museu Nacional de Arqueologia (N/A, 1962, 1963), é uma notável inscrição aberta na face de um grande bloco paralelepípedo de calcário branco sub-cristalino, de origem local (*Fig. 115*). A referência mais antiga conhecida de esta notável peça arqueológica, deve-se a António José da Cunha, que o reproduz em manuscrito guardado na Real Academia de la Historia (Madrid), no qual se afirma ter sido descoberta em 1733 (PEREIRA, 1933, p. 108). Desta informação se utilizou E. Hübner que já não conheceu a



0 15cm



0 15cm

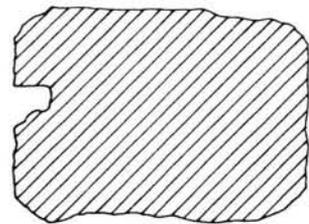


Fig. 117 - Estela funerária de Mária Búcia achada em Peça Vinagre (Oeiras).

própria lápide (HÜBNER, 1869, 1872, 1892). Porém, por um feliz acaso, em 1917, num dos reconhecimentos pelos arredores de Lisboa a que, frequentemente, Félix Alves Pereira procedia, voltou-se a identificar a peça, embebida numa habitação de Laveiras, defronte da Cartuxa, chamada “A Quintinha”. O estudo interpretativo que dela publicou, em 1933, bem denuncia o ineditismo do texto, fora de todos os convencionalismos ou cânones da época; a leitura que apresenta, resultado de uma análise paleográfica muito cuidada, parece mais clara que a interpretação ulteriormente publicada por F. Bandeira Ferreira (FERREIRA, 1960):

“[...] Flávio Quadrato, filho de Marco (Flávio) da (tribu) Galéria, aquilífero da Segunda Legião, construiu para si próprio em vida o monumento (ou sepulcro). Este monumento, com as vedações do caramanchão, não passa aos herdeiros”. A primeira letra, que nos daria a chave para o primeiro nome da personagem, falta. Mas que se tratava de cidadão de Olisipo não resta dúvida, visto encontrar-se inscrito na tribo Galéria. O tipo de letra conduziu F. A. Pereira à conclusão que corresponde ao século I d. C. O significado, quase insólito, desta inscrição, tem sido seguido até à actualidade (ENCARNAÇÃO, 1998): tratava-se de um militar de relevo, porta-estandarte (*aquilifer*) da Segunda Legião, que, tendo escolhido o local onde descansaria para sempre, mandou construir não só o seu túmulo propriamente dito, mas ainda um arranjo envolvente, com um caramanchão, tendo, porém, a preocupação de reservar o espaço só para ele, excluído os seus herdeiros de, também, o poderem usufruir. Confrontando a presença no Império desta Legião, F. Alves Pereira concluiu que o referido Aquilifer poderia ter sido recrutado na região lisbonense aquando do seu estacionamento na Lusitânia, cuja presença reputa seguro, no tempo de Augusto, isto é, antes de 15 d. C.: tornada aqui desnecessária, foi mobilizada para Mogúncia, na Germânia, integrando soldados hispânicos, cujos epitáfios têm sido ali descobertos. Desconhecemos o que terá sucedido a Flávio Quadrato; será que abandonou a vida militar por limite de idade ou por qualquer outra razão, decidindo então erigir e mandar gravar em vida o seu epitáfio, numa época em que a Legião a que pertencia ainda talvez não tivesse ganho o epíteto de Augusta, que aparece noutras inscrições? Ou será que acompanhou a marcha da sua Legião, jamais tendo as cinzas chegado ao local desejado?

Outra inscrição importante, igualmente funerária e dos primeiros anos do século I depois de Cristo, foi encontrada acidentalmente, no decurso de trabalhos agrícolas, em Outubro de 1992, no Alto da Peça – Vinagre, freguesia e concelho de Oeiras (**Fig. 116**). Oferecida à Câmara Municipal de Oeiras pelo seu achador, o Sr. Germano Gonçalves Canas, e depositada no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, foi primeiramente publicada na Carta Arqueológica do concelho, pelo signatário e G. Cardoso (CARDOSO & CARDOSO, 1993), que, ulteriormente, a estudou com mais detalhe (CARDOSO, 1995). O suporte, de calcário regional do tipo lioz branca com laivos rosados, pertence a tipologia rara: trata-se de uma esguia estela com 154 cm de altura de topo arredondado, cuidadosamente decorada na parte superior por rosácea de nove pétalas, em relevo moldurado por duas nervuras (**Fig. 117**). Nada tem a ver com os modelos em voga na época e na região em causa sendo, ao contrário, evidentes a sua inspiração em congéneres itálicos, protótipos de sobriedade e elegância. Também as letras e a própria epígrafe primam pela cuidada simplicidade; diz assim: “Aqui jaz Mária Búcia, filha de Gaio”. A defunta, de que não se conhece a idade, pertencia à Gens Maria com o cognome Búcia. Como re-

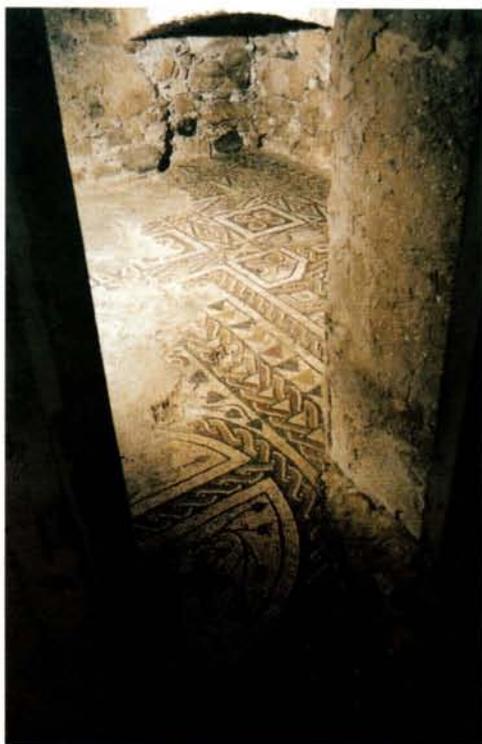


Fig. 118 - Vista parcial do mosaico romano de Oeiras, tal como se encontrava antes da recuperação.



Fig. 119 - Pormenor do mosaico romano de Oeiras, antes da recuperação.

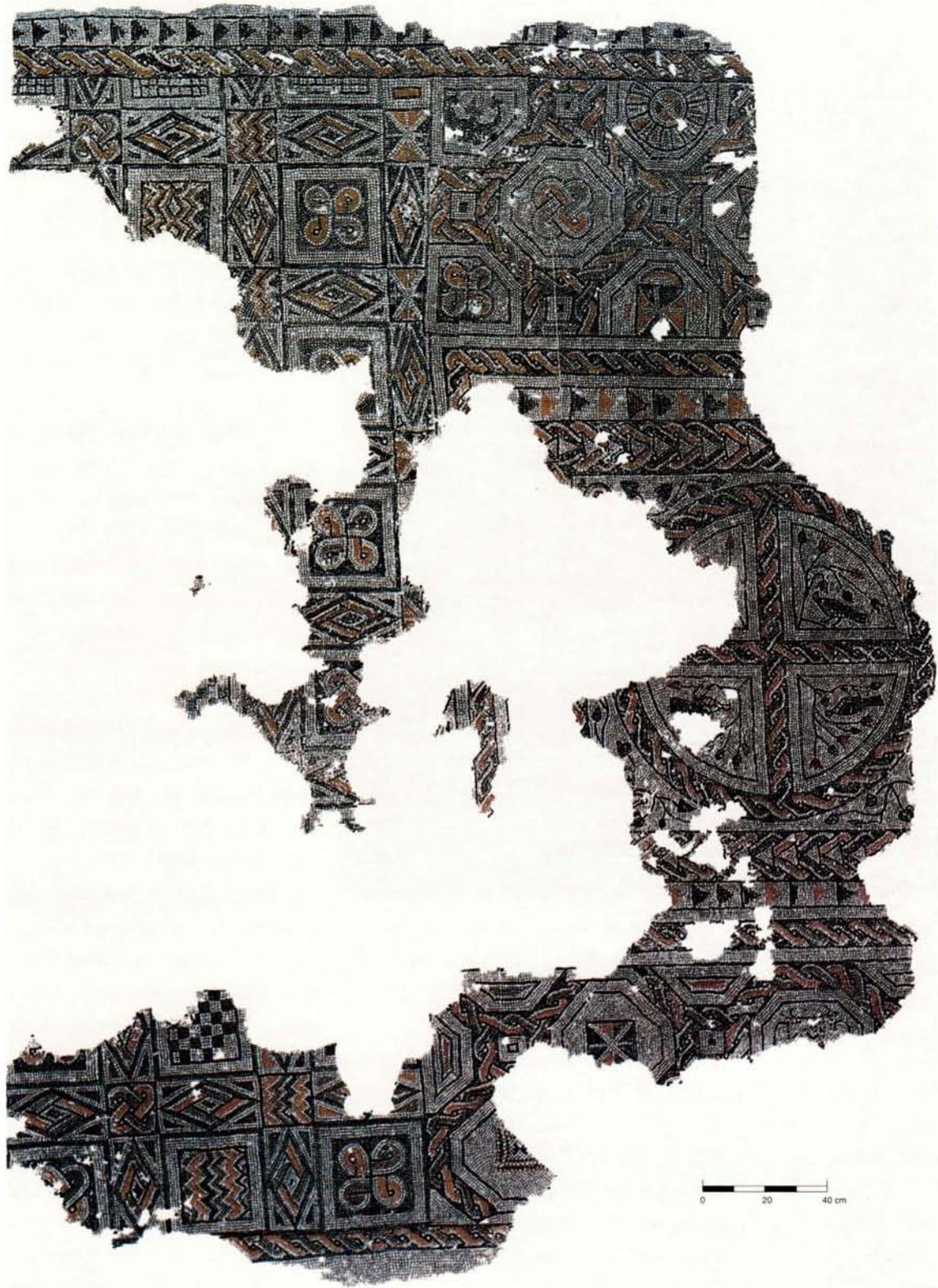


Fig. 120 - Levantamento de pormenor de uma parte ainda existente do mosaico romano de Oeiras (des. de M. C. André, sob orientação do Autor).



Fig. 121 - Fotografia do mosaico de Oeiras, aquando da sua descoberta, em 1903. Foto de J. de Almeida Carvalhais (negativo do Museu Nacional de Arqueologia, seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996).

fere J. d'Encarnação a seu propósito (ENCARNAÇÃO, 1998), seguiram-se escrupulosamente as regras epigráficas clássicas, apesar de se tratar de uma indígena, o que é denunciado pelo cognome. Deste modo, o monumento afigura-se expressivo testemunho de uma harmoniosa aculturação, precocemente verificada na região, aquando do início do seu domínio, pelos Romanos.

A fase ulterior pertence a peça que ficou conhecida por "mosaico romano de Oeiras" (Fig. 118, 119, 120). Trata-se de um belo exemplar descoberto acidentalmente em 1903 pelo proprietário do prédio urbano setecentista situado na rua das Alcássimas, no actual centro histórico da vila de Oeiras (Fig. 121). É constituído por tesselas polícromas, de calcários locais ou regionais, e ainda de barro vermelho (estas em geral de menores dimensões); as restantes são de dimensões variáveis, integrando 101 a 170 elementos por dm^2 , e possuem formato cúbico e regular, constituindo

motivos geométricos e naturalistas. Entre estes, destaca-se um medalhão correspondente à sua parte central, constituído por um círculo, dividido em quadrantes, cada um deles ocupado por pombas, em diversas posições, debicando flores avermelhadas, nas extremidades de ramos nus, serpenteantes. Não são frequentes, na Península Ibérica, os mosaicos representando pombas, os quais, tal como os reconhecidos fora dela, são predominante dos séculos II/III d. C. Os motivos figurativos que se identificaram, que, para além dos referidos, mostram entrançados vegetalistas, cântaros ou cálices de acanto, nos quatro cantos do quadrado onde o referido medalhão se encontra inserido (Fig. 119), do qual saem ramos de hera ondulantes, cuja iconografia sugere temática dionisíaca, talvez ligada à virtuos do proprietário, conforme se concluiu do seu recente



Fig. 122 - Estatueta de bronze de Oeiras. Comprimento: 14,4 cm
(Museu Nacional de Arqueologia, seg. GOMES,
CARDOSO & ANDRÉ, 1996)

estudo, depois de ter sido cuidadosamente limpo e desenhado “in loco” por M. C. André, com orientação e acompanhamento do signatário (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996). Pela reconstituição gráfica efectuada, que é constituído por três tapetes, com destaque para o central, que é o que possui o medalhão referido. Originalmente, mediria 7,11 m de comprimento (vinte e quatro pés romanos) por 4,74 m de largura (dezasseis pés romanos), correspondendo portanto à relação de 3 x 2. É lícito admitir que a disposição deste programa decorativo se encontre estreitamente relacionado com as funções a que a sala se destinava; assim sendo, é admissível que correspondesse ao *triclinium* da parte urbana da *villa*, a qual se estenderia pela encosta, espaço de declive suave, voltado a poente, dominando o fértil vale da ribeira da Lage. Com efeito,

encontraram-se documentos arqueológicos que provam a presença romana no local, de uma rica propriedade, centrada na construção senhorial de que fazia parte este mosaico: é o caso de uma pequena estatueta de bronze, representando uma criança segurando uma pomba, sobre o peito, com ambas as mãos pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia (**Fig. 122**) e de uma cabeça marmórea, provavelmente também oriunda desta *villa* (FERREIRA & FERREIRA, 1962), actualmente em fontanário do Jardim Municipal de Oeiras (**Fig. 123**), para além de diversos objectos do quotidiano, também pertencentes às colecções do Museu Nacional de Arqueologia. Merecem destaque um opérculo de ânfora, compatível com a forma Almagro 51 a, b ou c, do século III d. C. ou ulterior e uma asa de ânfora Haltern 70, de produção bética, do século I antes de Cristo a meados do seguinte. Estas peças serviriam, por si só, para denunciar uma ocupação romana no local, de vários séculos, do Alto ao Baixo Império. É neste largo lapso de tempo que se inscreveu o revestimento do chão da parte nobre da residência do senhor da *villa* a mosaico: este é datável de finais do século II ou primórdios do seguinte, correspondente portanto a momento em que o local já era ocupado pelos Romanos há cerca dois séculos ou mais. Com efei-



Fig. 123 - Cabeça de mármore sacaróide de grão muito fino, provavelmente romana, reutilizada em fontanário no Jardim Municipal de Oeiras.

to, nas sondagens efectuadas sob o próprio mosaico, sob orientação do signatário, aproveitando-se o trabalho de remoção total do que dele restava, para restauro, encontraram-se numerosos materiais de construção romanos, utilizados para regularizar o respectivo embasamento (*Fig. 124, 125*), bem como um troço de muro de alvenaria de cronologia incerta, não se afastando a hipótese de pertencer à Idade do Ferro, a qual, porém, não foi ali materialmente documentada. Que aqueles materiais estejam relacionados com a necrópole adjacente à casa senhorial, é o que se conclui de nota manuscrita de J. Leite de Vasconcellos (Legado de J. L. de V., Museu Nacional de Arqueologia), não datada, mas certamente coeva da exploração de necrópole, situada na Quinta da Costa, a Norte do local do mosaico, que ali efectuou entre 24 de Novembro e 1 de Dezembro de 1901 (CARDOSO & CARREIRA, 1996). Diz assim:

“Cemiterio de Oeiras/Appareceu nos entulhos de um poço da mesma propriedade: uma figura de bronze./ Pelo campo: um rebollo comprido, de mó; 3 pesos de barro (pondera) [o Autor faz o esboço de um deles]./ 1 peso de pedra natural, como os da Serra de Pragança, 1 conta canellada verde, potes quebrados, asas como de amphoras (mas não fundos)”.

Os materiais anfóricos já foram comentados; os pesos de tear, ilustram as actividades industriais, embora de índole doméstica, desenvolvidas na villa; quanto à conta de pasta vítrea, que ainda se conserva nos Reservados do Museu Nacional de Arqueologia, onde foi por nós observada, trata-se de exemplar fragmentado, quebradiço e poroso, de coloração verde-esbranquiçada. A cronologia desta conta, vista isoladamente, é difícil de estabelecer; contudo,



Fig. 124 - Vista de pormenor do corte norte efectuado sob o mosaico romano de Oeiras. Observam-se deposições argilo-terrosas, de mistura com fragmentos cerâmicos, sobre um paleossolo mais escuro pré-existente, destinadas a regularizar o terreno onde se assentou o mosaico.

já se torna mais clara tendo presente a necrópole de onde provavelmente provém. Como se referiu, esta foi parcialmente explorada por J. Leite de Vasconcellos em data anterior (1901) ao descobrimento ocasional do mosaico, efectuado em 1903 e desenvolvia-se em encosta adjacente ao local do mosaico, para Norte (Quinta da Costa, actualmente designada por “Junção do Bem”). O proprietário da altura, ao procer a revolvimento da terra, pôs a descoberto grande quantidade de lajes e de ossos humanos (*Fig. 126*); propositadamente, conservou intactas quatro sepulturas, as exploradas pelo então Director do Museu Ethnológico Português, que delas efectuou esboço, permitindo identificar três tipos (*Fig. 127, 128*):

Tipo 1 – sepulturas definidas por lajes colocadas verticalmente em quase toda a periferia, constituindo caixas de planta sub-retangular ou sub-trapezoidal – sepultura 4;

Tipo 2 – sepulturas de contorno sub rectangular, definidas apenas em parte por lajes calcárias verticais, correspondendo a parte restante à parede natural do covacho – sepulturas 1 e 3. Na primeira, observa-se o reaproveitamento de tijolos;

Tipo 3 – sepulturas correspondentes a covachos de contorno sub-retangular, abertos nas margas cretácicas, simplesmente tapados por lajes dispostas transversalmente, na horizontal – sepultura 2.

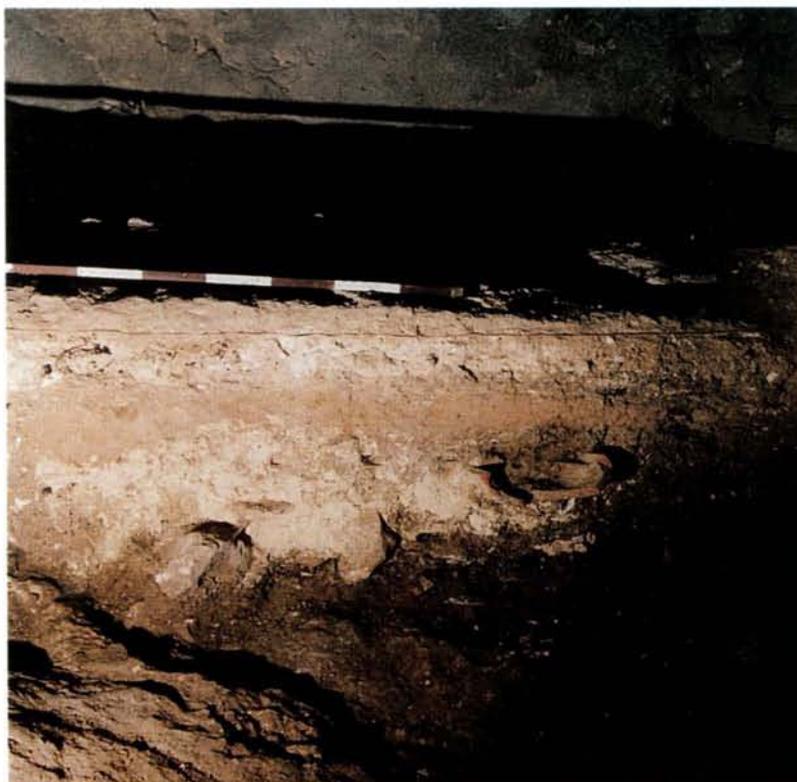


Fig. 125 - Vista do corte sul efectuado sob o mosaico romano de Oeiras. Os romanos tiveram de regularizar a superfície topográfica pré-existente, depositando materiais de aterro, constituindo bolsas como a observada do lado direito do corte.

As sepulturas dos Tipos 1 e 2 encontravam-se total ou parcialmente cobertas por lajes calcárias; correspondem ao modelo mais frequente da necrópole de Talaíde, já no vizinho concelho de Cascais, de cuja escavação se ocupou o signatário, conjuntamente com G. Cardoso, em 1975 (CARDOSO, CARDOSO & GUERRA, 1995). Nalguns casos, segundo o testemunho do proprietário do terreno, comunicado a Leite de Vasconcellos, e corroborado por notícia do jornal *O Século*, de 28/11/1901, o fundo das caixas tumulares encontrava-se forrado de grandes tijolos rectangulares, os quais são visíveis, constituindo amontoado, em fotografia da época (*Fig. 126*). Quanto ao Tipo 3, tem paralelo em apenas uma das 27 sepulturas escavadas em Talaíde. No conjunto, as quatro sepulturas escavadas, todas com direcção Este-Oeste, semelhante à orientação dominante em Talaíde, dispõem-se em estreita faixa de terreno, deixando supor uma muito mais vasta necrópole, aliás confirmada pelos testemunhos observados na área destruída.

A tipologia e organização das sepulturas de Talaíde e de Oeiras mostram assinaláveis semelhanças, sugerindo cronologia próxima. Para a primeira das necrópoles, obtiveram-se três dats de radiocarbono, indicando prolongada utilização da necrópole, cujos resultados, cruzados com a natureza do espólio funerário, permitem concluir por larga diacronia, preferencialmente distribuída de meados do século III ao século VIII depois de Cristo. Tendo presente, por outro lado, a total ausência de espólio nas sepulturas de Oeiras – razão que terá



Fig. 126 - Necrópole romana-medieval de Oeiras. Em primeiro plano, duas sepulturas de planta rectangular, de mistura com ossos e lages que integravam a sua estrutura. Em segundo plano, à esquerda, numerosas tijoleiras rectangulares de outras sepulturas destruídas; ao centro, o moinho ainda hoje existente Foto de 1901, de José Ângelo Rodrigues (arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, seg. CARDOSO & CARREIRA, 1996).

levado Leite de Vasconcellos a jamais publicar os resultados do seu trabalho – e o facto de, em Talaíde, serem as mais modernas onde tal também se verificou, pode concluir-se que a necrópole de Oeiras, pelo menos na parte escavada, é muito tardia, já paleo-cristã. De facto, a única peça recolhida pelo escavador, resume-se a uma concha não classificada em pormenor, talvez humilde oferenda da comunidade cristã a um dos seus mortos. Nessa cronologia se inscreve a conta vítrea atrás referida, cuja produção pode situar-se no século VI depois de Cristo; contas idênticas foram recolhidas por F. de Paula e Oliveira, no século XIX no cemitério tardo-romano/visigótico de Abuxarda, no vizinho concelho de Cascais (OLIVEIRA, 1888/1892, Pl. III, n.º. 4 e 5), cujas sepulturas se inscrevem na mesma tipologia das de Oeiras. Neste contexto, três lápides funerárias romanas estudadas por E. Hübner, a provirem deste

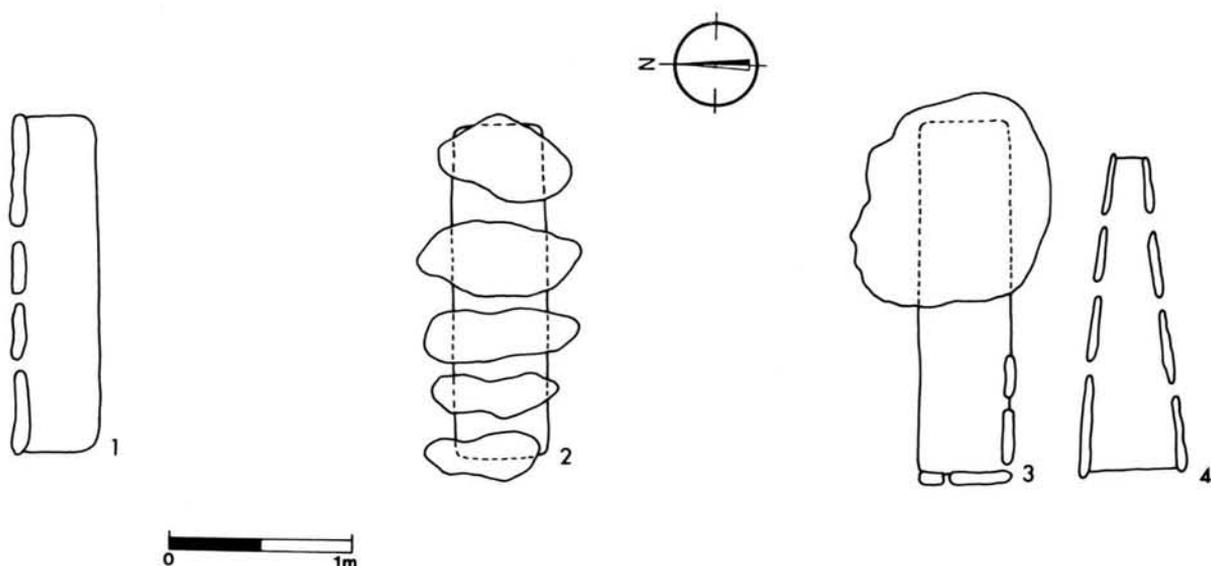


Fig. 128 - Necrópole romano-medieval de Oeiras. Implantação no terreno das quatro sepulturas escavadas por J. Leite de Vasconcellos, segundo esboço de sua autoria, modificado (arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, seg. CARDOSO & CARREIRA, 1996).

local, o que não é absolutamente seguro (HÜBNER, 1892, CIL II 5009 0 270, 5011 e 5016; ALMEIDA & FERREIRA, 1967, p. 60; ENCARNAÇÃO, 1998), podem documentar uma ocupação da necrópole em época anterior. Trata-se dos epitáfios de Antónia Amena, dedicado por seu Pai, António Ameno ou por sua filha, Arethusa; de um outro, de Lucius Bovius Iulianus, que faleceu com 71 anos e de um terceiro, Faustus Q(uinti) f(ilius), talvez incompleto. A ser assim, teríamos situação de longa diacronia, a revelar que a uma ocupação romana se sucederam outras, na sua imediata continuidade, sem descontinuidades ou perturbações sociais, as quais, pelo menos, não são detectáveis pela Arqueologia que indica, precisamente, o contrário. A ser assim, é provável que a estatueta de bronze atrás aludida, certamente obra provincial tardia, possa ter também, como é sugerido pela temática, simbolismo funerário e, nesse caso, provir da necrópole em causa.

Seja como for, a marcada diacronia evidenciada pela ocupação deste sítio, actualmente situado na área urbana oeirense, observa-se também em outras estações: é o caso da possível *villa* ou *vicus* de Talaíde, situado defronte da importante necrópole do mesmo nome, do lado esquerdo da ribeira que ali passa e portanto já em território oeirense: sendo certo que os habitantes inumados ao longo de pelo menos cinco séculos ali residiam, a ocupação deste local remonta, ao menos, ao século I depois de Cristo, portanto cerca de trezentos anos antes das inumações mais antigas registadas na necrópole, como sugere a recolha superficial de uma asa de ânfora Haltern 70 (Fig. 128). Este exemplar, conjuntamente com o recolhido em Oeiras, mostram que o abastecimento da região por vinho oriundo da Bética era uma realidade (MAYET, SCHMITT & SILVA, 1996, p. 169), logo em meados do século I antes de Cristo a meados do século seguinte – tal é a cronologia do fabrico deste tipo, como atrás se referiu – certamente por parte de uma população agrícola, que precocemente se instalou nesta privilegiada região.

Esta opção continuou, pelos séculos fora, enquanto aqui durou a presença romana. A presença de materiais importados sugere-a; apenas um exemplo: Em necrópole tardo-romana, talvez relacionada com a existência de uma *villa*, perto de Leião, cuja escavação pretendemos iniciar logo que possível, encontrada acidentalmente em Sol Avesso, Porto Salvo, no ano de 1964, aquando da construção de bairro das casas sociais (rua de S. Sebastião), da qual apenas se escavaram três sepulturas de inumação (MATOS, 1968), provém, entre outras peças, como uma lucerna com o discus muito erodido (**Fig. 129**) uma taça de *terra sigillata* clara C (**Fig. 130**), recentemente estudada em pormenor (CARDOSO & ANDRÉ, 1997/1998). O estudo analítico e comparativo desta rara peça intacta, conduziu à conclusão que se trata de tigela da forma Hayes 52B, a qual formaria serviço com os pratos da forma 42 (DELGADO, 1968, p. 17). Trata-se de recipiente pertencente ao estilo de transição de Hayes, onde predominam, a nível decorativo, as representações de motivos zoomórficos e vegetais isolados, nas paredes e abas das taças. A esta fase sucede-se o estilo tardio, correspondente a composições decorativas coerentes, com inícios no século IV d. C. a começo do seguinte (MAIA, 1974/1977, p. 367). A variante decorada da forma HAYES 52B pode situar-se entre 280/300 a finais do século IV/princípios do século V d. C. (COUTINHO, 1997, p. 33). É, pois, dentro destas balizas cronológicas que poderemos situar o exemplar de Sol Avesso, mais concretamente talvez entre finais do século III a meados do século IV d. C., atendendo ao tamanho do exemplar, critério invocado por J. S. Nolen (NOLEN, 1994), para a separação dos exemplares mais tardios, de maiores dimensões.

As produções de *terra sigillata* clara C, nas quais esta taça se integra, são norte-africanas, mais precisamente da Tunísia (CARANDINI, 1975, p. 62). Por tal motivo, alguns autores designan-na de “*sigillata africana*”. Merece destaque a ampla difusão destas produções, distribuindo-se por todo o Mediterrâneo, desde a costa atlântica ao litoral do Mar Negro, com penetrações pela Europa, ao longo dos principais vales que a atravessam, de rios tributários do Mediterrâneo. De registar, ainda, a ocorrência de uma ânfora Almagro 51 C quase completa, encontrada junto à estrada nacional de Leião a Cacém, na sequência da colocação de postes eléctricos, em terrenos adjacentes ao Taguspark (CARDOSO & CARDOSO, 1993, Fig. 8, nº. 12). A produção regional deste tipo encontra-se documentada nos fornos situados na margem Sul, tanto os de Porto dos Cacos, Alcochete, como os da Quinta do Rouxinol, Seixal (DUARTE & RAPOSO, 1996), destinadas ao envase de preparados piscícolas, produzidos em fábricas existentes ao longo de ambas as margens do estuário do Tejo; trata-se de tipo anfórico fabricado do século III d. C. em diante. A sua ocorrência, em plena zona agrícola, sugere que os preparados que continha, para além de exportação, seriam consumidos localmente, não necessariamente por parte do estrato populacional mais rico, cuja existência parece comprovada na região, desde talvez o século I a. C., pelas importações da Bética, o qual não se extinguiu, longe disso, apesar de todos os constrangimentos e vicissitudes do Baixo Império, como é sugerido pela continuação de importações de luxo, de que a taça da necrópole de Sol Avesso é bom exemplo.

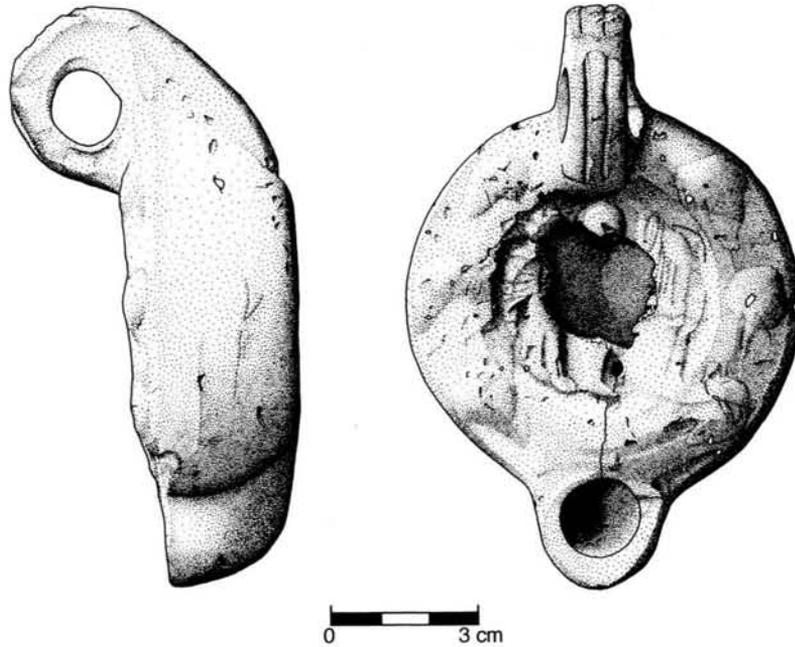


Fig. 129 - Lucerna romana recolhida na necrópole de Sol Avesso. Muito erodida, parece apresentar no disco duas figuras, do lado esquerdo, objecto indeterminado, á direita. Atribuível ao séc. III a.C.

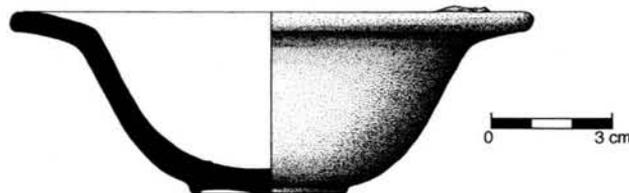
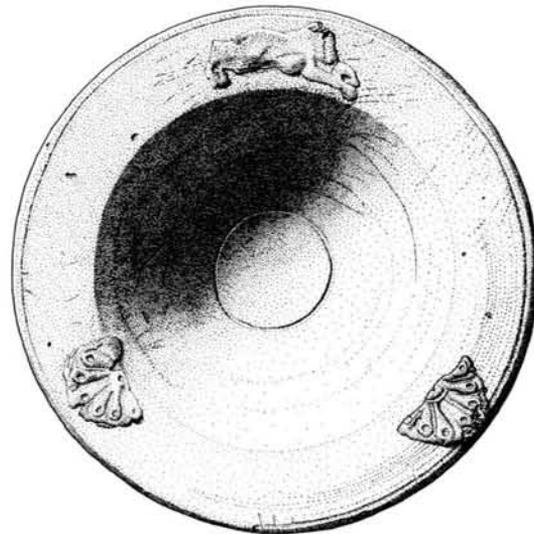


Fig. 130 - Necrópole romana de Sol Avesso – Porto Salvo. Taça de terra sigillato clara (seg. CARDOSO & ANDRÉ, 1997/1998).

Em resumo: no Período Romano, o espaço actualmente ocupado pelo concelho de Oeiras era já uma periferia do grande empório comercial que correspondia à cidade de Olisipo. Segundo as constatações de G. Cardoso e J. d'Encarnação, sobre a realidade rural romana da região de Cascais, as *villae* ali identificadas pertenceriam, na sua maior parte, a cidadãos romanos com desafogo económico, que viveriam “relativamente junto à cidade mas, no fundo independentemente dela” (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1995, p. 60), o que não significa que a grande cidade não dependesse das *villae*, como os próprios autores reconhecem. Com efeito, um estudo ensaio de A. Faustino de Carvalho e J. N. da Silva e Almeida, conduziu à conclusão de que, se as hortas que abasteceriam diariamente a grande metrópole – cuja população, na época de Augusto foi estimada entre 30 000 e 40 000 habitantes (ALARCÃO, 1990) – situando-se na sua periferia imediata, já o abastecimento de cereais, vinho e azeite, afinal os três produtos mais característicos de agricultura mediterrânea, proviriam de um aro situado entre 5 e 20 km em torno da cidade, distâncias que enquadram o território do concelho de Oeiras face a Olisipo (CARVALHO & ALMEIDA, 1996). Os autores confirmaram, assim, aplicabilidade, ao caso concreto de Olisipo, do modelo de abordagem desenvolvido por Von Thünen. A cidade comportar-se-ia, deste modo, como um verdadeiro pólo de atracção à escala regional, promovendo a exploração agro-pastoril do espaço circundante – o *ager* olisiponense – do qual dependia, em parte, o seu próprio abastecimento. As *villae* – cujo único exemplo até ao presente seguramente bem documentado no concelho de Oeiras corresponde à própria área urbana da vila de Oeiras – comportar-se-iam como importantes unidades de produção, justificando o desafogo vivido pelos seus proprietários, desde que estes acompanhassem, de perto, a sua lavoura. É o que preconizou Columela (Étienne, 1978/1979, p. 210, in CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1995, p. 61): “Os proprietários que se deixam seduzir pelos prazeres da vida citadina, têm tendência a abandonar as suas *villae* aos escravos, que “mais pensam em pilhá-las que em as cultivar. Só as explorações em redor das *villae* suburbanas que o senhor pode visitar todas as tardes não sofrem em demasia com as suas ocupações na cidade”. Naturalmente, a distância que separava o espaço actualmente correspondente ao concelho de Oeiras da grande urbe, não permitia aos proprietários deslocações diárias, entre a sua residência citadina e as explorações; mas é muito provável que alternassem a sua presença numas e noutras, ao menos nos casos de proprietários de maiores posses. Que produtos seriam produzidos nessas explorações? Viu-se que, do ponto de vista geológico e pedológico, o concelho de Oeiras é ocupado por três principais unidades. (1) Os terrenos miocénicos, que se desenvolvem junto ao litoral, em retalhos isolados pela erosão de fraco interesse agrícola. Esse facto e a proximidade do mar, desaconselhada por Columela, porque o ar marítimo não era considerado saudável (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1995), explicam a ausência de vestígios. (2) Quanto aos terrenos basálticos, apresentam-se de alta aptidão, mas de uso limitado à cerealicultura, intensiva e extensiva, razão pela qual neles não ocorrem importantes estruturas habitacionais, tanto de *villae* como de simples granjas ou casais agrícolas. (3) Estas, como se referiu, concentram-se nos terrenos calcários, aflorantes sobretudo ao longo das ribeiras da Lage e de Barcarena e do rio Jamor, que dão origem a solos propícios a um policultivo, tanto de árvores de fruto como, sobretudo, da vinha e da oliveira. Seriam, por tal

razão, os preferidos para a fixação humana. Com efeito, tanto a produção de azeite como de vinho se encontra materialmente documentada na região de Sintra-Cascais por mós, lagares, etc., importando, neste particular, salientar a descoberta de embasamento de um celeiro, que ocuparia posição central *villa* de Freiria (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1995) o qual, por si só, seria suficiente para ilustrar a importância de tal actividade.

Acresce que, sendo essencial o acesso à água, tanto para a agricultura como ainda para a criação de gado, por certo também existente na região, fica reforçada a razão que determinou a preferência pela aludida ocupação dos vales das principais linhas de água que sulcam o concelho, particularmente a meia-altura, dominando visualmente a paisagem. Esta realidade, que definitivamente fixou, até à actualidade, a evidente vocação agro-pastoril do território oeirense, ainda que severamente incompleta, por ser precária a informação actualmente disponível – foi, no entanto, muito anterior à época romana. Com efeito, já desde o Bronze Final e, depois, ao longo da Idade do Ferro, se observou em Oeiras a existência de pequenas unidades agrícolas, as quais, naturalmente, teriam forçosamente de se integrar num sistema de povoamento e de exploração mais complexo, já estruturado e hierarquizado à escala regional, desde o Bronze Final (CARDOSO, 1995, ALARCÃO, 1996).

Ao menos para a Idade do Ferro, é lícito admitir que tais unidades, como as de Outurela I e Outurela II dos séculos V/IV a. C., se relacionassem com a emergência da futura Olisipo, afirmando-se a urbe, desde essa época, como um verdadeiro “lugar central”, aglutinador das actividades económicas desenvolvidas no espaço envolvente, decerto incentivadas pela pujança do comércio marítimo nela florescente; em tal espaço de influência se inseria o território de Oeiras, do futuro *Municipium* olisiponense, receptor dos estímulos culturais e económicos oriundos da grande metrópole e para ela contribuindo quotidianamente com parte dos produtos de que aquela carecia: situação que, afinal, salvaguardadas as distâncias, não se encontra tão afastada da realidade actual, e das nossas próprias vidas.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia que se segue limita-se ao que de essencial foi produzido sobre o tema desta obra. Para informação complementar, salienta-se especialmente o vasto repositório disponível nos oito volumes já editados, da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras” através do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras / Câmara Municipal de Oeiras.

- ALARCÃO, J. de (1992) – As estradas romanas de Portugal. *Cuadernos de San Benito*. Madrid: Fundación de San Benito de Alcántara. 3: 69-75.
- ALARCÃO, J. de (1996) – O primeiro milénio a. C. *In De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a. C.* (J. de ALARCÃO, coord.). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 15-30.
- ALARCÃO, J. de (1990) – A demografia. *In Portugal – das Origens à Romanização* (J. de Alarcão, coord.). Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença. 1:395-408.
- ALMEIDA, F. M. (1981, coord.) – *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Folha de Cascais. Notícia explicativa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- ALMEIDA, J. M. & FERREIRA, F. B. (1967) – Varia epigraphica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 77 (1/2): 47-69 (p. 60).
- ALVES, C. A. M.; RODRIGUES, B.; SERRALHEIRO, A. & FARIA, F. (1980) – O Complexo Basáltico de Lisboa. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 66: 111-134.
- AMARO, C. (1993) - Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4: 183-192.
- AMARO, C. (1995) – *Núcleo arqueológico da rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português, 51 p.
- ANDRADE, G. M. & GOMES, J. J. F. (1959) – Estudo preliminar da estação pré-histórica de Carnaxide. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa.1: 137-146.
- ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV – Mamíferos (nota preliminar). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8: 103-144.
- ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (1995) – Dentes de tubarões miocénicos em contextos pré-históricos portugueses. Estudo comparado dos materiais de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 199-211.

- ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (2000) – Gruta Nova da Columbeira, Gruta das Salemas and Gruta da Figueira Brava, stratigraphy, and chronology of the pleistocene deposits. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. Classe de Ciências. 38: 23-67.
- ANTUNES, M. T. & MOURER-CHAUVIRÉ, C. (1992) – The roman site (2nd to 5th centuries a D.) at Quinta do Marim near Olhão (Algarve, Portugal): vertebrate faunas. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10: 375-382.
- ARAÚJO, A. C. (1998) – O concheiro de Toledo (Lourinhã) no quadro das adaptações humanas do Pós-Glaciário no litoral da Estremadura. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (2): 19-38.
- ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. Aljustrel. 2: 41-60.
- ARRIBAS, A.; MOLINA, F.; SÁEZ, L.; TORRE, F. de la; AGUAYO, P.; BRAVO, A. & SUÁREZ, A. (1983) – Excavaciones en Los Millares (Santa Fe de Modujar, Almería). Campañas de 1982 y 1983. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 8: 123-147.
- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991). *Conimbriga*. Coimbra. 37: 201-231.
- AZEVEDO, T. M.; CARDOSO, J. L.; PENALVA, C. & ZBYSZEWSKI, G. (1979) – Contribuição para o conhecimento das indústrias líticas mais antigas do território português: as indústrias com “Pebble Culture” da Formação de Belverde – Península de Setúbal (Vilafranquiano Médio). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5: 31-44.
- BARBOSA, E. (1956) – O castro de Ota (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3: 117-124.
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 49 p.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4: 143-181.
- BERMÚDEZ de CASTRO, J. M. (1998) – Hominídeos de Atapuerca: el primer poblamiento de Europa. *Los primeros pobladores de Europa: últimos descubrimientos y debate actual* (Burgos, 1996). Burgos: 45-66.
- BONIFAY, E. & VANDERMEERSCH, B. (1991) – Vue d’ensemble sur le Très Ancien Paléolithique de l’Europe. *Les premiers européens. Actes 114^{ème} Congrès National des Sociétés Savantes* (Paris, 1989). Paris: 309-319.
- BORDES, F. (1950) – Principes d’une méthode d’étude des techniques de débitage et de typologie du Paléolithique Ancien et Moyen. *L’Anthropologie*. Paris. 54.
- BORDES, F. & VIGUIER, C. (1971) – Sur la présence de galets taillés de type ancien dans un sol fossile à Puerto de Santa Maria, au Nord-Est de la baie de Cadix (Espagne). *Comptes-Rendus de l’Académie des Sciences*. Paris. 272 (D): 1747-1749.
- BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 27-28: 34-39.
- BREUIL, H. (1959) – Contribution à l’étude des terrasses quaternaires au Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 17 (1/4): 9-12.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – Contribution à l’étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 – Les principaux gisements des deux rives de l’ancien estuaire du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 23. 1- 369.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – Contribution à l’étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 2 – Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d’Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 25: 1-662.
- CARANDINI, A. (1975) – A propôs des céramiques de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. 14: 69.
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 111 p.

- CARDOSO, G. (1995) – Estela funerária de Peça Vinagre (Oeiras). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 49: 222.
- CARDOSO, J. L. (1987) – No estuário do Tejo, do Paleolítico à Idade do Ferro. *In Arqueologia do vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural: 69-81.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 146 p.
- CARDOSO, J. L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1: 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10: 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1993) – Restos de grandes mamíferos da ilha do Pessegueiro. Contribuição para o conhecimento da alimentação na época romana. *In Ilha do Pessegueiro, porto romano da costa alentejana* (SILVA, C. T. & SOARES, J., eds.). Lisboa. Instituto da Conservação da Natureza: 205-215.
- CARDOSO, J. L. (1994) – A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992. *Arqueologia Medieval*. Porto. 3: 201-220.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Investigação arqueológica na área de Lisboa. Os últimos 10 anos. *Al-Madan*. Almada. Série II, 3: 59-74.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 49-66.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Materiais arqueológicos inéditos das grutas de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 67-86.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Ossos de cetáceo utilizados no Calcolítico da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 193-198.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Os ídolos falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 213-232.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34: 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 27-45.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 107-119.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Estatuetas zoomórficas de terracota do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 91-106.
- CARDOSO, J. L. (1996) – As praias calabrianas da Estremadura portuguesa e as primeiras comunidades peninsulares: o estado da questão. *Actas dos 2^{os}. Cursos Internacionais de Verão de Cascais*. Cascais. 1: 213-254.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 107-119.
- CARDOSO, J. L. (1996) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5: 6-14.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Os povoados do Bronze Final a Norte do estuário do Tejo. *In A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder* (OLIVEIRA JORGE S., coord.). Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 126.
- CARDOSO, J. L. (1996) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 361-365.

- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, 128 p.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – O povoado do Bronze Final do castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 169-187.
- CARDOSO, J. L. (1998) – Do Paleolítico Inferior à Idade do Ferro no concelho de Oeiras: percursos da presença humana. *Actas do 1º. Ciclo de Estudos Oeirenses*. (Oeiras, 1996/1997) Oeiras: Celta Editora/Câmara Municipal de Oeiras: 31-71.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8 (no prelo).
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8 (no prelo).
- CARDOSO, J. L. (2000) – O “Fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa. *Actas do 3º. Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1998). Porto. 4: 353-380.
- CARDOSO, G. & ENCARNANÇA, J. d´(1995) – A villa romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2: 51-62.
- CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1997/1998) – Acerca de uma tigela de Terra Sigillata Clara da necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 219-226.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 4: 1-126.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 351-359.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1993) – Le Bronze Final et le début de l’âge du Fer dans la région riveraine de l’estuaire du Tage. *Méditerranée*. Lisboa. 2: 193-206.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – A necrópole tardo-romana e alto-medieval de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 407-417.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 123-151.
- CARDOSO, J. L. & COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10: 229-245.
- CARDOSO, J. L. & FERNANDES, F. B. (1995) – Estudo arqueometalúrgico de um lingote de cobre de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 5: 153-164.
- CARDOSO, J. L. & NORTON, J. (1997/1998) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 35-45.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1990/1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10: 203-228.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1996) – Contribution d’une série de datations 14 C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l’Estremadura Portugaise. *Actes du Colloque de Périgueux* (Périgueux, 1995). *Supplément à la Revue d’Archéométrie* (1996). Rennes: 45-50.
- CARDOSO, J. L. & PENALVA, C. (1979) – Vestígios de praia calabriana com indústrias da “Pebble Culture” no Alto de Leião – Paço de Arcos. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Lisboa. 21 (2/3): 185-195.

- CARDOSO, J. L. & ZBYSZEWSKI, G. (1995) – Três jazidas paleolíticas do Complexo Basáltico de Lisboa: Damaia, Venteira e Casal da Barroca (Amadora). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 23-38.
- CARDOSO, J. L. & ZBYSZEWSKI, G. (1995) – Jazida paleolítica de Varge Marinho (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 39-47.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & GUERRA, M. F. (1996) – A necrópole tardo-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 315-339.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O. V. (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 9-26.
- CARDOSO, J. L.; CUNHA, A. S. & AGUIAR, D. (1991) – O Homem pré-histórico no concelho de Oeiras, estudos de Antropologia Física. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 2: 1-85.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J. & CARREIRA, J. R. (1996) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 287-299.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1983/1984) – O povoado calcolítico de Leceia (Oeiras). 1ª. e 2ª. Campanhas de escavação (1983 e 1984). *CLIO/Arqueologia, UNIARCH/INIC*. Lisboa. 1: 41-68.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 47-89.
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C. (1992) – O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 3: 1-645.
- CARDOSO, J. L.; RODRIGUES, J. S.; MONJARDINO, J. & CARREIRA, J. R. (1986) – A jazida do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa-Revista Municipal*. Lisboa. Série II, 15: 13-18.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V.; NORTH, C. T. & NORTON, J. (1997/1998) – As cerâmicas de ornatos brunidos da gruta do Correio - Mor. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 155-167.
- CARO, A. (1989) – Consideraciones sobre el Bronce Antiguo y Medio en el Bajo Guadalquivir. In *Tartessos. Arqueología Protohistorica del Bajo Guadalquivir* (M. E. AUBET-SEMMLER, ed.). Sabadell: AUSA, 85-120.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992) – Testemunhos de ocupação neolítica da serra de Monsanto. *Al-Madan*. Almada. Série II, 1: 15-18.
- CARVALHO, A. M. F. & ALMEIDA, F. J. N. S. (1996) – Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo. *Actas das 1.ª Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado* (Seixal, 1991). Câmara Municipal do Seixal / Publicações Dom Quixote. Coleção Nova Enciclopédia. Lisboa. 54: 137-155.
- CHOFFAT, P. (1935) – *Carta Geológica dos Arredores de Lisboa (folha de Cascais) na escala de 1/50 000*. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.
- CHOFFAT, P. (1951) – *Planches et coupes géologiques de la région éruptive au nord du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- COELHO-SOARES, A. (1986) – Achados arqueológicos na vila de Odemira. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora. 1: 87-92.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique*. Paris: Diffusion de Boccard: 441 p.
- COFFYN, A. & SION, H. (1993) – Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze Final Atlantique. *Méditerranée*. Lisboa. 2: 285-310.
- CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da (1822 a) – *Descrição de um prodígio raro e descoberto em huma lapa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- CONCEIÇÃO, Fr. Cláudio da (1822 b) – *Memoria de huma lapa descoberta no dia 28 de Maio de 1822 na ribeira do Jamor, Freguesia de Carnaxide e os mais acontecimentos que depois se lhe seguirão*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CORREIA, V. (1912) – O Paleolítico em Portugal. Estado actual do seu estudo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 17: 55-69.
- COUTINHO, H. M. (1997) – *Terra Sigillata Clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, 80 p.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. C.-R. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques*. IX Sessão (Lisboa, 1880). Lisboa: 207-278.
- DELGADO, M. (1968) – Terra Sigillata Clara de museus do Alentejo e Algarve. *Conimbriga*. Coimbra. 7: 41-66.
- DIAS, J. M. A.; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1: 53-66.
- DIOGO, A.M.D. (1993) - Ânforas pré-romanas dos Chóes de Alompé (Santarém). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4:215-227.
- DUARTE, A. L. & RAPOSO, J. M. C. (1996) – Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/ Seixal). In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (FILIPE G. & RAPOSO J. M. C., coord.). Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote: 237-247.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1998) – Tempo romano e Alta Idade Média no território oeirense. *Actas do 1.º Ciclo de Estudos Oeirenses (Oeiras, 1996/1997)*. Oeiras: Celta Editora/Câmara Municipal de Oeiras: 73-79.
- ESCHWEGE, G., Barão de (1831) – Memoria Geognostica ou golpe de vista do perfil das estratificações das diferentes rochas, de que he composto o terreno desde a Serra de Sintra na linha do Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrabida, e sobre a sua idade relativa. Appendice, por A. Vandelli. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. 11 (1): 57-69.
- FERREIRA, F. B. (1960) – Varia Epigraphica. VII – a inscrição do Aquilifer Flavius Quadratus. *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa. Série III, 4: 111-117.
- FERREIRA, O. V. (1961) – Fauna ictiológica do Cretácico de Portugal. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45: 251-278.
- FERREIRA, O. V. & CARDOSO, J. L. (1975) – Flauta, chamariz ou negaça de caça, de osso, encontrada no castro de Liceia (Barcarena). *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. Série III, 81: 57-63.
- FERREIRA, O. V. & FERREIRA, S. V. (1962) – Algumas notas histórico-arqueológicas sobre Oeiras. *Actas do 26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Porto, 1962) . Porto. Seccção VII: 221-228.
- FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1956) – L'importance du cuivre péninsulaire dans les Âges du Bronze. *Actas da IV Sessão do Congresso internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas* (Madrid, 1954). Salamanca: 521-529.
- FONTES, J. (1912 a) – Subsídios para o estudo do Paleolítico português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 17: 22-41.
- FONTES, J. (1912 b) – Contribution à l'étude de la Période Paléolithique en Portugal. *Compte-Rendu 7 ème Congrès Préhistorique de France* (Nîmes, 1911): 137-145.
- FONTES, J. (1913) – Note sur le Moustérien au Portugal. *Compte-Rendu 8ème Congrès Préhistorique de France* (Angoulême, 1912): 342-350.
- FONTES, J. (1916) – Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21: 337-347.

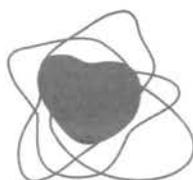
- FONTES, J. (1955) – Estação eneolítica de Leceia (Barcarena). *Revista de Guimarães*. Guimarães. 65 (3/4): 341-352.
- FULLOLA y PERICOT, J. M. (1994) – El Solutrense en la región mediterránea y Andalucía. *Férvedes*. Villalba (Lugo). 1: 105-118.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6: 367-406.
- GONÇALVES, J.M.L. & SERRÃO, E. C. (1978) – O povoado do Calcolítico Inicial do Alto do Dafundo – Linda-a-Velha. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977). Lisboa. 175-96.
- GONÇALVES, V. S. *et al.* (1987) – Le Néolithique Ancien de l’Abri de Bocas, Rio Maior, Portugal. In *Premières communautés paysannes en Méditerranée Occidentale* (GUILAINE J., ROUDIL J.-L. & VERNET J. L., ed.). Paris. CNRS: 673-680.
- GONÇALVES, V. S. (1989, 1991) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada*. Lisboa: INIC/Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa. 2 vols, 566+333 p.
- GOURICHON, L. & CARDOSO, J. L. (1995) – L’avifaune de l’habitat fortifié chalcolithique de Leceia (Oeiras, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 165-186.
- GUERRERO AYUSO, V. M. & ROLDAN BERNAL, B. (1992) – *Catalogo de las ánforas prerromanas*. Cartagena: Museo Nacional de Arqueología Marítima.
- HARRISON, R. J. (1977) – *The Bell Beaker cultures of Spain and Portugal*. Cambridge (Massachusetts): Peabody Museum of Archaeology and Ethnology. Harvard University, 257 p.
- HELENO, M. (1956) – O Professor Henri Breuil. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3: 239-246.
- HÜBNER, E. (1872) – Notícias arqueológicas de Portugal. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa. 2ª. Classe, 4 (1): 1-110 (p. 17).
- HÜBNER, E. (1869, 1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Berlim: II e suplemento. Inscrições nº. 266, 315, 5009, 5011 e 5016.
- JORGE, S. O. (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto. Série II, 11: 447-546.
- KALB, P. (1980 a) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58: 25-59.
- KALB, P. (1980 b) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*. (Guimarães, 1980) Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. 1: 112-138.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5: 37-65.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maçãs et de Casinhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Memória 12 (Nova Série): 1-100.
- LILLIOS, K. T. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the portuguese lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33 (3/4): 261-281.
- Lo SCHIAVO, F. (1991) – La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final Atlantique. In *Le Bronze Atlantique* (CHEVILLOT C. & COFFYN A., ed.). Beynac: 213-226.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J. L. M.; RAPOSO, L. & PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6: 207-212.
- MAIA, M. G. P. (1974/1977) – *Sigillata Clara* com decoração aplicada de Tróia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9: 365-381.

- MAIA, M. (1978) – Ânforas neopúnicas do sul de Portugal. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977). Lisboa 1: 199-207.
- MATOS, J. L. (1970) – Cemitério romano de Sol Avesso, Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3: 191-194.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. & SILVA, C. T. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal)*. Paris: Diffusion de Bocard, 230 p.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagbuchhandlung: 312 p.
- N/A (s/d) – *Memorial Histórico ou coleção de memórias sobre Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 2 vol. (1- edição *fac-símile*; 2 – transcrição).
- N/A (1962) – A memória de um Lusitano que foi figura de destaque nas legiões romanas está em risco de perder-se. *Jornal Diário Ilustrado*. 18 de Julho de 1962.
- N/A (1963) – Salvou-se uma inscrição funerária latino-romana do século II da Era Cristã que estava em Caxias na iminência de perder-se. *Jornal Novidades*. 12 de Agosto de 1963.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares – Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 256 p.
- NOUGIER, L.-R. (1950) – *Les Civilisations Campigniennes en Europe Occidentale*. Toulouse: Éd. Privat.
- OBERMAIER, H. (1925) – *El Hombre Fossil*. Segunda edición. Madrid: 457 p.
- OLIVEIRA, F. P. (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne. C.-R. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques*. IX Sessão (Lisboa, 1880). Lisboa: 291-305.
- OLIVEIRA, F. P. (1888/1892) – Antiquités préhistoriques et romaines des environs de Cascaes. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*. Lisboa. 2 (1): 85-92.
- OLIVEIRA, A. D. & BRANDÃO, J. V. (1969) – Descoberta de restos de uma possível gruta artificial em Liceia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3: 287-290.
- OLLIVIER, J. (1945) – Une industrie d'aspect campignien parmi le paléolithique d'Amadora. *Bulletin des Études Portugaises*. Lisboa. 10 (1): 204-213.
- OLLIVIER, J. (1951 a) – Industries anciennes du Paléolithique d'Amadora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 1: 63-82.
- OLLIVIER, J. (1951 b) – Pesquisas no campo arqueológico entre o Casal do Borel e o Casal do Mocho, na área da Amadora e Queluz. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 2: 298.
- PAÇO, A. do (1932) – Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal. Reedição em *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1: 121-143 (1970).
- PAÇO, A. do (1940) – Revisão dos problemas do Paleolítico, Mesolítico e Asturiense. *Actas do Congresso do Mundo Português* (Lisboa, 1940). 1: 129-158.
- PAÇO, A. do (1954) – Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 5: 281-359.
- PAÇO, A. do (1959) – Castro de Vila Nova de San Pedro. XI – nota sobre un tipo de cerámica del estrato Vila Nova I. *Ampurias*. Barcelona. 21: 252-260.
- PEREIRA, F. A. (1933) – Duas lápides suburbanas de Olisipo. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa. 1 (3): 106-117.
- PEREIRA, G. (1894) – O collar da Penha Verde. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. Série II, 7 (1): 77-78.

- PIMENTA, F. C. (1983/1983) – Subsídios para o estudo do material anfórico conservado no Museu Regional de Sintra. *Sintria*. Sintra 1 1/2 117-150.
- RAPOSO, L. (2000) – Out of Africa... quem, quando e para onde?. *Al-madan*. Almada. Série II, 9: 14-16.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (1998) – Las industrias líticas de la Gruta Nova de Columbeira (Bombarral, Portugal) en el contexto del Musteriense Final de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55(1): 39-62.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (2000) – A questão das primeiras ocupações humanas do território português, no quadro europeu e circum-mediterrânico: história das investigações, situação actual, perspectivas futuras. *Estudos do Quaternário*. Porto. 3 (no prelo).
- RAPOSO, L. & SANTONJA, M. (1995) – The earliest occupation of Europe: the Iberian Peninsula. The earliest occupation of Europe. *Proceedings of the European Science Foundation Workshop at Tautavel* (France, 1993). University of Leiden. Leiden: 7-25.
- RIBEIRO, O. (1948) – O território de Lisboa. In *Lisboa – oito séculos de História*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa: 2-11.
- ROCHA, A. S. (1905/1908) – Estações pré-históricas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. *Portugalia*. Porto. 2: 301-359.
- ROCHE, J. (1964) – Le Paléolithique Supérieur portugais. Bilan de nos connaissances et problèmes. *Bulletin Société Préhistorique Française*. Paris. 61 (1): 11-27.
- ROCHE, J.; FRANÇA, J. C.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1962) – Le Paléolithique Supérieur de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 46: 187-207.
- ROEBROEKS, W. & VAN KOLSCHOTEN, T. (1995) – The earliest occupation of Europe: a reappraisal of artefactual and chronological evidence. The earliest occupation of Europe. *Proceedings of the European Science Foundation Workshop at Tautavel* (France, 1993). University of Leiden. Leiden: 297-315.
- RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 a) – Depositos del Bronce Final: Sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? In *Ritos de Paso e Puntos de Paso. La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final europeo* (RUÍZ-GÁLVEZ-PRIEGO M., ed.). *Complutum Extra*. Madrid. 5: 21-32.
- ROTHENBERG, B. & BLANCO-FREIJEIRO, A. (1981) – *Studies in ancient mining and metallurgy in South-West Spain*. Londres: Institute for Archaeo-Metallurgical Studies, 320 p.
- SÁ, M. C. M. (1959) – A Lapa da Galinha. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). 1: 117-128.
- SALANOVA, L. (2000) – Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1998). Porto. 4: 399-409.
- SANGMEISTER, E. (1995) – Zambujal. Kupferfunde aus den Grabungen 1964 bis 1973. *Madrider Beiträge*. Mainz. Band 5, Teil 3: 1-154.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo “atlântico” do habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*. Salamanca. 46: 161-182.
- SERRÃO, E. C. (1958) – Cerâmica proto-histórica da Lapa do Fumo (Sesimbra), com ornatos coloridos e brunidos. *Zephyrus*. Salamanca. 9 (2): 177-186.
- SERRÃO, E. C. (1959) – Cerâmicas com ornatos brunidos a cores da Lapa do Fumo. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1: 337-359.
- SERRÃO, E. C. & JORGE, V. O. (1970) – Contribuição para um programa de pesquisa do Paleolítico Antigo e Médio português. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 80 (1/2): 123-140; 361-379; 81 (1/2): 5-24.

- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira: 367 p.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Sines: Gabinete da Área de Sines, 231 p.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 211 p.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. 1- Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal.8: 29-79.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980/1981) – Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7: 141-218.
- SIMÕES, T. (1996) – O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim (Sintra). *Actes del I Congrès del Neolític a la Península Ibérica* (Gavá, 1995). Museu de Gavá. 1: 329-336 (Rubricatum, 1).
- SIMÕES, T. (1999) – O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra, contribuições para o estudo da neolitização da península de Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 12: 1-247.
- SOARES, A. M. M. (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, concelho de Beja). Notícia preliminar. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10: 291-314.
- SOARES, A. M. M. & CABRAL, J. M. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Porto. 2: 217-235.
- SOARES, A. M. M. & CARDOSO, J. L. (1995) – Cronlogia absoluta para as ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 263-276.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1994/1997) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 7/9: 102-112.
- SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. & CABRAL, J. M. P. (1994) – Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana* (CAMPOS J. M. , PÉREZ J. A. & GÓMEZ F., ed.). Huelva: 165-191.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10: 37-88.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. & BARROS, L. (1979) – Identificação de uma jazida neolítica em Fonte de Sesimbra (Santana, Sesimbra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5: 47-65.
- SPINDLER, K. (1981) – *Cova da Moura*. Madrider Beiträge. Band 7. Mainz-am-Rhein. 299 p.
- STUIVER, M. & REIMER, P. J. (1993) – Extended 14 C data base and revised CALIB 3.0 14 C age calibration program. *Radiocarbon*. Tucson. 35 (1): 215-230.
- VASCONCELLOS, J. L. (1896) – Xorca de ouro. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2: 17-24.
- VAULTIER, M.; ROCHE, J. & FERREIRA, O. V. (1959) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa. 1: 111-115.
- VEIGA, S. P. M. E. (1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional 3: 128, 129; 4: 38, 149 e Est. III.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1957) – A gruta pré-histórica de Ponte da Lage (Oeiras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2): 389-400.
- VICENTE, E. P. & ANDRADE, G. M. (1971) – A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia* (Coimbra, 1970). Coimbra. 2: 223-238.

- VILAÇA, R. (1995) – Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2 vols.
- ZBYSZEWSKI, G. (1976) – Rapport sur les plus anciennes industries paléolithiques du Portugal. *IX Congresso da UISPP, Colóquio VIII, Les premières industries de l'Europe*. Nice: 96-102.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1985) – O Paleolítico do antigo campo de aviação de Amadora. *Arqueologia*. Porto. 12: 56-70.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1987) – O Paleolítico da jazida de Linda-a-Pastora. *Da Pré-História à História- Homenagem a O. da Veiga Ferreira*. Lisboa: Delta: 111-152.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1988 a) – O Paleolítico de Borel-Horta (Amadora). *Arqueologia*. Porto. 18: 29-52.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1988 b) – Três estações paleolíticas da serra de Monsanto: Tapada da Ajuda, Moinho da Carrasqueira, Moinho das Cruzes. *Lisboa-Revista Municipal*. Lisboa. Série II, 26: 3-44.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1992) – Le Paléolithique du gisement de Casal da Serra (Amadora). *Méditerranée*. Lisboa. 1: 221-230.
- ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. & FERREIRA, O. V. (1957) – Nota sobre a gruta de Ponte da Lage (Oeiras) e a “tholos” do Monge (Sintra). *Actas do 23º. Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências – 7ª. Secção* (Coimbra, 1956): 189-191.
- ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. & FERREIRA, O. V. (1959) – Antigas prospecções arqueológicas realizadas na área de Carnaxide. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 41 (2): 114-120.
- ZBYSZEWSKI, G.; PENALVA, C.; FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M. & NORTH, C. T. (1981/1982) – A “Pebble Culture” do nível calabriano da Seixosa (Portugal). Aspectos tipológicos e geológicos. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. Classe de Ciências. 24: 127-162.
- ZBYSZEWSKI, G.; CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M. & NORTH, C. T. (1995) – A jazida paleolítica do Reduto de Renato Gomes Freire (Alto da Barra) – Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5: 11-21.
- ZILHÃO, J. (1987) – O Solutrense da Estremadura portuguesa. Uma proposta de interpretação paleoantropológica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 4: 1-94.
- ZILHÃO, J. (1994) – La séquence chrono-stratigraphique du Solutréen portugais. *Férvedes*. Villalba (Lugo). 1: 119-129.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Lisboa: Colibri. 1 (309 p.); 2 (850 p.).
- ZILHÃO, J. & CARVALHO, A. F. (1995) – O povoado neolítico do Laranjal do Cabeço das Pias (Vale da Serra, Torres Novas). *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa. 2: 53-67.



Oeiras

Marca o ritmo

